

Cultura material e impressa na construção da História

Edição 28 -
Vol. 11, nº1

Set./Dez.
2018

ISSN:
198-6150

Revista Discente do Pro-
grama de Pós Graduação
em História da UFMG

seer.ufmg.br/index.php/temporalidades

 **Temporalidades**
Revista de História

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 28, v. 11, n. 1 (set/dez 2018) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2018.

Quadrimestral a partir de 2013
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2018.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

Departamento de História

Chefe: José Newton Coelho Meneses

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Mauro Lúcio Leitão Condé

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2018/2019

Camila Neves Figueiredo

Carmem Marques Rodrigues

Flávia Gomes Chagas

Hélia Costa Moraes

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Stéfany Sidô Ventura

Thayná Cavalcanti Peixoto

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCE)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trablusi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Camila Neves Figueiredo

Carmem Marques Rodrigues

Flávia Gomes Chagas

Hélia Costa Moraes

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Stéfany Sidô Ventura

Thayná Cavalcanti Peixoto

Diagramação

Stéfany Sidô Ventura

Capa

Imagem: Fotografia de Ricardo Moraes (2018).

Fonte: <https://bit.ly/2zDmfVA>

Montagem por Luiz Felipe Anchieta Guerra

Open Journal Systems/Banco de Dados

Carmem Marques Rodrigues

Flávia Gomes Chagas

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Aléssio Alonso Alves (UFMG)	Juliana Ribeiro da Silva Bevilacqua (UNICAMP)
Alexandre Bellini Tasca (UFMG)	Kazumi Munakata (PUC-SP)
Ana Paula Sampaio Caldeira (UFMG)	Keidy Narely Costa Matias (UNB)
Angelo Otávio Garcia Rechi (UFPR)	Leonardo Cândido Rolim (UERN/USP)
Anna Maria Alves Linhares (UFPA)	Leonardo Carneiro Ventura (UFPE)
Azemar Do Santos Soares Junior (UFRN)	Leonardo Dallacqua de Carvalho (FIOCRUZ)
Bruno Vinícius Leite de Moraes (UFMG)	Liliane Tereza Pessoa Cunha (UFRN)
Carlos Eduardo Pinto de Pinto (UERJ)	Maíra Cavalcanti Vale (UNICAMP)
Cristiano Bonneau (UFPB)	Maíra Lewtchuck Espíndola (UFPB)
Danilo Ferreira da Fonseca (Unioeste)	Marcos Alexandre Arraes (UFT)
Diego Antonio Galeano (PUC-RIO)	Marcos Horácio Gomes Dias (MAS)
Edwar De Alencar Castelo Branco (UFPI)	Marcos Hprácio Dias (USJT)
Eliel Waldogel Cardoso (FSA)	Maria Aparecida Oliveira Lopes (UFESB)
Érika Azevedo (UFRGS)	Maria Letícia Silva Ticle (IEPHA/MG)
Everton Vieira Barbosa (UFF)	Maria Visconti Sales (UFMG)
Felipe Berté Freitas (UPF)	Mariana de Moraes Silveira (USP)
Felipe Tavares De Araújo (UFRN)	Marina Helena Meira De Carvalho (UFMG)
Fernando Bagiotto Botton (UFPR)	Mateus Coelho (UFSC)
Flávia Amaral F. Muniz (UFVJM)	Maurício Mario Monteiro (USP)
Flávia Fernandes de Souza (UFF)	Mauro Luiz Barbosa Marques (IFPE)
Francisco De Assis Severo Lima (UFPB)	Micarla Natana Lopes Rebouças (UERN)
Francisco Ramon De Matos Maciel (UFC)	Myraí Segal Araújo (UFPB)
Graciele Dellalibera de Mello (UFPR)	Natália Gomes Turchetti Pereira (UFSJ)
Henrique Martins Silva (UFG)	Paula Rejane Fernandes (UFRN)
Iarê Lucas Andrade (URCA)	Pedro Gil Silva Santos (UERN)
Israel Aquino (UFRGS)	Rafael Scopacasa (UFMG)
Jean Felipe Bastardis Coelho (UFRJ/UNESCO)	Renata Romualdo Diório (UFOP)
João Arthur Ciciliato Franzolin (Universität Flensburg)	Renata Regina Gouvêa Bar batho (UERJ)
João Maurício Gomes Neto (UNIR/UNESP)	Roberta Scheibe (UFCE)
José Ferreira da Silva Jr. (UNICAMP)	Rodrigo José Fernandes De Barros (UFRN)
José Newton Coelho Menezes (UFMG)	Rodrigo José Fernandes de Barros (UFRN)

Rogéria Cristina Alves (UFMG)
Simone de Almeida Ramos (UFMG)
Taciana Almeida Garrido de Resende
(IFMG)
Talitha Gorgulho (GEPHE)
Tarcísio de Souza Gaspar
(IFSULDEMINAS)
Tatiara Ferranti (ESAMAZ)
Valéria Mara da Silva (UFU)
Wesley Oliveira Kettle (UFPA)

SUMÁRIO

Editorial: “Cultura Material e Imprensa na construção da História”09-12

Dossiê

Apresentação do Dossiê.....13-18

Os pôsteres alemães da Primeira Guerra Mundial: uma análise do discurso nacionalista e o uso do imaginário no período/ The german World War I posters: an analysis of nationalist discourse and the use of the imaginary in the period19-44

André Luiz Bovo

Ode à coleção *Polícia da Corte*/Ode to the *Court Police* collection45-60

Carolina Cabral Ribeiro de Almeida

A viola nos jornais de Minas Gerais: a utilização dos impressos nos processos de registro do patrimônio imaterial /La viola en los periódicos de Minas Gerais: la utilización de los impresos en los procesos de registro del patrimonio inmaterial61-79

Erika Caroline Damasceno Costa

Devorando o continente: a *Revista de Antropofagia*, o diálogo com as Américas e a idéia de identidade americana /Devorando el continente: la *Revista de Antropofagia*, el diálogo con América y la idea de identidad americana80-108

Helaine Nolasco Queiroz

Artigos livres

A canção como ferramenta de luta política e social: os diferentes casos na América Latina / The song as an instrument in political and social fight: the different cases in Latin America ...109-123

Bruno Erbe Constante

Prolegômenos acerca da noção de imaginário: entre triangulações e potência criativa/ Prolegomena about the notion of imaginary: between triangulations and creative power124-150

Cesar Leonardo Van Kan Saad

Convites à aliança: o favor pessoal e as demandas por recursos das obras de construção da Avenida Central do Rio de Janeiro (1903-1904) /Invitations to the alliance: personal favor and the

demands for resources of the construction works of the Central Avenue of Rio de Janeiro (1903-1904)151-170

Felipe Martins dos Santos

“Guerra contra a seca”: cultura política, intelectuais mediadores e semiárido no Rio Grande do Norte (1900-1930) / "War against the Drought": political culture, intellectual mediators and semiarid in Rio Grande do Norte (1900-1930)171-186

Francisco Ramon Matos

A Luz que vem do Norte: perspectivas historiográficas sobre a Ilustração Inglesa / The Light coming from the North: historiographical perspectives about the English Enlightenment187-201

Gabriel de Abreu Machado Gaspar

4F: Hugo Chávez e o Dia da Dignidade Nacional na Venezuela (1999-2013) / 4F: Hugo Chávez y el “Día de la Dignidad Nacional” en Venezuela (1999-2013)202-230

Jorge Luiz Ribas

Trajetórias, mobilidade social e comércio no Atlântico no século XVIII: o padre angolano Lourenço da Costa de Almeida e seus familiares / Trajectory, social mobility and slave trade in the Atlantic in 18th century: the angolan priest Lourenço da Costa de Almeida and his family.231-248

Júlia Porphirio Orioli

Navegando em águas profundas: o estatuto social dos nautai na Odisseia / Shipping into deep sea: the social statute of nautai in the Odyssey249-271

Martinho Guilherme Fonseca Soares

Conciliar para consolidar: As disputas do Partido Liberal Moderado cearense no parlamento brasileiro (1836) / Conciliar para consolidar: Las disputas del Partido Liberal Moderado cearense em el parlamento brasileiro (1836)272-288

Noemia Dayana de Oliveira

Coney Island e a nostalgia de um “divertimento irresponsável” em Lana Del Rey / Coney Island and the nostalgia of an “irresponsible amusement” in Lana Del Rey289-309

William David Vieira

Resenha

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. São Paulo: Editora Zahar, 2017310-312

Rodrigo José Fernandes de Barros

Transcrição

Um projeto socialista de reconstrução nacional: o discurso do presidente Agostinho Neto na proclamação de independência de Angola (11 de novembro de 1975) /A socialist project of national reconstruction: the speech of president Agostinho Neto in the proclamation of Angola's independence (november 11, 1975)313-324

Daniel Precioso

Entrevistas

Entrevista com Tânia Bessone325-329
Entrevista com Tukufu Zuberi330-337

“Cultura Material e Impressa na construção da História”

É com orgulho que lançamos a 28ª edição da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Diante de um atual cenário de catástrofes políticas e ambientais acreditamos que por no ar mais um número da Revista *Temporalidades*, se torna um ato de resistência perante às indefinições a respeito do futuro da educação pública de qualidade no Brasil. Dessa forma, a Revista traz consigo, novamente, a bandeira de valorização do trabalho acadêmico e divulgação do conhecimento, não só para uma elite intelectual, mas para todos.

Acreditamos que em tempos de desinformação, de criação e distribuição em massa de fatos alternativos, é dever da História, como disciplina, se posicionar de forma clara e firme contra a manipulação maliciosa dos fatos históricos. Entendemos que o pensamento crítico embasado e a solidez metodológica são armas importantes nesse momento de embates de narrativas em nosso país e no mundo. Dessa forma, organizamos o dossiê “Cultura Material e Impressa na construção da História”, pois, é necessário a pesquisa histórica se fortalecer teórica e metodologicamente a fim de demonstrar que construímos um saber criterioso a partir de vestígios do passado.

Com os esforços da chamada renovação historiográfica, se criaram novos entendimentos do que poderia ser utilizado como fonte para o fazer histórico, bem como, uma maior abertura para reflexões interdisciplinares que enriqueceram o debate acadêmico da história. O uso das culturas material e impressa, para a análise do passado, se deu neste contexto. Desta forma, entendemos que o diálogo entre teorias e metodologias para o uso de tais fontes é extremamente benéfico, uma vez que não existe Cultura Impressa sem materialidade e nem Cultura Material sem a impressão humana a respeito do seu arredor. Entendemos que ambas, as Culturas Material e Impressa, são produtos do intelecto e da cultura humana e valiosas fontes para a investigação, mas, também importantes objetos de estudo em si.

Sabemos que a diversidade enriquece discussões e, nesta edição, temos o prazer de apresentar uma grande variedade de temas de pesquisa e perspectivas históricas. Além da diversidade de gêneros textuais, artigos e entrevistas, contamos com uma transcrição comentada e

uma resenha. Agradecemos ao Professor Doutor José Newton por organizar e apresentar este dossiê, apontando críticas construtivas para as reflexões historiográficas. Também agradecemos profundamente ao Professor Doutor Tukufu Zuberi e a Professora Doutora Tânia Maria Tavares Bessone, que graciosamente cederam seu tempo para as entrevistas que constam nas páginas finais desta revista. Agradecemos também aos autores que contribuíram para o debate histórico nos mais variados campos da historiografia, auxiliando na construção de um denso e relevante Dossiê Temático. Por fim, somos muito gratos aos autores que produziram e submeteram artigos livres instigantes, seguem:

O artigo de César Leonardo Van Kan Saad, intitulado: “Prolegômenos acerca da noção de imaginário: entre triangulações e potência criativa”, em que o autor se propõe a opor duas possibilidades argumentativas acerca do imaginário, tecendo um quadro sobre duas maneiras de se perceber, entender e analisar o imaginário. Partindo, portanto, da prerrogativa de se compreender o imaginário enquanto realidade fenomenológica, uma constituição ontológica do humano e, ao mesmo tempo, uma construção epistemológica e filosófica.

Do autor, Daniel Precioso, temos a transcrição do documento “Um projeto socialista de reconstrução nacional: o discurso do presidente Agostinho Neto na proclamação de independência de Angola (11 de novembro de 1975)”, que traz, não somente informações importantes a respeito da independência e constituição da República Popular de Angola, mas, interessantes questões para se pensar o processo de descolonização do continente africano.

Em “Convites à aliança: o favor pessoal e as demandas por recursos das obras de construção da Avenida Central do Rio de Janeiro (1903-1904)”, Felipe Martins dos Santos, por meio das correspondências enviadas ao diretor das obras, o engenheiro Paulo de Frontin, investigou as formas de articulação de setores da sociedade carioca na construção da Avenida Central da cidade do Rio de Janeiro. Em que buscou compreender quais foram as práticas de construção de aliados políticos através da mediação de recursos públicos.

Francisco Ramon Matos, em seu artigo “Guerra contra a seca?: cultura política, intelectuais mediadores e semiárido no Rio Grande do Norte (1900-1930)”, parte de leituras da história cultural e política através das noções de intelectuais, intelectuais mediadores, buscou analisar o discurso do intelectual e político Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951), sobre o discurso da seca nos jornais do Rio Grande do Norte, nas primeiras décadas do século XX.

Com o artigo intitulado “A Luz que vem do Norte: perspectivas historiográficas sobre a Ilustração Inglesa”, o autor Gabriel de Abreu Machado Gaspar, por meio de uma nova perspectiva historiográfica do Iluminismo, nos convidou a um passeio pela historiografia acerca da Ilustração inglesa.

Do autor, Jorge Luiz Ribas, temos o artigo “4F: Hugo Chávez e o Dia da Dignidade Nacional na Venezuela (1999-2013)”, no qual, por meio dos discursos proferidos por Chávez nas comemorações entre os anos em que esteve na presidência do país, abordou a produção simbólica na Venezuela contemporânea pela famosa cerimônia do “Dia da Dignidade Nacional”, criada pelo governo de Hugo Chávez.

No artigo “Trajetórias, mobilidade social e comércio no Atlântico no século XVIII: o padre angolano Lourenço da Costa de Almeida e seus familiares”, no qual, a autora Júlia Porphirio Orioli, por meio de vestígios da trajetória desse padre e de seus respectivos familiares, buscou compreender a complexidade do tráfico atlântico de escravos e a emergência de uma elite luso-africana no século XVIII.

Martinho Guilherme Fonseca Soares com seu artigo “Navegando em águas profundas: o estatuto social dos nautai na Odisseia”, buscou entender o imaginário elaborado pelos gregos sobre o mar, através dos Cantos que integram a Odisseia, bem como investigou sobre o segmento social dos *nautai* dentro do oikos homérico, em um momento marcado pela emergência da polis.

Noemia Dayana de Oliveira, com “Conciliar para consolidar: As disputas do Partido Liberal Moderado cearense no parlamento brasileiro (1836)”, buscou investigar o conflito político entre os parlamentares José Antônio de Pereira Ibiapina e Manoel do Nascimento Castro e Silva, no ano de 1836, na tentativa de compreender como se deu o acesso desses dois cearenses diante no campo político, e de que como, dentro do mesmo espectro partidário, obtiveram diferentes propostas de nação.

Do autor Rodrigo José Fernandes de Barros, temos a resenha intitulada “Dilemas da migração”, do livro, *Estranhos à nossa porta* de Zygmunt Bauman, em que o eixo central da obra se pauta nas ondas migratórias contemporâneas, por meio da análise de constructos teóricos advindos de livros predecessores da trajetória de Bauman.

Continuamos com o artigo “Coney Island e a nostalgia de um ‘divertimento irresponsável’ em Lana Del Rey” em que o autor, William David Vieira, por meio da concepção de “divertimento irresponsável” aplicada a duas canções da artista nova-iorquina Lana Del Rey – Carmen e *Off To The Races*, buscou discutir acerca das políticas de divertimento *kitsch* desenvolvidas em Coney Island, entre os séculos XIX e XX.

Esperamos demonstrar, não apenas com essa edição, mas com a própria Revista Temporalidades, que o investimento na Universidade Pública de qualidade e para todos, é um investimento na própria humanidade e no intelecto humano, pois, é no ensino superior público onde se tem a maioria da construção de conhecimento no país.

Desejamos a todos uma boa e proveitosa leitura!

Flávia Gomes Chagas
Thayná Cavalcanti Peixoto

Dossiê Temático: “Cultura Material e Impressa na construção da História”

Apresentação

José Newton Coelho Meneses

Professor Associado do Departamento de História / FAFICH - UFMG

O que se imprime e o que se lê?

Oportuna é a proposta deste dossiê da *Temporalidades* de evidenciar reflexões que privilegiem o diálogo temático da cultura impressa com a perspectiva de análise historiográfica que busca na leitura dos objetos o caminho instrumental da compreensão histórica. Os elementos materiais da cultura – como prefiro nominar o que normalmente se chama de “cultura material” – apresentam-se ao historiador como *documentos* de realidades sociais. Não são apenas simples reflexos da construção social, mas, repertórios de objetos criados e feitos pelo homem e integrados em sua constituição histórica. Os artefatos não são, ainda, simples detentores de sentidos sociais deslocados de seus usos: são enunciados que dão sentido às realidades, atribuem valor às coisas dos homens, induzem e instrumentalizam as práticas sociais.

Tenho escrito essa assertiva acima em algumas reflexões que faço no meu cotidiano de leitura da vida passada e, cada vez mais, sinto a necessidade de a verticalizar teoricamente. Não é

o que farei aqui, simples apresentação de um conjunto de textos temáticos que valorizam a leitura dos artefatos da inteligência humana.

“Objetos criados e feitos pelo homem”: foi o que escrevi logo acima como síntese de que as coisas do homem partem da sua inteligência e realizam-se com o saber-fazer de suas mãos. As mãos sabem e, por isso, fazem! Portanto o corpo humano, estrutura material mais intrínseca do ser, expressa-se como saber, como inteligência; os artefatos criam-se, inventam-se como instrumento dos gestos do corpo e da inteligência. As coisas do homem são inteligência humana.

A tradição historiográfica dos últimos 100 anos tem evidenciado bem o que ela denomina de “cultura material”, tratando os objetos como a parte não humana do humano; como os feitos do homem; como reflexo do pensamento humano. Em raros momentos tem compreendido os artefatos como parte dessa inteligência, como o próprio homem. Como quer Marcelo Rede, o “espetáculo de produção, circulação e consumo”¹ encantou os pensadores sociais no século XIX e a historiografia insistiu nessa permanência interpretativa, no diálogo com uma antropologia do consumo, refletindo “consumo como ato social criador de sentidos”², sob a influência da dimensão semiológica dos estudos sobre a cultura material. Dessa forma, evidenciou, feitos, conquistas, técnicas e instrumentos tecnológicos, produção econômica, invenções, transformações do mundo físico, sociabilidades, rituais, protocolos, intervenções no meio etc.

Uma nova antropologia do consumo nos ajudou a pensar, como Daniel Miller, que as coisas não apenas representam o homem, mas o constituem.³ Para ele, estamos denegrindo as coisas materiais para exaltarmos a nossa inteligência/pensamento e, então, “dessa altura, reivindicamos uma espiritualidade inteiramente divorciada de nossa própria materialidade e da

¹ REDE, Marcelo. História e Cultura Material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012, p. 134.

² Idem, p. 139.

³ MENESES, José Newton C. Apresentação. In: *VARIA HISTÓRIA*. Vol. 32, n. 58, Dossiê “Culturas alimentares, práticas e artefatos”, jan/abr, 2016, p. 15-20.

materialidade do mundo em que vivemos.”⁴ Miller nos sugere que, ao invés de naturalizarmos os artefatos, nos mergulhemos “de volta na algazarra da vida cotidiana e na gloriosa confusão de contradição e ambivalência que ali se encontram.”⁵ Tal proposta nos exige a abertura para uma nova perspectiva de olhar e de ler os produtos materiais da inteligência humana nessa algazarra cotidiana.

Há propostas metodológicas de decifração dos textos em sua condição de construção material. Refletidas por historiadores, sociólogos, antropólogos e vários outros profissionais ligados à restauração e conservação, à história da circulação de livros e de leituras, dentre outros, elas arejam ainda mais a compreensão da vida social a partir da escrita e de seus produtos em vários suportes. Márcia Almada, pensando o texto como artefato,⁶ vê duas vertentes gerais vigentes de se trabalhar o artefato presentes nos estudos acadêmicos: tomá-los como *tema de estudo* ou como *fonte de investigação*. Lembra-nos de como os textos foram hierarquizados como documentos de pesquisa privilegiados pelos historiadores, afastando-os das fontes ditas materiais.⁷ A autora remete à *Bibliography & the sociology of texts*, de Donald MacKenzie. Ele busca fazer uma associação entre a ação de escrever um texto e a atividade de tecelagem.⁸ Escrever é tecer. Com isso percebe o texto (a própria etimologia latina da palavra remete ao verbo tecer) como uma teia, uma tela, uma rede e, assim, nos facilita a percepção de sua condição material de construção.

A associação de texto ao têxtil, nas palavras de Roger Chartier, são “proximidades metafóricas ou materiais”, dentre as “numerosas metáforas que designam a escrita”, desde os

⁴ MILLER, Daniel. *Trecos, Troços e Coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 230.

⁵ Idem, p. 230.

⁶ ALMADA, Márcia. *Cultura material da escrita ou o texto como artefato*. Belo Horizonte: Mimeo, s/d.

⁷ Idem, p. 2.

⁸ MacKENZIE, Donald F. *Bibliography & the sociology of texts*. Port Chester, N.Y.: Cambridge University Press, 1999.

antigos.⁹ As metáforas poéticas da Antiguidade clássica grega aproximam o fazer poético do artesanato têxtil, com a inspiração se distinguindo do artesanato e a poesia sendo pensada como um discurso que se enreda em uma tela. Dessa forma, vão se aproximando e se distinguindo, paradoxalmente, a inspiração e a materialidade, no ato da escrita.¹⁰ O texto como tela, tecida com arte (art – artesanato) e com inteligência.

Óbvio que, ao longo da história da humanidade, o suporte onde esse texto-teia se constrói é parte intrínseca dele, quer componha manuscritos, mapas, impressos, livros, gravuras, partituras musicais, quer sejam apresentados em filmes, vídeos ou informação digital. Como parte a ser compreendida e que vai além do conteúdo escrito, essa construção textual viabiliza leituras incorporadoras da atitude autoral e englobam vários materiais, técnicas e pessoas envolvidas nessa construção.

As assertivas de Chartier, de Almada e de MacKenzie, me lembram Robert Darnton em *A importância de ser bibliógrafo*. Darnton inicia seu texto analisando a construção de escritos atribuídos a Shakespeare e de como chegam aos tempos posteriores a ele, “adulterados” em suas edições por um “tipógrafo (...) particularmente negligente”.¹¹ As análises do texto e do caminho de suas impressões por um profissional que “melhorava” a compreensão das edições anteriores tomadas de base, acabam por construir um “Shakespeare muito contaminado”.¹² O historiador, então, conclui que não basta ser crítico literário para ler o texto shakesperiano ou pseudoshakesperiano. É preciso ser bibliógrafo ou entender bastante de bibliografia “descritiva” e “analítica” para compreender textos do teatrólogo inglês. Desvelar as fontes materiais trabalhadas pelo tipógrafo “negligente” faz o estudioso conhecer um texto, outro texto, mais

⁹ CHARTIER, Roger. *Inscrever e Apagar*. Cultura escrita e literatura. São Paulo, Editora UNESP, 2007, p. 20.

¹⁰ Idem. Ver Capítulo 6, O texto e o Tecido, p. 232.

¹¹ DARNTON, Robert. A importância de ser bibliógrafo. In: DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 147.

¹² Idem. p. 148.

outro, tessituras de textos vários, incorporações, traduções, traições, a construírem um William Shakespeare.

Darnton nos brinda ainda com outro ensaio instigante sobre o jornal e o papel suporte dos textos jornalísticos e o risco de se perder a história ao relegar o arquivamento destes textos a microfilmes ou em meios digitais. Inspirado e motivado por Nicholson Baker, em seu *Double Fold*, que transforma em vilões os bibliotecários descartadores de papéis após a digitalização dos conteúdos textuais, o historiador americano escreve *Em louvor do papel*. Aí, numa resenha crítica a Baker e tomando seu livro como um *j'accuse* que não funciona bem na perspectiva da história, mas, contudo, percebendo que “o massacre do papel se espalhou para os livros”, Darnton concorda: “Nossa cultura está sendo destruída por seus guardiões”.¹³

Ressaltando uma série de temáticas nos estudos dos historiadores que não seria possível sem a leitura dos jornais diários, o autor de *O Grande Massacre de Gatos* lamenta o desaparecimento dos jornais das prateleiras das bibliotecas e arquivos porque:

Microfilme não serve, não apenas por estar repleto de problemas e lacunas, mas também por não conseguir transmitir a textura da página impressa – a forma como manchetes, diagramação, toques de cor e qualidades táteis do jornal standard e do tabloide orientam o leitor e conduzem o olhar através de blocos significativos de material impresso.¹⁴

Os dois textos de Robert Darnton referidos acima reforçam o valor da materialidade da escrita e de sua compreensão para se ler os textos como objetos autorais (mesmo considerando incorporações, composições, traduções), portanto de homens em tempos e em espaços específicos, cujas compreensões em uma totalidade histórica seriam acrescidas de sofisticação analítica, ao se usar os sentidos da visão, do tato, do olfato e até da audição na leitura textual. Ou

¹³ DARNTON, Robert. Em louvor do papel. In: DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 126. O livro de Nicholson Baker referido é *Double Fold: Libraries and the Assault on paper*. [Dobradura dupla: Bibliotecas e o ataque ao papel], segundo Darnton, “um *j'accuse* direcionado à profissão de bibliotecário” (p. 126).

¹⁴ Idem, p. 134.

seja, o tratamento do “texto como artefato” é instrumental de primordial importância para aprimorarmos nossa leitura.

Fique claro: esse dossiê não foi proposto para cumprir estratégias instrumentais prévias e, assim, não exigiremos dos textos do *Cultura Material e Impressa na construção da História* a perspectiva de análise propugnada acima. São textos livres das amarras teórico-metodológicas que se apresentam para a crítica do leitor. Eles, no entanto, nos remetem à reflexão sobre a construção material de textos impressos, em suas formas distintas de suportes e de condições de construção (social, histórica, ideológica), de publicização, de circulação entre leitores, também eles, os leitores, em várias temporalidades e espacialidades de leituras.

Diálogos culturais e políticos, objetos de interesses díspares, construções simbólicas de sociabilidades expressos em manifestações identitárias de cultura, suportes propagandísticos de valorização de sentimentos de nação, tudo isso, em materialidades da escrita e dos artefatos dos quais ela tematiza, os quatro textos deste dossiê, em suas especificidades nos apresentam reflexões em padrões distintos. Tal diversificação atende ao leitor da *Temporalidades* e o convida a refletir sobre um diálogo que a historiografia cada vez mais, valoriza: os elementos materiais da cultura e a impressão de textos e circulação de ideias que eles veiculam. Os artefatos e o texto; o texto-artefato; o suporte material do texto; o texto suportando ideias.

Boa leitura.

José Newton Coelho Meneses

Professor Associado do Departamento de História / FAFICH - UFMG

Os pôsteres alemães da Primeira Guerra Mundial: uma análise do discurso nacionalista e o uso do imaginário no período

The german World War I posters: an analysis of nationalist
discourse and the use of the imaginary in the period

André Luiz Bovo
Mestrando em Geografia
Universidade Estadual Paulista
andreluizbovo@gmail.com

Recebido em: 11/08/18

Aprovado em: 28/11/18

Resumo: Este artigo realiza uma análise do sentimento nacionalista presente nos pôsteres alemães da Primeira Guerra Mundial, realçando o uso da mitologia germânica, a criação de uma identidade nacional na valorização da história nacional e de uma origem idealizada, a figura do guerreiro, do valor militar e da defesa de uma cultura superior. Para tal é abordado temas como a presença de cavaleiros, bandeiras, além de imagens demonstrando o sacrifício sendo realizado. Objetiva-se, portanto, realçar a importância do estudo dos cartazes de guerra para a compreensão da sociedade alemã na Primeira Guerra Mundial.

Palavras-Chave: Primeira Guerra Mundial, Alemanha, Propaganda.

Abstract: This article analyzes the nationalist sentiment in the German posters of World War I, highlighting the use of Germanic mythology, the creation of a national identity in the valorization of national history and an idealized origin, the figure of the warrior, the military value and the defense of a higher culture. For this it is approached subjects like the presence of knights, flags, besides images demonstrating the sacrifice being realized. It is therefore intended to highlight the importance of the study of war posters for the understanding of German society in World War I.

Keywords: World War One, Germany, Propaganda.

Durante a Primeira Guerra Mundial, que durou de 1914 a 1918, a propaganda alemã procurou de diversas formas, explicar os motivos da participação e fazer com que a população apoiasse e participasse de tal decisão, através de um discurso normalmente emotivo e que possuía elementos culturais do país. O presente artigo se propõe, através do estudo dos pôsteres de

guerra, a compreender certos aspectos da sociedade da Alemanha do período, seu pensamento, preocupações e valores, a partir dos discursos, por eles proferidos, em texto ou imagem.

A guerra ocorre no término de um período de grande crescimento europeu, sendo este social, econômico e tecnológico, conhecido como *belle époque*, que trazia em si grandes esperanças para com o futuro. Com o atentado realizado em Sarajevo, houve uma série de acontecimentos culminando na guerra de proporções mundiais. Até o começo do conflito, entretanto, a guerra era compreendida como necessária e de tom glorioso, pois viam que seu resultado traria a humanidade para um avanço, sendo este um obstáculo necessário a ser enfrentado e que não tardaria em finalizar-se (ARARIPE, 2006, p. 319-320). Porém, a população não poderia estar mais enganada, sendo o confronto extremamente violento e que trouxe consequências terríveis, não somente pelo número absurdamente alto de mortos e do uso de armas químicas, mas também devido ao fortalecimento das condições e ressentimentos que levariam aos terrores do segundo conflito mundial.

Os pôsteres de guerra foram instrumentos utilizados em grande escala para a propagação de um ideal nacional e a criação de uma identidade, incentivar empréstimos de guerra para as forças militares (“*War bonds*” ou “*Kriegsanleihe*”), impulsionar doações, fazer proclamações do Estado para o povo e aumentar o alistamento.

Com a crença de que a guerra seria de rápida resolução e terminaria ainda no ano de 1914 (BASTOS, 2006, p. 5), pouco fora planejado quanto à sua comunicação, entretanto, conforme o conflito se estendia, viu-se o crescimento de formas de relatar a situação enfrentada. O aparecimento destas levou a criar, “em 1915, um Órgão Supremo de Censura que ficou conhecido pela sigla O.Z. Este organismo ficou subordinado diretamente ao gabinete imperial, atuando como censura prévia, a cargo de militares” (BASTOS, 2006, p. 5-6). A formação de uma instituição governamental de censura possibilitou o filtro necessário para a manipulação da informação, além dos meios de formular a propaganda da maneira que melhor convinha ao Império. Assim, os meios de comunicação, dentre eles os cartazes, apresentavam ideias propícias à manutenção da guerra e da participação popular. Tais ideias são abordadas no decorrer do texto, onde, ao se analisar determinadas características da cultura e do pensamento alemão do período, notamos o seu uso em alguns cartazes.

Um dos elementos de análise é a leitura do discurso mitológico político (não confundir com o sentido em outros aspectos, como de mitologia germânica, durante o texto) elaborado por

Girardet (1987, p. 12-17), que compreende os aspectos dos discursos nas profundezas do imaginário dos indivíduos, abrangendo sua importância explicativa e de gerar determinadas atitudes na população através da realidade psicológica. O discurso está dividido em quatro “conjuntos mitológicos”, que são interligados e sobrepostos, sendo que todos, de uma forma ou de outra, estão apresentados nos temas abordados neste artigo. “O Salvador”, imagem do herói que guia à vitória, no período da primeira guerra, Guilherme II era o representado como tal, possibilitando o retorno da sociedade a uma “Idade de Ouro” onde os alemães não estavam contaminados pelos considerados inferiores e, assim, conseguiriam “a Unidade” do povo e da cultura tipicamente alemã contra os inimigos que maquinam em “Conspiração” para destruí-los (CAPELATO, 1995, p. 86, 88-89). Tais elementos serão aprofundados, mas primeiramente se faz necessário à explicação das particularidades referentes ao tipo documental, como sua produção, localização e formato.

Fator importante a ser considerado é a sua produção e veiculação. Os cartazes eram produzidos em massa, principalmente devido a avanços relacionados à tipografia no período (AROUCA, 2016, p. 51). Tal produção, em grande quantidade, possibilitava a presença destes nos mais diversos lugares, se mostrando um elemento constante no cotidiano. A produção massificada, objetivando aproximar as esferas individuais e públicas, se percebe não somente na Primeira Guerra Mundial, mas também na propaganda nazista depois, ambas utilizaram da cultura alemã, que fora sendo moldada ao longo do tempo, com diversos acontecimentos que remetem não somente aos acontecimentos do século XX.

Normalmente postos em centros urbanos, os pôsteres continham mensagens que se direcionavam para a cidade em que foram colocados, sendo estas normalmente cidades grandes, e possuíam como objetivo passar determinada informação, pedido ou ação necessária para a população, através de seus escritos e/ou de suas imagens. No caso da Alemanha, eram utilizadas imagens que exaltavam um ideal romântico visando glorificar seu passado. Além disso, a escrita possuía uma fonte tipicamente germânica e o uso destes elementos procurava juntar o máximo de características típicas de sua cultura. Como explica Bortolucce:

A Alemanha, em períodos anteriores, foi solo pisado pelos exércitos francês e russo. Estas experiências provocaram uma reação fortemente nacionalista no país, refletida em sua propaganda de guerra. Como o serviço militar era obrigatório na Alemanha, esse tipo de cartaz não era necessário no país. Todavia, para outros propósitos, os alemães precisavam urgentemente de ideais para cartazes.

Os designers alemães conheciam os cartazes feitos pelos aliados. [...] Em Berlim chegou até mesmo a haver uma exposição de pôsteres de recrutamento britânicos em 1915. Alguns cartazes de guerra deste país construíram seu apelo ao espectador ao recorrer para imagens românticas e literárias, semelhantes às ilustrações de contos medievais ou de mitologias. Estão presentes as associações com ideias teutônicas e a um passado glorioso, graças ao uso de elementos medievais, ao visual xilográfico, a presença da letra em tipo Fraktur, que construía um estilo vigoroso e inequivocadamente germânico. Um outro tipo de cartaz alemão manifestava o visual característico do Sachplakat – imagens simples e concentradas, contornos definidos e cores planas e densas (BORTOLUCCE, 2001, p. 330)

A procura por exemplos de cartazes na Inglaterra tratava-se de uma inteligente estratégia, se levarmos em consideração os êxitos logrados pela propaganda inglesa, principalmente quanto ao alistamento de soldados e o impacto gerado pelos cartazes (GINZBURG, 2003, p. 15, 18). Na Alemanha o serviço militar era obrigatório, mas o uso desse modelo permitiria outras facetas fundamentais à guerra, como conseguir dinheiro através de empréstimos. As características tipicamente alemãs, com imagens e texto diretos, visavam afetar sentimentalmente os seus leitores, utilizando de aspectos fantasiosos nas gravuras e de uma escrita de tamanho variado, procurando captar a atenção. Os cartazes, um tipo de mídia exposta, estavam em diversos lugares públicos e tinham em sua forma de comunicação, o objetivo de falar com a sociedade como um todo, valorizando e incorporando o indivíduo na sua conjuntura (CRISTELLI 2009-2010, p. 3).

O pôster se dirigia, portanto, para a população, com descrições e pedidos referentes à guerra, através de grande apelo sentimental para chamar atenção e melhor concordar com seu conteúdo. O cartaz, devido às suas características físicas, imóveis, cobra um maior envolvimento da mensagem com o leitor, visando capturar seu interesse, o obrigando a parar e ler:

O cartaz conta ainda com uma peculiaridade importante em relação a outros tipos de mídia presentes na época. Ele é estático, não se movimenta, não é animado, por isso exige do leitor um momento de não movimento também, para que este possa entender qual a mensagem do cartaz. E esta mensagem já é pensada para atuar no psicológico do leitor, causando diversos efeitos sentimentais. Logo o grande objetivo do cartaz não é puramente vender algo, mas sim seduzir e emocionar o receptor (CRISTELLI 2009-2010, p. 4).

Os cartazes foram um dos meios da propaganda justificar e incentivar o conflito, ela procurou o melhor jeito de transmitir internamente uma valorização dos sacrifícios que estavam sendo realizados na guerra, desse modo engrandeciam a cultura interna, tipicamente alemã. Além disso, unia toda essa valorização do interno com um forte sentido religioso, com o *Kaiser* pedindo ao povo alemão a orar pelos soldados, promovendo assim o aumento do conflito dos alemães principalmente contra os ingleses. A guerra era vista como um conflito ligado ao bem e a moral, a

defesa de sua cultura era um fato heroico com forte sentimento religioso. Esta formulação contribuiu para intensificar o sentimento bélico da população alemã (BASTOS, 2006, p. 4-8).

Além do reconhecimento com o pôster e do crescimento do sentimento conflituoso, é também fundamental para o Estado que o indivíduo se identifique com ele e o admire, para assim, conseguir passar melhor sua mensagem de acordo com a situação da guerra e suas necessidades, desse modo, vão elencar diversos elementos religiosos míticos tidos como nacionais para uma penetração da propaganda mais efetiva (CRISTELLI, 2009-2010, p. 3). Um exemplo de imagem com cunho sacro pode ser visto no cartaz de Kaempster, de título “*Unser Kaiser an sein Volk*”, “Nosso Imperador para seu povo”, em que é mostrado uma cena religiosa de São Jorge contra o dragão, um forte símbolo da luta contra o mal, sendo que, no escrito, há informações a respeito da situação da guerra e um pedido do *Kaiser* para que a população ore pelo bem do exército.

Imagem 1: “Unser Kaiser an sein Volk”



KAEMPSTER, Edward. *Unser Kaiser an sein Volk*. 1914.¹

¹ Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/cph.3g11627/> Acesso em: 10/08/2018.

O *kaiser* é a figura heroica, simbolizando os aspectos morais que levariam à vitória, “o Salvador” que se direciona a seu povo a fim de guiá-los contra o mal que tanto ameaça a Alemanha (GIRARDET, 1987, p.15). Enfoque claro nos aspectos sentimentais, desde a imagem religiosa à valorização do líder, visando fixar a mensagem na pessoa que o lê.

Essa idealização do líder também é vista posteriormente em Hitler, pois tanto o *kaiser* quanto o *führer*, são representados na propaganda como possuidores dos ideais alemães do período, além de que seriam agentes que possibilitariam o retorno de um período grandioso que traria aos alemães um futuro de conquistas. Portanto, o mito político daquele que lidera continuou sendo utilizado, em outro contexto, mas com as mesmas bases culturais.

Para compreender o cartaz, temos que pensar sua relação com a sociedade e o indivíduo, e suas representações simbólicas, pois:

Para Elias, em suma, o indivíduo se apresenta como uma síntese complexa de um contexto sócio-histórico singular, dotado de uma configuração exterior e de uma interioridade. A figuração do autocontrole individual está associada, assim, à forma social de distribuição de bens materiais e simbólicos, do controle da violência física e de divisão do trabalho que exigem do indivíduo uma busca permanente para obtenção de saberes específicos. A sociologia configuracional de Elias, nesse sentido, pode ser vista como um espaço de interações e de redes intercomunicantes, onde as correlações são sempre relacionais e o indivíduo existe, enquanto tal, apenas quando compo uma rede de interdependências, em um sistema de interações sempre tenso e conflitual, por onde se realiza sua identidade individual e social e se organiza sua vida emocional. (KOURY, 2013, p. 85)

Ou seja, o conceito de habitus de Norbert Elias tem em si a compreensão da ligação entre o individual e o social ao qual ele faz parte, pois, como é notado por Boris Fausto

A rigor, o conceito de habitus aproxima-se do de mentalidade, assumido em toda a sua extensão, como se sabe, pela historiografia francesa, a ponto de Elias referir-se a habitus nacional ou mentalidade como termos pelo menos assemelhados. Entretanto, ao contrário do que ocorre com os historiadores franceses das mentalidades, a psicologia e, sobretudo, a psicanálise parecem intervir mais do que a antropologia na constituição do conceito de habitus. A esse respeito, o autor lança mão, expressamente, de uma analogia com o método freudiano, em uma passagem em que, aliás, as fronteiras entre a psicologia individual e a psicologia coletiva não são claras. Freud, diz Elias, tratou de mostrar a conexão entre o desfecho de uma conflituosa canalização dos impulsos no desenvolvimento da personalidade e seu habitus daí resultante. Mas há também conexões análogas entre o destino e as experiências de um povo, a longo prazo, e seu habitus social assim assentado. Nesse plano, ocorrem muitas vezes sintomas complexos de distúrbio que têm praticamente a força das neuroses individuais. (FAUSTO, 1998, p. 146)

Os pôsteres, então, vão dessa maneira exacerbar as características do habitus social para alcançar o resultado esperado a nível individual. Diversas mensagens serão vinculadas reforçando a face marcadamente militar, hierárquica, mesmo entre os burgueses, da sociedade alemã do período como realça Norbert Elias:

Embora houvesse exceções, como os escritos de Nietzsche, o *ethos* guerreiro aburguesado da sociedade Guilhermina encontrou sua expressão menos em livros eruditos, do que no pensamento e nas ações cotidianas das pessoas envolvidas. Provas disso apresentam-se, por exemplo em mudanças no uso de vocábulos ou nos romances populares da época. [...] o *ethos* militar definiu o *ethos* do trabalho para os próprios trabalhadores e também, em última análise, o *ethos* do trabalho nacional e a consciência dos indivíduos, estava igualmente em harmonia com a distribuição de forças desse tempo. (ELIAS, 1997, p. 187-188)

Essa forma de pensamento e moral guerreira, de característica nobiliárquica agora espalhada por toda a população, sejam trabalhadores, militares ou burgueses, era visível no vocabulário utilizado por romancistas do período como:

“disciplina” e “honra”, que tenham um papel de relevo no código militar, também são encontradas no código que governa as relações entre patrões e trabalhadores. [...] “Ferro” é uma outra palavra-chave desse período. Ser fraco ou até mostrar apenas uma fraqueza é, como se pode ver, algo muito terrível. A lembrança dos anos de fraqueza assedia a classe média da época e, assim, em certa medida, exige que se exagere ao máximo a atitude oposta. Por toda a parte se encontram provas disso em documentos da época. A Alemanha era fraca; agora é forte e devemos fazer de tudo o que estiver ao nosso alcance para nos tornarmos ainda mais fortes, tanto militar quanto economicamente. (ELIAS, 1997, p. 188-189)

A valorização da força carrega o medo da fraqueza antes vivida, interpretando como algo inaceitável. Este temor da volta de uma condição inferior é visto nos pôsteres, como a subjugação do povo alemão caso perdessem a guerra. Podemos ver isso neste encorajamento à população alemã ao combate para evitar o futuro sombrio:

Imagem 2: “Zum Kampf auf's Letzte sind wir herausgefordert”



HOFFMANN, Anton. **Zum Kampf auf's Letzte sind wir herausgefordert!**. 1917. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004665973/> Acesso em: 10/08/2018.

É apresentada a imagem de um alemão sendo subjugado por um oficial francês e ameaçado por um soldado negro, enquanto é obrigado a realizar trabalho forçado para o inimigo. O texto incentiva o sentimento de lutar até o fim, pois caso fossem derrotados, os alemães perderiam sua liberdade individual e seriam escravos em campos de trabalho forçado. Uma clara demonstração do medo do retorno de uma posição de fraqueza, utilizado como elemento impulsionador dos sentimentos e ações a favor do conflito, incitando mais raiva para com o oponente.

Outra característica notável é a submissão a uma pessoa de outra “raça” sob o poderio e comando francês, que historicamente tem suas bases não somente na ideia da superioridade alemã que subjuga os “inferiores” (e não o oposto), mas também dos traumas do domínio napoleônico na Alemanha. Os aspectos da pretensa superioridade, seja de “raça” ou cultura, eram exaltadas na imagem dos *kaisers* (CAPELATO, 1995, p. 88-89).

Essa fraqueza temida se torna ressentimento com o fim da Primeira Guerra Mundial, sendo o Tratado de Versailles interpretado como uma “punhalada nas costas”, uma traição,

tratado prejudicial e injusto para com os alemães. Essa injustiça que os enfraquecia alimentou o crescimento do ódio pelos inimigos, o qual se intensificou com o nazismo. Entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda, houve a República de Weimar, que ficou caracterizada pela sua alta produção cultural e, também, pela miséria e pobreza extrema, resultantes das exigências cobradas pelos vitoriosos (CAPELATO, 1996, p. 90). Hitler, assim, surgiria como um elemento de correção a situação dos alemães, personificando não somente a cultura do povo, mas todo o revanchismo que borbulhava em seu interior.

Nota-se uma tendência na sociedade alemã já na Era Guilhermina (período de governo dos *kaisers* Guilherme I e II) de diminuir o inimigo, de desassociá-lo aos sentimentos de compaixão ou misericórdia, pois:

Aos guerreiros não podia ser permitido que se identificassem muito com o inimigo pois, caso contrário, poderiam não o atacar ou matar e, portanto, seriam incapazes de o derrotar. No vocabulário da época, destacaram-se expressões que estigmatizavam a simpatia por outrem. Sentimentos humanos podiam ser simplesmente rejeitados como perniciosos, ao serem definidos como “sentimentalismo piegas”. Onde predominasse a “vontade de ferro”, eram encorajados o “brio” e o “comportamento decidido”, ao passo que a “sentimentalidade deslocada” era tida por inconveniente. (ELIAS, 1997, p. 189)

A “vontade de ferro” típica do guerreiro valente e pouco sentimental era aliada à construção do inimigo como algo monstruoso, seja um dragão, a morte, uma fera ou qualquer tipo de figura de símbolo de dominação e violência eminente, sendo tal aliança, a exaltação da brutalidade guerreira com a desumanização do inimigo, fundamental para a aceitação do conflito.

Imagem 3: “Bolschewismus bringt Krieg, Arbeitslosigkeit und Hungersnot”



ENGELHARD, Julius Ussy. **Bolschewismus bringt Krieg, Arbeitslosigkeit und Hungersnot**. 1918. Disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/item/2004665871/>. Acesso em: 10/08/2018.

No cartaz de Julius Ussy Engelhard de 1918 (imagem 3), observados os dizeres “*Bolschewismus bringt Krieg, Arbeitslosigkeit und Hungersnot*”, “Bolchevismo traz guerra, desemprego e fome”. Este é um cartaz, portanto, que incentiva a luta contra o bolchevismo, que é representado por um monstro que está segurando uma faca e uma bomba. Além disso, é reforçada a imagem da força da Alemanha contra o inimigo feroz, que se vê perante à imponência do poder germânico, claramente visto com o leão acuado frente a um alemão de complexo forte empunhando uma espada, subjugando-o (Imagem 4). “*Es gilt die letzten Schläge, den Sieg zu vollenden!*”, “os últimos golpes para alcançar a vitória”, texto como incentivo ao empréstimo de guerra para alcançar um desfecho favorável ao conflito

Imagem 4: “Es gilt die letzten Schläge, den Sieg zu vollenden! Zeichnet Kriegsleihe!”



PAUL, Gerd. *Es gilt die letzten Schläge, den Sieg zu vollenden! Zeichnet Kriegsleihe!*. 1918. Disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/item/2004666141/>. Acesso em: 10/08/2018.

Tendo em vista esse forte apelo militarista da sociedade, marcadamente visível no vocabulário dos romances, também é importante ver como tal guerra era analisada pelos intelectuais, o que possibilita uma melhor compreensão do que os cartazes simbolizavam, as

frases neles contidas, a imagem presente e o que está sendo valorizado, a sua importância e qual o discurso que a estava fundamentando. João Carlos Soares Zuin demonstra em seu texto o posicionamento dos intelectuais alemães quanto à Primeira Guerra:

Para muitos intelectuais alemães a guerra de 1914 era concebida como um acontecimento absoluto que possibilitava tanto o retorno dos valores alemães autênticos como os de lealdade, camaradagem, aventura, triunfo do corpo, sacrifício, renúncia à solidão e à decadência do espírito moral, como também promovia o surgimento de novos heróis e a formação de uma nova e verdadeira *comunidade* fundamentada nos valores do sangue e da terra (ZUIN, 2001, p. 78).

A valorização da guerra estava em todas as camadas da sociedade, mesmo entre os intelectuais, pois traria os verdadeiros valores de volta, que podem ser vistos nos pôsteres:

Imagem 5: “Altona’s Opfertag”



BATTERMANN, Wilhelm. **Altona's Opfertag, 18. Januar 1916**. 1916. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004665808/> Acesso em: 10/08/2018.

Feito por Battermann em 1916 (imagem 5), o cartaz chama a população a participar no dia de doações na cidade de Altona e apresenta a imagem de um soldado pensando em sua mulher e seus filhos, demonstrando o sofrimento que os soldados passavam ao irem à guerra para proteger sua família e sua pátria. Outro elemento presente na imagem é o seu rifle com a baioneta.

O pôster data o 1º dia de janeiro de 1916, pouco tempo após a guerra ter entrado em sua fase de “Guerra de Posição”, em meados de 1915, período em que foram construídas as trincheiras, que apresentavam precárias condições para os soldados viverem, com o cotidiano marcado pela falta de higiene e o constante medo e perigo. A situação desta fase da guerra, a deprimente e aterrorizante situação que era a vida nas trincheiras é explicada detalhadamente por Araripe:

Os dois lados cavam trincheiras, para passar o inverno, até que a chegada da primavera permitisse retomar a guerra de movimento. As trincheiras ficaram por três anos, até o fim, marca inesquecível da Grande Guerra. [...] A presença constante da morte, do ferimento, do gás tóxico, do medo, enfim, coexistia com a miséria da lama, dos piolhos, dos ratos, da imundície.

À frente a “terra de ninguém”, termo cunhado durante a Grande Guerra, 500, 200 m de terreno, às vezes apenas 50. Os combatentes vão melhorando suas trincheiras, aumentando-lhes a capacidade de defesa [...] Ao mesmo tempo, minoram-lhes as miseráveis condições de habitabilidade. [...]

O auge da provação na vida nas trincheiras não era atingido durante os bombardeios de artilharia, quando sempre presente estava o medo de ser esfaqueado pelos estilhaços de uma granada, morto pela concussão de seu arrebatamento ou, pior ainda, soterrado. [...] Mais angustiante ainda era a hora da verdade, anunciada pelo comando “over the top” (para cima!). Equipamento ajustado, baioneta calada, o soldado transpõe o parapeito da trincheira e, seguindo seu comandante, se lança em direção à do inimigo, sob o fogo de canhões, metralhadoras e granadas de mão, até o assalto final (ARARIPE, 2006, p. 335-336).

As condições desumanas vividas nas trincheiras e em suas batalhas tinham que ser demonstradas de forma a ser compreendida como sacrifício heroico, mas que não perturbasse o leitor, e sim, o atraísse. Desse modo, ao captar a atenção dos indivíduos nos espaços públicos, os cartazes faziam com que estes se sentissem envolvidos no conflito, a par de sua violenta realidade do sacrifício dos soldados em batalha, através do reconhecimento com a mensagem ali transmitida, seja pela figura ou pelo escrito. (BORTOLUCCE, 2001, p. 302)

Para melhor atrair a atenção e absorção do conteúdo exibido, sem demonstrar necessariamente a sua brutalidade de maneira explícita, outras características foram utilizadas e enlevadas, e muitas dessas se intensificariam em um futuro próximo. Uma delas seria a da superioridade do povo ariano e a valorização de sua história e da mitologia germânica. Estes ideais, que estavam a ser germinados durante toda a história alemã, foram reforçados com a Primeira Guerra Mundial, e se apresentavam com força nas sociedades secretas, as quais foram formuladas já no século XIX. Tais sociedades trazem em seu bojo as origens filosóficas do futuro partido NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*), que vão apoiar o pangermanismo, os ideais racistas e o antissemitismo, como demonstra Rodrigo Medina Zagni:

Locus de organização do nacionalismo que libertou a maior parte do mundo da opressão das casas monásticas e da dominação estrangeira no séc. XIX; na Alemanha, essas ordens secretas deram luz a um fenômeno anômalo, filho não do nacionalismo, mas de um nacionalismo exacerbado que reivindicava não apenas o direito de existência de uma nação e o reconhecimento de seu povo, mas a superioridade desse povo sobre os demais, e com isso, de sua nação sobre todas as outras (ZAGNI, 2008, p. 7).

Dentre essas sociedades devemos destacar a sociedade *Thule*, pois ela durante a Primeira Guerra já espalhava os símbolos da mitologia germânica e principalmente a suástica, assim como mostra Zagni sobre a sociedade *Thule*:

[...] cuja origem, por sua vez, era a secreta Germanenorden, fundada em 1912 e formada por aristocratas, industriais e membros proeminentes da sociedade alemã.

Havia critérios rígidos para a admissão de novos membros. Todos tinham que provar descendência puramente ariana, sendo pré-requisitos ainda o tipo e cor de cabelo, de pele, cor dos olhos e formato do crânio. Não apenas anti-semita, a *Thule* era declaradamente anti-democrática e anticomunista, traços que permaneceram quando re-organizada como partido político, por influência de um grupo de discussões de trabalhadores incorporado, em segredo, em 1918. [...] Na sua organização, se verifica a ponte entre o presente e o passado germânico idealizado, por meio dos símbolos postos ali em circulação, das runas nórdicas à suástica, esta que já era utilizada como "amuleto" pelos soldados germânicos [...] nos campos de batalha da Primeira Guerra, para dar sorte e, catalizadora da mística superioridade germânica, afastar seus portadores da morte. Por conta de sua conotação, ela logo foi associada aos pan-germanistas e anti-semitas, dentre os quais, o então cabo do Exército Bávaro, Adolf Hitler. (ZAGNI, 2008, p. 7-8)

Desse modo, cada vez mais irá fortalecer a idealização do passado e valorização da mitologia germânica, aumentando a crença na superioridade da raça ariana, um importante elemento do pensamento que fundamentará o nazismo. A glorificação do passado aparece já no

século XIX aliado ao romantismo e os mitos populares como elemento de identidade do povo alemão, com a valorização de sua “raça” frente à “degeneração” de outros povos (CAPELATO, 1995, p. 86-87)

Tais valorizações, como as da mitologia germânica, são perceptíveis nos pôsteres. Podemos usar como exemplo o feito por Franz Stassen (imagem 6) durante a Primeira Guerra (não há uma data específica), onde é apresentada uma Valquíria e a seu lado a águia imperial que representa o Estado. Ambos defendendo e guiando o povo alemão, o texto é uma declaração do *Kaiser* e um pedido para que os alemães ajudem do jeito que possam para a guerra:

Imagem 6: “An das deutsche Volk!”



STASSEN, Franz. **An das deutsche Volk!**. Circa 1914-1918. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004666118/> Acesso em: 10/08/2018.

Outra característica importante vista durante a Primeira Guerra e que vale realçar, é a influência do darwinismo social, pois além de ser uma das bases das teorias raciais, da identificação nacional por uma origem comum, dava sustentação ao poder da elite, pois ele:

Proporcionou um apoio pseudocientífico para as antigas classes dominantes e governantes que vinham se reafirmando. O darwinismo social se adequava à sua mentalidade elitista, onde a ideia de desigualdade estava profundamente enraizada. Em sua concepção, os homens eram desiguais por natureza, e o mesmo ocorria quanto à estrutura da sociedade, para sempre destinada a ser dirigida pela minoria dos mais aptos a governá-la. (MAYER, 1987, p. 276)

As ideias raciais se fazem presentes nos pôsteres, como já visto no de Hoffmann em 1917 (imagem 2), onde demonstra um alemão sendo ameaçado por um africano, ou pelo feito por Walter Riemer em 1920 (imagem 7) poucos anos após o conflito:

Imagem 7: “Protest der deutschen Frauen gegen die farbige Besatzung am Rhein”



RIEMER, Walter. **Protest der deutschen Frauen gegen die farbige Besatzung am Rhein**. 1920. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004666132/> Acesso em: 10/08/2018.

Com o escrito “*Protest der deutschen Frauen gegen die farbige Besatzung am Rhein*”, “Protesto das mulheres alemãs contra a invasão colorida no Reno”, e a imagem com um soldado negro no lado francês do rio Reno, nota-se o pensamento racista e a tentativa de intensificá-lo na população com o cartaz. A produção cultural pós Primeira Guerra Mundial, durante a República de Weimar, possuiu um forte crescimento artístico, com obras que foram confeccionadas pelos mais diversos tipos políticos, dentre eles os apoiadores do nazismo e dos seus ideais (CAPELATO, 1996, p. 90). O cartaz de 1920 é um exemplo das demonstrações desse pensamento, caracterizado pelo racismo, revanchismo e cruel desumanização do inimigo.

Com o crescimento do nazismo, o seu líder, Adolf Hitler, aparece cada vez mais como um salvador da situação humilhante, resultado do Tratado de Versalhes, que ocasionou uma Alemanha fraca, territorial e economicamente. Os ideais do líder passam a simbolizar o avanço da nação e do povo, o qual deveria ser purificado da decadência judaica e, assim, construir uma nação forte, composta pelos arianos (SILVA, 2008, p. 17-19).

Podemos, dessa forma, compreender essa criação de um ideal nacional e racial do povo alemão, que também irá se pautar em outro conceito, o de liberdade, uma típica alemã, interior, valorizando a tradição e os costumes locais, como demonstra Zuin ao citar Losurdo:

Se dirigirmos nosso olhar sobre a filosofia ou a propaganda de guerra alemã, perceberemos que um de seus motivos essenciais é a celebração da particularidade irredutível do povo alemão: a "liberdade alemã" é oposta ao desenvolvimento histórico da Europa ocidental. Trata-se de uma liberdade que se apoia sobre uma "interioridade", da qual o povo alemão é dotado mais do que algum outro, e que ele deve defender inclusive mediante uma guerra mundial [...] Liberdade alemã, interioridade alemã, religiosidade alemã: trata-se aqui da retórica e da mitologia teutômanes desenvolvidas durante a resistência anti-napoleônica. [...] A única novidade é que agora essa argumentação ideológica é utilizada para justificar a missão imperial da Alemanha, que não se opõe somente à tradição política francesa, mas igualmente à tradição inglesa. (ZUIN, 2001, p. 77, apud. LOSURDO, 1994, p. 81)

Tal defesa pela liberdade da nação, da cultura e tradição da Alemanha é de se notar no pôster de 1918 (imagem 8), de autor anônimo, mas feita pela *Kunstanhalt Römmler & Jonas, G.m.b.H.*

Imagem 8: “Alles fürs Vaterland! Alles für die Freiheit!”



Kunstanhalt Römmler & Jonas, G.m.b.H. *Alles fürs Vaterland! Alles für die Freiheit!*. 1918. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004665899/> Acesso em: 10/08/2018.

“*Alles fürs Vaterland! Alles für die Freiheit!*”, “Tudo pela Pátria! Tudo pela Liberdade!”, o cartaz convida a todos os alemães a se juntarem aos fuzileiros voluntários na fronteira. Ele demonstra essa defesa do modo alemão, a devoção patriótica e o conceito de liberdade, assim como é comentado por Losurdo.

Assim, houve cada vez mais a valorização da história alemã, ao heroicizar personagens, grupos guerreiros históricos, para fazer com que se fortaleça ainda mais na população o *ethos* militar, a cultura bélica em defesa de um Estado forte e expansionista, protegendo a liberdade alemã do inimigo, como no seguinte cartaz de Erwin Punchinger feito no ano de 1915 (imagem 9):

Imagem 9: “Zeichnet Kriegsanleihe”



PUCHINGER, Erwin. **Zeichnet Kriegsanleihe**. 1915. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004666194/>
Acesso em: 10/08/2018.

No cartaz é possível notar um cavaleiro defendendo uma mulher e seu filho, representando uma comparação dos cavaleiros medievais com os soldados no *front*. Com uma visão romantizada da história, ligando-a com os acontecimentos vivenciados, procurava aumentar na população seu sentimento nacionalista, além do reconhecimento dos sacrifícios que estavam a ser realizados. O texto do cartaz é um incentivo para os empréstimos de guerra.

Outro fator a ser levado em conta nos pôsteres é a presença de bandeiras, as quais possui um grande significado, tendo em vista que se trata do

Símbolo de uma comunidade, a bandeira funciona como sinédoque visual. Ao ver-se a bandeira, «vê-se» o conjunto de pessoas da unidade política nacional que ela representa. Sendo ela um símbolo geralmente muito abstracto, esta associação automática bandeira-nação é afinal um *constructio* cultural e histórico de longa fermentação (TORRES, 2008, p. 138).

Imagem 10: “Fest steht und treu die Wacht am Rhein”



SCHÜLZE, Horst. **Fest steht und tru di Wacht am Rhein**. 1914. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004666112/> Acesso em: 10/08/2018.

“A vigilância no Reno permanece firme e leal”, com a imagem de um soldado portando a bandeira alemã Guilhermina e outro em estado de alerta sacando sua espada. A bandeira tem um grande significado nesse cenário, com o soldado a empunhando com postura firme, como símbolo da Alemanha e seu orgulho em batalha.

Portanto, a bandeira é um símbolo com fortes bases culturais de uma população, mas que, ao mesmo tempo, representa a multidão, assim como explicado por Torres, a relação entre multidão e bandeira:

A multidão, apesar de reunir um número geralmente grande de pessoas, é também uma sinédoque quando formada para, e vista como, representação de um conjunto ainda maior. No caso de multidão nacional, isto é, uma multidão que luta pela nação ou a celebra, estamos perante um símbolo coincidente com a bandeira nacional no que respeita ao objecto que qualquer delas simboliza, isto é, substitui; no caso, a nação. A bandeira é, todavia, um símbolo mais

distante na sua linguagem do signo que representa, pois não há ou quase não há qualquer relação entre o retângulo colorido e geométrico de uma bandeira e o conjunto das pessoas de uma nação. [...] É por isso que a multidão é muitas vezes usada como representação de uma nação, sem o recurso à bandeira. [...] A sua presença como representação nacional é mais emotiva (por ser formada por seres humanos) e de efeito muito mais eficaz, pela associação que estabelece entre o observador e outros indivíduos. (TORRES, 2008, p. 138-139)

Como bandeira ou multidão, o símbolo de união é claro, reúne em si complexos elementos culturais e sociais de um povo em um único aspecto, que pode ser coligado à importância de quem e como o carrega (GIRARDET, 1987, p. 12, 15). A correlação entre um conjunto de indivíduos e bandeiras pode ser vista perfeitamente no pôster de Anton Hoffmann

Imagem 11: “Die Fahnen flattern hoch im Wind!”



HOFFMANN, Anton. **Die Fahnen flattern hoch im Wind!**. 1917. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004665974/> Acesso em: 10/08/2018.

Claramente visível são as bandeiras, os soldados e o título: “As bandeiras tremulam ao vento”, com escritos relatando que os sacrifícios feitos pelos operários na cidade e pelos soldados no *front* de batalha levará a bandeira alemã à vitória. Portanto, pela reunião do texto e da imagem,

fica claro a relação com a bandeira, os soldados e a população civil, a qual não é mostrada, mas é apresentada através do símbolo da nação e de seus habitantes. O pôster, dessa forma, reúne elementos de nacionalismo, sacrifício, valores militares, realizando a união do indivíduo com a sua coletividade. Desse modo, é possível ver todo o peso cultural envolvido em sua construção e na mensagem que transmite, e a maneira de intensificar certas características culturais no *habitus* social e individual, para incentivar e direcionar a sociedade de acordo com os objetivos da propaganda. Seguindo o pensamento de Torres, nota-se dois tipos de multidão no pôster, a de soldados e a da nação e seus trabalhadores através da bandeira, unindo assim os dois grupos, em um discurso uno de crescimento e grande força da nação se direcionando a vitória.

O raciocínio a respeito da representação de uma multidão pode ser feito para o pôster de Stassen, Imagem 6, que vimos em consideração à Valquíria e a águia, símbolo do Estado Alemão. O que difere do que vemos na imagem 10 e 11, nos quais a população está sendo apresentada através da bandeira. Nos 3 casos o importante é sua simbologia, que mesmo de maneiras diferentes, apresentam o mesmo conteúdo cultural e mensagem da propaganda, a união do povo para com a causa. Alguns cartazes também transmitiram um discurso de luta pela paz como no pôster de Lucian Bernhard que foi feito no período da guerra (imagem 12):

Imagem 12: “Das ist der Weg zum Frieden – die Feinde wollen es so! Darum zeichne Kriegsanleihe!”



BERNHARD, Lucian. **Das ist der Weg zum Frieden -- die Feinde wollen es so! Darum zeichne Kriegsanleihe!**. Circa 1914-1918. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2004665832/> Acesso em: 10/08/2018.

“*Das ist der Weg zum Frieden -- die Feinde wollen es so! Darum zeichne Kriegsanleihe!*”, “Esse é o caminho para a paz – é isto que os inimigos querem! Inscreva-se no empréstimo de guerra!”, a fala demonstra um tom de defesa, de luta contra o inimigo, como que se a Alemanha fosse o cavaleiro se defendendo do mal, e a figura que se apresenta no cartaz é de uma manopla, portanto está demonstrando o valor guerreiro, militar da nação.

Outro pôster que demonstra bem essas ideias, seja a luta pela paz, a valorização militar da nação, a luta por aquilo que seria correto, através de uma representação romântica, é o cartaz feito por Adolf Karpellus em 1917 (imagem 13) de poucos escritos, somente o incentivo do empréstimo de guerra e a imagem de um cavaleiro levantando a sua mão para uma pomba:

Imagem 13: “Zeichnet 7. Kriegsanleihe”



KARPELLUS, Adolph. **Zeichnet 7. Kriegsanleihe**. 1917. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9013565k> Acesso em: 10/08/2018.

A continuação do uso dos elementos que analisamos, pelo partido nazista posteriormente, se dá não somente por seu uso histórico, mas também pelo seu reforço durante o primeiro conflito. Durante o governo hitlerista a propaganda utilizará vários símbolos, dentre estes, a águia representando o Estado, as bandeiras, que como vimos são uma representação da nação, e também, a suástica, a qual já era um símbolo difundido nas sociedades secretas e entre os soldados na Primeira Guerra Mundial. A propaganda, agora já utilizando das vantagens e corrigindo falhas de seu uso no conflito anterior, vai reforçar a ideia de que o nazismo possibilitou a criação de uma nova ordem. Tanto o partido e seu líder, Adolf Hitler, eram representados de forma a realizar a ligação com o povo alemão e, como vimos, sua propaganda inicia-se antes da efetivação do regime no poder, o que garantiu o gradual fortalecimento de uma visão positiva para com o governo que se instalaria (ARAÚJO; HECKE, 2017, p. 199-200, 207).

Na Segunda Guerra Mundial, tais ideais vistos no pôster de Karpellus (imagem 13), continuaram presentes, sendo de grande semelhança à pintura feita por Lanzinger idealizando o líder nazista.

Imagem 14: “Der Bannerträger”



LANZINGER, Hubert. **Der Bannerträger**. Circa 1935. Disponível em: <https://www.ushmm.org/propaganda/archive/painting-the-standard-bearer/> Acesso em: 10/08/2018.

Na imagem de Hitler, podemos ver as diversas características abordadas a respeito dos pôsteres alemães na Primeira Guerra, e conseguimos esboçar como elas foram atualizadas para a nova situação. O militarismo romantizado pela imagem do cavaleiro e a valorização do líder que conduz a vitória, agora na imagem do *Führer* e não mais do *Kaiser*. A bandeira, símbolo do poder e da população continua a ser empunhada com orgulho, mas sob as cores e emblema do partido nazista. Além da recorrente e imponente postura ereta, a qual demonstraria a força alemã indo adiante para a luta contra o inimigo de sua cultura e liberdade.

Desse modo, podemos notar que, o estudo dos cartazes ou pôsteres de guerra alemães durante a Primeira Guerra nos possibilita entender os discursos da época e, também, notar como estes serão reutilizados, modificados e adaptados pelo movimento nazista, com a valorização do ideal militar, da cultura alemã, as ideias raciais e a valorização simbólica da mitologia germânica. Portanto, tais cartazes, são importantes documentos, representações, as quais nos permitem interpretar certos aspectos da sociedade alemã no período da Primeira Guerra Mundial e do que irá ser feito para influenciar o pensamento desta sociedade posteriormente à guerra, com o fortalecimento de um discurso racista e anticomunista, fundamental para o nazismo, além da propaganda de sacrifícios feitos durante a guerra que ecoará em grande medida com o fim do conflito e o sentimento de injustiça da sociedade alemã com os resultados da Primeira Guerra Mundial.

Referências Bibliográficas

ARARIPE, Luiz de Alencar. *Primeira Guerra Mundial*. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ARAUJO, Denise Castilhos de; HECK, Larissa. *A propaganda nazista e a construção de imagem pública de Adolf Hitler*: análise de quatro cartazes nazistas do período entre 1920 e 1933. In: **temática**, ano XIII, n. 03, março 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/33402/17279> Acesso em 21 nov. 2018.

AROUCA, Fernanda Bana. *Primeira Guerra Mundial*: Propaganda, Imprensa e Cultura Visual. In: **BOLETIM HISTORIAR**, n. 17, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/5956/4965> Acesso em 20 nov. 2018.

- BASTOS, Expedito Carlos Stephani. *Justificar a guerra: A comunicação alemã de 1914 a 1918 por meio de cartazes e postais*. **Revista abcDesign**, n. 17, p. 4-8, 2006. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/abcDesign17.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.
- BORTOLUCCE, Vanessa Beatriz. *O uso do cartaz como propaganda de guerra na Europa – 1914-1918*. In: **Observatorio (OBS*) Journal**, Campinas, vol.4 - nº3, p. 319-333, 2001. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/345/365> Acesso em: 10 ago. 2018.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O nazismo e a produção de guerra*. **Revista USP**, (26), p. 82-93. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i26p82-93> Acesso em 08 out 2018
- CRISTELLI, Paulo. Britain Need's you at once! *Quando o Estado precisa de seus cidadãos*. In: **Revista Cordis**, São Paulo, n. 3-4, 2009-2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9563/7112> Acesso em: 10 ago. 2018.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Organização de M. Schroeter. Tradução de A. Cabral. Revisão técnica de A. Daher. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- FAUSTO, Boris. *A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 141-152, Apr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2429.pdf> Acesso em 10 ago. 2018.
- GINZBURG, Carlo. “*Tu País Te Necesita*”: um estúdio de caso sobre iconografia política. **Prohistoria**, año 7, p. 11-36, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1419284> Acesso em 10 out. 2018.
- GIRARDET, Raoul. *Para uma introdução ao imaginário político*. In: **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São. Paulo. Ed.Cia das Letras,1987
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *EMOÇÕES E SOCIEDADE: UM PASSEIO NA OBRA DE NORBERT ELIAS*. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 59, n. 2, dez. 2013. ISSN 2447-8261. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37034/22826> Acesso em: 10 ago. 2018
- MAYER. Arno Joseph. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.
- SILVA, Luciana Lobão da. **Heil Hitler; análise semiológica de pôsteres nazistas do período 1933-1945**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/727/1/LSilva.pdf> Acesso em 21 nov. 2018
- TORRES, Eduardo Cintra, “*Bandeira e multidão, dois símbolos nacionais*”. In: **Observatorio (OBS*) Journal**, n.o 4, 2008. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/168/137> Acesso em: 10 ago. 2018
- ZAGNI, Rodrigo Medina. **AS PROFUNDEZAS DO INTANGÍVEL**. Relações entre o anti-semitismo religioso e o anti-semitismo "científico" na justificativa nazista para a Shoah. 2008. Disponível em: <http://www.diversitas.fflch.usp.br/files/as%20profundezas%20do%20intangivel.pdf> Acesso em: 27 set. 2012.

ZUIN, João Carlos Soares. *A CRISE DA MODERNIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XX*.
In: **REVISTA ESTUDOS DE SOCIOLOGIA**, Araraquara, v. 6, n. 11, p. 67-90, 2001.
Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/412/1210> Acesso em:
10 ago. 2018.

Ode à coleção *Polícia da Corte*

Ode to the *Court Police* collection

Carolina Cabral Ribeiro de Almeida

Doutoranda em História
Universidade Federal Fluminense
carolinacabralra@gmail.com

Recebido em: 14/11/18

Aprovado em: 24/12/18

Resumo: Este artigo se propõe a apresentar brevemente a história da coleção *Polícia da Corte*. Nele pretende-se demonstrar como a cultura material africana, já na última década da escravidão, tornou-se objeto de interesse do diretor do *Museu Nacional*, sendo seu núcleo básico os objetos apreendidos pela polícia nas chamadas “casas de dar fortuna”. Após o “desfortuno” ocorrido ao Museu Nacional, faço desse registro uma homenagem à coleção.

Palavras-Chave: Museu Nacional, coleção, cultura negra.

Abstract: This article proposes to briefly present the history of the *Polícia da Corte*. It is intended to demonstrate how the african material culture, since the last decade of slavery, became the object of interest of the director of the National Museum, with its basic core objects seized by the police in so-called “casas de dar fortuna”. After the "misfortune" happened to the National Museum, I make this record a tribute to the collection.

Keywords: National Museum, collection black culture.

Os percalços das casas de “dar fortuna”

No final do século XIX a cidade do Rio de Janeiro era ocupada em sua grande parte por africanos e seus descendentes. Essa ocupação, era então demarcada por espaços urbanos de sociabilidade e sociabilidade criado por eles. Entre esses espaços, estavam as chamadas casas de “dar fortuna”. Das trocas sociais e culturais que pairavam estes recintos, achavam-se rituais religiosos.

De acordo com o *Código Criminal de 1832*, não era proibido a prática de cultos que não fossem o oficial do império, desde que não perturbasse a vizinhança e que a arquitetura do local não fosse similar à de um templo. Embora houvesse essa tal liberdade, as práticas religiosas dos

negros na Corte eram enquadradas em outros crimes do *Código de 1832* e dos *Códigos de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal*. Na segunda parte do *Código de Postura de 1870*, encontramos a parte referencial à Polícia, nela se encontram os seguintes títulos e restrições. Em seu *título IV*, sobre vozerias nas ruas, injúrias e obscenidades contra a moral pública, o parágrafo sete informa serem proibidas as “casas conhecidas vulgarmente pelos nomes de casas de zungú e batuques”.

Frente a ignorância das autoridades a respeito dos rituais e práticas dos negros na Corte, encontramos a generalização das práticas e confusões dos termos. Com isso, uma casa de zungú, um batuque e uma casa de “dar fortuna” poderiam ser indistintamente confundidos. Neste parágrafo do *Código* encontramos ainda a punição sobre os infratores: os donos ou chefes de tais casas seriam punidos com pena de oito dias de prisão e 30\$000 de multa.

Já no *título X*, sobre diversos meios de manter a segurança, comodidade e tranquilidade dos habitantes. O vigésimo oitavo parágrafo determinava a proibição dentro de casas e chácaras, batuques, cantorias e danças de pretos que pudessem incomodar a vizinhança. O dono da chácara ou casa seria multado em 10\$000. Mais uma vez os batuques, cantorias e danças, que poderiam estar presentes nos rituais de uma casa de “dar fortuna” eram vetados.

Na *Postura de 1844*, no artigo 33 é expresso que seriam absolutamente proibidos todos e quaisquer ajuntamentos, tocatas, danças e palavras ofensivas da moral pública. Os infratores também pagariam multa. O que podemos entender com a leitura destas posturas é que mesmo não havendo menção ao termo, as práticas e cultos das casas de “dar fortuna” eram indiretamente atingidos.

Assim como discorreu Flávio Gomes (SOARES; GOMES; FARIAS, 2005. p. 85), não somente como uma “válvula de escape” ou *resistência em si*, tais *batuques*, ajuntamentos, *calundus*, fugas intermitentes, e acrescento as “casas de dar fortuna”, tanto produziam medos confortáveis como inquietas tranquilidades no cotidiano da Corte Imperial. O autor ainda afirma que a proximidade, o misturar-se, provocava temores, arrefecia ânimos, e produzia igualmente termômetros na sociedade. Desde o início do século XIX, o ajuntamento de negros causava medo na classe senhorial.

Partindo desse pressuposto, as casas de “dar fortuna” estavam na mira do aparato policial. Vezes, por denúncias, as casas levavam batidas, os praticantes eram presos e todos os objetos eram apreendidos, no intuito de que estas ações os impediriam de realizar os rituais. Segundo

jornais e os documentos encontrados em posse do *Museu Nacional*, esses objetos eram levados ao depósito da Polícia da Corte. Acredito que pela grande quantidade de batidas realizadas no final do século XIX, houve um amontoamento no depósito e parte dos objetos foram queimados, contudo, a partir de setembro de 1880, o destino desses objetos passa a ser outro.

As peripécias de Ladislau Netto

Ladislau de Souza Mello e Netto era um alagoano, nascido em 18 de março de 1838, anos depois de formado em botânico e doutor em Ciências Naturais pela Universidade Sorbonne, se torna o diretor da Seção de Botânica do *Museu Nacional*. Nomeado pelo Imperador D. Pedro II, dirigiu o *Museu Nacional* no período de 1874-1884 como diretor interino e de 1884 -1893 como diretor efetivo. O imperador tinha o intuito de fazer do então museu, uma instituição de grandes exposições e extenso aprendizado científico, assim, foi o apoio do Império que tornou Ladislau Netto o cientista mais influente de sua época. Aquele que antes se dedicava à diretoria apenas da Seção de Botânica, passou a se dedicar não só à parte administrativa do museu, como também ao setor científico. Ele mesmo confessa que os interesses do *Museu Nacional* haviam de ser os seus próprios interesses e a existência dele como que a sua própria existência (DUARTE, 1950, p. 121). O posterior diretor do Museu, João Batista de Lacerda (1895-1915), é sarcástico ao escrever o *Fastos do Museu Nacional* quando relata que no íntimo se sua consciência, Ladislau Netto parafraseou o dito celebre de Luís XIV – o Museu sou eu.

Por meio do seu interesse pela Etnologia, pelas teorias raciais e sob a influência dos debates que caminhavam pela Corte, juntamente ao seu instinto de colecionador e o intuito de obter donativos para aumentar as coleções do museu, em 23 de agosto de 1880, o então diretor do Museu envia um ofício ao Chefe da Polícia da Corte, o desembargador Serafim Muniz Barreto. Neste documento, o então diretor do *Museu Nacional*, relata a saber a existência de objetos africanos que foram apreendidos nas chamadas “casas de dar fortuna” na Secretaria da Polícia. É neste mesmo ofício que se encontra o primeiro pedido de que fossem confiados os mesmos objetos ao dito museu, alegando que estes estariam à disposição da polícia para qualquer esclarecimento ou estudo e mostrando que neles havia grande interesse científico e etnológico para o conhecimento dos costumes africanos.

Ainda nesta mesma data, 23 de agosto de 1880, Serafim Muniz Barreto, responde a Ladislau Netto dirigindo tais objetos ao *Museu Nacional*. Junto ao documento enviado pelo chefe da polícia, encontra-se uma relação com 96 peças, incluindo facões, ventarolas, argolas, campainhas, bacia, guizos, penteiros, pentes, taças, mesa e pedaços de metais. Com base nos documentos encontrados ao longo da pesquisa, pode-se afirmar então que foi no ano de 1880 que houve a primeira “doação” de objetos apreendidos nas “casas de dar fortuna” da Polícia da Corte ao *Museu Nacional*, e a continuidade deste ato que se perdurou até o final da década de 1880, precisamente no ano de 1887.

Recebidos os donativos, o diretor seguiu com o que seria a primeira doação da Secretaria de Polícia da Corte para o *Museu Nacional*. Após esse primeiro contato, quatro dias depois, no dia 27 de agosto, Netto envia um comunicado ao Conselheiro Manoel Buarque de Macedo, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que dava ciência ao ministro sobre os donativos feitos pela polícia, ressaltando mais uma vez sua importância para aquela instituição: “(...) *todos os objetos apreendidos pela Polícia as casas denominadas “de dar fortuna” e que são na maior parte artefatos africanos, de grande valor etnológico (sic) (...)*” [grifo nosso] (BR.MN.RA7 D7 p. 154-155 – 27.08.1880). Por fim, o diretor alagoano exprime ter a honra de remeter ao ministro e secretário, por cópia, a lista com a relação dos objetos. Neste ofício podemos conferir o valor e prestígio que dava Ladislau Netto ao donativo, uma vez estando em posse do Museu, o diretor achou necessário levar ao Ministério a notícia de que sua demanda havia sido correspondida. Em resposta ao informativo, o ministro Manoel Buarque de Macedo encaminha à Ladislau a seguinte ordem: “autorizo a VM^a para agradecer ao mencionado Bacharel, em nome do Governo Imperial, tão importante donativo”.

O tempo passava e Ladislau Netto sentia a necessidade de reforçar o seu pedido. Em 17 de junho de 1884 o alagoano envia ao Conselheiro Tito Augusto Pereira de Mattos, chefe de polícia, o seguinte apelo:

Illm^o e Ex^{mo} Snr. Constando existirem na Secretaria da Policia da Corte inúmeros artefatos africanos, que podem com grande proveito para a Secção de Etnografia deste Museu serem aqui representados ao lado de muitos outros, de dessa mesma Repartição havemos recebido já em outras épocas, rogo a V. Ex^a se digne dar as necessárias ordens afim de que sejam os referidos artefatos entregues ao empregado deste Museu, portador do presente ofício (BR.MN.RA.8.D8 p.128 – 17.06.1884).

Tito Augusto Pereira de Mattos, assim como todos os outros chefes, cede aos anseios do diretor. Ainda em junho, Netto roga à Tito que “se digne dar suas ordens para que todos os objetos da mesma natureza de ora em diante apreendidos sejam remetidos ao *Museu Nacional*”. Ladislau, sentia a necessidade de reforçar sua missão e fazia. Deste modo o diretor do *Museu Nacional* estreitava seus laços com a Polícia da Corte e alimentava seus interesses.

Em diversos ofícios endereçados aos chefes da Polícia da Corte, e que se enquadram no período de 1880-1887, são facilmente encontradas expressões que atestam o valor e a relevância que tais objetos poderiam ter para Netto. Em vários documentos, o diretor aponta que os mesmos seriam: “artefatos africanos, de grande valor etnológico”; “tão importante donativo”; “que podem com grande proveito para a Seção de Etnografia deste Museu”; “numerosos e valiosos objetos de origem africana, os quais vão enriquecer, digo figurar na parte respectiva da Seção Etnográfica”; “O Museu Nacional, graças aos presentes análogos feitos até hoje por essa Repartição, tem aumentado consideravelmente as suas coleções africanas”. Em vista disso, podemos notar a significação atribuída pelo diretor às coisas apreendidas pela polícia, como também o esforço do alagoano em adquirir esses objetos e aumentar as coleções do Museu. Ladislau demonstrava real interesse nas peças.

Com vínculo estabelecido entre a Secretaria de Polícia da Corte e o *Museu Nacional*, Ladislau Netto não demonstrava somente o valor dos objetos para ele, como também sugeria ao chefe da polícia a serventia das doações: “*É mais um serviço que V. Ex^a terá prestado ao país e, em particular ao Museu*” [grifo nosso] (BR.MN.RA.9.D9 p.18 – 18.01.1886). O alagoano destacava seus “protestos de alta consideração e particular estima” a este serviço. Para ele, a relevância das doações e principalmente a importância dos objetos ultrapassava os muros do Museu.

Depois de muito pesquisar no Setor de Memória e Arquivo – SEMEAR, nas fichas catalográficas, livros tombo do Setor de Etnologia e Etnografia – SEE do *Museu Nacional* sobre a formação da Coleção *Polícia da Corte*, ousou dizer que o ofício datado em 24 de maio de 1887 é o último apelo de Ladislau Netto à Secretaria de Polícia da Corte associado aos objetos apreendidos nas casas de “dar fortuna”. Além do já conhecido apelo, Netto nos dá uma nova informação referente ao seu interesse. Neste último documento, ele demonstra cobiçar “em particular os ídolos encontrados entre esses objetos”. Pela primeira e última vez, o diretor tinha um pedido mais específico. É neste mesmo dia que a série de documentos correspondentes ao diálogo entre

as duas instituições se encerra. Contudo, apesar de encerrada a correspondência, ela nos deixa a possibilidade de uma contínua e próspera movimentação de doações da polícia ao museu.

Illm° Senr.

Respondendo ao officio que Vs^a se serviu dirigir me em data de hoje pedindo a remessa de objetos apreendidos nas casas chamadas “de dar fortuna”, cabe me declarar a Vs^a que não tenho a menor dúvida em ceder tais objetos para esse estabelecimento, agora e em qualquer outra oportunidade que se ofereça, satisfazendo assim o desejo de Vs^a.

Deus guarde a Vs^a

Illm° Dr. Ladislau Netto, Diretor Geral do Museu Nacional

Chefe da Polícia

João Coelho Bastos (BR.MN.DR.AO Pasta 26 doc 27 - 24.05.1887)

As peças eram apreendidas nas chamadas “casas de dar fortuna”, espaços que geravam negociações e conflitos entre os negros e as autoridades locais. Eram diversas as batidas policiais realizadas nestes recintos na década de 1880 no Rio de Janeiro. Nas páginas dos jornais cariocas, podemos encontrar noticiados alguns desses conflitos. Como por exemplo, a notícia realizada sobre a batida realizada na Rua Príncipe dos Cajueiros nº 236, que consegue mostrar o quanto era profusa a apreensão de objetos nestes espaços:

Por toda parte a imundice era grande, e numerosos eram os extravagantes objetos que se encontravam ali reunidos. [...] Entre o grande número de objetos arrecadados pela polícia distingue-se, além de 2 cabritos e 4 jabotis, os seguintes: um cesto com crânios e cabeças de cabritos, 7 peles d’estes, argolas de diversos tamanhos, 1 frigideira com búzios grudados a uma substância que parece argamassa e em fôrma de bolo [sic], chocalhos de diversos tamanhos e qualidades, tambores africanos, colares, um baú com roupas de fantasia e muitos outros que seria longo mencionar. (*Gazeta de Notícias*, 25 de setembro de 1879)

Alguns discriminados, outros não. Era assim que apareciam as apreensões de objetos nos jornais, vezes apontados como bugigangas. A apreensão deles era necessária, sem os objetos não poderiam os praticantes realizar seus cultos. No dia 09 de maio de 1881 encontramos em uma notícia do periódico *Gazeta da Tarde* onde há atribuição de valor aos objetos apreendidos. Após relatar a prisão de quatro pessoas, a notícia revela que também foi dada “voz de prisão a umas bugigangas arqueologicamente preciosas que lá encontraram”. O que seriam estas “bugigangas arqueologicamente preciosas”, não saberemos. Contudo, sabemos que aquela pessoa quem escreveu a nota lhe atribuiu juízo de valor. Valor esse que foi ressignificado por Ladislau Netto por meio dos pedidos encaminhados à Secretaria de Polícia da Corte. Esta ressignificação, não só

atribuía valor às peças como também reiterava o flerte e interesse do diretor do *Museu Nacional* pela Etnologia, e especificamente neste caso, pela cultura negra.

Em ofício expedido em 18 de janeiro de 1886, o cientista alagoano traz a seguinte informação: “*Illm^o e Ex^{mo} Snr. Rogo a V. Ex^a se digne expedir as necessárias ordens para que sejam remetidos a este Museu os objetos apreendidos ontem, n’uma casa de dar fortuna*” [grifo nosso] (BR.MN.RA.9.D9 p.18 – 18.01.1886). A certeza deste intelectual sobre a batida poderia ter vindo de informantes, amigos da polícia, ou do grande veículo de informação da época, o jornal. Acredito ter sido através dos jornais que o influente diretor do *Museu Nacional*, Ladislau de Souza Mello e Netto, soube da existência de objetos referentes à cultura material africana nos depósitos da Secretaria de Polícia da Corte.

Como resultado, teria início a composição da Coleção *Polícia da Corte* e o aumento considerável da coleção africana do *Museu Nacional*. No primeiro ofício desta série encontramos uma relação com mais de noventa objetos enviados ao Museu. Uma vez estabelecida tal atividade num período de sete anos, é concebível admitir um grande número de objetos dando entrada na instituição científica. Fundamentado na pesquisa realizada na documentação encontrada, estima-se que a Secretaria de Polícia da Corte tenha remetido ao *Museu Nacional*, um número irrefutavelmente maior que cem, no total de objetos. Infelizmente, a quantidade exata de objetos não pode ser confirmada pela carência de informações ou listagem que os discriminam ou apontam a quantidade ou data que determinado objeto foi entregue ao Museu.

A Coleção *Polícia da Corte*

Antes de nos debruçarmos sobre a Coleção *Polícia da Corte*, é importante que saibamos a respeito do lugar em que ela se encontra. É necessário que tomemos nota do espaço que ela ocupa dentro do *Museu Nacional*, e que outras coleções podem estabelecer vínculos com ela. O Setor de Etnologia e Etnografia, vinculado ao Departamento de Antropologia do *Museu Nacional*, hoje possui em sua reserva técnica um acervo onde podemos encontrar aproximadamente 42.000 peças adquiridas de maneiras diversas, de lugares distintos, em diferentes épocas. Dentro dela; está a *Africana*.

A *Africana do Museu Nacional* é uma coleção formada por aproximadamente setecentas peças. Este nome lhe foi dado pela Professora Dr^a. Mariza de Carvalho Soares durante o projeto, iniciado em 2013, sob sua coordenação, com financiamento do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, onde foi reorganizada a coleção africana do Setor de Etnologia e Etnografia – SEE do *Museu Nacional*, reunindo assim peças até então dispersas nos armários da reserva técnica do setor. O período de realização deste projeto coincidiu com meu estágio¹ no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu e por isso, pude fazer parte dele como pesquisadora e colaboradora. Um dos produtos efetivados neste período foi a exposição de longa duração intitulada *Kumbukumbu: África, memória e patrimônio*, inaugurada no dia 14 de maio de 2014, e que continua exposta no *Museu Nacional*.

Anteriormente, a mesma coleção fora estudada pelos antropólogos Raul Lody e Helio Vianna. Enquanto Lody admitia divulgar o “magnífico acervo do *Museu Nacional* e ampliar fontes de consultas sobre arte africana e relações com a arte brasileira” (LODY, 2005, p. 190.), além de se preocupar com o estudo dos objetos de toda coleção etnológica africana, pensar na construção de identidades dos negros dentro dos museus brasileiros, Helio Vianna, antropólogo do Setor de Etnologia e Etnografia, estudava os objetos relacionados ao candomblé no século XX. Embora não tenham organizado a coleção, estes estudos contribuíram, com levantamento parcial da *Africana*, para os estudos atuais.

Esta coleção, é composta em sua maioria por objetos confeccionados e coletados no século XIX, onde se encontram coleções em que a proveniência e aquisição foram agregadas de maneiras diversas. Segundo a historiadora Mariza de Carvalho Soares e a museóloga Rachel Corrêa Lima é possível afirmar que tal coleção é indiscutivelmente a mais antiga e importante coleção de objetos de procedência africana hoje reunida nas instituições públicas do país (SOARES; LIMA, 2013, p. 339). As primeiras peças têm seus registros no primeiro livro tomo do Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional* foram adquiridas em 1818, quando foi inaugurado o Museu Real, enquanto as últimas peças foram registradas no ano de 1936, já nos últimos livros².

Entre permutas e doações, a *Africana* possui diversas “coleções”. Aqui a palavra coleção é utilizada no contexto das entradas de peças no *Museu Nacional* que foram dadas em conjuntos de

¹ O estágio era complementar a graduação de bacharelado em História. Neste estágio além de trabalhar junto à Mariza Soares no projeto em torno da Coleção Africana do SEE, era bolsista de iniciação científica com o Professor Dr. João Pacheco de Oliveira.

² Antes do incêndio, o Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional contava com 22 livros tomo em sua reserva técnica.

objetos, onde cada um dos conjuntos, é entendido como uma coleção dentro da *Africana*. Além da coleção *Polícia da Corte*, encontra-se a coleção *Adandozan*, formada por presentes enviados pelo Rei Adandozan, rei do Daomé, atual Benin. Em 1811 o rei africano enviou ao príncipe D. João, futuro D. João VI de Portugal, uma lista de presentes. Na lista constavam um trono, uma bandeira de guerra, duas bolsas de tabaco. Entre outros “objetos” encontravam-se quatro mulheres e dois homens dos quais não se tem mais notícias. Os presentes vieram junto à uma embaixada daomeana que veio ao Brasil em 1811 negociar melhores condições para o comércio de escravos entre o Brasil e Daomé (SOARES; LIMA, 2013, p. 351). Em 1818, estes objetos foram inseridos no acervo inaugural do Museu Real³.

No decorrer do século XIX até meados do século XX diversos objetos foram acrescentados, enriquecendo e ampliando o acervo do atual Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional*. Em documento do ano de 1844 da então Seção de Antropologia do *Museu Nacional*, encontra-se a listagem das peças presenteadas a D. João, todas qualificadas como provenientes dos povos da “África Inculca” (BR.MN.DR.AO Pasta 02 doc. 185. 1844).

Entre os anos de 1888 e 1892 constam apenas peças da Seção de Botânica nos registros de entrada de objetos do *Museu Nacional*, os objetos apreendidos nas casas de “dar fortuna” não figuravam nesses documentos. Talvez porque o interesse de Ladislau Netto em adquirir mais peças tenha cessado, pois as peças doadas já tinham lhe bastado. Outra hipótese seria a mudança do chefe da polícia, e a suspeita de que este novo não tinha conhecimento dos acordos estabelecidos entre a Secretaria de Polícia da Corte e o *Museu Nacional*. Ou até mesmo de que o(s) chefe(s) da polícia deste período esperava outra solicitação de Netto, reforçando seu interesse, para que fossem enviados ao Museu mais objetos.

De certo, se houve novo requerimento por parte do alagoano, não foi encontrado durante a pesquisa realizada para este trabalho. Com base nos documentos localizados, podemos assegurar que as doações da Secretaria de Polícia da Corte ao *Museu Nacional* tiveram seu início e fim na década de 1880. E conseqüentemente, essa foi a década da formação da coleção hoje compreendida como *Polícia da Corte*. Em relação ao destino dessas peças após sua entrada no

³ Inaugurado em 1818 por Dom João VI, o Museu Real foi criado na intenção do estímulo do conhecimento científico no Brasil. Foi este o primeiro nome do então, do Museu Nacional. Sobre a incorporação dos presentes enviados pelo Rei Adandozan a D. João no acervo do Museu Nacional.

Museu, desconhecemos outras informações se não aquelas expostas por Ladislau em suas solicitações e os registros de entrada, sem indícios de como e onde foram condicionadas⁴.

As peças na reserva técnica do Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional* podem ser identificadas principalmente de duas maneiras, através das fichas catalográficas do setor e pelos livros tombo. Nas fichas catalográficas do SEE, não encontramos sequer a menção da instituição policial na procedência das peças do século XIX. Ou melhor, há uma única menção, contudo se trata de objetos adquiridos pelo Museu já no século XX e, portanto, não faz jus a coleção aqui estudada. Nestas fichas podemos encontrar informações de procedência e proveniência dessas peças, como por exemplo, onde elas foram feitas ou o nome do doador, ou ainda a que coleção elas pertencem, seguida da numeração das peças. Entretanto, após olhar todas elas, a única informação que as fichas catalográficas nos possibilitaram foi a existência de peças registradas no terceiro livro tombo do SEE provenientes de “negros africanos”.

Pelas fichas catalográficas conseguimos notar que todas as peças listadas no livro tombo, que na sua descrição contém dados relacionados à África, como por exemplo: “bastão de madeira – Luanda - África”, ou “pente de madeira dos Saheli – África” ou até mesmo “pulseira negros africanos” foram discriminadas da mesma forma. Como provenientes de negros africanos.

Uma das maiores dificuldades encontradas na realização da pesquisa destes objetos africanos, se dá pelo fato de que as primeiras peças, registradas no livro de registro de 1818, são denominadas como “africana” no sentido de vinda da África ou como “africana” no sentido de produzida por ou obtida de africanos (ou seus descendentes), no Brasil (SOARES; LIMA, 2013, p. 340). Com isso, a identificação destas peças torna-se algo complicado.

Em vista da precariedade de informações sobre as peças, além de não conseguirmos identificar o real significado de “africana” ou “negros africanos”, é difícil identificar a que peça o livro tombo se refere. Algumas peças não estão numeradas, ou com número apagado, outras sem etiquetas que podem ter caído com o tempo, talvez por descuido na conservação. Descuido esse não ou apenas pelos pesquisadores, mas acredito que por uma falta de investimento no Museu e/ou naquele Setor.

⁴ Nas investigações históricas e científicas do Museu Nacional, publicadas por Ladislau Netto em 1870, o diretor revela que os objetos de cada seção estavam condicionados em diversos armários, que aparentemente pertenciam a sala das respectivas seções. Deste modo, sugerimos que os objetos doados pela Polícia da Corte foram condicionados em armários da Seção de Arqueologia, Etnografia e Numismática.

Deste modo, as informações obtidas no Setor de Etnologia e Etnografia não foram suficientes para saber a real procedência destes objetos “africanos”. Era sabido que elas provinham de “negros”, mas não se sabia que negros eram esses, quem havia doado ou vendido essas peças, como tinham chegado ao museu. Buscando as respostas, chegamos no Setor de Memória e Arquivo do *Museu Nacional* – SEMEAR. Após consultar os livros de entrada de peças, os livros do porteiro e correspondências enviadas ao Museu, nos deparamos com algumas informações que faltavam sobre aquelas peças e principalmente, descobrimos a existência de uma nova coleção dentro do SEE, e da atual *Africana*, a Coleção *Polícia da Corte*.

Nos estudos já mencionados e realizados sobre a coleção africana e etnológica do *Museu Nacional*, podemos encontrar análises sobre peças que hoje sabemos ser parte da Coleção *Polícia da Corte*, entretanto, não há nos mesmos estudos este discernimento. Como sua descoberta se deu apoiada nas pesquisas do já referido projeto, pela falta de informação, são apenas os estudos mais recentes, isto é, realizados a partir de 2014, que promovem a existência dessa coleção.

Durante o projeto realizado no Museu e coordenado pela Professora Dr. Mariza Soares, cerca de cem objetos foram localizados na reserva técnica do SEE e identificados como pertencentes a Coleção da *Polícia da Corte* pela equipe do projeto, da qual eu fazia parte. É correto afirmar que a série de ofícios entre a Secretaria de Polícia da Corte e Ladislau Netto, já apresentada, é o único material escrito que temos sobre a entrada destes objetos no Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional*. Por meio dela podemos apontar a existência da coleção. Todas as peças doadas para esta coleção estão relacionadas às práticas religiosas e sociais africanas no Brasil. Este aspecto nos é sugerido quando levamos em consideração que todas as peças foram apreendidas nos espaços denominados “casas de dar fortuna”.

Diante das dificuldades, as peças indicadas como parte da coleção foram reconhecidas pela lista dos objetos enviados ao Museu em 1880, pela coincidência das datas entre os ofícios trocados entre Ladislau Netto e a Secretaria de Polícia da Corte, pelos registros de entrada no Museu e pela similaridade com objetos de rituais afro-brasileiros. Diante deste fato e tantas dúvidas, infelizmente, mais da metade dos objetos que constam como doados não foram identificados dentro da atual “coleção africana do Setor de Etnologia e Etnografia do *Museu Nacional*”. A ausência das pesquisas de Ladislau Netto sobre estes objetos, a não constatação da proveniência e procedência destes e de outros objetos no livro tombo e nas fichas catalográficas

do setor, estabelecem estas dificuldades. Todavia, aqueles objetos que foram localizados e identificados na reserva técnica do SEE se encontram em bom estado de conservação.

Os objetos da Coleção *Polícia da Corte* fazem parte da história da repressão à cultura negra na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. São coisas que foram apreendidas violentamente de seus donos num período em que o Brasil caminhava para a abolição. Aqueles objetos que eram confiscados no intuito de impedir que as práticas das casas de “dar fortuna” perdurassem, faziam parte da cultura material dessa gente oprimida.

Apesar de noticiadas as batidas policiais nos jornais contendo o endereço das casas, não sabemos de que casa de “dar fortuna” vieram determinados objetos, se vieram da mesma casa ou de diferentes. Outra informação que não tem como ser obtida é quando certo objeto chegou ao *Museu Nacional* e nem qual chefe de polícia fez a doação. Conforme fora mencionado em capítulo anterior, com exceção da listagem enviada por Serafim Muniz Barreto (BR.MN.DR.AO Pasta 19 doc 54 – 23.08.1880), não há vestígios sobre quem doou os demais objetos. A informação constatada é a de que todo material que compões esta coleção chegou ao Museu na década de 1880, precisamente entre os anos de 1880-1887.

Dos objetos que deram entrada no *Museu Nacional* neste período, hoje, compõe a Coleção *Polícia da Corte* um número inexato de peças. Trata-se de aproximadamente 120 objetos identificados como parte da coleção, entre eles encontramos flechas; argolas; pentes; fetiches;

Sobre as peripécias do diretor do *Museu Nacional*

Ladislau Netto teve a intenção de preservar e soube valorizar os objetos apreendidos nas “casas de dar fortuna” como peças de museu. Ele ansiava obter aquela parte da cultura material africana para os avanços dos estudos etnográficos e para o aumento e enriquecimento do acervo do *Museu Nacional*. O estudo de indígenas e africanos fazia parte do registro da evolução da humanidade. Como foi notado na obra de Lilia Schwarcz, era preciso “entender a degeneração racial humana, para depois supor uma futura evolução”. O simples desejo do diretor em guardar objetos de uma cultura bárbara no intuito de desenvolver conhecimentos científicos, estava também calcado em ideais progressistas e civilizatórios presentes no mundo intelectual.

Mais que um anseio pessoal, a decisão de Ladislau, fazia parte de investimentos científicos para o país. Como estabeleceu a antropóloga Lilia Schwarcz, os museus etnográficos no século XIX, utilizavam-se de argumentos evolucionistas que os permitiam explicar cientificamente as

diferenças, classificar espécies e localizar pontos de atraso. Schwarcz ainda ressalta que, na busca pelas explicações, essas instituições coletavam “exemplares preciosos que atestavam as especificidades desse ‘exótico país’, mas também ajudavam a comprovar a origem do problema racial”. É certo que o problema social brasileiro também era enxergado por Netto.

O cientista deixou claro nos artigos publicados na *Revista da Exposição Antropológica de 1882*, sua opinião sobre a barbárie que contemplava os povos indígenas e africanos. E por isso, pode-se assimilar a ideia de que um dos motivos do botânico buscar essas peças na Secretaria de Polícia da Corte, ia de encontro com o que salientou Schwarcz. Diretor de um museu etnológico, é presumível que no interesse de Ladislau também havia o intuito de atestar especificidades e comprovar essa origem do problema racial brasileiro.

O alagoano era um grande incentivador dos estudos indígenas no Brasil, neste caso, vimos que o interesse de Netto em estudar os indígenas ia além de teorias de branqueamento. Contudo, não se pode dizer o mesmo sobre o estudo dos negros. No que diz respeito à Coleção *Polícia da Corte*, por exemplo, nenhum trabalho fora escrito. Entretanto, o esforço em recolher os objetos apreendidos e os poucos artigos de Netto que abordam a temática africana, nos mostra que o interesse dele pelos negros e sua cultura não era nulo. Uma hipótese a ser pensada sobre o investimento de Ladislau aos estudos de africanos no Brasil, seria a de que ele acreditava que assim como os povos indígenas, os africanos iriam desaparecer dentro da sociedade brasileira e por isso aquela cultura deveria ser guardada como símbolo de um passado que deveria ser estudado na posteridade.

No período de 1880-1887, em nenhum de seus artigos⁵ que compõem as edições trimestrais da Revista *Arquivos do Museu Nacional*, Ladislau escreve sobre as peças apreendidas e doadas pela polícia. Apesar de ter sido iniciada em 1880, nenhuma menção ao supracitado donativo é feita na *Revista da Exposição Antropológica de 1882*. E ao que constam nos jornais e no *Fastos do Museu Nacional*, não estavam presentes nas salas da Exposição, as peças apreendidas nas casas de “dar fortuna”. Remetendo à obra já citada de Lacerda, sustento essa indagação quando pode ser levado em consideração o fato de que as peças doadas pela secretaria não foram registradas como procedentes da Polícia da Corte no livro tombo do museu.

⁵ Tais artigos foram intitulados: *Do Atavismo*, p. 4-5; *Da Tatuagem*, p. 14; *Do Corte Artificial dos Dentes*, p. 46-47.

Outro fato a ser considerado é a falta de registro sobre essa coleção formada a partir de objetos apreendidos pela Polícia da Corte nas fichas catalográficas do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu, conto também com a ausência de registros acadêmicos que falem a respeito da mesma. Os objetos retirados dos negros à força e que foram valorizados pelo diretor do *Museu Nacional* e reforçados pelo Secretário de Estado do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, não tiveram tamanha relevância na hora de serem registrados.

Considerações Finais

Talvez tenha faltado tempo para o diretor do *Museu Nacional* se debruçar sobre o estudo desses objetos. Contudo, é intrigante, perceber que todo o esforço feito por Ladislau não fora reconhecido por outros pesquisadores. A entrega de objetos apreendidos nas casas de “dar fortuna” ao *Museu Nacional*, não fora notificada em nenhum trabalho ou artigo até o projeto coordenado pela Professora Doutora Mariza de Carvalho Soares. Para os pesquisadores contemporâneos, uma hipótese para elucidar a lacuna estabelecida na história da Coleção *Polícia da Corte*, seria a de que devido a dificuldades de reconhecimento das peças dentro do próprio Museu e da falta de registros catalográficos, tornou-se intrincado o conhecimento da existência desta coleção. Até o dito projeto, era possível saber da presença dos objetos dentro do acervo do Museu, mas não era possível identificar de onde eles tinham vindo. Depois de mais de cem anos de guarda da coleção para estudos, estes finalmente foram realizados, como queria Ladislau de Souza Mello e Netto.

O intento de Netto foi atendido, entretanto, nos dias de hoje, não há como pensar a história dele e dessa coleção sem nos remetermos à intempérie vivida por esta instituição, hoje, mais do que nunca, é necessário contar e ressaltar a importância desses objetos não só para um cientista do século XIX, como também para a cultura afro-brasileira nos dias de hoje. Se Ladislau era o museu, com o incêndio, ele morreria mais uma vez. Se antes, partes dos objetos eram queimados pela polícia, agora foram queimados pelo descaso à ciência pelas autoridades brasileiras. No momento em que esse artigo está sendo escrito, ainda não se tem notícias sobre o destino dessa coleção. Não há informações sobre a sobrevivência dela à tragédia. Entretanto, faço deste, uma homenagem e uma nota ao espaço conquistado por ela na História e nossa memória.

Referências Bibliográficas

Fontes Manuscritas

CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS AO MUSEU NACIONAL. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pastas 19 docs. 54, 57 e 59; Pasta 20 doc. 139; Pasta 21 doc. 61; Pasta 23 doc. 105; Pasta 25 doc. 20; Pasta 26 doc. 27. MN.DR.AO.

OFÍCIOS do diretor do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e à Secretaria de Polícia da Corte. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Livro 7, BR.MN.RA.7.D7; Livro 8, BR.MN.RA.8.D8 e Livro 9, BR.MN.RA.9.D9.

Fichas Catalográficas do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

Livros Tombo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

Bibliografia

BRASIL. *Código Criminal (1830)*. Recife: Typographia Universal, 1858. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221763>> Acesso em: 08 de outubro 2018.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu em Revista: a produção, a circulação, e a recepção da Revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BENCHETRIT Sarah Fassa; BEZERRA, Rafael Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org). **Museus e Comunicação: exposições como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.

CABRAL, Carolina. “Coleção Polícia da Corte”. In: SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos; LIMA, Rachel Corrêa; **Conhecendo a Exposição Kumbukumbu do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Da polícia ao museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão**. Monografia de Graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 66f.

_____. **Da polícia ao museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017. 205 f. CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 302 f.

CÓDIGO DE POSTURAS DA ILUSTRÍSSIMA CÂMARA MUNICIPAL. Rio de Janeiro, 1838-1893.

DUARTE, Abelardo. **Ladislau-Netto, 1838-1894**. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Setembro de 2007. 336 f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 22 maio. 2018.

LACERDA, João Batista. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Imprensa Nacional, 1905.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a Pesquisa Científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 2009, 2ª ed.

MUSEU NACIONAL. São Paulo: Banco Safra, 2007.

NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. Disponível em: <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/0055/0055.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In Enciclopédia Einaudi, vol.1. Memória – História. Porto: Imp. Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

REVISTA ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1876-1887. Disponível em <<http://obrasraras.museunacional.ufrj.br/periodicos>>. Acesso em: 17 out. 2018.

REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882. Disponível em <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/periodicos>>. Acesso em: 17 out. 2018.

SCHWARCZ, Lillia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Mariza de Carvalho; LIMA, Rachel Corrêa. *A Africana do Museu Nacional*: história e museologia. In: AGOSTINI, Camilla (Org.) **Objetos da Escravidão**: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 337-360, 2013.

A viola nos jornais de Minas Gerais: a utilização dos impressos nos processos de registro do patrimônio imaterial

La viola en los periódicos de Minas Gerais: la utilización de los impresos en los procesos de registro del patrimonio inmaterial

Erika Caroline Damasceno Costa
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
damasceno.erika95@gmail.com

Recebido em: 18/11/18

Aprovado em: 28/01/19

Resumo: Alguns objetos atuam como canal físico de comunicação, agregando diversos elementos imateriais que se relacionam com a forma como os detentores se apropriam deles – tornando-os parte fundamental das manifestações culturais e da construção de símbolos e linguagens que influenciam diretamente suas formas de se relacionar socialmente –, o que os torna bens culturais. Como é o caso das violas em Minas Gerais, que, dada sua importância para práticas culturais populares mineiras, tornou-se objeto para o registro dos saberes, linguagens e expressões musicais a ela relacionadas, pelo IEPHA/MG. Diante disso, a partir da experiência de pesquisa que subsidiou o registro das violas como patrimônio imaterial do estado, esse trabalho se propõe a refletir sobre a importância da cultura impressa nos processos de registro, analisando os periódicos mineiros dos séculos XIX e XX, que figuraram como documentos importantes no esforço de compreender os lugares socioculturais ocupados pelo instrumento ao longo desse período.

Palavras-Chave: Violas, Cultura impressa, Periódicos mineiros.

Resumen: Algunos objetos actúan como canal físico de comunicación, agregando diversos elementos inmateriales que se relacionan con la forma como los poseedores se apropian de ellos - haciéndolos parte fundamental de las manifestaciones culturales y de la construcción de símbolos y lenguajes que influyen directamente sus formas de relacionarse socialmente -, lo que los convierte en bienes culturales. Como es el caso de las violas en Minas Gerais, que, dada su importancia para prácticas culturales populares mineras, se convirtió en objeto para el registro de los saberes, lenguajes y expresiones musicales a ella relacionadas, por el IEPHA / MG. En este

sentido, a partir de la experiencia de investigación que subsidió el registro de las violas como patrimonio inmaterial del estado, ese trabajo se propone a reflexionar sobre la importancia de la cultura impresa en los procesos de registro, analizando los periódicos mineros de los siglos XIX y XX, que figuraron como documentos importantes en el esfuerzo de comprender los lugares socioculturales ocupados por el instrumento a lo largo de ese período.

Palabras-Clave: Violas, Cultura impresa, Periódicos mineros.

Introdução

Esse trabalho tem por objetivo refletir sobre a importância da cultura impressa nos processos de registro do patrimônio cultural imaterial, a partir da experiência de pesquisa que subsidiou o processo de registro dos *Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais*, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, como patrimônio imaterial do estado, concluído no dia 16 de junho de 2018.

Enquanto tramitava na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG o Projeto de Lei Nº 1921/2015 que declarava como patrimônio histórico cultural e imaterial do estado a manifestação musical da Viola Caipira Mineira, o IEPHA recebeu um encaminhamento vindo da Secretaria Estadual de Cultura - SEC, no dia 22 de julho de 2015, em que, através da demanda vinda de um grupo de violeiros também envolvidos no reconhecimento do bem cultural, requeria-se o registro dos modos de fazer e tocar a viola como patrimônio imaterial de Minas Gerais, baseado na importância e protagonismo do instrumento em diversas manifestações culturais do território.

Durante o estudo, percebeu-se que a materialidade da viola era elemento importante do registro, mas que essa estava intimamente associada a um complexo universo de simbologias, linguagens, manifestações, ritos, celebrações, sentimentos e redes de sociabilidade. Isso ampliou a abordagem do projeto, nos fazendo refletir sobre a relação entre material e imaterial nos processos de interpretação e reconhecimento das memórias coletivas construídas em torno do instrumento. As práticas da fabricação – que incluem desde a matéria prima a uma série de instrumentos para sua construção –, os sons – que estão fortemente relacionados ao tamanho e formato dos bojos e braços das violas –, e os ritmos e toques – que não se fazem sem a escolha, disposição e afinação das cordas –, revelam que pensar o patrimônio imaterial excluindo sua inteiração com a cultura material mostra-se insuficiente para a compreensão do universo cultural no qual está inserida a viola.

Segundo pesquisador José Newton Meneses (2009, p. 20), a maneira dicotômica com a qual material e imaterial vem sendo interpretados nas discussões sobre bens culturais, são “fruto de uma opção didática” que é “herdeira de uma tradição que opõe o natural e o cultural, nas discussões sobre cultura”, já que o “lugar e o valor dos instrumentos e dos saberes, das matérias-primas e das técnicas, do produto e dos seus significados, formam uma unidade complexa”. Nesse sentido, os atos de tocar e fazer violas e as maneiras como se manifestam as relações entre os tocadores e fazedores e o instrumento, denotam que, no processo de registro em questão, a separação entre a materialidade e a imaterialidade é impensável.

Patrimônio Cultural Imaterial

A partir da década de 1980 um conjunto de iniciativas – tais como os tombamentos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da Serra da Barriga, no ano de 1985, em Alagoas, onde estavam localizados os quilombos de Zumbi e em 1986, na Bahia, o Terreiro da Casa Branca um dos mais antigos centros do candomblé do estado –, desencadeou um processo de sensibilização do Congresso Nacional que resultou na presença do patrimônio cultural imaterial na Constituição de 1988 (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p.15). Através do art. 215 estabeleceu-se a responsabilidade do Estado em proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988, n.p), e do art. 216 constituiu-se como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, n.p).

Já na década de 1990 as ações realizadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, no sentido de valorizar o patrimônio cultural imaterial – tais como a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989) e a instituição do programa de Proclamação das Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (1997)– exerceram grande influência no Brasil (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p.15). No dia 4 de agosto de 2000, o Decreto nº3551 – complementado pela resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 que operou na definição processual do patrimônio imaterial e no entendimento do sentido de tradição – tornou-se o principal marco legal das políticas públicas adotadas pelo país a respeito do tema, instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Tal Decreto compreende:

o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. [Definição que] indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais. (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p.12).

O conceito elaborado pelo Decreto nº 3551/2000 é consoante às formulações da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO, na Conferência Geral realizada em Paris, no ano de 2003. Tendo como finalidade a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial – pela conscientização de sua importância no âmbito local, nacional e internacional; o respeito das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; e a cooperação e assistências internacionais –, a Convenção entende como patrimônio cultural imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, n.p).

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é um instrumento legal que reconhece e busca valorizar os bens culturais. Tal processo passa pela identificação do bem e a produção de conhecimento sobre ele, pelos meios técnicos adequados, que se tornará acessível ao público. Por conseguinte, o bem é inscrito em um dos quatro Livros de Registro correspondentes às categorias da dimensão imaterial do patrimônio cultural:

1) **Saberes:** conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. 2) **Formas de expressão:** manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. 3) **Celebrações:** rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. 4) **Lugares:** mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p.19; grifos meus).

O pedido de registro é uma demanda coletiva da própria sociedade, recebido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico – nacionais ou estaduais – que avaliam sua procedência e relevância decidindo por seu deferimento ou indeferimento. Quando deferidos os pedidos vão para a instrução, onde é elaborado o dossiê de registro, compostos por uma descrição detalhada do bem a ser registrado, acompanhada de toda a documentação

correspondente ao bem e ao processo. Finalizado o estudo, o processo é encaminhado a um Conselho Consultivo para a deliberação. Além disso, tendo em vista o dinamismo das manifestações culturais, os processos de registro devem ser renovados a cada dez anos (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 19).

O Decreto nº3551/2000 em seu art. 8º previa a “implementação de uma política de inventário” que foi instrumentalizada através da criação do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, metodologia desenvolvida pelo IPHAN para “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores, portanto, que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social” (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 22). O INRC é um procedimento de investigação importante para a identificação de referências culturais que, geralmente, norteiam os processos de pesquisa que compõe os dossiês de registro.

O processo de Registro dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais

Os governos estaduais de várias localidades do Brasil têm estabelecido instrumentos semelhantes ao Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Em Minas Gerais, o IEPHA/MG é o órgão gestor do patrimônio cultural imaterial do estado, recebendo propostas de registro de órgãos e entidades públicas da área cultural, ou de qualquer cidadão, sociedade ou associação civil. Os pedidos são avaliados pela equipe técnica da Gerência de Patrimônio Imaterial – GPI, quando deferidos, a instrução é realizada pelo próprio corpo técnico ou por entidades capacitadas para tal. A deliberação é feita pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, órgão colegiado, subordinado à Secretaria de Cultura.

A instrução do processo de registro dos *Saberes, Linguagens e Expressões da Viola em Minas Gerais*, teve início após a mobilização de uma série de violeiros que solicitaram ao poder executivo e legislativo, simultaneamente, o reconhecimento das violas como patrimônio cultural do estado. A relevância do pedido foi certificada, tendo em vista a importância da viola para as práticas culturais mineiras já que no processo de registro das Folias de Minas – aprovado pelo CONEP no dia 6 de fevereiro de 2017 –, por exemplo, a viola foi um instrumento de grande destaque entre os grupos de folia cadastrados no IEPHA durante o processo. Além disso, os resultados apontados pelo projeto de Inventário Cultural do Rio São Francisco – realizados pelo IPEHA em parceria com a Universidade de Montes claros entre os anos de 2012 e 2016 –, também

evidenciaram a importância do instrumento contendo, inclusive, uma ficha de inventário sobre a viola caipira.

Depois de elaborado um plano de trabalho para nortear as pesquisas, foi desenvolvido um formulário online onde violeiras, violeiros e construtores de viola de todo o estado poderiam se cadastrar. O cadastro, que recebeu mais de 1350 inscrições de detentores distribuídos entre 383 municípios, foi um dispositivo importante para a elaboração do mapeamento que auxiliou na identificação dos saberes, linguagens e expressões que cercam o universo do instrumento e dos detentores. O próximo passo, então, foi a busca por bibliografias e materiais audiovisuais produzidos sobre o tema. Nesse processo foram acessados diversos arquivos de natureza textual – como teses, dissertações, livros, artigos, dossiês, panfletos, jornais, acervos de arquivos, leis e decretos, textos de viajantes, etc. –; acervos audiovisuais – tais como documentários, filmes, CDs, discos, fotografias, pinturas, etc. –; e informações contidas em ambientes virtuais – tais como blogs, sites, redes sociais, vídeos da plataforma *youtube*, etc. Além das pesquisas bibliográficas e documentais, também foram empreendidas pesquisas de campo onde entrevistas foram realizadas e expressões culturais – como as folias, congados, catiras, rodas de viola, batuques e dança de São Gonçalo – foram acompanhadas.

Entre as ações que compuseram o processo destaca-se, também, a realização do seminário *Viola: o fazer e o tocar em Minas*, realizado pelo IEPHA nos dias 16 e 17 de maio de 2017, onde as discussões contribuíram diretamente para a pesquisa, na medida em que ampliaram as concepções e percepções dos pesquisadores sobre as relações entre o instrumento e as práticas coletivas, religiosas e identitárias do povo mineiro. A fim de entender a funcionalidade do instrumento nas mais diversas expressões culturais e artísticas do estado, bem como a figura dos tocadores e fazedores de viola, foram elaboradas dez fichas do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG, que buscaram representar a relação da viola com os campos dos saberes das formas de expressão.

E, por fim, foi elaborado o dossiê de registro onde empreendeu-se o aprofundamento da análise. No dossiê indicou-se o registro dos *Saberes, Linguagens e Expressões da Viola em Minas Gerais* como patrimônio cultural imaterial do estado e a inscrição dos Modos de Fazer as Violas em Minas Gerais no Livro de Registro dos Saberes e das Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais, no Livro das Formas de Expressão.

A viola e seu processo histórico de enraizamento na cultura mineira

A viola, da qual se trata o processo de registro, é um instrumento da família dos cordofones, composta por dez cordas dispostas em cinco ordens de cordas duplas, que podem ser afinadas de diversas maneiras. Os formatos e elementos que conformam a viola variam de acordo com cada instrumento e as formas, técnicas e materiais de sua fabricação, que pode ser artesanal, como muito se usa em algumas regiões interioranas do estado ou industrial. Os elementos fundamentais são: o braço – onde geralmente fica a cabeça com as tarraxas, que servem para afinar as cordas; e os trastes, que indicam as escalas – e a caixa de ressonância – onde geralmente fica a abertura, na maioria das vezes, circular, localizada no tampo superior da caixa, por onde sai o som do instrumento; o cavalete, onde são fixadas as extremidades das cordas pelos pinos; e as marchetarias, que são adornos presentes no tampo superior da caixa.

Descrever a trajetória desse instrumento musical tem levantado diversas perspectivas para o surgimento e adaptação do objeto ao longo do tempo. A viola tem suas origens no instrumento árabe chamado Alaúde, que chegou à península ibérica por volta de 722, sendo o primeiro instrumento de cordas dedilhadas, com braço e possibilidade de modificação de notas a chegar a Europa (VILELA, 2015, p. 33). Durante os séculos posteriores, o alaúde passou por sucessivas transformações, tais como o aumento do braço e da caixa de ressonância, que ganhou um formato cinturado, aproximando-se ainda mais da viola que viria séculos depois aportar na América Portuguesa. Ao longo dos anos, a localização geográfica passou a distinguir e conferir identidade ao instrumento e às formas como ele era tocado e afinado (VILELA, 2015, p. 35).

Em Portugal, onde também houve grande proliferação dos cordofones, ao longo dos séculos XV e XVI as violas se tornaram muito populares e eram tocadas em praticamente todas as regiões do país (VILELA, 2015, p. 34). Nesse momento, inseridos num contexto de expansão marítima, os colonos portugueses trouxeram, junto ao projeto de colonização da América, o instrumento que atuou fortemente com os jesuítas no processo de catequização indígena. O padre José de Anchieta, um dos padres mais importantes da representação da presença jesuíta na colonização do Brasil, escreve sobre o processo de evangelização através das práticas musicais:

Os meninos índios fazem suas danças à portuguesa [...] com tamboris e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses, e quando fazem estas danças põem uns diademas na cabeça, de penas de pássaros de várias cores e desta sorte fazem também os arcos e empenam e pintam o corpo (ANCHIETA, 1989, p. 746).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a viola se disseminou pela colônia, e conquistou grande popularidade, especialmente por ser um importante componente das diversas atividades musicais de base profana e religiosa. Em seu processo de popularização, a viola ganhou diversas formas, nomes e universos culturais, originando, por exemplo, a viola de fandango, viola de cantoria, viola caipira, viola sertaneja, viola nordestina, viola cabocla, dentre outras. E esta riqueza de nomes e tipos é também observada nos toques e nas afinações encontradas por todo o país.

Em Minas Gerais, a chegada da viola se deu em torno dos séculos XVII e XVIII, momento em que o foi ocupado território grandes contingentes populacionais. As incursões das tropas bandeirantes e a descoberta do ouro trouxeram migrantes vindos do sul, especialmente de São Paulo, e do norte, especialmente dos engenhos nordestinos que se transferiam com suas escravarias para as regiões auríferas coloniais (FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004). Tais fluxos migratórios disseminaram pelo estado culturas musicais distintas. No sertão, porção norte do estado, as influências musicais nordestinas, marcada principalmente pela forte presença portuguesa no nordeste nos primeiros anos de colonização, fez emergir dali um modo de tocar mais técnico, próximo à forma como a viola era tocada em Portugal (VILELA, 2015, p. 43). Já na porção sul e sudeste do estado, a viola que fazia parte da rotina de roça dos tropeiros, perdeu grande parte do requinte técnico português, mas ganhou uma forma de tocar com características rítmicas mais abertas (VILELA, 2015, p. 43).

No início do século XIX a viola já figurava como um instrumento muito popular presente em grande parte do país. Humberto Amorim, músico e pesquisador que realizou um extenso levantamento em anúncios de jornais circulados no Brasil entre os anos de 1808 e 1830, afirma que os “cordofones de cordas dedilhadas – especialmente as violas – [foram os instrumentos] que mais recorrentemente estiveram nas mãos de escravos negros, pardos e mulatos durante os períodos colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889) do Brasil” (AMORIM, 2017, p. 103). Seu lugar entre os integrantes das camadas mais baixas, fez com a viola passasse por um momento de profunda marginalização entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX. Apenas por volta das primeiras décadas do século XX, numa conjuntura de êxodo rural, que enchiam as cidades de trabalhadores vindos dos interiores, acompanhado do grande *boom* do rádio e do disco, é que a música vinda da roça passa a ser valorizada no meio artístico urbano pelas gravadoras que impulsionam sua produção e distribuição e, junto a ela, a viola volta à evidência a partir da construção de uma nova identidade para a sociedade rural que se urbanizava.

Patrimônio imaterial e a revolução documental

As pesquisas históricas documentais tem se mostrado parte importante nos processos de registro do patrimônio imaterial. A identificação de elementos que permearam a vida das comunidades ao longo do tempo e que permanecem fazendo sentido para memória coletiva, denota a necessidade de registros para que o desenvolvimento econômico e tecnológico não implique na perda das autonomias culturais. No entanto, ao pensar em patrimônio imaterial, que geralmente relaciona-se à cultura popular, a utilização apenas de registros documentais oficiais não é capaz de satisfazer a todas as questões propostas ao longo do processo de pesquisa, nesse sentido é necessário ampliar os olhares de pesquisa para utilização de fontes diversas.

A partir da década de 1940, o advento da primeira geração dos *Annales*, trouxe uma nova discussão que ampliaria significativamente os tipos de fonte documental a serem utilizadas na pesquisa histórica. Nesse movimento, a definição do que poderia ser usado como fonte no processo de construção do conhecimento histórico passou a abranger desde objetos da cultura material a dados estatísticos, obras literárias, iconografias, testamentos, canções, processos criminais, diários particulares e, também, os jornais (LAPUENTE, 2015). Além disso, essa “revolução documental” foi acompanhada de uma proposta de interdisciplinaridade, que permitia o estudo de novos objetos, a emergência de novas problemáticas e hipóteses e a possibilidade de novas abordagens.

Ainda assim, embora a historiografia francesa já avançasse no uso dos periódicos como uma possibilidade de fonte para o fazer histórico, no Brasil tal fonte era vista com certa desconfiança, por ser considerada uma fonte suspeita, carregada de intencionalidades e parcialidades, e assim não atendendo à necessidade do historiador obcecado na busca pela verdade (CAPELATO, 1988). Foi apenas, após os movimentos de maio de 1968, com a terceira geração dos *Annales* que fortalecia a produção da História Cultural, a historiografia brasileira altera sua visão considerando o jornal não apenas como objeto, mas como documento-fonte (LAPUENTE, 2015).

Desde então, grande é o volume de trabalhos que têm utilizado a imprensa como fonte para fundamentar seus objetos de pesquisa. No entanto, o uso dos jornais na pesquisa demanda certos cuidados. É preciso analisar objetivamente o texto que aparece escrito nos periódicos, e subjetivamente aquilo que não está escrito, isto é, o que cerca o imaginário dos homens daquele

tempo, sob a luz do contexto histórico e cultural em que tais textos foram escritos, ancorado na relação e contraponto entre o texto jornalístico e outras fontes.

No processo de registro dos *Saberes, Linguagens e expressões musicais da Viola em Minas Gerais*, a fim de mapear os caminhos percorridos pelo instrumento no território mineiro e também compreender o lugar sociocultural por ele ocupado ao longo dos séculos, diversas fontes documentais e bibliográficas foram utilizadas, como citado. Dentre elas os periódicos produzidos e distribuídos no estado entre os séculos XIX e XX se mostraram uma rica fonte de pesquisa para a produção desse mapeamento sociocultural.

A viola nos jornais de Minas Gerais dos séculos XIX e XX

Durante o estudo foram analisadas as ocorrências para a palavra chave *viola*, apontadas pelo sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira em 21 jornais mineiros¹, nesses jornais, as violas apareceram em ambientes e contextos diversos, de acordo com o período e os locais de cada impresso. Anteriormente ao ano de 1888, ano da abolição da escravatura no Brasil, o maior número de ocorrências da palavra viola, nas publicações, estava nos anúncios de recompensa pela captura de escravos fugidos. Geralmente, nesses anúncios, os senhores procuravam descrever com riqueza de detalhes todas as características do indivíduo procurado para facilitar sua captura. Além das descrições físicas e dos trejeitos de cada fugitivo, também eram relatadas suas habilidades, dentre as quais a prática de tocar a viola aparece com distinta frequência.

Em alguns anúncios, os escravos tocadores de viola, vinham associados ao “costume” de participar de determinadas atividades e expressões culturais tais como sussa, cateretês e batuques. No ano de 1836, por exemplo, o jornal intitulado *O Universal* divulgou um anúncio de recompensa pela captura de Luiz, de vinte e oito anos, que havia fugido da Vila de Atibaia, na província de São Paulo, há cerca de sete anos. O anúncio, além de descrevê-lo como detentor do ofício de sapateiro, também destacava que Luiz sabia “ler, e escrever” e era “tocador de viola, muito dado à sucia [sussa], e à dança” (*O UNIVERSAL*, 1836, p. 4). Outro caso elucidativo a esse respeito é o do escravizado Manuel, de 35 anos, cujo anúncio de recompensa por sua

¹ A saber: *A Actualidade* (Ouro Preto, 1878), *A Província de Minas* (Ouro Preto, 1884), *A Voz de Minas* (Belo Horizonte, 1960), *Correio de Uberlândia* (Uberlândia, 1939), *Correio de Minas* (Juiz de Fora, 1894), *Diário de Minas* (Ouro Preto, 1866), *Folha Mineira* (Juiz de Fora, 1949), *Gazeta de Paraopeba* (Villa Paraopeba, 1935), *Lavoura e Comercio* (Uberaba, 1978), *Liberal Mineiro* (Ouro Preto, 1882), *Minas Geraes* (Ouro Preto, 1892), *Arauto de Minas* (São João Del Rei, 1877), *O Baependyano* (Baependy, 1877), *O Campo Bello* (Campo Belo, 1898), *O Combate* (Caratinga, 1894), *O Lar Catholico* (Juiz de Fora, 1891), *O Leopoldinene* (Leopoldina, 1881), *O Reporter* (Uberlândia, 1955) *O Universal* (Ouro Preto, 1825), *Voz Diocesana* (Campanha, 1965) e a revista *Alterosa* (Belo Horizonte, 1949).

captura, divulgado em 1882, no jornal *Liberal Mineiro*, além de descrever cuidadosamente seus traços físicos, ainda o caracterizava como “conversador”, “insinuante”, que usava “cigarrar, beber cachaça, tocar viola e frequentar cateretês” (LIBERAL MINEIRO, 1882, p. 4). Os conteúdos desses anúncios nos permite inferir que a viola era parte importante do universo cultural dos trabalhadores escravizados.

Durante o século XIX, não foram encontradas muitas referências que demonstrem como as violas eram fabricadas e distribuídas no estado – apenas um anúncio de venda de viola foi localizado, referente à vendas no município de Queluz de Minas sobre o qual falaremos adiante. Para que negros escravizados, mulatos e pardos tivessem tão significativo acesso ao instrumento é provável que eles próprios os fabricasse. Isso pode ser interpretado a partir da relação em que muitos dos anúncios faziam entre os fugitivos tocadores de violas e a carpintaria. Como nos casos de Laurindo, Pedro e Luiz.

O anúncio, para a captura de Laurindo, do distrito de Paulo Moreira, no Termo de Mariana, fora publicado em fevereiro de 1873, por José Pedro Gomes, no jornal *Diário de Minas*, e o descrevia como um crioulo, de vinte e dois anos, que gostava de tocar viola e era “tropeiro e carpinteiro” (DIÁRIO DE MINAS, 1873, p. 3). Já Pedro, no jornal *Liberal Mineiro*, que fugiu do distrito de Dores do Monte Alegre, no município de São João Nepomuceno, cujo anúncio de fuga, publicado em 1883, o caracterizava como tocador de viola, “inclinado a carpinteiro e pedreiro, trabalha em roça” (LIBERAL MINEIRO, 1883, p. 4). E, por fim, cita-se o caso de Luiz, cujo anúncio, publicado em 1882, no jornal *A Província de Minas*, contava que o fugitivo de vinte anos, era um “tocador de viola e presepista” (A PROVÍNCIA DE MINAS, 1882, p. 4) e também trabalhava como carpinteiro.

Além disso, Luiz havia fugido de uma fazenda localizada na cidade de Queluz de Minas, cidade afamada desde a primeira metade do século XIX como produtora de belas e famosas violas, que perpetuaram suas produções e vendas para várias partes do Brasil até meados do século XX, quando o crescimento industrial abafou a produção artesanal das, até hoje conhecidas, *Violas de Queluz* (VILELA, 2015, p. 37). Ademais, o único anúncio de venda de viola encontrado nos jornais, foi publicado em 1885, no jornal *Liberal Mineiro*, referente ao estabelecimento de José Albino de Almeida Ceryno, chamado de *Depósito de Viola e Sal*, localizado na *Estação de Lafayette*, em Queluz de Minas. Sobre este depósito o jornal não traz muitos detalhes, a não ser de que no local eram vendidos “fazendas, armarinho, molhados e outros artigos”

(LIBERAL MINEIRO, 1885, p. 4). E, por sua localização em Queluz, é provável que o depósito também atuava na distribuição do instrumento.

Durante o século XIX, em Minas Gerais, a viola se configurou como um instrumento que tinha por principal lugar sociocultural os ambientes rurais, fazendo parte do cotidiano dos sertanejos. Isso fica nítido nos relatos de viagem publicados nos jornais. Alguns viajantes, ao descreverem o que viam pelo interior do país, não deixavam de destacar a presença do instrumento na vida cotidiana dos habitantes dali. Como no caso do Dr. Carlos Hamaria Bendicto Ottoni, cujo relato de sua viagem, intitulado *Viagem ao Rio São Francisco*, publicado em 1884, no jornal *Liberal Mineiro*, descreve os caminhos pelo qual o bacharel em direito, nomeado Juiz de Direito da Comarca do Itapirassaba, atual Januária, percorreu pelo norte de Minas. Ao passar por uma localidade que Carlos Ottoni chama de Serra do Cabral, onde hoje está situada a cidade Buenópolis, ele conta que “a riqueza do sertão é o gado” e a partir daí descreve como o trato com gado dita o ritmo das ações do homem sertanejo. Durante a seca sobem para a serra, regressando apenas com o início das “primeiras chuvas” trabalhar nas roças. Nesse período, segundo Dr. Carlos Ottoni, durante o dia os sertanejos trabalham bastante, mas sempre ao final do dia de trabalho se reúnem e “cantã, tocão viola, rufão caixas e dão gargalhadas” e conclui caracterizando-os como “Povo Alegre e Folgazão!” (LIBERAL MINEIRO, 1884, p. 3).

Além dos relatos de viagem, as crônicas, poemas, quadrinhas e sonetos também são denotativos do lugar da viola no imaginário social comum. No esforço atribuir verossimilhança à ficção, esses acabavam por denunciar, com detalhes, como era a vida cotidiana dos sertanejos, trazendo, frequentemente, a associação entre a viola e a vida tranquila, mas festiva, do campo. O jornal *O Leopoldinense*, que circulou no município de Leopoldina nas últimas décadas do século XIX, publicou em agosto 1881, numa sessão intitulada de *Contos e Histórias*, uma narrativa que contava o dia a dia de uma senhora chamada, Maria das Dores, uma boa e velha senhora, que morava num cortiço onde a chamavam-na de Baronesa. Dentre os personagens que são descritos ao longo da trama está um rapaz mulato, cujo nome não é dito, que morava numa casinha próxima à de Baronesa, e que a noite fazia-se ouvir cantando “ao som de viola, umas trovas sensuaes e requebradas” (O LEOPOLDINENSE, 1881, p. 1). Um mês depois, em setembro de 1881, foi publicado, no mesmo jornal, um soneto intitulado AD. Porto, cujo autor denominava-se como *Mineiro Itabyrano* em que a viola aparece como parte do conjunto de instrumentos musicais de uma festa religiosa tocada pelos devotos que caminhavam em procissão:

Ao toque da bandurra, e da viola
Os devotos de Momo em procissão,
Levavão o seu Deus, e d'ante mão
De penas enfeitarão a padiola [...]
(O LEOPOLDINENSE, 1881, p. 3)

A viola nunca perdera seu espaço no meio popular, continuando presente nas crônicas, relatos de viajantes, poemas, conteúdos literários e nas manifestações culturais diversas. Algumas reportagens mostram sua presença nas festas religiosas, tais como *Congado*, *Folia de Reis* e *Festas Juninas*, também em festas tradicionais do nordeste, e dos interiores do sudeste e do centro-oeste.

No entanto, embora sendo um instrumento de popularidade consolidada entre negros, escravos, pardos e homens simples do campo, a viola não tinha o mesmo espaço entre os integrantes da elite brasileira. Especialmente no final do século XIX, tempos de crescente urbanização e busca pela modernização do país, os instrumentos clássicos vindos da Europa, como o piano e o violino, ganhavam notoriedade na alta sociedade. Tais instrumentos, considerados mais requintados eram vistos como superiores aos instrumentos populares – dentre os quais a viola se destaca – que foram sendo marginalizados. Tal fenômeno é facilmente identificado nos jornais. Em junho de 1875, o jornal *Diário de Minas* recebeu uma “carta particular”, vinda do município de Três Pontas que denunciava a situação “desanimadora” da cidade quanto ao “estado de segurança individual e de propriedade”. Segundo o autor da carta, tal insegurança era consequência “quase que exclusivamente [da] falta de instrução e a pecaminosa ociosidade” em que vivia grande parte da população do município. Ao descrever o perfil dos “criminosos” vistos na localidade, o autor da carta diz: “Encontra-se nas povoações magotes de homens robustos, munidos de viola e de faca, e que nenhuma ocupação honesta têm.” (DIÁRIO DE MINAS, 1875, p. 4). Nesse contexto é possível perceber dois elementos representativos do lugar sociocultural que a viola ocupava naquele momento, primeiramente como um instrumento marginalizado que, no imaginário do autor, era sinônimo de vadiagem, arruaça e munição, tal qual a faca, e também como um instrumento popular tocado nas ruas pelos homens das camadas mais baixas da sociedade.

Ainda elucidativo sobre o lugar marginal ocupado pela viola nesse período, em 1885, no Jornal O Baependyano, numa reportagem intitulada *O tocador de viola*, o redator noticia a apresentação de Pedro José Vaz, que aconteceu em maio daquele ano no *Club das Regatas Guanabarenses*. Segundo o autor da matéria, a apresentação foi surpreendente porque o público

presente que “naturalmente não esperava sentir-se commover aos sons de tão tosco instrumento, applaudiu com entusiasmo o hábil artista, que nada menos fez do que transformar a viola em apreciável instrumento, de onde arrancou melodias encantadoras” (O BAEPENDYANO, 1885, p. 2).

Só mais tarde, a partir da década de 1920, os jornais voltam a falar sobre a viola como um instrumento digno de apreciação. Nesse momento, o país passava por um novo contexto político, social, cultural e econômico, marcado, principalmente, pelo êxodo do trabalhador rural para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de trabalho. Ao deparar-se com as cidades modeladas pela busca constante de modernização, baseada nos padrões europeus, o homem do campo precisou adaptar-se a um novo modo de vida urbano industrial. Nessa conjuntura a população rural valeu-se da musicalidade trazida do campo como forma de recriar e reafirmar sua nova identidade no ambiente urbano. Segundo Ivan Vilela (2015, p. 145), “a música sertaneja agiu como mantenedora dos valores referenciais deste povo no momento e após o êxodo rural”. Além disso, entre as décadas de 1920 e 1930, a radiodifusão atuou com impulsionadora da música sertaneja e caipira, na qual a viola era protagonista, no ambiente urbano, protagonismo que se consolidou ainda mais nas próximas décadas através da produção discográfica (VILELA, 2015, p. 146).

Apesar das resistências, que ainda existiam entre os indivíduos das camadas mais altas da sociedade, os escritores dos jornais acabaram por ter que reconhecer que a viola podia arrancar emoção de expectadores através das belíssimas apresentações dos violeiros que começavam a compor, com elogios, as páginas dos jornais. Inúmeras notícias sobre shows e apresentações de violas começaram a surgir com comentários de admiração. Nas festas populares, nas feiras e nas comemorações, a viola era uma das atrações principais. Os desafios de violeiros, por exemplo, passaram a interessar não somente as camadas populares ou a gente da roça, mas pessoas pertencentes a diversas camadas sociais e dos ambientes urbanos que, inclusive saíam de longe para presenciar as disputas de rimas e repentes ao som da viola, como mostra uma reportagem publicada 1949, na revista *Alterosa* (1949, p. 42).

Na década de 1950 a vida bucólica, retratada nas músicas caipiras, já não era sinônimo de atraso, mas de saudades e nostalgia dos amantes declarados do estilo musical. O violeiro não era mais visto como vadio qualquer, ou apenas como um homem rude do campo tocador de um instrumento sem nenhum refino, mas como um sensível artista que através de seu toque exprimia

sons vindos da alma. A exemplo disso, no ano de 1953, a revista *Alterosa* publica uma quadrinha intitulada *Enigmas*, que traz o seguinte trecho:

[...] Corda de viola é uma veia
Que tem do violeiro o sangue.
Paixão do dono a incendeia,
Se se fere, é viola exangue.
Quem vê a viola, num canto,
Não diz que tem coração,
Coração que dói e o pranto
Se exterioriza em canção.
A viola fica furiosa
De ciúmes, quando o violeiro
Procura alguma dengosa.
Violeiro é trampolineiro. [...]
(ALTEROSA, 1953, p. 104)

Na segunda metade do século XX, as produtoras musicais começaram a publicar propagandas dos discos das duplas de violeiros que, inclusive, passaram a participar de festivais de músicas na televisão. Na revista *Alterosa*, de Belo Horizonte, por exemplo, em 1953, foi encontrado um anúncio da gravadora Continental, que lançava os discos das duplas de violeiros Tônico e Tinoco, Zé Carreiro e Carreirinho e Vieira e Vieirinha, todos tocadores de moda de viola (ALTEROSA, 1953). Já em 1956, o jornal de Juiz de Fora, *Folha Mineira*, numa sessão chamada *Discolândia*, anuncia que o departamento artístico da gravadora *Victor*, a fim de “incentivar os legítimos valores nacionais, proporcionando-lhes oportunidade de êxitos através das gravações” (FOLHA MINEIRA, 1956, p. 2), apresentava novas contratações, dentre as quais estavam as duplas caipiras Leoncio e Leonel, de São Paulo – que já havia atuado nas emissoras *Rádio América* e *Bandeirantes* e interpretariam *Bestaruzia* e *Namoro Invejoso*, um cururu e uma moda de viola – e Curió e Canarinho, dupla da Rádio de Belo Horizonte.

Por fim, nesse período a viola passa por transformações e novos ritmos e formas de tocar foram sendo inseridos ao universo musical caipira. Nesse momento a viola abre espaço para sua inserção em outros contextos e a televisão passa a ser um importante suporte de difusão de sua música. No periódico católico do *Voz Diocesana*, município de Campanha, foi publicada em setembro de 1968, numa coluna de nome *Televisão*, notícias sobre “O primeiro Festival de

Música Popular Brasileira”, realizado pela TV Tupi, que segundo a colunista fora um grande presente aos espectadores. A viola aparece na descrição da programação, como um instrumento empunhado pelos jovens que se apresentaram lindamente durante o festival: “Lá estavam os jovens, letra e música, poesia e som, levando-nos a um verdadeiro estouro de incontido orgulho... De viola e tamborim, eles cantaram a vida, a pátria, o amor, a mulher, o mar e a flor. E cantaram lindo” (VOZ DIOCESANA, 1968, p. 4). Dez anos depois, em 1978, o jornal *Lavoura e Comércio* publicou, a programação de domingo da Rede Tupi de Televisão, canal 5 da TV Uberaba, na qual às 8:30 da manhã era exibido um programa que levava o nome *Viola e Violeiro* (LAVOURA E COMÉRCIO, 1978).

E assim sucessivamente a viola foi ganhando espaço na cena urbana, sem perder seu lugar no ambiente rural e nas manifestações culturais diversas na qual estava, e está ainda hoje, inserida. Desde as mãos do negro escravizado e do homem rude do campo, nas rodas escondidas nos “interiores” do estado, para as mãos de reconhecidos artistas, nas afamadas canções pelas rádios, televisores e palcos de todo o país. No entanto, foi exatamente a sua estreita ligação com a cultura popular que garantiu a sua permanência ao longo dos anos, sobrevivendo às mudanças sociais, políticas e musicais, ocupando espaços distintos no imaginário comum e lugares socioculturais diversos.

Considerações finais

O mapeamento feito através das publicações dos impressos mineiros aponta para um percurso bastante peculiar percorrido pela viola ao longo dos séculos XIX e XX até chegar ao status atual de patrimônio imaterial do estado, junto às diversas relações tecidas ao seu em torno. Existem diversas maneiras de se interpretar um patrimônio cultural. A partir da década de 1980, uma “reflexão sobre a função do patrimônio e a crítica à noção de patrimônio histórico e artístico” (FONSECA, 2003, p. 67) retira o protagonismo de determinados objetos sobre os quais a noção de patrimônio estava centrada, e que demandava conservação e restaurações técnicas, e lança luz sobre uma nova concepção de patrimônio cultural, na qual o aspecto fundamental é a relação da sociedade com a cultura e, portanto, sua preservação é uma prática social.

É inegável a importância material da viola na formação da identidade cultural mineira, no entanto, as ações humanas sobre ela, além de mudar as suas formas físicas de modelagens e fabricação, construíram à sua volta uma teia complexa de relações, saberes, linguagens e

expressões próprias de seus detentores, e que se transformaram ao longo do tempo. Portanto, embora seja importante como o suporte físico que manifesta tantas agregações, apenas sua representação material mostrou-se insuficiente para compreensão e interpretação de sua relevância como patrimônio cultural no decorrer dos estudos que fundamentaram seu processo de registro. Além disso, a mutabilidade dessas relações traz ressignificações que precisam ser, de tempo em tempo, revisitadas para mesurar até que ponto o registro fará sentido dentro da dinâmica cultural social.

O processo de registro dos Saberes, *Linguagens e Expressões Musicais da viola em Minas Gerais*, fora importante para ampliar nossos olhares, enquanto pesquisadores, especialmente sobre dois aspectos que circundam a identificação, interpretação e a patrimonialização cultural: primeiro, que a cultura material exerce grande influência na formação da identidade mineira, como um canal de comunicação que agrega diversos elementos intangíveis e que se relacionam com a forma como os detentores se apropriaram dos objetos e fazem dele parte fundamental, não somente nas manifestações e expressões culturais e religiosas, mas também na construção de signos e linguagens que atuam diretamente em suas formas de se relacionar socialmente.

E, por fim, sabendo que o processo de identificação não se faz sem uma análise documental e bibliográfica apurada, e se deparando com a escassez de documentos oficiais sobre o instrumento ao longo de períodos históricos onde sua existência foi desprezada pelas elites, a cultura impressa, em especial os jornais, foi de extrema importância para a compreensão do lugar sociocultural da viola ao longo dos séculos XIX e XX. Com a escolha de analisá-los não como um repositório dos fatos tais quais aconteceram, mas como relato subjetivo, desprendido dos, tão atuais, códigos éticos e carregado de intencionalidades que muito tem a dizer sobre o imaginário e as ações dos homens daquele tempo.

Referências Bibliográficas

Fontes

Alterosa, Belo Horizonte, 1 abr. 1949, p. 42.

_____, Belo Horizonte, 1 out. 1953, p. 104.

A Província de Minas, Ouro Preto, 14 set. 1882, p. 4

Diário de Minas, Ouro Preto, 11 fev. 1873, p. 3.

- _____, Ouro Preto, 9 jul. 1875, p. 4.
- Folha Mineira**, Juiz de Fora, 15 set. 1956, p. 2.
- Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 nov. 1978
- Liberal Mineiro**, Ouro Preto, 25 set. 1882, p. 4.
- _____, Ouro Preto, 15 dez. 1883, p. 4.
- _____, Ouro Preto, 13 jun. 1885, p. 4.
- _____, Ouro Preto, 18 jan. 1884, p. 3.
- Voz diocesana**, Campanha, 20 set. 1968, p. 4
- O Baependyano**, Baependy, 7 jun. 1885.
- O Leopoldinense**, Leopoldina, 4 ago. 1881, p. 1
- O Universal**, Ouro Preto, 24 jul. 1836, p. 4.

Bibliografia

- AMORIM, Humberto. “*A carne mais barata do mercado é a carne negra*”: comércio e fuga de escravos músicos nas primeiras décadas do Brasil oitocentista (1808-1830). **OPUS**, v. 23, n.2, ago. 2017, p. 89-115.
- ANCHIETA, José. *Poesias*. São Paulo: Ed. USP, 1989. p.746, apud NOGUEIRA, Gisela Gomes Pupo. **A viola con anima**: uma construção simbólica. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p.26.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> > acesso em: 02/01/2019
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. p.199.
- FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre V.; SILVA, Daniel D. **Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)**. Afro-Ásia, n° 31, 2004, p.83-126.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Carlos. (orgs.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa**: delineamentos metodológicos. In: Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view> acesso em 06/11/2018

MENESES, José Newton Coelho. **Modos de fazer e a materialidade da cultura “imaterial”:** o caso do queijo Artesanal de Minas Gerais. *Patrimônio e Memória*, v. 5, n. 2, p. 19 – 33, 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/75> acesso em 06/11/2018

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf> acesso em 02/01/2019

VILELA, Ivan. **Cantando a própria história:** música caipira e enraizamento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

Devorando o continente: a *Revista de Antropofagia*, o diálogo com as Américas e a idéia de identidade americana.

Devorando el continente: la *Revista de Antropofagia*, el diálogo
con América y la idea de identidad americana

Helaine Nolasco Queiroz

Doutora em História

Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

helaineq@hotmail.com

Recebido em: 07/11/2018

Aprovado em: 22/11/2018

Resumo: Este artigo visa examinar o olhar da *Revista de Antropofagia* – periódico modernista que circula entre 1928 e 1929 a partir de São Paulo e reúne intelectuais como Oswald de Andrade, Raul Bopp, Antônio de Alcântara Machado, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral – para as Américas. Abrange tanto os contatos trocados entre os intelectuais da revista e outros latino-americanos, quanto as críticas à política intervencionista estadunidense sobre a América Latina e, ainda, a problematização sobre a idéia de identidade latino ou pan-americana.

Palavras-chave: *Revista de Antropofagia*, Américas, Modernismo, Vanguardas.

Abstract: This article aims to examine the view of the *Revista de Antropofagia* - a modernist journal that circulated between 1928 and 1929 from São Paulo and gathers intellectuals such as Oswald de Andrade, Raul Bopp, Antônio de Alcântara Machado, Mário de Andrade and Tarsila do Amaral - for the Americas. It covers both the contacts exchanged between the journal's intellectuals and other Latin Americans, as well as the criticisms of the US interventionist policy on Latin America and the problematization of the idea of Latin or Pan-American identity.

Key words: Journal of Anthropophagy, Americas, Modernism, Vanguardas.

Introdução

A historiografia e a crítica literária apartavam, há algumas décadas atrás, o modernismo brasileiro dos equivalentes “ismos” hispano-americanos, alegando a existência de uma identidade cultural entre os países herdeiros da tradição hispânica da qual o Brasil não fazia parte, dadas as supostas barreiras que supunham um idioma não compartilhado e significativas diferenças históricas. Jorge Schwartz (2008), por exemplo, mostra como as antologias sobre as vanguardas concebiam análises comparativas entre grupos e revistas hispanoamericanas, geralmente excluindo o Brasil desses diálogos. Os estudos sobre o modernismo brasileiro, por seu turno, comumente tratavam do olhar desse para a Europa e sua tentativa de construir uma cultura ao mesmo tempo autêntica, nacional, moderna e cosmopolita, não fazendo menção ao diálogo entre intelectuais brasileiros e hispano-americanos. Era como se o modernismo mirasse apenas a Europa, “voltando às costas” à realidade continental e não tecendo contatos com intelectuais nascidos e atuantes na América.

Atualmente, cada vez mais se verificam, em análises comparativas e antologias sobre as vanguardas na América Latina, que as peculiaridades da produção cultural brasileira não são impedimentos quando se procura traçar paralelos e diálogos com outros movimentos surgidos em contextos aproximados, utilizadores de formas literárias similares e debatedores de inquietações e expectativas partilhadas.¹ O modernismo – movimento artístico/literário que se desenvolve no Brasil principalmente durante as décadas de 1920 e 1930² – discute e tenta se aproximar do contexto americano. Um de seus principais debates, a construção da identidade nacional, não se faz apenas em confronto e diálogo com a Europa e os Estados Unidos, mas também com os países latino-americanos e, ainda, levando em conta a ideia de um conjunto identitário continental. Se autores e grupos se recusam a ser meras cópias do que é produzido na Europa, há também tentativas de relacionar essa identidade com um contexto continental, fazendo parte da “nuestra América” e mantendo contato com os “hermanos”.

Vários exemplos no modernismo mostram que as diferenças em termos de língua e herança cultural não apartam autores e grupos de países vizinhos. Mário de Andrade conhece vários aspectos da arquitetura, escultura, artes plásticas e literatura latino-americanas, lê obras do chileno Vicente Huidobro e dos estridentistas mexicanos e escreve artigos sobre a produção

¹ Ver, por exemplo, a obra de Saul Sosnowski, *La cultura de un siglo: América Latina en sus revistas*.

² A periodização do modernismo é bastante diversa, havendo autores como José Abelardo Castelo que o estendem até a década de 1960.

argentina e uruguaia no jornal *Diário Nacional*.³ Alceu Amoroso Lima, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, também escreve crônicas sobre a produção argentina, publicadas, por exemplo, no *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Participante do modernismo carioca, Ronald de Carvalho, além de colaborar na revista uruguaia *La Cruz del Sur*, publica, em 1926, *Toda a América*, poemário resultante de sua experiência diplomática pelo continente, em que traça uma descrição idílica dos países que visita, dentre eles Trinidad e Tobago, Barbados, México, Chile, Argentina e Estados Unidos.⁴ Plínio Salgado lê e interpreta a obra do mexicano José Vasconcelos, *La raza cósmica*, com vistas a mostrar uma espécie de superioridade ibero-americana na “evolução” cultural da humanidade, onde nascerá a “quinta raça”, a “raça cósmica”, mistura de todas as raças existentes e, por isso, “superior” a todas. (SALGADO, 1927, p. 3) Menotti del Picchia concede uma entrevista ao argentino Nicolás Olivari, publicada na revista *Martín Fierro*, que também expõe um artigo sobre a produção de Ronald de Carvalho. (OLIVARI, 1927, p. 7)

Muitas revistas modernistas também acolhem contribuições de hispano-americanos. *Novíssima*, dirigida por Cassiano Ricardo, abriga colaborações dos argentinos Manuel Gálvez, Lorenzo Stanchina, Alfonsina Storni, Nicolás Olivari e Benjamín de Garay, a quem a revista elege como seu representante “em todas as repúblicas hispano-americanas” (GUELFI, 1987, p. 116), além dos uruguaios Juana de Ibarborou e Victor Pérez Petit e do mexicano Federico Gamboa (ROCCA; ANDRADE, 2006, p. 215). *Verde*, de Cataguases (Minas Gerais), publica artigos, poemas e ilustrações do uruguaio Nicolás Fusco Sansone e do argentino Idelfonso Pereda Valdés que, por sua vez, recebe críticas sobre sua obra em *A Revista*, de Belo Horizonte. Em *Festa*, no Rio de Janeiro, Tasso da Silveira e Andrade Muricy escrevem resenhas e notas sobre os uruguaios Juana de Ibarbourou, Gervasio Guillot Muñoz, María Elena Muñoz, Nicolás Fusco Sansone e Alfredo Mario Ferreiro (ROCCA; ANDRADE, 2006), o argentino Oliverio Girondo e o chileno Vicente Huidobro, entre outros. *Festa* estabelece, ainda, um intercâmbio regular com “publicações de Costa Rica, Uruguai, Argentina, Colômbia” (CACCESE, 1971, p. 73), destacando-se o relacionamento mais estreito com *La Cruz del Sur*. Por seu turno, fora do país, a uruguaia *Renovación* é provavelmente a revista que mais aceita contribuições de brasileiros e escreve sobre a literatura produzida no Brasil.

³ Sobre isso, ver Raul Antelo (1986) e Patricia Artundo (2004).

⁴ Sobre a obra de Ronald de Carvalho, ver, por exemplo, André Botelho (2005) e Ana Luisa Oliveira (2008).

Este artigo explora o interesse da *Revista de Antropofagia* – periódico modernista de São Paulo idealizado por Oswald de Andrade, que circula entre maio de 1928 e agosto de 1929 – pela América, através de vínculos com autores e grupos e discussão de assuntos de interesse continental. A revista recebe colaborações de intelectuais do Uruguai e da Argentina e publica críticas literárias sobre autores platenses. Discute ainda assuntos relacionados a uma identidade cultural americana e possíveis ameaças à soberania latino-americana, vindas tanto da Europa quanto do vizinho do norte, os Estados Unidos. Na sua segunda fase ou “dentição”, ainda que as referências à América diminuam os colaboradores não se mostram desconhecedores sobre o que acontece no continente.

Se a antropofagia indígena é exemplo tanto de insubordinação quanto da forma de assimilar o que vem do estrangeiro – já que não se trata simplesmente de matar o inimigo, mas de comê-lo, com fins mágico-religiosos –, a antropofagia oswaldiana propõe devorar metaforicamente material vindo do exterior na tentativa de definir e fortalecer o caráter nacional brasileiro. Nesse duplo olhar, “para fora” e “para dentro”, os brasileiros se posicionam ao lado dos latino-americanos, em sua herança cultural comum, mas também separadamente, especificando sua insularidade. A *Antropofagia* é otimista quanto ao futuro do continente e o *Manifesto Antropófago* afirma acreditar na “idade de ouro anunciada pela América”.

Colaborações platenses

A primeira fase ou “dentição” da *Revista de Antropofagia*, em forma de revista propriamente dita e com periodicidade mensal, circula entre maio de 1928 e fevereiro de 1929. Nesse período, oito entre seus dez números (com exceção do quarto e do sexto) exibem colaborações de hispano-americanos ou discutem assuntos relativos ao continente. Em junho de 1928, a revista abre suas páginas à poetisa e ilustradora argentina María Clemencia López-Pombo e ao poeta uruguaio Nicolás Fusco Sansone.

A revista investe pouco em ilustração, havendo apenas quinze imagens em toda a sua extensão, a maior parte reproduções de desenhos e pinturas da artista plástica Tarsila do Amaral – companheira do idealizador da revista, Oswald de Andrade – perfazendo sete de suas obras. Também há três desenhos de Pagu (Patrícia Galvão), além de outras obras de Cícero Dias, Rosário Fusco, Di Cavalcanti e Antonio Gomide. María Clemencia é a única estrangeira a ter um desenho reproduzido na publicação, ilustrando *Entrada de Macunaíma*, do livro *Macunaíma o herói*

sem nenhum caráter, de Mário de Andrade, lançado em agosto de 1928. Génesse Andrade disserta sobre a presença de María Clemencia, ligada ao grupo ultraísta argentino, na cena brasileira.

Tudo indica que a artista argentina María Clemencia López Pombo atuava como intermediária nessas relações entre Brasil e Uruguai. Ela havia ilustrado *La guitarra de los negros*, de Pereda Valdés, em 1926 (...). Na revista *Verde*, no número 5, de janeiro de 1928, temos um desenho acompanhado de sua apresentação, e no de maio de 1929, além de uma ilustração de sua autoria, temos seu retrato, feito por Norah Borges. (ANDRADE, 2016, p. 215)

Na correspondência trocada entre os redatores de *Verde* e Mário de Andrade, Ascânio Lopes dedica a María Clemencia um poema intitulado *Argentina*. Rosário Fusco, por seu turno, não aprecia seus desenhos, revelando: “não gosto nada não do que ela faz” (MENESES, 2013, p. 122). Segundo Raul Antelo (1986), no acervo de Mário de Andrade é possível encontrar alguns desenhos de María Clemencia, o que mostra a ligação da escritora e desenhista com esse autor que, tendo um capítulo de sua rapsódia publicada na *Revista de Antropofagia*, o ilustra com o desenho da argentina. Por seu turno, o diretor antropófago, Antônio de Alcântara Machado, mantém intensa correspondência e contato tanto com Mário de Andrade quanto com os redatores da *Verde*, o que revela a possível ligação que possibilita a colaboração de María Clemencia.

A colaboração literária na *Revista de Antropofagia* fica a cargo de Nicolás Fusco Sansone, uruguaio que tem o poema *La gracia del amor puro* publicado também no segundo número. Sansone, segundo Ildefonso Pereda Valdez, é familiar do mineiro Rosário Fusco, redator da revista *Verde*. Sua colaboração remete, mais uma vez, à rede de intelectuais que liga São Paulo, Cataguases, Montevideu e Buenos Aires. É provavelmente através de Fusco que Alcântara Machado, toma contato com a obra do uruguaio, editor da revista *El Camino*.

Crítica literária

Além das colaborações criativas, há referências a obras de escritores platenses na primeira edição da *Revista de Antropofagia* através da crítica literária feita por Antônio de Alcântara Machado. Já no primeiro número, de maio de 1928, o diretor antropófago critica *Sentimiento de Germana*, de Pedro Juan Vignale, publicado na Argentina, em 1927. Vignale se liga, em Buenos Aires, através da revista *Los Pensadores*, ao chamado grupo de Boedo, de escritores engajados na esquerda política, que se posicionam a favor de um desconformismo ante a injustiça social e

contra o que chamam de gratuidade da arte.⁵ O livro de Vignale faz uma homenagem à esposa, a cantora brasileira Germana Bittencourt⁶, com quem se casa em 1927 e que falece precocemente, quatro anos depois, de tuberculose, no Rio de Janeiro. Segundo Alcântara Machado, os versos, do “maestro e entomólogo”, “são de uma ternura forte e grave. Muito diferente daquele “pieguismo” rimado dos poetas que sussurram no ouvidinho da amada”. Vignale “ama à moderna. É poeta à moderna” e “através da mulher (...) ama a terra onde ela nasceu: esta terra. Sentir uma é sentir a outra”. O livro, com versos sobre São Paulo, mostra o “contrato de poeta, tão profundamente vigoroso com o tema lírico Brasil”, que, segundo Machado, “ainda nos dará (penso eu) muita coisa ótima” (ALCÂNTARA MACHADO, maio 1928, p. 4).

Germana Bittencourt é o terceiro elo da cadeia, que envolvem brasileiros e rioplatenses vanguardistas.⁷ O primeiro se dá via María Clemencia, que envia desenhos e revistas argentinas e uruguaias para Mário de Andrade e Rosário Fusco. O segundo ocorre pela argentina Norah Borges, que mantém contato com os mineiros de *Verde*, enviando-lhes exemplares da revista *Proa*⁸. E a terceira é Germaninha, como é conhecida por Mário de Andrade. No terceiro número da *Verde*, há um poema de Idelfonso Valdés dedicado *A Germana Bittencourt*, que aparece também na argentina *Martín Fierro*, em novembro de 1927.

No terceiro número da *Revista de Antropofagia*, Alcântara Machado critica o livro *La trompeta de las voces alegres*, do uruguaio Nicolás Fusco Sansone, publicado em 1925 em Montevideu.⁹ Apesar do prefácio, escrito por Juan Parra del Riego, ter frases “que bem poderiam ter sido escritas por Graça Aranha”, isso não prejudica o livro, cheio de “voluntad y de alegría”. Importa, mais, “a maneira desenvolta com que o poeta solta sua poesia como una bandera para que jueguen con ella el sol, el viento y el mar” (ALCÂNTARA MACHADO, jul. 1928, p. 4).

⁵ Tais escritores são criticados pelo grupo de Florida, especialmente pelos intelectuais ligados à revista *Martín Fierro*, por serem reacionários e retrógrados, já que suas formas literárias se atam ao naturalismo pertencente aos últimos decênios do século XIX.

⁶ No segundo número de *Terra Roxa e outras terras...* há um artigo de Mário de Andrade sobre Germana Bittencourt, elogiando seu recital, que privilegia o repertório brasileiro, abarcando o temário indígena, popular e erudito. O jornal *O Imparcial*, em outubro de 1926, também noticia as apresentações da cantora no Brasil. Na mesma *Terra Roxa* narra-se a presença, no Brasil, de dois jornalistas e críticos argentinos: Emilio Soto e Pedro Juan Vignale.

⁷ Ver, sobre isso, May Lorenzo Alcalá (1990).

⁸ Norah Borges, irmã de Jorge Luis Borges, casa-se com o espanhol Guillermo de Torre, que será citado na segunda “dentição” da *Revista de Antropofagia*.

⁹ Também Tasso da Silveira escreve um artigo sobre o livro no oitavo número de *Festa*, de 15 de maio de 1928.

Depois, no sétimo número, a crítica é ao livro *Montevideo y su cerro*, do também uruguaio Adolfo Montiel Ballesteros que, segundo Alberto Zum Felde, “fue un ‘apasionado del cosmopolitismo poético, a la manera de sus maestros modernistas’” (ROCCA; ANDRADE, 2006, 330). Alcântara Machado considera que o livro, lançado em 1928 e composto de “contos sincopados com um pouco de sátira e um pouco de invenção”, tem um “ritmo sacudido” e que seu autor tem qualidades ótimas de cronista, escrevendo com extraordinária facilidade e pondo “logo o negócio em pratos limpos” (ALCÂNTARA MACHADO, nov. 1928, p. 4).

Por fim, no último exemplar da primeira “dentição”, o mesmo Alcântara Machado critica *Libro de imágenes*, publicado em Montevideu em 1928, por Humberto Zarrilli, “poeta amável a quem a gente retribue com a mesma simpatia dele por tudo e por todos deste mundo” e “co-autor de uma série de livros de leitura para crianças que conquistou o primeiro prêmio no concurso organizado faz pouco tempo pelo Conselho Nacional de Ensino Primário e Normal do Uruguai” (ALCÂNTARA MACHADO, fev. 1929, 4). Esse prêmio, segundo Gênese Andrade, marca o início do sucesso da carreira de Zarrilli que, “como pedagogo alcanzó una relevancia tal que sus libros de lectura para escolares fueron – a partir de 1927 – textos oficiales de Enseñanza Primaria.” (ROCCA; ANDRADE, 2006, 340). Zarrilli participa, ainda, de duas revistas importantes em Montevideu na década de 1920: a *Revista Oral* e a *Revista Mural*.

Observa-se uma crítica positiva e amena das obras platenses nos escritos de Alcântara Machado. É o diretor que parece fornecer a ligação entre a *Revista de Antropofagia* e os intelectuais dessa região na primeira “dentição”. Suas leituras demonstram a chegada de uma rede de publicações ao Brasil, provavelmente auxiliada pela proximidade entre os portos do Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos Aires. Essas obras são provavelmente remetidas pelos próprios autores, fazendo parte de uma rede de camaradagem intelectual conectada pelo envio de cartas, desenhos, recortes de jornal, dentre outros, envolvendo tanto laços de amizade quanto relações amorosas.

Patrícia Artundo (2004, 63) assinala a existência de uma carta de Alcântara Machado, de 17 de maio de 1928, convidando o pintor argentino Alejandro Xul Solar a participar da *Revista de Antropofagia*, além dos três primeiros números da revista no arquivo documental de Xul Solar, provavelmente enviados por Alcântara Machado. Sabe-se que Oswald de Andrade e Tarsila do

Amaral também mantém contatos com os platenses na mesma época, recebendo o pintor argentino Emilio Pettoruti, por exemplo, em 1929, quando ele visita o Brasil.

América para que americanos?

Além do contato com obras e autores argentinos e uruguaios, a *Revista de Antropofagia* discute assuntos relativos ao contexto cultural e político americano. Em geral, eles dizem respeito à soberania latino-americana e a intervenção europeia ou estadunidense no subcontinente. A revista circula logo após a Grande Guerra e imediatamente antes da queda da bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, quando os países europeus perdem sua soberania econômica para os Estados Unidos, que se torna uma economia internacionalmente dominante. Em termos políticos e culturais, a pretensa racionalidade europeia, seus valores da ciência, educação, liberdade individual, e sua promessa de progresso também estão abaladas no momento, já que a Grande Guerra traz o colapso de valores e instituições da civilização liberal.

Desde o século XIX, a política estadunidense se mostra interessada em exercer influência e controle sobre a América Latina. O discurso anual para o Congresso dos Estados Unidos, em 1823, do então presidente James Monroe, é o marco inaugurador da chamada Doutrina Monroe, que garante a “proteção” das repúblicas recém-independentes da América quanto a alguma tentativa europeia em estender “seu sistema para qualquer parte desse hemisfério”. Em 1904, Theodor Roosevelt desenvolve o chamado Corolário Roosevelt, “a mais famosa derivação da Doutrina Monroe” (TEIXEIRA, 2014, p. 116), segundo o qual os Estados Unidos se concedem o direito de intervenção militar “preventiva” nos países latino-americanos para impedir qualquer expansão europeia em direção ao hemisfério ocidental.

O Corolário Roosevelt causa, no entanto, grande mal estar nas relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, havendo, nas primeiras décadas do século XX, uma tentativa em retroceder dele. Uma das primeiras ações nesse sentido é o Pacto Kellogg-Briand, tratado de 1928 que estipula a renúncia à guerra como instrumento de política internacional, de autoria do Secretário de Estado estadunidense Frank B. Kellogg e do ministro francês das relações exteriores Aristide Briand. O pacto de Kellogg quer demonstrar que a doutrina Monroe original é uma afirmação de nada mais do que um direito de autodefesa, o que é permitido sob a cláusula de “exoneração” do Pacto Kellogg.

Mais uma vez, é o diretor da revista que desenvolve a maioria dos artigos a respeito do assunto, publicados nas primeiras páginas dos números 5, 8 e 9, a título de editorial. O assunto da primeira página de setembro de 1928 é justamente o Pacto Kellog. O título do artigo, *Pacto do dia*, ridiculariza duramente o “pacto solene”, que Alcântara Machado entende apenas como mais um dos “aperitivos” oferecidos pelos Estados Unidos para exercer controle sobre a América Latina. Machado o considera servido com “molho de hipocrisia norte-americana” e questiona: “Pois os senhores já viram imbecilidade mais revoltante?” A forma como o tratado é organizado é ridicularizada desde o princípio e seus consignatários profanados: “Reunem-se em grave assembleia os conhecidos bandoleiros Janjão Taco, Neco Facão, Prazer das Morenas e Totó Sururú. E que é que resolvem? Declarar o assassinio e o roubo fora da lei. E o mundo inteiro aplaude o pacto solene” (ALCÂNTARA MACHADO, set. 1928, p. 1). Mas, logo retomando o tom sério, sentencia: “O norte-americano que inventou essa obra prima de cinismo e falsidade é o mesmíssimo norte-americano que intervém na Nicarágua e aumenta todos os dias a sua força guerreira”, fazendo menção às inúmeras intervenções militares dos Estados Unidos no país centro-americano desde meados do século XIX. A colaboração europeia no tratado também é digna de desmascaramento, uma vez que se trata da “mesmíssima Europa que trucidou chineses e africanos e vive há muito tempo lavando a sua roupa ensanguentada em público”.

O Brasil foi convidado para aderir a essa pouca-vergonha. Mas antes de pôr o seu jamegão no pacto deve perguntar aos pândegos se só agora descobriram que a guerra é uma infâmia. E se quiser participar da pagodeira que vá até Paris munido de máscara contra gases asfixiantes. Com gente de tal ordem toda a precaução é insuficiente. Quanto a nós, deglutido o pacto de Kellog, atacaremos a pombinha da paz (ALCÂNTARA MACHADO, set. 1928, p. 1).

Mais tarde, no artigo *Pescaria*, o mesmo Alcântara Machado critica as atitudes laudatórias do Brasil quanto à política de Herbert Clark Hoover, recém-eleito presidente dos EUA que, também apoiado na tentativa de retroceder do Corolário Roosevelt, organiza uma viagem de boa vontade pela América. Hoover – que exerce o cargo de Secretário do Comércio entre 1921 e 1928, antes de assumir a presidência dos Estados Unidos e é o primeiro a utilizar a expressão *good neighbor* (TOTA, 2000, p. 28) – parte da Califórnia e visita, dentre outras cidades, São José da Costa Rica, Balboa (no Panamá), Guayaquil (no Equador), Lima, Valparaíso, Buenos Aires e Montevideu, antes de chegar ao Rio de Janeiro onde, na pauta da reunião com o presidente Washington Luís, está o acordo para a exportação de café para os Estados Unidos.

A campanha de Hoover é considerada pelo diretor antropófago uma espécie de pescaria, em que os peixes e “tubarões” (países como o Brasil) não deixam de morder a isca.

Hoover vem aí. Quando ele se candidatou à presidência norte-americana o Brasil cafeeiro vetou seu nome. Foi das coisas mais engraçadas desta terra tão engraçada além de essencialmente agrícola. Agora estão sendo preparadas manifestações oratórias. Está claro que está certo (ALCÂNTARA MACHADO, dez. 1928, p. 1).

A expedição de Hoover vem acompanhada de um “batalhão de jornalistas que (...) radiotelegrafa todos os dias contando os sucessos da pescaria. Nem tubarão tem refugado diante da isca. E o presidente sorri cada vez mais contente da vida.” Afirma Machado: “daqui a pouco a costa sulamericana do Pacífico está no papo. É só substituir a minhoca da isca. O pessoal todo já abriu a boca esperando as comidinhas irresistíveis: panamericanismo, fraternidade continental, a América dos americanos.” Diante da intervenção de Hoover cabe “perguntar que fim levaram as nossas tradições antropófagas. Brasil, meu amor, você também virou peixe?” (ALCÂNTARA MACHADO, dez. 1928, p. 1).

Maria Eugênia Boaventura analisa a forma como Machado desenvolve seu programa de profanação e negação da viagem de Hoover:

O refrão “Hoover vem aí e vem pescando/ Hoover vem aí. Vem pescando no mar” é o clímax da irreverência da linguagem, ao lado de manifestações oratóriaslouvaminhieras de saudação ao presidente. As estruturas de rimas internas e aliteraões lembram os refrões das canções ingênuas, engraçadas e populares, procedimento este usado por Oswald de Andrade ao compor o seu irônico e zombeteiro poema “Hip! Hip! Hoover! Mensagem poética ao povo brasileiro.” (BOAVENTURA, 1985, p. 34)

O poema de Oswald de Andrade ao qual Boaventura faz referência é publicado em 12 de janeiro de 1929 na revista *Para Todos* e, assim como os editoriais de Machado, explicita a repulsa e a desconfiança dos antropófagos quanto às intenções da política estadunidense sobre a América Latina.

Alcântara Machado debate ainda a intervenção dos Estados Unidos na disputa entre Bolívia e Paraguai pela região do Chaco Boreal que, desde o período colonial, não está nitidamente demarcada, sendo alvo de uma série de negociações e tratados entre os dois países. Na segunda metade do século XIX, firmam-se vários tratados entre Paraguai e Bolívia, com a mediação dos países limítrofes, buscando evitar um conflito armado. Nenhum deles, contudo, tem efeito duradouro, não conseguindo harmonizar os interesses de ambas as partes. O

presidente norte-americano Rutherford Hayes, no final do século XIX, intervém em favor do Paraguai, o que se converte em um forte argumento para as autoridades paraguaias nas negociações sobre a questão do Chaco, mantidas com o governo da Bolívia entre 1927 e 1933. Também a Argentina se interessa pela região. Apesar das tentativas de “acercamiento diplomático”, as relações entre os países sofrem um sério desgaste, que se reflete em enfrentamentos militares. Em 5 de dezembro de 1928, forças paraguaias atacam e destroem o fortim boliviano Vanguardia e, em 14 de dezembro, o exército boliviano ataca e captura o fortim paraguaio de Boquerón. O recurso às armas se transforma em uma alternativa inevitável para os governos da Bolívia e do Paraguai, agravada devido ao descobrimento de petróleo na região.

Segundo Alcântara Machado, “o conflito entre a Bolívia e o Paraguai a propósito do Chaco teve, até agora, pelo menos uma vantagem: mostrar a inutilidade absoluta da Sociedade das Nações”. Inicialmente intervém a Europa:

Quando a macróbia Europa soube que dois meninos sul-americanos estavam se preparando para um sururú de verdade pensou muito convencida: Eu arranjo a cousa em dois tempos. Briand,¹⁰ o cabeludo (como diz Daudet) se incumbiu de redigir e assinar o telegrama pacificador. O telegrama partiu. Briand deu entrevistas em que declarava terminado o incidente. Quem tem prestígio é assim. Acabem com essa briga, seus borrinhas. Os borrinhas com medo do chinelo abraçam-se cordialmente. (ALCÂNTARA MACHADO, jan. 1929, p. 1)

No entanto, os dois países “receberam o despacho, leram e continuaram a trocar beslicões. Nem ligaram. Briand encabulou. A Sociedade das Nações encabulou. A Europa (que soube do negócio) encabulou.” Então os Estados Unidos intervêm: “só depois que o pessoal da América se decidiu a intervir é que as coisas tomaram melhor rumo. À voz da casa os briguentos cruzaram os braços. E tudo parece acabar em santa paz. Assim está certo. Com a intromissão da Europa estava errado” (ALCÂNTARA MACHADO, jan. 1929, p. 1). A intervenção norte-americana no conflito – posterior ao insucesso europeu – deslegitima a ação da Sociedade das Nações em sua “inutilidade absoluta” como organização internacional criada com intenção de garantir a paz mundial e dá mostras da disputa entre Europa e Estados Unidos pela hegemonia na intervenção na América Latina. No entanto, a pacificação promovida pelos EUA não é também desejável e, diante dela, segundo Machado, “Era quase preferível fazer a guerra. Só de pique.” De fato, os conflitos não se amenizam e, em 1932, é deflagrada a Guerra do Chaco, que

¹⁰ Aristide Briand é o mesmo ministro francês envolvido na elaboração do Pacto Kellog e que, em 1926, ganha o prêmio Nobel da Paz.

duram três anos e, segundo Eric Hobsbawm (2009, p. 32) é uma das mais mortais do século XX, matando cerca de 1,4 milhões de paraguaios e três milhões de bolivianos.

As censuras sobre as tentativas europeias e estadunidenses em controlar política e economicamente a América se diferenciam, sobremaneira, do tom utilizado por Alcântara Machado nas críticas literárias platenses. A amenidade e o elogio são substituídos pelo deboche e pelo ataque, antecipando o radicalismo da segunda fase da *Revista de Antropofagia*. Boaventura explica que Machado utiliza o riso e a paródia como instrumentos de ruptura e:

(...) instaura um novo tipo de escritura, destoando dos costumeiros editoriais. Subverte o código lógico e linguístico, apodera-se dos assuntos tratados seriamente por outras publicações tradicionais e trabalha criticamente, depurando o tom áulico e ao mesmo tempo expressando a visão particular da *Revista de Antropofagia* sobre o assunto (BOAVENTURA, 1985, p. 28).

Identidade americana

Na primeira “dentição” da *Revista de Antropofagia*, o diretor antropófago é quem, portanto, mais estabelece contato com os intelectuais americanos, além de discutir assuntos relacionados com a realidade continental. Além das contribuições de Alcântara Machado, há poucas tentativas em se relacionar o Brasil com os demais países americanos ou o desejo participar de uma espécie de identidade continental. O *Manifesto Antropófago*, de autoria do idealizador da revista, Oswald de Andrade, é o único texto que, sucintamente, faz referências a um destino ou comunidade continental. Diz:

Queremos a revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. A idade do ouro anunciada pela América. A idade de ouro. E todas as girls. (ANDRADE, maio 1928, p. 3)

Nos dois únicos textos de Oswald de Andrade na primeira “dentição” (o manifesto e um texto sobre Tristão de Athayde), o antropófago propõe que se festeje “o dia 11 de outubro, último dia da América livre, pura, descolombisada, encantada e bravia”, dia anterior à chegada de Colombo no continente, para o qual propõe uma festa: “uma grande festa que proponho para a véspera de 12 de outubro” (ANDRADE, set. 1928, 3). Nesse caso, a nostalgia por um tempo quase mítico ocorre claramente, mediante a ignorância da presença do europeu na América. São os únicos momentos em que Oswald de Andrade aborda a questão.

Além disso, em entrevista a *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em maio de 1928, Oswald de Andrade – antes de partir para a Europa, acompanhando Tarsila do Amaral nas exposições que ela realiza em Paris – com vistas a divulgar as idéias antropófagas, mostra sua pretensão em não se localizar apenas nacionalmente.

Nós não somos, nem queremos ser, brasileiros, nesse sentido político-internacional: brasileiros-portugueses, aqui nascidos, e que, um dia, se insurgiram contra seus próprios pais. Não. Nós somos americanos; filhos do continente América; carne e inteligência a serviço da alma da gleba. (NOVA escola literária, 1928, p. 9)

Além dessas tímidas tentativas de associar o Brasil ao restante da América não há, na primeira “dentição”, grandes esforços para pensar o continente em sua totalidade. O que há é uma forte censura à definição que outro modernista, Ronald de Carvalho, traça da identidade pan-americana, além de uma crítica a Tristão de Athayde em que o assunto América é ligeiramente abordado.

Em 1928, na Embaixada dos Estados Unidos da América, no Rio de Janeiro, ocorre um banquete em homenagem ao embaixador desse país, Edwin Morgan. Ronald de Carvalho é um dos palestrantes de honra em virtude de sua atividade diplomática e ministra uma conferência intitulada *A poesia da América*. A revista *Ilustração Brasileira* documenta fartamente o evento, através de reproduções fotográficas, notas e da publicação do texto da referida conferência. Nela, Ronald de Carvalho questiona se “existe uma arte americana, da mesma forma que se pode afirmar a existência de uma arte europeia ou oriental”, e argumenta que na inteligência americana se observa uma “profunda e permanente ansiedade”, que é “um simples reflexo da luta com o indefinido, característica das nossas condições presentes” (A POESIA da América, 1928, p. 39).

Indefinido é o conhecimento das terras que ocupamos, indefinidas são, ainda, em grande parte, as fronteiras comuns, indefinido o caráter dos povos que se cruzam e se cruzam, neste continente, indefinida é a sua história, a gênese das raças e das civilizações primitivas astecas e incaicas, aimarás e caribes, maias e guaranis. Não conhecemos, sequer, a geo-história do nosso “habitat”, que somente agora (...) começa apenas a desvendar-se. (A POESIA da América, 1928, p. 39)

Essa indefinição de caráter do americano se dá na terra, nas raças e na língua, o que resulta “sermos uma grande família em busca de seus braços”. A herança comum recebida pelos americanos cria um mal profundo, “essa inquietação, essa instabilidade”, o que demanda que o artista americano cumpra a missão de perpetuar esse caráter comum.

Eis aqui a minha primeira conclusão: a arte americana tem uma grande missão a cumprir, a missão do entusiasmo. O homem que trabalha é um criador espontâneo de entusiasmo, porque a sua sensibilidade e a sua inteligência se equilibram, na disciplina da ação. O artista americano deve fazer a propaganda do homem que trabalha, do homem que vence a realidade pela disciplina da ação, do homem que não tem tempo de se comparar aos outros, porque está sempre transmitindo a si mesmo uma lição de energia, portanto, de saúde. (A POESIA da América, 1928, p. 39)

Ronald de Carvalho atenta ainda para a formação étnica diversa do continente americano, que resulta um “cosmopolitismo” na arte americana e num “sentimento universalista de nossos escritores”, além de tratar dos quatro grupos de relevo da poesia moderna americana: do Brasil, México, Argentina e Chile.¹¹

Prudente de Moraes Neto, sob o pseudônimo de Mateus Cavalcante, comenta, na *Revista de Antropofagia*, a conferência e alerta, ironicamente: “A América acaba de receber uma grande missão: a missão do entusiasmo. Delegou-lhe a incumbência o fino poeta Ronald de Carvalho”. Segundo Cavalcante:

(...) o que ditou tão sábia decisão foi a necessidade em que se viu aquele poeta modernista de definir o espírito americano no que que ele tem de original e inconfundível, para, pesquisando as diversas modalidades desse caráter geral em cada um dos grupos étnicos deste continente, assinalar-lhe uma voz à parte no coro das civilizações contemporâneas. Para isso era preciso prerscrutar as tendências íntimas da América, que devia sentir-se à vontade no seu papel destinar-lhe uma função compatível com sua índole. (CAVALCANTE, 1928, 3)

Moraes Neto usa de fina ironia para ridicularizar a missão incumbida por Ronald de Carvalho à poesia americana. O colaborador antropófago critica também a possibilidade de estabelecer uma identidade continental americana e afirma:

Ninguém pode ter uma visão total da América senão na escala das cartas geográficas. E não é necessário dizer quanto é difícil reconhecer na realidade o que só se conhece através dos mapas, ainda que sejam em relevo. Por outro lado, a incumbência que recebeu o novo continente diz respeito a atividade espiritual de seus habitantes. Ora, nessa matéria principlamente, o que verdade para o todo, é verdade para cada uma de suas partes. Além do mais, falando em “poesia americana”, o sr. Ronald de Carvalho usava, evidentemente, de uma abstração, que é preciso entender-se no seu verdadeiro sentido de poesia dos americanos, de cada americano, considerada em conjunto. (CAVALCANTE, 1928, p. 3)

¹¹ Sobre a conferência, ver André Botelho (2005).

Como nos editoriais ferinos de Alcântara Machado, Moraes Neto usa o texto do próprio Ronald de Carvalho para chacotear a conferência e, logo, seu projeto modernista. Numa sátira, imagina como seria a atuação do poeta americano diante da missão recebida.

Imaginemos um poeta americano estalão. Ele recebeu a palavra de ordem: “Entusiasmo, hein! Muito entusiasmo!” O poeta americano é brioso. Não é preciso insistir. Ele dará conta do recado. Empertigou-se. Respirou – 1. Espirou – 2. Outra vez : 1 – 2. Bem. Bateu no peito (com força). Fez um olhar sobranceiro. Pegou no chapéu num gesto ágil e elegante. Saiu seguro de si, pisando duro. Lá vai ele, dominador, altivo, com uma chama estranha a perpassar nos olhos deslumbrados.

—Quem é aquele camarada?

—É um americano, o poeta.

—Ah! é um americano! é o poeta!

A multidão se curva á passagem do vate. Lá vai ele dominador, altivo, com uma chama estranha a perpassar nos olhos deslumbrados.

—Alô, poeta!

—Ale-guá guá guá! Ale-guá guá guá! hurrah! hurrah! América!

—És do campeão?

—Não.

—Quem é esse então, poeta? Agora reparo nessa chama estranha a te perpassar nos olhos deslumbrados. Que é que tu tens hoje?

—Entusiasmo!

—Viva! Pegaste a centena! Escreveste a obra-prima! Amas e és amado! Amar e ser amado, ó que ventura!

—Néscio!

—Então? Fala, meu louro. Me diga o que há...

—Não sei não, uai! São ordens. (CAVALCANTE, 1928, p. 3)

Estratégia parecida de demolição do discurso alheio se dá em outro artigo, no último número da primeira “dentição”, de Pedro Dantas, denominado *Uma adesão*. Nesse caso, a censura é a Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), por suas críticas a Oswald de Andrade e aos autores reunidos em torno da Antropofagia.

Athayde escreve, no jornal *A Manhã*, artigos sobre dois livros publicados em 1927: o do estadunidense Roy Nash, *Conquest of Brazil*; e o de Paulo Prado, *Retratos do Brasil*. Nash, segundo Athayde, traça um quadro negro sobre a civilização brasileira, o que se explica por ser ele um estrangeiro, fruto “de uma civilização diversa que tenta nos aniquilar”. Ele se aproveita do fato de sermos “plásticos, assimiláveis, modeláveis ao dedo de qualquer escultor mais atrevido” e tenta exatamente ser esse escultor. O resultado de sua estadia de três anos no Brasil é “um livro de ódio e de imperialismo disfarçado”, que revela “uma incompreensão radical de todo o nosso

povo” e nos julga “uma massa aproveitável, mas aproveitável para a ‘sua’ civilização, para o ‘seu’ ideal, para o ‘seu’ imperialismo de cultura” (ATHAYDE, 20 maio 1928, p. 4).

Paulo Prado, por sua vez, escreve um livro parecido com o de Nash, no que diz respeito ao pessimismo de sua interpretação, traçando, segundo Athayde, “o mais sombrio retrato que já se fez do Brasil”, a partir de quatro elementos que caracterizam “a nossa figura como nação: a luxúria, a cobiça, a tristeza e o romantismo”. A crítica a *Retratos do Brasil* tem o mesmo teor que a feita a Nash, “agravada por se tratar de um compatriota nosso e, portanto, um escritor que deve ver também as coisas por dentro”. Prado tem a “tendência desastrosa a não amar o espírito brasileiro e não compreender o que há de melhor em nossa obra”. Após concluir que a solução à formação nacional brasileira é a volta às suas origens, ou seja, à Igreja Católica, Athayde termina dizendo que nos Estados Unidos, em 1921, um inquérito sincero sobre a civilização norte-americana teve como resultado um livro tão pessimista quanto o de Paulo Prado. O organizador da obra, Harold Stearns, no entanto, disse não escrever “para agradar” e defendeu o “exame consciente e deliberadamente crítico de nós mesmos, sem sentimentalidade e sem temor”, pois “quaisquer que sejam os nossos defeitos, temos ainda uma virtude e talvez uma virtude salvadora – ainda sabemos rir de nós mesmos” (ATHAYDE, 30 dez. 1928, p. 4).

Pedro Dantas, provavelmente sabendo das críticas de Tristão de Athayde à Antropofagia,¹² apesar de reconhecer que o crítico “realizou uma obra relevante de modernização e de aperfeiçoamento” da crítica literária do país, denuncia que “se lhe apresentam deformadas as coisas, que ele julga, entretanto, pelo aspecto parcial, unilateral, que conhece”, resultado da sua tendência instintiva em “impôr o seu ponto de vista”, “para considerá-lo como o verdadeiro, o único legítimo”.

O que mais o preocupava no sr. Oswald de Andrade era a falta de confiança que este lhe inspirava, aquela contínua impressão de terreno movediço, que perturba e arrasta aos desequilíbrio. E ele censurava a eterna brincadeira em que se compraz o sr. Oswald de Andrade, esprobava-lhe a leviandade das atitudes, a alegria, o bom-humor. (...) Achava uma pena, um sacrifício inexplicável que um homem como o sr. Oswald de Andrade capaz de lágrimas e desgraças, andasse pelo mundo, tranquilo e sem remorsos, se divertindo. E traçava do autor de João Miramar retratos pessimistas, mostrando-o frívolo, inconstante,

¹² Em um artigo intitulado *Neo-indianismo*, Athayde censura Oswald de Andrade por “seu humor colossal, todo o seu sarcasmo, todo o seu imenso desdém pela literatura”, seu “moderno mais moderno” e “a parte destruidora, a parte negadora, a parte satânica dessas ideias”, potencialmente maléficis “sobre toda uma mocidade” brasileira (ATHAYDE, 27 maio 1928, 4).

“blagueur”, modernista snob, circulando entre os salões ricos de São Paulo e os cafés literários de Paris, tomando a sua watermanzinha pra escrever (...) E concluía pelo perigo de vir a mocidade incauta a seguir um homem como esse, que substituíra o nosso habitual excesso de literatura por uma infra-literatura e que, a pretexto de corrigir um erro, o substituiria por outro, de sinal contrário. (DANTAS, 1929, p. 3)

A atitude de Oswald seria completamente distinta da de Athayde, “que timbra em levar tudo profundamente a sério, a começar por sua função de crítico”, mas que elogia os norte-americanos rindo deles mesmos, exatamente o que os antropófagos e, especialmente, Oswald de Andrade, estão fazendo. A citação à obra do estadunidense Harold Stearns, nesse caso, é um pretexto para que Pedro Dantas reproche Tristão de Athayde e as críticas que ele faz ao grupo antropófago. O caso de Athayde seria uma “adesão” disfarçada à demolição e à “alegria prova dos nove” antropófagas.

Mas não é precisamente essa a solução do sr. Oswald de Andrade e o que ele tem realizado na última parte da sua obra? (...) Está de parabéns o sr. Oswald de Andrade, por mais essa valiosa adesão. Pois é fora de dúvida que com aquelas palavras o sr. Tristão de Ataíde entregou os pontos. Nem mais nem menos. (DANTAS, fev. 1929, p. 3)

Pode-se dizer que não há uma tentativa muito profunda em definir uma identidade americana na *Revista de Antropofagia*. Há, inclusive, uma séria desconfiança dos conceitos latinidade, panamericanismo, iberoamericanismo, hispanoamericanismo e similares, considerados sinônimos de um mesmo tipo de imperialismo. A América, na revista, apenas se transforma numa unidade em contraposição à Europa ou, ainda, aos Estados Unidos, não havendo uma forma de resumir sua coesão, a não ser por sua geografia.

Radicalismo e ruptura

A segunda “dentição” marca uma enorme mudança na *Revista de Antropofagia*. Oswald de Andrade volta para o Brasil em agosto de 1928 e passa a assumir de perto a confecção da publicação, traçando para ela alterações bruscas, em termos formais, de colaboração e, principalmente, de radicalização de sua proposta. Em março de 1929, ela se transforma em uma espécie de suplemento literário do *Diário de São Paulo*. O agora hebdomadário altera completamente seu formato, provavelmente para se adequar à página do jornal do qual passa a fazer parte acompanhar a radicalização em termos de crítica e conteúdo. O número de colunas aumenta de duas para sete, com o intuito de comprimir todo o conteúdo em uma única página. Não há uma padronização no *leiaute* e mesmo o título aparece horizontal ou verticalmente, de

algum lado ou no fim da página. As seções não são nitidamente divididas e os conteúdos se mesclam, dificultando a leitura, sendo apresentados sob diversas formas: manifesto, poema, citação, crítica, prosa, propaganda, carta, ensaio e haikai.

A mudança também se dá na direção, redação e colaborações. Alcântara Machado é afastado, assumindo Raul Bopp a direção. Geraldo Ferraz é nomeado “açougueiro”. Vários colaboradores da primeira “dentição” são não apenas apartados, mas duramente criticados, por não aderirem ou se oporem à Antropofagia. Os escândalos, típicos da vanguarda, são sentidos com profundidade nessa fase. A contundência do projeto antropófago destrói a chamada “festa modernista”, de colaboração heterogênea de autores. Os conflitos se agudizam e o radicalismo não deixa margem para meias ações. Surge um grande número de pseudônimos, o que pode indicar desde um mascaramento na diminuição de autores – já que muitos abandonam o projeto –, até a ideia de que textos não assinados representam a ideia do grupo e não de um autor específico. Os pseudônimos servem também para encobrir, proteger e dar liberdade aos colaboradores, dado o radicalismo de suas idéias.

Alguns companheiros modernistas são duramente recriminados pelos antropófagos, sendo um motivo para isso sua suposta ignorância acerca da produção cultural americana. Tamandaré (pseudônimo de Oswald Costa), em um texto de uma série de artigos intitulada “Moquém”, critica o escritor Mário de Andrade, no que diz respeito à comadrice¹³ e à falta de resolução dos problemas brasileiros e universais, males do modernismo. Questiona: “não continuamos a confundir tudo, num comadrisco indecente, valorizando mediocridades, como se um artista fosse café ou açúcar cristal, trocando elogios, importando bobagens, misturando Uidobro com Unamuno?” (TAMANDARÉ, 24 abr. 1929, p. 10) Nesse caso, denuncia o suposto desconhecimento das diferenças entre a poesia do chileno Vicente Huidobro e do espanhol Miguel de Unamuno. A referência pode estar relacionada com a admiração que Mário de Andrade tem por Huidobro, citado na *Escrava que não era Isaura* e no *Prefácio Interessantíssimo* de *Pauliceia Desvairada*.

No oitavo número, há uma nota sobre uma polêmica envolvendo Tasso da Silveira e Oswald Costa. Em 27 de maio de 1926, Tasso da Silveira lança no jornal *A Manhã* um

¹³ Referindo-se às influências desse autor sobre outros modernistas, especialmente os do grupo em torno da revista *Verde*, de Cataguases.

manifesto intitulado “Criacionismo”, em que manifesta sua “ânsia de um ritmo brasileiro, que seja a pulsação profunda da nossa vida” e propõe, diante de tantos “ismos” que nada mais são do que “rótulos inexpressivos” e “coqueterias da Velha Europa”, uma denominação mais adequada ao “nosso momento de criação”. Termina sugerindo que o criacionismo será como “uma lâmpada noturna, no andaime alto que armamos, para erguer o arcabouço da nossa imensa construção”. (COSTA, 1926, p. 2) No dia seguinte vem a resposta de Oswald Costa no mesmo jornal, que diz a princípio ter ficado contente por achar que leria “o que fosse de aproveitável sobre o criacionismo”, disputado por sua “glória insignificante e banal” pelo poeta francês Pierre Reverdy e pelo chileno Vicente Huidobro.¹⁴ Entretanto, se mostra desapontado com o artigo e acaba por lançar duas hipóteses: “ou o sr. Tasso é um ignorante ou um plagiário”. Termina pedindo que ele pare com “o andaime”, pois, “criacionismo que começa assim Minha Nossa Senhora da Penha, benza-te Deus, vai longe, não acha, Mário?” (COSTA, 1926, p. 2)

A revista comenta a polêmica, apelidando o autor do manifesto de “nosso Torquato Tasso” – referência ao poeta italiano do século XVI que serve para denunciar o passadismo de Tasso da Silveira – e que, sendo admirador de Nestor Victor e Andrade Muricy,¹⁵ mostra mais uma vez seu “atraso” no que diz respeito às correntes estéticas da contemporaneidade. Monge José Maria (pseudônimo não identificado) narra o final do que considera *Uma história engraçadíssima*:

O sr. Oswald Costa praticou, então, com eles, contam, uma imensa maldade. Comparou o criacionismo de Reverdy, já a essa época plagiado também pelo chileno Huidobroque o sr. Mário de Andrade tanto admira, e intimou aos companheiros do poeta Tasso a pararem com o andaime. Até hoje não deram nem um pio sobre o caso. (MONGE José Maria, 1929, p. 12)

A revista “requeenta” uma polêmica ocorrida três anos antes, provavelmente tanto pelas críticas a Mário de Andrade quanto pela oportunidade de denunciar a “ignorância” do “grupo da Igreja Pretensiosa, onde o sr. Tasso pontifica com o referido Muricy”, referindo-se à atuação desses dois intelectuais na corrente modernista espiritualista, de inspiração católica, especialmente por meio da revista carioca *Festa*.

¹⁴ Sobre a polêmica em torno do conceito “criacionismo”, ver Mireya Robles (1971).

¹⁵ Nestor Victor é um crítico literário nascido em 1868, de tendência simbolista e bastante atuante na Primeira República. Andrade Muricy, por seu turno, é redator e colaborador da revista *Festa*.

Quando ocorre a visita do espanhol Francisco Villaespesa à América, elogiado e celebrado no meio jornalístico da época, a revista argumenta que o poeta não deve ser motivo de nenhuma homenagem intelectual.

A Revista de Antropofagia protesta contra qualquer manifestação pretendida intelectual ao bardo cabeleira Francisco Villaespesa que a Espanha de hoje e a Europa de hoje repelem como um monstrengo lamurioso e infeliz. Não será a América de hoje – a não ser na cretinice coerente que também existe por cá – que esse desmentalizado poderá encontrar asilo e festas. Villaespesa não significa coisa nenhuma na Espanha e muito menos no mundo moderno. (A REVISTA..., 24 abr. 1929, p. 10)

Aos antropófagos incomodam as inúmeras manifestações laudatórias que Villaespesa recebe em sua segunda viagem à América-Latina, onde passa por Venezuela, Colômbia, Panamá, Peru, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, até chegar ao Brasil, em 1929. Em todos esses países, o almeriense é recebido com honras de visitante ilustre e, no Brasil, recebe a incumbência de traduzir, para o espanhol, obras de Castro Alves, Olavo Bilac e Ronald de Carvalho, dentre outros. Entretanto, Villaespesa é representante do modernismo poético espanhol e sofre duras críticas que contribuem para seu esquecimento precoce mesmo na Espanha. Segundo López Bretones (2004), é possível que a viagem à América seja uma oportunidade de encontrar o reconhecimento que não possui na Europa.

As notícias encontradas nos jornais da época mostram Villaespesa sendo recebido por Ronald de Carvalho no Rio de Janeiro, quando realiza sua conferência no Teatro Municipal, e é incumbido de traduzir *Pequena História da Literatura Brasileira* para o espanhol. Na capital paulista, visita o Presidente do Estado de São Paulo e é acompanhado pelo deputado e também escritor Menotti del Picchia.

A *Revista de Antropofagia* imagina o encontro do “vate Menotti del Picchia” com “o soneteiro Francisco Villaespesa”, com o qual se dá muito bem, já que este, “forçado a aderir à ofensiva modernista, sem o que perderia a sua situação”, “há muitos anos não achava um seio irmão onde chorar a sua alexandrice ítalo-mineira”. Num “sossegado regabofe passadista”, os dois conversam sobre poesia, considerando os “terribles modernistas”, “indibíduos peligrosos! Unos diábolos, Don Picchia! Precisamos decir que ya aderimos!” (GUILHERME da Torre de Mafim, 1929, 10) Villaespesa pede que o brasileiro recite “un sonetijo” e alega que a *Paixão e*

Angústia e Morte de Don João é autoria “del gran Junqueiro”, e *As máscaras*¹⁶, “del gran Julio Dantas”, o que é desmentido por del Picchia. Os dois recitam “todas as asneiras metrificadas do vasto saquitel de cada um”, trocam “cálidos discursos” e partem para recitar um pouco mais com “nuestro hermano Martin-Fuentes”, que saúda Villaespesa quando esse visita Santos. A revista denuncia o passadismo de Villaespesa, de Martins Fontes¹⁷ e de Menotti del Picchia, antigo companheiro modernista que, segundo ela, estancou literariamente, preso à métrica e a processos já superados.

A notícia sobre o encontro entre Menotti del Picchia e Villaespesa é dada por Guilherme da Torre de Marfim, possível referência ao autor espanhol Guillermo de Torre que, em 1927 escreve o artigo *Madri, meridiano intelectual da América hispânica*, no jornal madrilenho *La Gaceta Literaria*, gerando uma ampla resposta do vanguardismo latino-americano – especialmente na revista argentina *Martín Fierro*¹⁸ – quanto ao caráter imperialista que seu título e conteúdo apresentam. Apesar de a referência ser feita dois anos depois não se pode descartar a possibilidade da retomada do assunto, apelidando pejorativamente Guillermo de Torre, enclausurado numa torre, sem contato com a realidade do continente e da própria Espanha, cuja literatura, mais uma vez, é criticada pelo caráter estacionário e passadista.

Ao contrário dos reproches feitos a Villaespesa, o conde Hermann Keyserling, autor do *O mundo que nasce*, é bem recebido pela *Revista de Antropofagia* quando se sua vinda ao Brasil, em julho de 1929, após passar por Buenos Aires. Sua chegada coincide com a primeira exposição de Tarsila do Amaral no Brasil, e ambos “são duas expressões do mundo novo nestas velhas terras da América”. Keyserling é “o grandioso desespero ocidental e a ânsia de renascimento que só a América natural possui a chave.” (DOIS grandes acontecimentos, 1929, 12)

Não é a primeira vez que Keyserling é citado na revista. No *Manifesto Antropófago*, Oswald de Andrade mostra sua leitura um tanto eclética da obra do autor de nacionalidade russa. Segundo Daniel Faria, Oswald de Andrade que faz uma leitura livre de sua obra, invertendo o

¹⁶ Obras de Menotti del Picchia.

¹⁷ Martins Fontes é um poeta nascido em 1884 em Santos (São Paulo), de forte inspiração positivista.

¹⁸ Nessa revista, que circula entre fevereiro de 1924 e novembro de 1927, os intelectuais divulgam suas respostas a Guillermo de Torre em, ao menos, dois números da publicação. Os autores, de forma unânime, recusam-se a reconhecer *Madri* como “meridiano intelectual”, exibindo suas razões para tal rechaço e discutem a existência de algum local da América passível de ser reconhecido como baluarte das inovações artísticas e sociais pelas quais passa o continente.

“modo tradicional de se pensar a marcha histórica da civilização, que, no parâmetro da história universal, partia da Europa para as Américas” e estabelecendo nas Américas “as verdadeiras fontes da vitalidade ocidental, matrizes dos principais eventos de sua história”. “Não teriam sido as Américas as importadoras de idéias e estruturas políticas ocidentais, e sim a Europa”. (FARIA, 2013, p. 911)

A viagem de Keyserling à América, diferentemente da de Villaespesa, é motivo de celebração pelos antropófagos. O fato de ser um europeu em terras americanas não remete à importação de um pensamento ou estética, pois na devoração antropófaga, trata-se de se alimentar também do forte, do pensamento do “inimigo” valoroso, para fortalecer a cultura do antropófago. Nesse caso, o autor alemão vem à América buscar a “naturalidade” que a Europa não possui, para renovar o pensamento no mundo.

A *Revista de Antropofagia* utiliza de referências à produção literária americana e a eventos no continente para desqualificar a atuação de outros modernistas não simpáticos a seu projeto. Não se trata de dedicar textos exclusivos a tais assuntos, com a profundidade feita por Alcântara Machado na primeira “dentição”. Agora, fatos sobre o contexto americano se tornam referências esparsas, abordadas sem preocupação com a contextualização, como se fossem assuntos de conhecimento geral, a serem decifrados pelo leitor.

Dependência e soberania

A segunda “dentição” problematiza a dicotomia civilização/barbárie, contrapondo a América Latina aos povos ditos civilizados, e invertendo a posição que a acompanha, de superioridade/inferioridade. As referências ao sub-continente são feitas em contraposição ao processo colonizador e ao imperialismo. A América é vista com a promessa de um futuro glorioso, enquanto que a Europa é apresentada como o continente do atraso, da guerra, da falência do programa liberal.

O programa antropófago trata da colonização dos povos americanos e associa o Brasil ao restante do continente. Quando Freuderico critica a religião católica e a catequese jesuítica, refere-se ao livro de Antonio Ruiz de Montoya intitulado *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesus*, publicado em 1639, e diz que “os jesuítas arrogam-se ainda hoje, o papel de campeões na liberdade do índio. E o livro de Montoya onde se narram as fases desse campeonato

chama-se ‘Conquista espiritual’. Bela liberdade!’ (FREUDERICO, 1929, p. 6) Freuderico afirma que a “conquista espiritual do roupeta” foi um simples instrumento de dominação política da Contra-Reforma. Contra o domínio europeu o autor, cujo pseudônimo faz referência ao criador da psicanálise, Sigmund Freud, diz: “O Equador, na descida antropófaga que anunciamos, utilizará também metralhadoras de alta indagação” (FREUDERICO, 1929, p. 6).

Alguns colaboradores da revista acreditam que deve haver uma mudança da forma como a história do Brasil e da América é escrita. Oswaldo Costa, por exemplo, em *Revisão Necessária*, argumenta que a “nossa história tem sido mal contada”, exigindo não só uma revisão, mas também historiadores que não estudem o Brasil do ponto de vista da falsa cultura e da falsa moral do Ocidente. Cita a definição de Colombo de que “somos ainda a terra adonde nace la gente con cola” (COSTA, 17 maio 1929, p. 6) não fazendo, contudo, mais esclarecimentos a respeito. Jaime Adour da Câmara, ao escrever a *História do Brasil em 10 tomos*, traça uma história do Brasil em sua relação com a França, parodiando o estilo de Rocha Pombo,¹⁹ e associa o nome do país ao do continente, dizendo que a “América revelou à Europa o homem simples, o homem natural, integrado na sua máxima expressão de liberdade” quando do contato entre os indígenas americanos e os europeus na idade moderna. Os americanos (brasileiros) teriam influenciado Montaigne e Rousseau, que “não poderia conceber o contrato social sem o exemplo dado pela simplicidade lógica dos aborígenes”. Procura explicar a “ligação filosófica da França eterna ao Brasil novo e misterioso” (ADOUR, 7 abr. 1929) e conclui que o surrealismo, que “comunicou ao espírito francês a mais intensa vibração, já existia na Caraíba como num estado latente”, fazendo coro ao *Manifesto Antropófago*, segundo o qual, “já tínhamos a língua surrealista”, antes dos europeus.

O imperialismo e a tentativa de submissão da América na atualidade também são temas tratados na segunda “dentição”. No quinto número, elogia-se o jornal *Folha Acadêmica*, do Rio de Janeiro, um dos “raros sinais de rebeldia dessa mocidade abafada pelo ensino perdidotado das cátedras coloniais por mastodontes roceiros”, cujo “conteúdo revolucionário” discute Lênin, as revoltas religiosas da Índia e “assuntos mais ou menos ‘ímorais’ como o ‘birth-control’ ou inconvenientes como o significado econômico da doutrina de Monroe, onde se noticiam as

¹⁹ José Francisco da Rocha Pombo é um historiador, advogado e político nascido em 1857. Entre 1905 e 1917, publica sua “História do Brasil, ilustrada”, coleção com 10 tomos.

revoltas de Venezuela, onde, em suma, se pensa que não é indiferente chamarem-se as coisas yankees de americanas”. (ODJAVU, 1929, 6)

No número 11, há o artigo intitulado *Como se fará a descida*, referência às expedições de exploração do território colonial que, no início do século XX, são reelaboradas pelos antropófagos. Depois de vir por ar, terra e água, devorando, em Manaus, a Academia Amazonense de Letras, em Belém, a Academia Paraense de Letras, além da Empresa Funenária Forde, a “descida” antropófaga não poupa “os negociastas nacionais que entregam a milionários estrangeiros o território amazônico” e pretende mostrar “como se come americano do Norte, com Doutrina de Monroe, Expedições científicas e Quatorze princípios” (COMO se fará a descida, 19 jun. 1929, p. 10).

Ainda relacionada com o domínio da Igreja Católica no continente e, nesse caso, mais especificamente no México pós-revolucionário, há, no número 10, uma nota irônica sobre o Papa Pio XI que confessa sofrer:

por ver o dissídio dos povos entre si; o desprezo das leis morais e religiosas capengando por toda parte; as sagradas prescrições do Decálogo conculcadas e dali perigos próximos, iminentes a sobrevirem de novo por toda a terra, especialmente sobre o Ocidente que, repelindo a fé e a moral cristãs, que o organizaram, civilizaram, engrandeceram e felicitaram por séculos inteiros, no poder, sem retroceder reaver as benções de Deus. Sofre e muito ao ver dilacerado, estrangulado o seu precioso rebanho espiritual do México, nobre república, nascida criada e alimentada pelo pabulo suculento do verdadeiro cristianismo. (O COMEÇO do fim: 10 jun. 1929, p. 10)

Nesse caso, os antropófagos fazem provável menção às manifestações do pontífice acerca da perseguição ao catolicismo no México no início do século XX.²⁰ Durante a Revolução Mexicana, várias medidas são adotadas pelo governo revolucionário no sentido de controlar o culto católico e realizar a secularização do país. Em 1926, inicia-se a “Guerra de los Cristeros”, conflito armado desencadeado pela legislação anticlerical e pela perseguição contra a Igreja Católica pelo então presidente Plutarco Elias Calles, mobilizando, principalmente, trabalhadores agrários. O pontificado de Pio XI se desenvolve a partir de 1922, precisamente durante os

²⁰ Pio XI escreve a Carta Apostólica *Paterna Saba Sollicitudo*, de fevereiro de 1926, e encíclicas relativas ao assunto: a encíclica *Iniquis afflictisque*, de novembro 1926, é uma das mais importantes, e denuncia as agressões sofridas pela Igreja no México; a encíclica *Firmissimam Constantiam* trata da questão agrária.

momentos mais críticos da rebelião cristera²¹ e o papa intervém com uma Carta Apostólica e três encíclicas, defendendo a religião católica e combatendo as perseguições políticas aos católicos no México.

A *Revista de Antropofagia* reprova as ações imperialistas na América Latina, tanto por parte dos Estados Unidos quanto por parte da Europa, nesse último caso, denunciando a dominação religiosa sobre o continente, tanto durante o período colonial quanto na contemporaneidade. É em contraponto à cosmogonia cristã, por exemplo, que a publicação exalta a poesia de Raul Bopp, exemplo da superioridade da produção americana. Seu poema *Yperungava*, tratando do mito de criação da noite, é muito mais interessante do que o mito cristão da criação, com um “Deus preguiçoso que esteve dormindo imemorialmente dentro do kosmos escuro” que resolve, um dia, inventar as estrelas, para o que assopra, aparecendo os planetas obedientes. Ao contrário, o mito de Cobra Norato cuida da criação da noite por causa de uma moça que tem vergonha de dormir com o noivo. Sua mãe, a Cobra Grande cria, para isso, a noite: “Aqui, a noite foi feita especialmente para o amor.” Na cosmogonia cristã, ao contrário, “mal o homem tinha gozado um pouco”, aparecem o pecado, os códigos de proibição, o castigo, o sentimento de terror. Na cosmogonia de Raul Bopp, retirada das lendas amazônicas, há uma coincidência da vida com o homem, mostrando “um homem umbigado à terra. Movimentando a ideia religiosa dentro da sua geografia. Dentro da totalidade que o rodeia.” O antropófago autor do artigo acha a cosmologia cristã besta e sem graça e afirma que “a herança mental do ocidente não podia se acomodar dentro destes cenários desafogados da América” (YPERNGAUA, 1929, 6).

Considerações finais

Em seu afã de “devorar o outro” para definir a identidade brasileira, os antropófagos se voltam não apenas para a Europa, mas também para a América, onde encontram um “outro” que é também um “igual”, com o qual possui semelhanças e é possível dialogar. O interesse pela América ocorre de duas formas na *Revista de Antropofagia*: na primeira “dentição” principalmente

²¹ Sobre a perseguição aos católicos no México e a rebelião cristera, ver, dentre outros, Lutteroth (2002) e Silva (2015).

por meio de Alcântara Machado, que critica livros e conjunturas e parece ser responsável pela contribuição platense; na segunda “dentição” a partir de referências esparsas sobre o que ocorre no continente, que geralmente servem como detalhe para denunciar o desconhecimento de outros modernistas da produção continental ou para mostrar a superioridade da América em relação à Europa, acontecimentos que, em ambos os casos, devem ser decifrados pelo leitor.

A segunda “dentição” radicaliza ainda mais a questão da nacionalização da cultura, voltando-se para os problemas brasileiros. Ela não ignora o que acontece no panorama cultural e político americano, mas está mais interessada em expandir e noticiar a ampliação da sua rede de influência no Brasil e discutir assuntos relativos à história do país e do modernismo. A identidade nacional é mais importante a ser resolvida que a identidade americana, problemática e digna de desconfiança. Não há a defesa de um latinoamericanismo, por exemplo, pois, trata-se de um continente desigual, incapaz de ser resumido, e que pode ser unido apenas em contraponto aos Estados Unidos ou à Europa.

Por fim, vários momentos na publicação mostram a crença em um futuro promissor para o continente. A nova literatura antropofágica vai criar um novo momento de fundação no Brasil e na América, dando início a uma história triunfante.

Se um cataclisma telúrico não nos der cabo do costado, por força da destinação histórico-cósmica, seremos em futuro próximo um povo eminente. Mas podemos fazer que ainda em mais breves anos nos toque, no continente e no mundo, um dos tacapes mais pesados com que conservemos à distância os nossos bons amigos que de tanto nos querer bem só se desejam comer bifés de nossa carne. (PEREZ, 1929, p. 10)

Referências Bibliográficas

A POESIA da América. Conferência de Ronald de Carvalho na Embaixada Norte Americana. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 100, dez. 1928, p. 39 – 42.

A REVISTA de Antropofagia... *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 6, 24 abr. 1929, p. 10.

ADOUR, História do Brasil em 10 tomos. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 4, 7 abr. 1929, s./p..

ALCALÁ, May Lorenzo. Las vanguardias argentina y brasileña frente al espejo. Inventiones y ensayos. **Cuadernos hispanoamericanos**, Madrid, n. 480, jun. 1990, p. 89-102.

- ALCÂNTARA MACHADO, Antonio de. 2 poetas e 1 prosador. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 7, nov. 1928, p. 4.
- _____. 3 poetas e 2 prosadores. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n.º 3, jul. 1928, p.4.
- _____. 4 poetas. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 10, fev. 1929, p. 4.
- _____. Chaco. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 9, p. 1, jan. 1928.
- _____. Pacto do dia. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 5, set. 1928, p. 1.
- _____. Pescaria. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n.8 , p. 1, dez. 1928.
- _____. Seis poetas. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 1, maio 1928, p. 4.
- ANDRADE, Mário. **Música, doce música**. Obras completas, vol. VII. São Paulo: Martins Editora, 1963. p. 188-190 e;
- ANDRADE, Oswald de. Esquema ao Tristão de Athayde. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 5, p. 3, set. 1928.
- _____. Manifesto antropófago. São Paulo, **Revista de Antropofagia**, ano I, n. 1, p. 3, 7, maio 1928.
- ANTELO, Raul. **Na Ilha de Marapatá**: Mário de Andrade lê os hispanoamericanos. São Paulo: Hucitec/Minc/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1986.
- ARTUNDO, Patrícia. **Mário de Andrade e a Argentina**: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2004.
- ATHAYDE, Tristão de. Como eles nos veem. Vida literária. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano X, n. 2906, 20 maio 1928, p. 4.
- _____. Neo-indianismo. Vida literária. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano X, n. 2912, 27 maio 1928, p. 4.
- _____. Retrato ou caricatura? Vida literária. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano X, n. 3098, 30 dez. 1928, p. 4.
- BOAVENTURA, Maria Eugênia. **A vanguarda antropofágica**. São Paulo: Ática, 1985.
- BOTELHO, André. Circulação de ideias e construção nacional: Ronald de Carvalho no Itamaraty. Rio de Janeiro, **Revista Estudos Brasileiros**, Fundação Getúlio Vargas, n. 35, vol. 1, jan.-jun. 2005, p. 69-97.
- CACCESE, Neusa Pinsard. **Festa**: contribuição para o estudo do modernismo. São Paulo: IEB/USP, 1971.
- CAVALCANTE, Matheus. Abrideira. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 7, nov. 1928, p. 3.
- COMO se fará a descida. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 11, 19 jun. 1929, p. 10.
- COSTA, Oswaldo. Pare com o andaime. **A manhã**, Rio de Janeiro, ano II, n. 129, 28 maio 1926, p. 2.

- _____. Revisão necessária. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 1, 17 mar. 1929, p. 6.
- DANTAS, Pedro. Uma adesão. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano I, n. 10, fev. 1929, p. 3.
- DOIS GRANDES acontecimentos no Brasil... São Paulo, *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, ano II, n. 12, 26 jun. 1929, p. 12.
- FARIA, Daniel. As meditações americanas de Keyserling: um cosmopolitismo nas incertezas do tempo. **Varia história**, Belo Horizonte, vol. 29, n. 51, set./dez. 2013, p. 905-923.
- FREUDERICO. De antropofagia. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 1, 17 mar. 1929, p. 6.
- GUELFY, Maria Lucia Fernandes. **Novíssima**: estética e ideologia na década de vinte. São Paulo: IEB, 1987.
- GUILHERME da Torre de Marfim. Os incompreendidos. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 6, 24 abr. 1929, p. 10.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LÓPEZ BRETONES, José Luis; ANDÚJAR ALMANSA, José (Eds.). **Villaespesa y las poéticas del modernismo**. Almería: Universidad de Almería, 2004.
- LUTTEROTH, María Alicia Puente. **Movimiento Cristero**: una pluralidad desconocida. México: Editorial Progreso, 2002.
- MENEZES, Ana Lúcia G. L.. **Amizade cartedeira**: o diálogo epistolar de Mário de Andrade com o grupo Verde de Cataguases. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, 2013. (Tese de doutorado).
- MONGE, José Maria. Uma história engraçadíssima. Cadê o andaime? *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 8, 8 maio 1929, p. 12.
- NOVA escola literária: os antropófagos paulistas. **O jornal**, Rio de Janeiro, ano X, n. 2904, 18 maio 1928, p. 9.
- O COMEÇO do fim. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 10, 12 jun. 1929, p. 10.
- ODJAVU. Revistofagia. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 5, 14 abr. 1929, p. 6.
- OLIVARI, Nicolás. La moderna literatura brasileña. **Martín Fierro**, Buenos Aires, ano II, n. 22, 10 sep. 1925, p. 7; e n. 23, 25 sep. 1925, p. 7.
- OLIVEIRA, Ana Luisa. A reabilitação da epopeia no século XX: o panamericanismo épico de Toda a América. **Nau Literária**: revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas, Porto Alegre, PPG-LET-UFRGS, vol. 04, n. 01, jan.-jun. 2008.
- PEREZ, Isaac. Bérro. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 6, 24 abr. 1929, p. 10.

- ROBLES, Mireya. La disputa sobre la paternidad del creacionismo. **Thesaurus**, Madrid, Centro Virtual Cervantes, tomo XXVI, n. 1, 1971.
- ROCCA, Pablo; ANDRADE, Génesis (Eds). Un diálogo americano: modernismo brasileño y vanguardia uruguaya (1924-1932). **Cuadernos de América sin nombre**, Alicante, Universidad de Alicante, 2006. n. 15.
- SALGADO, Plínio. A anta contra a loba. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 22800, 11 jan. 1927, p. 3.
- SILVA, Caio Pedrosa da. **Mártires de Cristo Rey: revolução e religião no México (1927-1960)**. Campinas, UNICAMP, IFCH, 2015. (Tese de doutorado)
- SOSNOWSKI, Saul. **La cultura de un siglo: América Latina en sus revistas**. Madrid: Alianza, 1999.
- SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos; poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-Americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SILVEIRA, Tasso da. Criacionismo. **A manhã**, Rio de Janeiro, ano II, n. 128, 27 maio 1926, p. 2.
- TAMANDARÉ. Moquéim III – Entradas. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 6, 24 abr. 1929, p. 10.
- TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente: reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 57, ano II, jul.-dez., 2014, p. 115-132.
- TOTA, Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- YPERUNGAUA. *Revista de Antropofagia*, **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano II, n. 5, 14 abr. 1929, p. 6.

A canção como ferramenta de luta política e social: os diferentes casos na América Latina

The song as an instrument in political and social fight: the
different cases in Latin America

Bruno Erbe Constante

Graduando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

erbeconstante@gmail.com

Recebido em: 05/07/18

Aprovado em: 26/11/18

Resumo: O trabalho abordará as diferentes manifestações populares musicais que foram se consolidando nos diferentes países da América Latina (Argentina, Brasil, Cuba, Chile e Uruguai), a partir de diferentes atores políticos que tiveram, por meio de suas canções, um comprometimento com as disputas políticas e sociais pautadas pela sociedade. Com exceção de Cuba, todos os países aqui tratados estavam inseridos ou passando a integrar uma sociedade cuja liberdade de expressão era cada vez mais reprimida. Primeiramente, refletirei sobre o movimento conhecido por "*nueva canción latino-americana*", discorrendo sobre qual processo histórico e em que conjuntura ele se encontra inserido. Em seguida, analisarei como este movimento aconteceu em cada um dos países descritos acima, buscando ratificar que foi um movimento que buscou transcender as fronteiras imaginárias de cada nação, além de externar os principais cantores e canções compostas na época.

Palavras-Chave: Nueva canción, Latino-americana, América Latina.

Abstract: This article will approach the different musical manifestations that have been consolidating in the different countries of Latin America (Argentina, Brazil, Cuba, Chile and Uruguay) from different political individuals who had a commitment to the disputes and social policies based by a society whose freedom of expression was increasingly repressed. Firstly, I will reflect on the movement known as "*nueva canción latino-americana*", by speaking about what historical process and at what juncture it is inserted. Then I'll look on how this movement happened in each of the countries described above, seeking to ratify that it was a movement that sought to transcend the imaginary borders of each nation, and to externalize the main singers and songs composed at the time.

Keywords: Nueva canción, Latin American, Latin America.

Neste trabalho, pretender-se-á analisar os diferentes movimentos artísticos que surgem na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. Estes processos, que receberão diferentes nomes e terão influências e significados semelhantes, vão atribuir um novo significado às formas de fazer e de se pensar as músicas da época. Diretamente afetados por seu contexto, diferentes compositores irão usar suas canções como ferramenta de luta política e social. Dito isto, pretenderei refletir sobre como essas “canções de protesto” irão erigir-se na Argentina, Brasil, Cuba, Chile e Uruguai e analisar quais os contextos e seus principais expoentes.

Um movimento artístico revolucionário

A *nueva canción latino-americana* foi um movimento que surgiu em tempos idos de 1960 e que se alastrou por toda a América Latina. Na Argentina, no Brasil, em Cuba, no Chile e no Uruguai, a música passa a ser interpretada como um instrumento de luta política e social. Estas rotulações, que serviram para determinar as diferentes composições que possuíam algum caráter político, são, na visão de Aguiar (2010, p. 91), “(...) insuficientes, visto que não abarcavam a complexidade nem a totalidade das propostas artísticas, estéticas, políticas e ideológicas dos artistas”. Neste sentido, diferentes cantores tinham suas próprias interpretações sobre o movimento que ia desenvolvendo-se e que ia sendo incorporado em diferentes lugares do continente americano como uma ferramenta de disputa político-social da qual se utilizavam para externar suas ideologias à sociedade. Todavia, é a partir destas nomeações que ficaram conhecidas e ainda o são, e, tendo isto em vista, será a forma pela qual denominarei estes movimentos, pois o compromisso deste trabalho não é discorrer sobre sua conceituação, mas, sim, analisar os principais expoentes deste novo “gênero” musical e qual contexto ele surge.

Gilma (2003, p. 61) destaca que estes novos movimentos que vão se reproduzindo nos diferentes países latino-americanos são influenciados pela Revolução Cubana de 1959, pois este processo revolucionário fora “*disparadora de la voluntad de politización intelectual*”. Isto é perceptível ao analisarmos algumas canções onde a figura do revolucionário Che Guevara é presente, demonstrando, pois, a forte influência do processo de 1959 como fonte inspiradora nos movimentos artísticos e sociais. Não obstante, as canções que passaram a ser compostas neste período “celebravam, por um lado, a Revolução Cubana (...) e denunciavam, por outro lado, a desigualdade social, o ‘imperialismo’ norte-americano (...)” (SCHMIEDECKE, 2013, p. 78), reiterando, desta forma, seu caráter político.

Não obstante, é de essencial importância destacar o papel revolucionário que os cantatores passam a ter neste período. É neste contexto que o músico passa a reivindicar seu papel dentro da sociedade da qual está inserido, interpretando em suas composições elementos que incorporam as problemáticas do mundo em que se encontra. Esse papel revolucionário desempenhado pelos cantatores fará com que muitos deles tenham que exilar-se devido ao contexto em que seus países estão inseridos – na maioria destes países, o domínio da sociedade está nas mãos da junta militar e, por obviedade, não permitem qualquer tipo de manifestação que ponha em evidência seu regime.

Diferentes lugares, propostas semelhantes

Como foi demonstrado acima, este movimento que revoluciona a forma de compor e externar as canções, deu-se em diferentes lugares da América Latina, contudo, teve propostas semelhantes. Neste ponto de vista, diversas figuras vão surgindo e impulsionam em sua consolidação como ferramenta de luta política e social. A partir disto, pretender-se-á analisar os casos argentino, brasileiro, chileno, cubano e uruguaio, demonstrando seus principais expoentes e qual o contexto social em que este tipo de canção surge. Para, além disto, tentarei dar conta de que, embora cada caso tenha sido particular com “configurações nacionais que passavam por diálogos particulares com as tradições musicais de cada país”, isso não impediu que as fronteiras da nação fossem extrapoladas, permitindo assim um contato com as variantes dos outros países e a construção de uma “identidade de caráter continental” (GOMES, 2013, p. 147).

Argentina e o Manifiesto del Nuevo Cancionero

Até meados da década de 1950, o território argentino deleitava-se com as canções de Carlos Gardel no gênero do tango. Todavia, este tipo de canção era pouco ou nada valorizado no meio urbano, devido a sua raiz folclórica. Esta relegação remonta da época colonial, onde o centro da Argentina, qual seja, Buenos Aires, era considerado diferente de todo o restante do país e de grande parte da América Espanhola, pois foi, desde cedo, uma cidade com grande importância nas trocas comerciais, nos contatos com outros países e na sua tentativa de hegemonia sobre as outras regiões. Essa característica, ou seja, de que o urbano se sobressaia ao rural, começou a ser alterada no início da década de 1960, época em que a poesia dos *gauchos* começa a ganhar espaço entre os cidadãos. Junto a isto, a difusão de aparelhos de comunicação de massa (rádio, televisão, toca discos) contribuiu para uma maior aceitação da cultura interiorana. Além disso, em 1961, acontece o *Festival Nacional de Folclore de Cosquín*, onde muitos

daqueles que viriam a ser os principais representantes da *nueva canción argentina* divulgaram suas músicas. Dentre muitos, podemos destacar: Atahualpa Yupanqui, Jorge Cafrune e Horacio Guarani.

Este festival foi de extrema importância para a promoção de novas culturas musicais nos espaços que antes não aceitavam o que era produzido fora da cidade. Toda uma geração de cantores passou a incorporar suas ideologias em suas músicas e a usá-las como ferramenta de luta política e social. Este movimento que surge é denominado de *nuevo cancionero* e tem seu manifesto lançado em 1966 onde constava que:

La búsqueda de una música nacional de contenido popular, ha sido y es uno de los más caros objetivos del pueblo argentino. (...) En la búsqueda de su expresión, el artista popular adoptó y recreó los ritmos y melodías que, por su contenido y su forma, se adaptan más totalmente al gusto y los sentimientos del pueblo.¹

A partir da frase “ritmos y melodías que (...) se adaptan más totalmente al gusto y los sentimientos del pueblo” é possível perceber a preocupação dos que assinaram o manifesto em compor canções que fossem mais próximas aos “gostos e sentimentos” da população, notando-se, desta forma, uma aproximação dos *cancioneros* com aqueles/as com que se dirigiam. Isso é uma ruptura fundamental no estilo musical, pois, anteriormente, a produção musical não tinha preocupação na criação de canções voltadas para o *pueblo*. Dentre os assinantes, destacam-se as figuras de Mercedes Sosa, Oscar Matus e Armando Tejada Gomes, um grande poeta portenho.

A partir deste momento, o tango passa a ter outra conotação musical, ou seja, romperia com a sua significância de hegemonia sobre as diferentes regiões da Argentina. Neste sentido, Aguiar (2010, p. 95) afirma que o manifesto surge para denunciar “a fachada portuária, unilateral e epidérmica que resultada dessa deformação centralizadora em que o interior, o homem do campo, sua paisagem e circunstância histórica ficavam relegados”. É a partir daí que a fórmula de *Sarmiento*, cuja máxima expressão é “civilização contra barbárie”, é posta em evidência e, desta forma, os artistas buscam uma unificação do país através da junção da canção da capital portenha com o compositor camponês.

Não obstante, o manifesto definia o movimento como “*un movimiento literario-musical*” além de querer um “*intercambio con (...) movimientos similares del resto de América*”, ou seja, era uma proposta

¹ *Manifiesto del Nuevo Cancionero*. Disponível em: <http://www.tejadagomez.com.ar/adhesiones/manifiesto.html>. Acesso em 22 jun. 2018.

cultural que buscava promover através da arte uma aproximação com as demandas da população e com toda a América. Por fim, declaram que era necessário romper com o “*regionalismo cerrado*”, conscientizar a população a partir de “*nuevas y mejores obras*” e consolidar uma música nacional com viés popular em detrimento das influências musicais que chegavam do estrangeiro, como, por exemplo, o rock estadunidense.

Brasil e a Canção de Protesto dentro do MPB

No Brasil, assim como nas demais regiões da América Latina, a canção que se propõe a repensar a sociedade surge em meados de 1960, ou seja, no contexto de ditadura civil-militar. O golpe militar acontecido em 1964, e que durará 21 anos, terá diferentes reações por parte da sociedade a esse Estado de exceção e uma destas será a canção de protesto em que, dentre as suas principais características, destaca-se “a crítica estético-cultural, político-ideológico e social como forma de resistência e oposição civil à ditadura militar” (A. G. DE VASCONCELOS; P. VASCONCELOS; G. DE VASCONCELOS, 2014, p. 724). Esta nova canção irá ajudar na consolidação do que, atualmente, conhecemos por Música Popular Brasileira (MPB). O MPB foi ousado, pois, como já exposto, erigiu-se em um contexto de muita repressão e, tanto suas letras como, sobretudo, a sonoridade das canções que, buscava emaranhar-se no íntimo dos ouvintes, revolucionando, assim, os sentidos públicos das canções, iam de encontro com a ordem social vigente. Portanto, o papel das canções era provocativo e, assim sendo, podem ser consideradas como composições revolucionárias.

Entre seus principais artistas, cabe destacar Maria Bethânia, Edu Lobo, Carlos Lyra, João do Valle, Heitor dos Prazeres, Sérgio Ricardo, Vinícius de Moraes, Chico Buarque, Caetano Veloso etc. As principais influências que estes cantores recebiam eram provenientes dos Centros Populares de Cultura (CPCs), do Teatro Arena (fundado em 1953, com o intuito de expandir a arte às massas populares) e, também, das discussões encabeçadas pela União Nacional dos Estudantes. Não obstante, é importante ressaltar que tanto os CPCs, como os grupos de teatros e, também, as esquerdas brasileiras, foram fortemente influenciados pelo discurso do nacional-popular que ganhou força com Vargas, durante o Estado Novo, e teve continuidade mesmo após sua queda. Esta ideologia tinha um sentido conservador no que tange as formas de fazer-se arte, sobretudo, no campo musical, pois definia uma maneira única de soar e expressar-se musicalmente, não levando em conta, portanto, a heterogeneidade cultural existente no país. Para exemplificar, o termo “música nordestina” surge a partir desse discurso e consolida-se a partir de

figuras conservadores como Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. Assim sendo, muitos dos artistas que desafiaram e foram contrários a essa tendência do nacional-popular caíram no esquecimento.

Em 1964, a canção “Carcará”, conhecida pela voz de Maria Bethânia, fazia referência aos nordestinos que, sofridos com as penúrias da seca e da fome, foram obrigados a migrar de um território a outro. Nos versos “Carcará! / Pega, mata e come / Carcará! / Num vai morrer de fome” é perceptível a indignação da cantora com o que estava acontecendo no sertão. A alusão à ave que se aproveita de animais mortos é simbólica, pois o Nordeste, neste momento, encontrava-se em crise. Assim sendo, a cantora narra a saga dos nordestinos que foram obrigados, pela seca e pela fome, a migrar.

Neste mesmo ano, Zé Ketí compôs uma música em que criticava a posição segregacionista do governo do Rio de Janeiro que tinha por objetivo a “desfavelização” dos morros. Esta canção tornou-se símbolo de protesto contra a ditadura civil-militar, pois nos versos “Podem me prender / Podem me bater / Podem até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do morro / Eu não saio, não” reafirmava o compromisso com aqueles que eram da mesma origem que Zé Ketí, ou seja, dos morros, e ratificava sua resistência à política higienista que estava sendo posta em prática. Embora a composição original seja Zé Ketí, a música tornou-se mais popular na voz de Nara Leão.

Além destas canções, diversos festivais começaram a erigir-se na sociedade que vivia sob auspícios dos militares e do imperialismo norte-americano. Estes eventos ganharam notoriedade através de suas transmissões pelas redes televisivas (TV Record, TV Globo e TV Excelsior) e contavam com a participação da juventude. Desta forma, em 1965, aconteceu o Primeiro Festival de MPB, em que mais de mil canções foram enviadas para avaliação e apenas três dezenas foram selecionadas para concorrer no festival. A canção vencedora foi “Arrastão”, composta por Vinicius de Moraes e Edu Lobo. Em 1966, devido ao grande sucesso do primeiro festival, ocorreu o Segundo Festival de MPB, em que o número de composições inscritas ampliou-se para mais de mil e as canções vitoriosas foram as de Chico Buarque e de Geraldo Vandré, “A banda” e “Disparada”, respectivamente.

Além desses, o mais destacável é o Terceiro Festival Internacional da Canção realizado no Rio de Janeiro em 1968. Ali, Geraldo Vandré ousou desafiar a ditadura civil-militar com a canção “Pra não dizer que não falei das flores”. Com os versos “Há soldados armados, amados ou não /

Quase todos perdidos de arma na mão / Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição / De morrer pela pátria e viver sem razão” o compositor fazia referência à pronta disposição que os soldados se encontravam, pois, estavam sempre preparados para combater de forma alienada. Além disto, o cantor relatava a vida sem razão que os quartéis pregavam em que a disciplina estava acima de tudo e não poderia haver contestação. O resultado não fora outro: o público foi a delírio, mas o júri não poderia eleger esta música como vencedora, pois afrontava o regime imposto.

Desta forma, a canção vitoriosa fora “Sabiá” de Tom Jobim e Chico Buarque. Para Vandr e, o pr mio foi o exílio. Além desses, pode-se destacar: os Tropicalistas que, em 1968, lançaram o  lbum “Tropicália ou *Panis et Circensis*” e sofreram com a censura, tendo alguns de seus integrantes, que se exilar; Tom Z e, integrante também do movimento tropicalista, que, a partir de seu  lbum “Todos Os Olhos”, lançado em 1973, foi de encontro com a ditadura civil-militar; Taiguara, tendo mais de 60 composi es censuradas e, que, em 1973 comp s a música “Que as crianças cantem livre”, sendo aí o momento definidor para o artista, pois foi obrigado a sair do país; e, por fim, como não destacar a can o “O bêbado e o equilibrista”, composta por Aldir Blanc e João Bosco, mas que ficou famosa com a grava o de Elis Regina, em 1979, em que se fazia um apelo pela anistia ampla, geral e irrestrita da popula o.

Nueva Canción Chilena

No Chile, o movimento que renova a can o nacional receberá o nome de *nueva canción chilena*. De acordo com Simões (2010, p. 138):

essa denomina o foi dada em 1969 quando Ricardo García, jornalista e locutor de rádio, e a Vice-Reitoria de Comunica es da Universidade Católica organizaram um seminário sobre a situa o da música chilena que contou, em seu encerramento, com um festival que ficou conhecido como o *Primer Festival de la Nueva Canción Chilena*.

Para além disto,   destacável a figura de Violeta Parra na consolida o deste movimento, pois, em meados de 1950, ela fez um resgate da cultura histórica e social do interior do Chile e redescobriu novos ritmos, poesias e culturas que, futuramente, seriam incorporadas na *nueva canción*. Ela   figura essencial na divulga o de músicas com problemáticas nacionais, disputando espaço com as can es que vinham do exterior. Parra valoriza em suas composi es diferentes g neros populares: *sirilla*, o *villancico* e o *Canto de Lo Humano y a lo Divino* (Simões, 2010, p. 141).

Outro fator importante   a chegada de músicas latino-americanas em solo chileno. A *canción de propuesta* uruguaia e a *nueva canción argentina* ganhou reconhecimento no Chile por volta de

1960, sobretudo, através da figura de Atahualpa Yupanqui, pseudônimo de Héctor Roberto Chavero. Neste sentido, Simões (2010, p. 146) afirma que:

os intercâmbios mencionados apontam para uma integração dos diferentes matizes da nova canção latino-americana, sugerindo a ideia de que as fronteiras nacionais chilenas não coincidiam com as suas fronteiras políticas, constituindo-se a *Nueva Canción Chilena* um movimento cultural que buscava a música latino-americana como expressão comum.

Assim sendo, diversos cantatores² sofreram influência desses diferentes movimentos latino-americanos, como, por exemplo, Victor Jara e os grupos Inti Illimani e Quilapayún. Estes três mencionados tiveram maior expressão no cenário nacional devido ao contexto em que estavam inseridos, pois rádios passaram a divulgar suas canções, festivais eram organizados, gravadoras lançavam discos. Além disto, houve uma grande inovação na música, qual seja, a estética foi mais valorizada: iluminação, cenografia, recursos teatrais. Por fim, um último fator importante na consolidação da *nueva canción chilena* e que ganha força em meados de 1960 é a participação nos movimentos sociais chilenos. É neste contexto que os cancioneros do Chile passam a engrossar as fileiras nas diferentes mobilizações sociais e políticas na sociedade, através da participação na *Unidad Popular*, aliança de grupos à esquerda que visavam as eleições presidenciais a partir do nome de Salvador Allende.

Victor Jara foi figura destacável no movimento da *nueva canción* chilena: foi cantautor, era filho de camponeses e também atuava como professor, além de ser compositor e ativista político. Jara foi um revolucionário em seu próprio tempo. Isto torna-se mais patente ao analisarmos, dentre tantas que poderiam ser refletidas, uma de suas canções. Na música “*A Desalambra*”, regravação por Jara, este defende a ideia de que o direito coletivo a terra era algo fundamental, evidenciando isto no trecho “*Que la tierra es nuestra / Tuya y de aquel / de Pedro y Maria / de Juan y Jose*”. Neste sentido, pode-se perceber sua preocupação com aqueles que, além de tudo, eram provenientes do mesmo lugar que ele, ou seja, o campo. Isto demonstra seu papel como agente revolucionário, pois suas músicas contêm preocupações que estão localizadas nos problemas sociais e eram pautas de governos progressistas. Todavia, Jara foi brutalmente assassinado pela ditadura sangrenta de Augusto Pinochet, em 1973. Felizmente, deixou um legado que chegou a diferentes países. Além dele, é incomensurável a figura de Violeta Parra. Seus estudos incansáveis,

² É neste mesmo momento que os compositores passam a cantar suas próprias músicas, rompendo drasticamente com a ideia de que só quem tinha voz boa poderia ser um cantor. Antigamente, quem pensava não possuir boa voz, compunha e pagava para alguém cantar.

promovendo na divulgação de diferentes culturas, ajudaram a tornar o movimento no Chile possível. Suicidou-se, todavia, em 1967. Já o grupo Quilapayún e o Inti Illimani tiveram de exilar-se devido à ditadura, voltando ao país somente em 1990, findado o regime autoritário de Pinochet.

Cuba e o Primer Encuentro de Canción Protesta

O papel de Cuba na consolidação e na proliferação das canções que surgem neste período é fundamental no contexto latino-americano. Cuba que havia triunfado em sua revolução, em 1959, tornou-se espaço de encontro e divulgação de diversos cantores, visto que a maioria dos países da América Latina estava no contexto de uma ditadura sangrenta. Ao contrário das demais nações, a ilha caribenha vivia sob democracia e, portanto, é ali que, em 1967, através da iniciativa da *Casa de Las Americas* – fundada em 1959 para promover o intercâmbio cultural entre os povos latino-americanos – foi organizado o *Festival de Canción de Protesta* na capital do país, Havana. O principal objetivo deste encontro era debater quais seriam os rumos da arte popular na América Latina e como estes movimentos poderiam engajar-se com os demais setores da sociedade que estavam comprometidos com as vias revolucionárias. Diversos países participaram deste festival de grande magnitude e, dentre os não latino-americanos, cabe destacar: Alemanha Oriental, Congo, Austrália e Espanha. Não obstante, Gomes (2013, p. 148) salienta que foi o:

primeiro evento de grandes proporções a buscar institucionalizar e articular os movimentos que vinham surgindo nos vários países do continente, e que teve grande impacto na produção discográfica engajada produzida no período entre 1967 e 1969, marcando uma abertura de horizontes e a incorporação de novos diálogos e referências nas sonoridades da *nueva canción latino-americana*.

Além disso, o papel fundamental que a *Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS) teve foi o de se destacar, pois, a partir deste órgão, Cuba tentou promover a divulgação de suas ideias revolucionárias com os diversos países do globo. Isto é melhor compreendido se analisamos o contexto, qual seja, o da Guerra Fria, uma disputa entre dois blocos antagônicos que buscavam a propagação de seus ideais para consolidar a hegemonia de sua forma de sistema sobre a sociedade: de um lado o bloco capitalista, encabeçado pelos EUA e, de outro, o socialista, liderado pela URSS. Essa ideia de luta contra os ideais norte-americanos é mais patente ao analisarmos parte do documento oficial da OLAS, em que:

el contenido esencial de la revolución en América Latina está dado por su enfrentamiento al imperialismo y a las oligarquías de burgueses y terratenientes. Consiguientemente, el carácter de la revolución es de la lucha por la

independencia nacional, emancipación de las oligarquías y el camino socialista para su pleno desarrollo económico y social.³

O primeiro encontro foi um sucesso. O país sede teve a presença de três cantores importantes dentro do movimento da *Nueva Trova cubana*: Rosendo Ruiz, Alberto Vara e Carlos Puebla, este último era tido como o porta voz artístico da revolução cubana e, conseqüentemente, viajara diversos países divulgando os ideais e as canções de Cuba. Suas músicas exaltavam a revolução cubana, destacando-se, dentre muitas “*Gracias, Fidel*” e “*Haste Siempre, Comandante*”, em que agradecia duas das muitas figuras que foram importantes para concretizar a revolução. Além desses, é importante mencionar que muitos dos cantores, que foram vanguarda em seus países para a inovação nos movimentos artísticos, estiveram presentes: o Chile enviou Ángel Parra, filho de Violeta Parra; o Uruguai enviou Daniel Viglietti e Alfredo Zitarrosa; a Argentina enviou Manuel Óscar Matus, um dos propositores do *Manifiesto del Nuevo Cancionero*; além de diversos influenciadores de outros países.

Houve, após acalorados debates e percorrido as quase duas semanas do encontro, uma resolução final que entendia o papel essencial da comunicação através das músicas, discorrendo sobre a necessidade de os compositores serem e fazerem ser entendidos pelas massas populares, pois, afinal, era um movimento que tinha diversos interesses e, dentre muitos, destaca-se a conscientização da população através da arte. Além disto, durante o evento foram debatidos diversos assuntos que iam desde o movimento negro nos EUA até uma resolução sobre o que vinha acontecendo no continente asiático.

Com o fim do primeiro evento, os impactos foram enormes, Gomes (2013, p. 154) destaca que, a partir daqueles artistas que haviam participado do encontro:

o que ali foi discutido (e ouvido) repercutiu entre os movimentos de canção engajada de cada país, e novos universos sonoros ali descobertos passaram a fazer parte das referências de vários artistas, trazendo novos elementos para suas obras.

Ou seja, além de reunir diferentes estilos musicais, mas com propósitos semelhantes, o evento acontecido em Cuba foi fundamental para que as *canciones nuevas* se renovassem ainda mais. Estes impactos são melhores percebidos ao analisarmos alguns álbuns e canções que foram produzidos em um momento posterior ao primeiro encontro. Zitarrosa, em seu disco *Yo sé quién soy*, lançado em 1968, um ano após o acontecimento, em uma das músicas reflete sobre os

³ *La Primera Conferencia de la Organización Latinoamericana de Solidaridad*, 1967. Disponível em: <http://www.ruinasdigitales.com/revistas/ConferenciaTricontinental.pdf>.

impactos que a ilha lhe trouxe. Nesta composição, o cantautor cita Cuba: “*desde el Sur al Ecuador / y hasta Cuba con amor*”⁴. É algo ínfimo, mas que já demonstra a influência cubana na música uruguaia. Ademais, o discurso dos cantores após o contato com a experiência revolucionária cubana torna-se mais radical. Esta radicalização do discurso é mais patente em um dos versos da música “*El retobao*”, composta por Zitarrosa e Julian Murguía, em que estes externam que respeitam “*la autoridad / cuando nace de nosotros / pero si que me retobo / cuando mandan unos pocos*”. O verbo “*retobar*” tem o significado de rebelar-se demonstrando a insatisfação dos autores e a possibilidade de rebelião quando “*poucos mandam*”. Por fim, a identidade latino-americana foi ainda mais reforçada. A partir do álbum *Canciones para el hombre nuevo* gravado em Cuba e editado em diversos países⁵, Gomes (2013, p. 156) afirma que:

o primeiro sinal do impacto do contato com a experiência revolucionária cubana aparece já no título do disco, que se remete ao “homem novo” de Che Guevara, apontando para a necessidade de se conceber um “novo cancionero” adequado ao “homem novo” em formação. O disco apresenta quatro canções com letra e música de autoria de Viglietti e são nessas canções autorais que se encontra a grande novidade, pois elas significam uma ruptura com o discurso de denúncia e crítica social introduzindo uma nova abordagem que passa a se referir diretamente à revolução.

Portanto, o encontro realizado em Cuba é essencial para compreendermos esta renovação na música latino-americana, pois é para lá, onde a democracia faz-se presente, que os diversos cantores se dirigem e passam a incorporar, a partir da troca de experiências, novos elementos em suas músicas, como, por exemplo, os novos ritmos, melodias e timbres, singulares de cada parte da América Latina, que a partir das trocas culturais promovidas pelos diferentes cantores e cantoras que ali estavam presentes, foram sendo incorporados nas composições.

Uruguai e a Canción de Propuesta

Ao contrário do que aconteciam nos demais países latino-americanos, a busca de uma canção que representasse a nação teve bastante dificuldade para consolidar-se no Uruguai. O poeta Ruben Lena comentava que, ao contrário do que acontecia noutros lugares, o Uruguai tinha um movimento que vinha de “*arriba a abajo*”, demonstrando, neste sentido, uma diferença enorme, pois nas outras propostas de canções surgidas na América Latina, este processo de ressignificação da música deu-se de baixo para cima e, além disto, a população não havia “*tomado participación activa en el asunto*”. Apesar disso, em tempos idos de 1960, sobretudo no final desta

⁴ Para mais detalhes, procurar pela canção: “*Milonga pájaro*”.

⁵ Argentina, Uruguai e Chile são alguns dos países onde o disco foi regravado.

década, a *canción de propuesta* que se desenvolve no Uruguai terá, assim como nas outras regiões que este novo tipo de música foi erigindo-se, um forte caráter social e político, tendo, pois, nas composições musicais, uma forte influência do que estava acontecendo no país e, do mesmo modo, na América Latina. Neste sentido, Petronio (2006, p. 13) destaca que as canções que surgem neste momento bebem do:

contexto del empuje revolucionario generado en la sociedad uruguaya bajo la influencia de la Revolución Cubana, la gesta del Che y los coletazos del mayo francés, y un nuevo proyecto político para Uruguay fue una nueva semilla para la canción.

Percebe-se que surge como fonte de inspiração para a *canción de propuesta* um novo processo que está acontecendo na França e que vai espalhar sua influência por todo o mundo, qual seja, o maio de 1968. O novo contexto político a que se refere o autor citado é a crise uruguiaia. Em fins da década de 1960, o presidente Jorge Pacheco Areco declarava, formalmente, o estado de emergência no qual se encontrava o país. Não obstante, em 1972, o candidato, que se tornou alternativa à tentativa frustrada de Areco a reeleição, foi eleito. O novo comandante do executivo uruguiaio passou a ser Juan Maria Bordaberry que “herdou os votos políticos de Pacheco Areco, seu projeto político e seus aliados” (PADRÓS, 2011, p. 13), ou seja, uma continuação do projeto pachecato. Um átimo de tempo depois da eleição de Bordaberry, os militares tomam o poder, em 1973. É neste contexto que a *canción de propuesta* edifica-se e, como afirma certamente Aguiar (2010, p. 111):

Tal contexto (...) os influenciava, influencia sua produção, suas ideias, seus pensamentos e sua arte. Eles [os artistas] não se furtaram em demonstrar essa postura, a partir de seus trabalhos, exatamente em um momento em que se exigia uma tomada de posição. Sua arte (...) estava associada à visão de mundo que tinham, convergindo ação e reflexão, teoria e *práxis*.

Muitos dos cantores que surgem nesse momento têm suas canções apresentadas no *Festival de la Canción de Protesta*, ocorrida em Cuba, em 1967. Dentre muitos, destaco aqueles que, em minha opinião, tiveram grande notoriedade dentro do festival e da sociedade uruguiaia. O primeiro deles é Alfredo Zitarrosa. Este viveu boa parte de sua vida no meio rural e, portanto, suas composições sofreram influência do meio em que ele viveu. O início de sua carreira como músico é em 1963, quando canta em uma rádio da cidade de La Paz. Todavia, só vai adotar a profissão de cantautor em 1964, ao externar seu trabalho no auditório do *Servicio Oficial de Difusión Radioeléctrica*. No entanto, como sua atuação política não era benquista por aqueles que estavam no poder, visto que Zitarrosa havia aderido à Frente Ampla, suas músicas foram proibidas a

partir das eleições de 1971 e consolida-se este fato em 1973, época da tomada do poder pelos militares. É obrigado a exilar-se, porém:

asimismo participa activamente de diversos festivales internacionales, como abanderado de la lucha a favor de la libertad del pueblo uruguayo y de otras naciones oprimidas por gobiernos de corte fascista, y como referente ineludible del canto popular uruguayo y latinoamericano (TEJADA GOMÉZ).

Outro cantautor que destacar-se-á neste período é Daniel Viglietti. Ao contrário de Zitarrosa, Viglietti era filho de músicos. Seu pai, por um lado, era dirigente do *Conjunto Lavalleja*, grupo cujo Viglietti fez sua primeira apresentação, em 1957. Sua mãe, por outro lado, tocava piano, influenciando-o, desta maneira, com canções eruditas. Além desses dois, um de seus tios era também músico e compunha músicas populares. Assim sendo, como bem destaca Aguiar (2010, p. 113) “essas influências musicais tão diversificadas” fizeram com que Viglietti estudasse “música erudita e popular, o que marcou sua formação artística”. Suas canções tinham forte caráter popular e anti-oligárquico, com temáticas que envolviam o campesinato, além de defender pautas como a reforma agrária.

Dentre diversas músicas, destaca-se a “*Pion p’a todo*”, cuja letra narra “a vida e o trabalho dos peões nas estâncias” (AGUIAR, 2010, p. 151) e, “*Canción para mi América*”, música que é entendida como a afirmação da identidade latino-americana. Devido às letras de suas composições, ou seja, seu compromisso com a luta social e sua participação em movimentos de esquerda, será censurado e, também, encarcerado em 1972. Com sua detenção, houve uma mobilização incomensurável por sua libertação em que transcenderá “*fronteras, llegando a pedir su liberación personalidades como Jean Paul Sartre o Julio Cortázar. Luego de su liberación, se suceden hechos que lo obligan a emprender el camino del exilio.*” (TEJADA GOMÉZ, *op cit*). Por fim, Anibal Sampayo, José Carbajal, Numa Moraes e os grupos Los Nocheros e Los Olimareños são importantes neste movimento que se propôs a repensar a música uruguaia.

Considerações Finais

O trabalho presente foi uma tentativa de narrar os diversos movimentos artísticos conhecidos como *nueva canción latino-americana* e acontecidos em tempos idos de 1960 em toda a América Latina. Para tanto, buscou-se analisar cada caso, além de seus compositores e suas principais canções, enfatizando a ligação entre os movimentos. Seja na *nueva trova cubana* ou na *nueva canción chilena* ou, ainda, na *canción de protesta uruguaia*, nota-se que foram processos acontecidos em diferentes lugares da América e que, todavia, há mais semelhanças que diferenças.

Um ponto de conexão entre estes movimentos aconteceu em Cuba, no ano de 1967, alimentando ainda mais a identidade latino-americana. Verifica-se, que desde os seus primeiros passos até sua consolidação, o movimento renovou e revolucionou a maneira de interpretar e compor canções que doravante seriam voltadas para as massas populares. Sendo esse, portanto, uma ferramenta de disputa político-social na voz de cantores que incorporam o papel de artistas revolucionários dentro da sociedade repressiva que estavam inseridos.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, José F. G. C. **“Yo vengo a cantar por aquellos que cayeron”**. Poesia política, engajamento e resistência na música popular uruguaia – o cancionero de Daniel Viglietti 1967-1973. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2010.

GILMA, Claudia. **Entre la pluma y el fusil**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

GOMES, Caio de Souza. “Por toda América soplan vientos que no han de parar hasta que entierren las sombras”: anti-imperialismo e revolução na canção engajada latino-americana (1967–69). **Revista História e Cultura**, v. 2, n.1, p. 146–165, 2013.

Historia de La Música Popular Uruguaya. Disponível em: <http://www.historiadelamusicapopularuruguay.com/>

KLAFKE, Mariana Figueiró. **Show Opinião: engajamento e intervenção no palco pós-1964**. Porto Alegre: UFRGS (Trabalho de Conclusão de Curso), 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: o Pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho de 2011**.

PETRONIO ARAPI, Tabaré. **Las voces del silencio – Historia del canto popular: 1973-1984**. Montevideu: Fonam, 2006.

Primera Conferencia de la Organización Latinoamericana de Solidaridad, 1967. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/revistas/ConferenciaTricontinental.pdf>>. Acesso em 27 jun 2018.

SCHMIEDECKE, Natália Ayo. **“Tomemos la historia en nuestras manos”**: Utopia revolucionária e música popular no Chile. Franca: UNESP (Dissertação de Mestrado), 2013.

SILVA, Carla M. de. **Música popular e disputa de hegemonia: a música chilena inspirada nas formas folclóricas e o movimento da nova canção chilena entre 1965-1970**. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado), 2008.

SIMÕES, Sílvia Sônia. La nueva canción chilena: o canto como arma revolucionária. **História Social**, n. 18, 2010.

SIMÕES, Sílvia Sônia. **“Canto que ha sido valiente, siempre será canción nueva”**: o cancionero de Victor Jara e o golpe civil-militar no Chile. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2011.

TEJADA GOMÉZ, Armando. **Manifiesto del Nuevo Cancionero**. Disponível em: <http://www.tejadagomez.com.ar/adhesiones/manifiesto.html>

VASCONCELOS, Francisco de A. G. de, VASCONCELOS, Mariana P. e VASCONCELOS, Iris H. G. de. Fome, comida e bebida na música popular brasileira: um breve ensaio. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n.3, 2015, jul.–set., p. 723-471.

Prolegômenos acerca da noção de imaginário: entre triangulações e potência criativa¹

Prolegomena about the notion of imaginary: between triangulations and creative power

Cesar Leonardo Van Kan Saad
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
cesar_van_kansaad@hotmail.com

Recebido em: 18/08/2018

Aprovado em: 18/11/2018

Resumo: No presente trabalho desenvolvo duas perspectivas analíticas a respeito do conceito de imaginário. Muito mais do que opor duas possibilidades argumentativas, teço um quadro a respeito de dois modos de perceber, entender e analisar o imaginário, entendido como um duplo. Esse duplo parte da prerrogativa de entender o imaginário enquanto realidade fenomenológica, constituição ontológica do humano e, ao mesmo tempo, como construção epistemológica e filosófica, ou seja, como todo conceito de imaginário acarreta um campo teórico no qual está implicado. Logo, o duplo mencionado é o combustível da economia textual em ambas as perspectivas construídas e analisadas ao longo do ensaio.

Palavras-Chave: Imagem, imaginário, imaginário social.

¹ O termo “prolegômenos” implica em pelo menos três sentidos no presente ensaio. O primeiro, em um sentido genérico, inscreve-se na similitude da significação oferecida pelo dicionário de filosofia, de Nicola Abbagnano, para quem prolegômenos quer dizer: “Estudo preliminar, introdutivo e simplificado” (ABBAGNANO, 2007, p. 811). Um segundo sentido, não tão distante do primeiro, foi inspirado, em leitura livre, pelo ensaio de Jacques Derrida intitulado “História da mentira: prolegômenos” (DERRIDA, 1996), em que o filósofo francês oportuniza a leitura e a possibilidade interpretativa correspondendo a um sentido da expressão como o já enunciado na introdução deste parágrafo, ao mesmo tempo em que permite uma intuição para um sentido ainda não inscrito, ainda não presente, ou seja, sentido vindouro, onde o devir é mobilizado na escritura do ensaio corroborando com a inscrição de um dado problema a ser feito, um dado problema a ser resolvido. Tendo em vista a precisão canônica do dicionário, bem como o uso inscrito em uma experiência ensaística, assumo por prolegômenos a intenção de uma “introdução da introdução”, ou “metaintrodução”, ao mesmo tempo em que meu ensaio tem a intenção de sugerir uma interpretação sobre duas linhas de pensamento a respeito do imaginário e, ao mesmo tempo, a inscrição em uma história futura, na dissolução de uma tópica como um lugar já instituído sobre o conceito de imaginário, formulando um problema outro e o introduzindo enquanto problemática a ser constituída. Assim, o conceito de imaginário, e sua respectiva possibilidade narrativa, como história do imaginário, transformado em prolegômenos, convergem com certa inscrição temporal que a palavra no título induz, isto é, uma contingência do presente ao devir futuro. Uma primeira versão desse ensaio foi apresentada como trabalho de conclusão de curso na disciplina: “História Política e História Cultural do Político: debates teórico-conceituais”, ministrada pelo prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, no PPGH-UFMG, no primeiro semestre de 2018.

Abstract: In the present work I develop two analytical perspectives regarding the concept of imaginary. More than just opposing two argumentative possibilities, I organize a framework about two ways of perceiving, understanding and analyzing the imaginary, understood as a double. This double comes from a prerogative to understand the imaginary as a phenomenological reality, an ontological constitution of the human and, at the same time, an epistemological and philosophical construction, that is, how any concept of imaginary generates a theoretical field in which it is involved. Therefore, the double mentioned is the fuel of the textual economy in both perspectives constructed and analyzed throughout the essay.

Keywords: Image, imaginary, social imaginary.

Introdução

“[...] a vida, ou os imaginários que ela suscita, devem ser tomados por aquilo que são, ficando claro que sua eficácia é real, e que esta é a única que nos importa a partir do momento em que desejamos leva-la a sério” (MAFFESOLI, 1998, p.179).

Entre as décadas de 1970 e 1980,² pode-se perceber um otimismo em torno da noção de imaginário, bem como do imaginário social. Trabalhos como os de Bronislaw Baczko, Cornelius Castoriadis, Gilbert Durand, François Laplatine, Michel Mafessoli, Liana Trindade, J.J. Wunenburger, entre outros, têm apresentado um apreço conceitual pelo imaginário, mas, mais do que isso, o aparecimento de tal categoria acarreta em toda uma outra forma de pensar a relação do humano com o mundo que o circunda. De outro modo, ambas as categorias, humano e mundo, são frutos de construções histórico-discursivas, mediadas por cortes sociais, culturais, políticos, ético-estéticos onde, possivelmente, o imaginário figure como o aspecto de sedimentarização de todas essas possibilidades relacionais.

Por um longo tempo diferentes tradições filosóficas legaram ao imaginário o mero caráter representacional da realidade entendido como ficção social, ilusão, mimese distorcida de um real que se escondia atrás da sua falsa perspectiva de uma materialidade mais objetiva possível.³ Através das linhas argumentativas que escolhi desenvolver nesse trabalho, entenderei o imaginário e os estudos do imaginário sempre a partir de dois pontos justapostos. Isso não significa pensar necessariamente em um dualismo, mas em compreender que o imaginário deve ser entendido enquanto fenômeno ontológico da vida sócio histórica, e ao mesmo tempo,

² A esse respeito, ver: MARCELINO, Douglas Attila. Estudos sobre poder, imaginação e historicidade dos anos 1970 e 1980: apontamentos para o debate atual. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 06-42, abr./jun. 2018.

³ A esse respeito consultar o capítulo introdutório: DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Introdução à arquitetura geral. São Paulo: Martim Fontes, 2012.

enquanto epistemologia, isto é, de que o conceito de imaginário também pressupõe em sua conceitualidade uma matriz teórico-filosófica na organização de um campo de estudo. Essa discussão teórico-conceitual a respeito do imaginário acarreta, ela mesma, portanto, a produção de um conhecimento sobre o imaginário e uma redistribuição semântica dos princípios básicos que guiam a percepção e intuição humana sobre o real. Se usei a expressão de polos justapostos foi por mero efeito didático, pois ambos os vetores não são inseparáveis, já que do ponto de vista do imaginário, ambos os polos geram e produzem efeito em um e em outro. Ou para usar um termo de Pierre Bourdieu é o próprio *efeito de teoria* em seu *modus operandis*.⁴

Assim, divido o presente ensaio em duas seções. A primeira intitulada “Triangulação imaginária”, é uma dupla metáfora de uma geometria imperfeita. Imperfeita porque a figura selecionada para tal, um triângulo, não é entendida, em termos absolutos, fechada em si mesma, ficando assim, uma figura geométrica aberta.⁵ E a metáfora funcionará aqui em um duplo, porque tanto a forma argumentativa, quanto os próprios elementos de argumentação foram enredados de modo triangular a partir de três vetores constituintes e relacionais. Isso quer dizer que a seleção de três autores para discutir o imaginário nessa primeira seção tem direta relação com a interpretação construída sobre o imaginário, como se verá na sequência. Essa interpretação entende o conceito do imaginário como uma rede de multiplicidades, um plano de consistência dessas mesmas multiplicidades, intercaladas por três linhas que dão, não só suporte, mas possibilidades para a mesma. Ou seja, a imagem, o ícone e o símbolo (como domínio simbólico). Assim, parto da produção a respeito do imaginário de Gilbert Durand, e estabeleço, a partir da discussão da noção de imaginário, imagem, ícone e do símbolo/simbólico, possibilidades interpretativas a partir de Michel Maffesoli e Paul Ricoeur.

⁴ O efeito de teoria ou efeito de “pré-visão” é o efeito de imposição de princípio de di-visão efetivado, segundo Bourdieu, “por qualquer explicitação”. (BOURDIEU, 1998, p.122). Ele opera, portanto, na faixa de incerteza resultante da descontinuidade entre as evidências silenciosas do *etbos*, e as manifestações públicas do logos, segundo o autor: “em favor da *alodoxia* [apropriação (in) devidamente incorporada] propiciada pela distância entre a ordem prática e a ordem do discurso, as mesmas disposições podem se reconhecer através de tomadas de posição muito diferentes, às vezes até opostas”. (BORDIEU, 1998, p.122). Assim, reconhece Bourdieu: “[qualquer teoria exerce] um efeito de teoria, embora de uma forma bastante particular: ao manifestar por meio de um discurso coerente e empiricamente validado o que era até então ignorado, isto é, conforme os casos, implícito ou recalçado, a ciência transforma a representação do mundo social e, ao mesmo tempo, o próprio mundo social, ao viabilizar práticas ajustadas a essa representação transformada”. (BORDIEU, 1998, p.122-123).

⁵ Esse duplo, inscrito na metáfora que criei para intitular a primeira seção do ensaio, foi construído a partir de uma hermenêutica livre, desenvolvida através das leituras que compuseram o escopo de análise da primeira seção, isto é, Durand, Maffesoli e Ricoeur.

A segunda seção, intitulada “O imaginário como potência criativa”, tem em vista do que foi apresentado na primeira seção, tratar de uma interpretação outra a respeito do imaginário. Na segunda seção, será investido sobre uma interpretação a respeito do imaginário que toma como objeto de análise a relação do mesmo, com a realidade sócio histórica, e como essa mesma realidade é dependente de relações institucionais, isto é, marcadas pela constituição de si, da sociedade entendida em redes instituintes e intuídas. Mas, mais do que isso, como o imaginário comporta em si mesmo a potência criativa do tempo entendido como criação, logo, a possibilidade mesma de uma agenda política que tem como necessidade a reflexão do devir do tempo, da diferença e do futuro como possibilidade de fuga. Logo, a segunda parte do ensaio tratará da contribuição de Cornelius Castoriadis aos estudos do imaginário.

Triangulação imaginária: o imaginário, entre a imagem, o ícone e o símbolo (simbólico). Considerações a partir de Gilbert Durand, Michel Maffesoli e Paul Ricoeur.

Acabamos de dizer que não existe relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta, mas funciona como se fosse, por causa do imaginário. (ORLANDI, 1994, p.57).

A contribuição de Gilbert Durand (1921-2012) aos estudos do simbólico, do mito e do imaginário é sem sombra de dúvida significativa. Isso se dá não só pelo caráter quantitativo de sua produção, mas também pelo expressivo lugar que ocupam as reflexões em torno da definição conceitual de imaginário em sua antropologia, e os desdobramentos filosóficos e teóricos do mesmo. Em vista disso, em *Lo imaginario* (1994), Durand apresenta uma rede semântica em torno do que considerou como “ciência do imaginário” (DURAND, 2000).

Com uma vasta obra em torno dos estudos do imaginário e dos mitos, da qual destacam-se alguns títulos (pois a obra é compreendida através de livros, artigos, ensaios em revistas especializadas, etc.), tais como: *A imaginação simbólica* (1988); *As estruturas antropológicas do imaginário*(2012); *De la mitocrítica al mitoanálises* (1993); *Campos do imaginário* (1998), Gilbert Durant desenvolve uma concepção que lhe é própria, mas ao mesmo tempo pode ser inscrita sobre uma leitura estrutural ou estruturante, a qual o estruturalismo francês conheceu suas marcas e desdobramentos científicos, que toma o imaginário como uma estrutura elementar, como se verá na sequência, considerando as “imagens” como mecanismos simbólicos que colocam em funcionamento, numa via de mão dupla, o imaginário.

Nesse ponto, e no que diz respeito ao estruturalismo de Durand, torna-se significativa uma comparação com *Antropologia Estrutural* de Levi-Strauss, que indica o conceito de estrutura como a imutável possibilidade formal frente à contingência de conteúdo, isto é, uma leitura que entende estrutura de modo indissociável e irreduzível à mudança histórica dos traços determinantes da espécie humana. Em Levi-Strauss, pode-se perceber, através do ensaio “História e etnologia” que abre o volume de *Antropologia Estrutural*, que a partir de uma comparação entre etnografia e linguística, o antropólogo define os traços fundamentais de um corte epistemológico que tem na análise da estrutura o seu epicentro teórico. Nesse sentido, seguindo Saussure, o autor estabelece uma relação crítica com a tradição funcionalista (crítica similar que fará Durand décadas mais tarde), indicando o que no presente argumento será marcante no pensamento filosófico a respeito do imaginário. Segundo Lévi-Strauss:

[...] tanto em etnologia como em linguística, não é a comparação que funda a generalização, e sim o contrário. Se, como cremos, a *atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se essas formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos*, antigos e modernos, primitivos e civilizados (como mostra tão claramente o estudo da função simbólica tal como expressa na linguagem), é necessário e suficiente atingir *a estrutura inconsciente*, subjacente a cada instituição e a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e outros costumes, contanto, evidentemente, que se avance suficientemente na análise (LÉVI-STRAUSS, 2013, p.35) [grifos nossos].

O que é importante denotar logo de início, em vista do trecho destacado de *Antropologia Estrutural*, é essa relação estrutural e elementar apontada por Levi-Strauss, cujo horizonte de análise constitui-se pela generalização em face da atividade do espírito em impor formas a conteúdos contingentes que talvez estejam intrinsecamente conectados com o próprio que é substancial do imaginário, ou a própria forma como imagem generalizável de apreensão e controle que dá sentido e possibilidade ao mundo circundante. Escolhi esse trecho, e respectivamente essa associação, pois acredito que ambas as posturas, seja a de Levi-Strauss ou a de Durand, funcionam sobre um mesmo escopo.

Essa relação fica clara, por exemplo, no próprio desenvolvimento narrativo de *Lo Imaginario*. No referido texto, o autor disserta a composição de uma síntese de seu pensamento a respeito do imaginário. Para Durand, no século XX, teria aparecido uma miríade de trabalhos que tratariam do tema, de modo plural, estabelecendo um balanço heurístico sobre o imaginário, a fim de extrair os conceitos-chave de um novo arsenal metodológico que se sintetiza em torno das “mitodologias”. Em

suas palavras: “Pluralismo taxonômico, tópico e dinâmico permitem apreender como uma precisão mensurável as bacias semânticas que articulam o “próprio do homem”, que é o imaginário”⁶ (DURAND, 2000, p.135).

O que é próprio do humano, isto é, sua gênese estrutural, seriam as respostas que o estudo do imaginário, segundo Jean-Jacques Wunenburger, teria a contribuir a partir de Gilbert Durand, em que o fundamental no estudo das ciências humanas estaria sustentado em torno de uma tentativa de compreensão sistemática da dimensão fundamental do *Homo sapiens* (WUNENBURGER, 2000, p.9). Tal interpretação não seria fruto de uma idiosincrasia de Durand, mas está ancorada, segundo Wunenburger, em uma tradição filosófica francesa onde os estudos da imagem, do mito e da simbologia fizeram escola. Segundo o autor:

Marcado pelas orientações e os resultados das investigações de Mircea Eliade, de Gaston Bachelard e mais tarde de Henri Corbin, Gilbert Durand colocou em marcha uma metodologia original de abordagem do imaginário (o estruturalismo figurativo), que soube conciliar o rigor do estruturalismo dos anos sessenta (herdado de Claude Lévi-Strauss) e a profundidade das significações próprias das correntes hermenêuticas (Paul Ricoeur e outros). (WUNENBURGER, 2000, p.10).⁷

Em consequência de tais tradições intelectuais, Wunenburger considera que os estudos do imaginário centrados em Durand sustentam que o imaginário não está construído sobre o arbitrário das regras de associação, como seria o caso, afirma, “de la antigua *phantasi*”, mas obedeceria, segundo o autor, a lógicas restritivas, “sobre o modelo das regras semânticas e sintáticas dos feitos de linguagem, reforçados pelas raízes neurobiológicas e componentes afetivos, já descritos pelas psicologia das profundidades”. (WUNENBURGER, 2000, p.10).⁸

Tendo isso em mente e retomando o argumento de *Lo Imaginario*, o que é próprio e constitutivo do humano, condizente com um fundamental enquanto princípio estrutural de generalização da espécie e em face das próprias regras semânticas e sintáticas dos feitos de linguagem – das estruturas de linguagem –, e neste caso a associação feita anteriormente com Levi-Strauss não foi gratuita, seriam,

⁶ No original: “Pluralismo taxonômico, tópico y dinâmico permiten aprehender con una precisión mensurable las cuencas semânticas que articulan lo “propio del hombre”, que es lo imaginario (DURAND, 2000, p.135) [tradução livre].

⁷ No original: “Marcado por las orientaciones y los resultados de las investigaciones de Mircea Eliade, de Gaston Bachelard y más tarde de Henri Corbin, Gilbert Durand hapuesto em marcha uma metodologia original de acercamiento a lo imaginario (el estruturalismo figurativo), que há sabido conciliar el rigor del estruturalismo de los años sessenta (herdado de Claude Lévi-Strauss) y la profundidad de las significaciones próprias de las corrientes hermenêuticas (Paul Ricoeur e outros)”. (WUNENBURGER, 2000, p.10). [tradução livre].

⁸ No original: “[...] sobre el modelo de las reglas semânticas y sintáticas de los hechos del lenguaje, reforzada por raíces neurobiológicas y componentes afectivos, ya descritos por la psicologia de las profundidades” (WUNENBURGER, 2000, p.10). [tradução livre].

então, os estudos do imaginário, o desenvolvimento inelutável da tentativa de entender o funcionamento da representação, e esta, compreendida dentro da obra citada, como uma faculdade de simbolização de onde todo os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais que emanam de maneira continuada de pelo menos um milhão e meio de anos aproximadamente, desde, segundo o autor, que “el *Homo erectus* se há levantado sobre la tierra”. (DURAND, 2000, p.135)⁹.

Deste modo, os estudos do imaginário teriam essa tarefa de generalização. Por meio de uma analítica da “imagem”, entendida como componente ativo do imaginário, estaria constituindo uma função prescritiva, em que as formas ontológicas de pressurização de uma forma perante um dado conteúdo permitem compreender como a imagem passa a ocupar um quadro gerativo do imaginário. Assim, a “imagem” é compreendida como elemento estruturante do imaginário e ocupa um lugar-chave, que serve a Durand para definir e ao mesmo tempo traçar uma característica definidora da própria espécie humana. Essa característica geral é mensurada na longa duração como uma caracterização redutível a seu próprio ser-estar-no-mundo, logo, a espécie humana é figurada como sendo a “civilização da imagem”. E para o autor, isso significaria que a civilização da imagem tem como pressuposição a descoberta mesma de “os poderes da

⁹ As categorias de “imaginário”, “simbólico” e “real”, aparecem também como fundamentais na clínica de Jacques Lacan para representarem uma relação fundamental da definição humana do humano. Em conferência de oito de julho de 1953, na *Société Française de Psychanalyse*, Lacan discute os elementos básicos do que denominou pela sigla, I.S.R, e que tem papel fundamental em sua concepção teórico-prática da psicanálise. Assim, para Lacan: “(...) un comportamiento puede ser imaginario cuando su desvío sobre imágenes de su propio valor de imagen para otro sujeto, lo vuelven susceptible de desplazamiento fuera del ciclo asegura la satisfacción de una necesidad natural (LACAN, 1953, p.9). A relação entre o imaginário e o valor simbólico, figura no interesse somente da análise. “Pero eso entendido que aquí [...] el elemento imaginario, sólo tiene estrictamente un valor simbólico, que no tenemos que apreciar y comprender más que em función del momento de la análisis en que va a insertarse” (LACAN, 1953, p.10). Assim, o “simbólico” e o “imaginário”, funciona para Lacan em relação sincrônica como termos relacionáveis acarretando sentido de similaridade. Para o autor, as funções imaginárias, tanto quando as do simbólico, do ponto de vista da análise tem relação com a realidade fantasmática do analisando, de modo que se manifestam como a distorção de certa compreensão da normalidade psíquica. Em uma releitura de Freud, Lacan aponta que o simbólico está em jogo de intercambio analítico, na manifestação de sua realidade essencial, “sea que se trate de sintomas reales, actos fallidos, y lo que sea que se inscriba; se trata todavía y siempre de símbolos, y de símbolos incluso muy específicamente organizados en el lenguaje, es decir, funcionando a partir de ese equivalente del significante y del significado: la estructura misma del lenguaje” (LACAN, 1953, p.11). Assim sendo, interpreto do seguinte modo essa passagem de Lacan. Na oposição entre o “normal”, de um lado, e o “patológico”, de outro, há em Lacan uma teorização que culmina em um modelo operativo teórico/prático, em que a linguagem, enquanto, emergência de um meio de si, funciona na reprodução do signo saussuriano, com advertência, de que Lacan substitui a expressão do sentido/significado – significação –, por uma analítica da função. Logo, a função de signo, como significação cumpre um papel, em vista do imaginário, de materializar o símbolo (como simbólico) de normatividade. Levando em conta essa normatização do símbolo, o horizonte esperado do efeito teórico dessa interpretação recai, na clínica lacaniana, em tratar o paciente, ou a “função paciente” (o analisando) como a síntese da própria instituição da análise. Vicente Clavurier aponta que a relação entre o “real, o “simbólico” e o “imaginário” em Lacan, triangula uma conceituação do lugar de habitação do dito, ou seja, “homem enquanto ser falante: elas são as três dimensões constitutivas do espaço habitado pelo homem na condição de ser falante” (CLAVURIER, 2013, p.129). Logo, nessa interpretação o I.S.R. indica o que Heidegger apontou certa vez de que o homem habita a linguagem (HEIDEGGER, 2003, p.7-9). Isso é imprescindível, uma vez que constitui a estrutura elementar de certa relação comportamental – triangulada –, mas mais do que isso, intuitiva, perceptiva do ser-estar-no-mundo e da própria constituição da objetividade e subjetividade humana.

imagem tanto tempo censurados, aprofundou as definições dos mecanismos de formação, de deformação e os eclipses da imagem” (DURAND, 2000, p.136).¹⁰ Com o objetivo de traçar considerações a esta seção, levanto duas questões que têm o objetivo de encaminhar a discussão ora proposta. São elas: 1) Como funciona a análise da imagem para a reflexão do imaginário em Durand? 2) Qual seria a semântica do vocabulário oferecido pelo autor e sua antropologia estrutural do imaginário?

Em *As estruturas antropológicas do imaginário* (1997; 2012), Durand apresenta alguns pontos que elucidam respectivas considerações teóricas para as questões levantadas. Primeiramente, a respeito da questão da imagem. Estabelecendo a crítica à obra de Sartre, Husserl e Bergson, para quem a oposição entre signo imagético e escrito é pressuposto de desclassificação da imagem em vista do signo escrito, Durand considera que a genealogia da “família da imagem” não passaria de uma história de equívoco abastardamento. E continua:

O contrario do sentido próprio, o sentido figurado, não pode ser então deixar de ser um sentido desprezível. Mas é capital que notemos que na linguagem, se a escolha do signo é insignificante porque este último é arbitrário, já não acontece o mesmo no domínio da imaginação em que *a imagem – por mais degradada que possa ser concebida – é ela mesma portadora de um sentido que não deve ser procurado fora da significação imaginária*. O sentido figurado é, afinal de contas, o único significativo, o chamado sentido próprio não passando de um caso particular e mesquinho da vasta corrente semântica que drena as etimologias. (DURAND, 2012, p.29) [grifos meus].

Nessa passagem, pode-se perceber a significação mestra do conceito de imagem que engendra uma analítica estrutural do imaginário. Nesse sentido, a imagem, enquanto signo figural, ocuparia um lugar pontualmente estruturante, uma vez que não comporta em si o arbitrário, tendo um papel fundamental na estruturação do imaginário, como abertura de si, para com a abertura do mundo. Assim, a imagem culmina ela mesma no símbolo, logo, constitui-se como componente simbólico, pois, segundo Durand: “O *analogon* que a imagem constitui não é nunca um signo arbitrariamente escolhido, é sempre intrinsecamente motivado, o que significa que é sempre símbolo” (DURAND, 2012, p.29). Portanto, para Durand, os autores citados e suas respectivas tradições intelectuais, teriam justamente falhado nessa associação pois não entendem a imagem como princípio fundamental do imaginário, bem como não a consideram como elemento simbólico definidor do mesmo. Para o autor, essas

¹⁰ No original: (...) “los poderes de la imagen tanto tempo censurados, há profundizados en las definiciones, los mecanismos de formación, las deformaciones y los eclipses de la imagen (...) (DURAND, 2000, p.136) [tradução livre].

características teriam sido a falha de tais autores e suas respectivas tradições interpretativas no estudo do fenômeno imaginário. (DURAND, 2012, p.29).

Em *O imaginário é uma realidade*, entrevista de 2001, publicada na Revista Famecos, Michel Maffesoli apresenta algumas considerações sobre a atribuição, aos estudos do imaginário, da imagem enquanto símbolo, e igualmente, de sua potência simbólica. Em suas palavras:

Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado. Refiro-me a todo tipo de imagens: cinematográficas, pictóricas, esculturais, tecnológicas e por aí fora. (MAFFESOLI, 2001, 76).

Na sequência, Maffesoli apresenta um exemplo:

Há um imaginário parisiense que gera uma forma particular de pensar a arquitetura, os jardins públicos, a decoração das casas, a arrumação dos restaurantes, etc. *O imaginário de Paris faz Paris ser o que é. Isso é uma construção histórica, mas também o resultado de uma atmosfera e, por isso mesmo, uma aura que continua a produzir novas imagens.* (MAFFESOLI, 2001, 76) [grifos meus].

Valendo-se do conceito de Walter Benjamin de “aura”,¹¹ Maffesoli considera o imaginário como sendo da “ordem da aura”. Essa conceituação indica que a “ordem da aura” pressupõe um além de, uma sobra produtora que cria, replica e dissemina imagens. A “ordem da aura” como expressão do imaginário funciona por meio de uma chave interpretativa que compreende o imaginário como uma “atmosfera”, isto é, “algo que envolve e ultrapassa a obra”. (MAFFESOLI, 2001, p.75). Segundo

¹¹ É possível captar a definição de Walter Benjamin de “aura”, bem no momento em que o mesmo identifica, por meio de ensaio de 1936, “A obra de arte em sua reprodutibilidade técnica”, o paulatino desaparecimento da realidade fenomênica incidindo no conceito. Nas palavras de Benjamin: “Em suma, o que é a aura? É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho. Graças a essa definição, é fácil identificar os fatores sociais específicos que condicionam o declínio atual da aura. Ele deriva de duas circunstâncias, estreitamente ligadas à crescente difusão e intensidade dos movimentos de massas. Fazer as coisas “ficarem mais próximas” é uma preocupação tão apaixonada das massas modernas como sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos através da sua reprodutibilidade. Cada dia fica mais irresistível a necessidade de possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia, na sua reprodução. Casa dia fica mais nítida a diferença entre a reprodução, como ela nos é oferecida pelas revistas ilustradas e pela atualidade cinematográficas, e a imagem. Nesta, a unidade e a durabilidade se associam tão intimamente como, na reprodução, a transitoriedade e a repetibilidade. Retirar o objeto do seu invólucro, destruir sua aura, é a característica de uma forma de percepção cuja capacidade, de captar o “semelhante no mundo” é tão aguda, que graças à reprodução ela consegue captá-lo até no fenômeno único. Assim se manifesta na esfera sensorial a crescente da estatística. Orientar a realidade em função das massas e as massas em função da realidade é um processo de imenso alcance, tanto para o pensamento como para a intuição”. (BENJAMIN, 1987, p. 170). A esse caráter aquém, e além, que “aura” denota a particularidade experimental da unicidade do objeto, ou o adendo que o acompanha, porque único, e irreduzível a sua experiência mesma que Maffesoli indicará enquanto atmosfera, que em Benjamin poderia se pensar como atmosfera ambiente do objeto, o sentido de imaginário. O significativo da passagem de Benjamin é que aura, e seu declínio, indicam por meio da análise, duas concepções antagônicas de imaginários sobre a arte, ou de formas de imaginação social que compreendem e dão sentido a noção de massa, e as implicações políticas desse imaginário de declínio sobre a arte, ou sobre a experiência sensorial comum como um todo.

Maffesoli: “Esta é a ideia fundamental de Durand: nada se pode compreender da cultura caso não se aceite que existe uma espécie de ‘algo mais’, uma ultrapassagem, uma superação da cultura. Esse algo mais é o que se tenta captar por meio da noção de imaginário”. (MAFFESOLI, 2001, p.75).¹² Vale a pena, considerar alguns outros aspectos, presentes na obra de Maffesoli, e que dialogam substancialmente com a perspectiva apresentada de Gilbert Durand.

Michel Maffesoli em *Elogio da razão sensível* argumenta sobre o conceito do imaginário, que existe em torno do mesmo, uma implicação epistemológica de “aceitação ou a acomodação a um mundo tal como é”. (MAFFESOLI, 1998, p.20). Essa consideração do autor leva-o a dizer que seria esse aspecto do imaginário condizente com um *modus operandis* da pós-modernidade sintetizado pela ideia de “contemplação do mundo”. Em suas palavras:

É a partir daí que se pode insistir – na análise das formas, no levar a sério os fenômenos ou no retorno da experiência – sobre aquilo que Gilbert Durand chama de ‘papel cognitivo da imagem’. Imagem que não busca a verdade unívoca, mas que a contenta em sublinhar o paradoxo, a complexidade de todas as coisas. (MAFFESOLI, 1998, p. 20).

Essa argumentação de Maffesoli tem certa implicação teórica de inclinação fenomenológica, de tratar o argumento sobre o imaginário em vista do aparato que da possibilidade ao mesmo – que em Durand se sustenta em uma antropologia da imagem –, ascendendo como atitude mental de não transcender o que é manifesto enquanto um dado

¹² Sobre a relação do imaginário e o conceito de cultura, ou do entrançamento entre ambos, ou ainda do imaginário entendido como expressão cultural ou definição do cultural, Bronislaw Baczko, apresenta em *Imaginário Social*, uma definição do conceito de imaginário que pode muito bem funcionar como um correlativo interpretativo culturalista. Nas palavras do autor: “[...] devemos insistir no facto de os estudos sobre a imaginação social, contrariamente a uma orientação tradicional, não se proporem fixar uma “faculdade” ou um “poder” psicológico autónomo. Trata-se, sim, de um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos. Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser. Porém, designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades tem os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”. (BACZKO1985, p.309). Logo, essa visão totalizante do imaginário como definidora de todo um espectro social, cultural, pode ser traduzida pela definição conceitual da cultura, isto é, integrante de uma perspectiva de leitura que atenda para o conjunto de prática, representações, hábitos, crenças etc., que definem todas as forças reguladoras da vida coletiva.

imaginado, um dado por que assim entendido em fenômeno de imagem, ou seja, “não aspirar a um além, mas, isto sim, de remeter-se às aparências, às formas que caem sob os sentidos”. (MAFFESOLI, 1998, p.20). Logo, por meio desse caráter ontológico do imaginário, considera Maffesoli, faz-se “(...) sobressair sua beleza intrínseca”. (MAFFESOLI, 1998, p.20).

Mas, para poder fazer sobressair sua beleza intrínseca que se inscreve na própria contemplação do mundo, sem exigir, no entanto, nada mais do que o próprio mundo, enquanto imaginário, Maffesoli conduz a discussão do conceito como sendo equivalente a seu funcionamento como realidade intrínseca. Por meio da noção de “ideias-forças”, o autor argumenta que a mesma, intui sobre os elementos que animam, em um dado momento contingente, uma situação, um fenômeno, uma dada entidade. Em suas palavras: “O próprio dessas “idéias-forças” (sic) é que elas garantem, em profundidade, o vínculo existente entre o simbólico, a imaginação, e até a vontade ou a intuição antecipada das coisas que estão se realizando”. (MAFFESOLI, 1998, p.58). Logo, do ponto de vista do imaginário social, para Maffesoli, e a tradição durandiana que o mesmo se inscreve, a noção de “ideias-forças”, permitem perceber o estado nascente de emergência dos fenômenos sociais em sua globalidade, isto é, “trata-se de uma racionalidade de fundo que se exprime em pequenas razões momentâneas”. (MAFFESOLI, 1998, p.58). Essas pequenas razões momentâneas, quando pensado do ponto de vista do imaginário, adquirem uma notoriedade, em vista da significabilidade do mundo, e de sua contemplação, logo, uma atribuição interpretativa importante. Principalmente, no destaque ensejado por Maffesoli ao imaginário, e ao que o mesmo atribuí sobre o caráter fenomênico do mesmo. Para o autor a contemplação do mundo, como a própria percepção mental do mesmo, se dá por meio de sua possibilidade enquanto imaginário. O que poderia se pensar como uma potência das imagens. Logo, não é dizer que o imaginário seria uma ficcionalização coletiva sobre o real, mas é a própria dinâmica complexa que permite que o real institua-se enquanto tal, e nesse sentido, o real é imagem de si mesmo, pois, uma vez que entendido imagens como símbolos, o real se faz como domínio simbólico, principalmente do ponto de vista dos enredamentos sociais, culturais, políticos, religiosos e assim por diante. Pode-se, com isso, entender que o conceito de sociedade, enquanto coletividade, e como construção de si, enquanto forma contingencial do social, só é possível, por que existe uma relação de imaginação social que reivindica, tanto quanto é reivindicada, um sentido integrante. Nas palavras do autor:

A noção de ‘divino social’ sociologiza essa perspectiva filosófica ao mostrar que, longe de ser uma simples metáfora, o corpo social repousa, antes de mais nada, sobre a colocação dos corpos individuais em relação, e, igualmente, sobre o fato de que essa colocação dos corpos em relação secreta uma aura específica, um imaginário específico que é o cimento essencial de toda vida em sociedade. (MAFFESOLI, 1998, p.185).

Logo, essa interpretação do imaginário, enquanto cimento ou cola do social, é fundamental para se entender certas relações presentes também em Durand. Retomando a economia discursiva da antropologia do imaginário, e seguindo a interpretação de Maffesoli, destacada anteriormente, Durand em *Estruturas antropológicas do imaginário* teria recuperado o que a modernidade deixou de lado, isto é, “a sua reflexão recuperou [...] e indicou como o real é acionado pela eficácia do imaginário, das construções do espírito”. (MAFFESOLI, 2001, p.75). Nesse ínterim, algumas considerações tornam-se essenciais: se o imaginário é da ordem da aura, bem como é a eficácia de certa ideia construtivista entre o espírito e o real (sem determinações últimas), o imaginário passa a ser entendido como aquilo que estabelece vínculo, ou seja, a própria ideia ressoante de cimento social, pois o imaginário é aquilo que liga, une uma mesma atmosfera. Nesse sentido, advém uma terceira característica do imaginário em Durand, na leitura de Maffesoli, que o imaginário não se fecha em uma ordem individual, vide o exemplo de Paris, citado anteriormente. Desse modo, o imaginário funciona como a interatividade de grupos, ou como o elo, a atmosfera circundante que possibilita o próprio real a ser experimentado enquanto tal, e que dá sentido não só aos indivíduos isoladamente, mas que ao ser parte integrante de uma dada atmosfera, os indivíduos são possibilitados enquanto expressões coletivas, desencadeados em seus próprias agrupamentos e divisões sociais. Assim, o imaginário é produto e ao mesmo tempo produtor de subjetividades e de subjetivações sociais, bem como produz por meio de sua eficácia simbólica – produção de imagens – a objetividade social, cultural, política, etc. Em termos gerais, afirma Maffesoli:

O imaginário, caso se queira de fato uma definição, presente em *As estruturas antropológicas do imaginário*, de Gilbert Durand, é a relação entre as intimações objetivas e a subjetividade. As intimações objetivas são os limites que as sociedades impõem a cada ser. Relação, portanto, entre as coerções sociais e a subjetividade. Nisso entra, ao mesmo tempo, algo sólido, a vida com suas diversas modulações, e alguma coisa que ultrapassa essa solidez. Há sempre um vaivém entre as intimações objetivas e a subjetividade. Uma abre brechas na outra. (MAFFESOLI, 2001, p.80).

Contudo, um outro conjunto de considerações é necessário estabelecer. Devo levar em conta, como esse quadro apresentado através de um diálogo com a obra de Maffesoli, inscreve-se em torno de uma interpretação estrutural de Durand, ou para ser mais preciso, como funciona a antropologia estrutural do imaginário. A primeira implicação do funcionamento estrutural do imaginário consiste em

seu caráter normativo. Para Durand, “(...) a existência de certos protocolos normativos das representações imaginárias, bem definidos e relativamente estáveis, agrupados em torno dos esquemas originais e a que chamaremos estruturas”. (DURAND, 2012, p.63). Logo, estrutura e normatividade, ou a estrutura do imaginário como normatividade do mesmo, impõe, do ponto de vista das representações e das imagens, e levando em conta todo o caráter simbólico do mesmo, um sentido que impulsiona o imaginário a funcionar como um *comum* do real, enquanto *doxa* compartilhada. (DURAND, 2012, p. 63). Em segundo lugar, o conceito de estrutura repercute em uma significação definidora da própria maneira de intuir o imaginário, pois, há em Durand o reconhecimento de que o imaginário não é uno, mas múltiplo, e essa multiplicidade estruturante de familiaridades e vizinhanças culmina em agrupamentos estruturais e possibilita o sentido de um conceito mais amplo de estruturas do imaginário, entendido agora como *regimes estruturais*. Em suas palavras:

Esses agrupamentos de estruturas vizinhas definem o que chamaremos um *Regime* do imaginário. De momento, contentamo-nos em definir uma estrutura como uma forma transformável, desempenhando o papel de protocolos motivador para todo um agrupamento de imagens e suscetível ela própria de se agrupar numa estrutura mais geral a que chamaremos *Regime*. (DURAND, 2012, p.64).

No sexto estudo intitulado “O trabalho da semelhança”, que integra o volume *A metáfora viva* (1975), Paul Ricoeur desenvolve uma argumentação lúcida sobre a associação, de um lado, entre a relação da imagem e do imaginário, e de outro, a própria suspensão de uma naturalização do mundo, que em vista do argumento que desenvolvi nessa seção, torna-se fundamental, para que se potencialize a reflexão nos termos postos até então. No entanto, esta discussão da relação entre imagem e imaginário em Ricoeur tem um aspecto particular em suas reflexões, isto é, estará ancorado por uma teoria semântica da metáfora. (RICOEUR, 2000, p.319). Assim, em diferença com Durand, mas em certa medida, condizendo com Maffesoli, a argumentação de Ricoeur ajuda-me a desenvolver um problema que até então teria ficado apenas inscrito nas entrelinhas e que dá o título à seção, ou seja, a triangulação entre imaginário, imagem e realidade.

Dialogando em uma tradição que tem na obra de Wittgenstein, Marcus B. Hester, Paul Henle, K. Wimsatt, entre outros, pontos de contato, Ricoeur, considera em princípio que o conceito de imagem libera tal qual apresentado em Durand e Maffesoli, uma potencialidade do imaginário que faz frente à pauperização, e ao mesmo tempo, naturalização do mundo circundante. Se como apontado anteriormente, a imagem converge em um efeito simbólico, e o imaginário retira do mundo social uma imagem naturalizada, por que o neutraliza em transparência não mediada e objetivada, o efeito

interpretativo de Ricoeur, aqui, potencializa uma leitura do imaginário, como o oposto de uma associação direta de termos, ou seja, o imaginário não somente como uma cola social, mas, para além disso, culmina em uma complexidade triangular, que une conceitualmente, e, portanto, produtivamente, o real, o simbólico (tanto quanto imagem, como quanto ícone) e o imaginário social. Segundo Ricoeur:

[...] a imagem é, por excelência, obra de neutralização da realidade natural; por outro, o desdobramento da imagem é algo que “acontece” (occurs) e para o qual o sentido se abre indefinidamente, dando à interpretação um campo ilimitado; com o tal fluxo de imagens, pode-se dizer que ler é conceder seu direito a todos os *data*; na poesia, a abertura do texto é a abertura ao imaginário que o sentido libera (RICOEUR, 2000, p.319).

Se a abertura do texto poético, em associação metafórica – que texto que não estaria também implicado nessa mesma associação instituinte? – ou da própria instituição escriturária, a imagem não só está em associação indicativa, enquanto ícone, da acontecimentalidade fenomênica, mas o próprio fluxo de imagens, e a relação residual com o sentido possibilita o imaginário como possibilidade múltipla de redes de imagem, e em consequência, do próprio real como resultado sempre inacabado, desse processo. Sempre inacabado, pois sempre a se fazer, refazer e inacessível enquanto um dado *já* presente, logo, em suspensão. Mas isso não quer dizer que se suspenda certa imagem da realidade natural, como fundadora de si. Segundo Ricoeur: “(...) suspender a realidade natural, mas de, ao abrir o sentido para o imaginário, ela o abr[e] também para uma dimensão da realidade que não coincide com aquela a que a linguagem ordinária visa sob o nome de realidade natural” (RICOEUR, 2000, p.322-322). Pois, não seria essa mesma “linguagem ordinária” e essa mesma “realidade natural”, fruto de uma associação de imagens, imaginário e relação, talvez, de semelhança com certo objetivo comum, de uma linguagem comum entre real e realidade?

Questionamento que ficará sem resposta, mas que se mantém indicado, uma vez que o ponto alto da argumentação de Ricoeur sustenta-se justamente na abertura possibilitada por uma teoria semântica como teoria da metáfora, e nesse caso, tomando por base a linguagem poética contribuiu aos estudos do imaginário. No caso, o que se quer captar e entender são justamente os fatores sensíveis, de sentido, que escapam a uma atribuição semântica e que se sustentam na dupla relação entre imagem e imaginário. Isso fica claro, quando Ricoeur recorre à relação, entre de um lado, do ícone, e de outro, da imagem. Em suas palavras: “A iconicidade, à diferença da simples associação, implica o controle da imagem pelo sentido; em outros termos, *é um imaginário*

implicado na própria linguagem, que faz parte do próprio jogo de linguagem” (RICOEUR, 2000, p. 323 [grifos meus]).

No entanto, e o que me interessa aqui, é o que escapa ao jogo de linguagem, mas que se mantém como sentido. O que Ricoeur está reconhecendo como um fora da linguagem, mas integrado como sentido na relação entre imagem e imaginário, sem, no entanto, anular a importância que a linguagem e os jogos de linguagem (nesse caso a referência é Wittgenstein) implicam na compreensão do imaginário. Nesse caso, e para tratar dessa relação de sentido, mas não de linguagem, Ricoeur introduz a noção de “ver como”. Essa noção vem a Ricoeur através da leitura que o mesmo estabelece no referido ensaio a obra de Marcus B. Hester. Mas o que seria o “ver como”? Cito: “O “ver-come” é a relação intuitiva que mantém juntos o sentido e a imagem”. (RICOEUR, 2000, p.324). Não é minha intenção entrar na fortuna crítica que a noção de “ver como” acarreta (principalmente, em Wittgenstein, Virgil C. Aldrich, Hester, entre outros). Nesse sentido, sigo a interpretação de Ricoeur. Assim, se o “ver-come” é a relação intuitiva que mantém imagem e sentido, ele é ao mesmo tempo, experiência e um ato, pois “o fluxo de imagens escapa a todo controle voluntário; a imagem sobrevém, advém, e nenhuma regra ensina a “ter imagens”; vê-se ou não se vê, o talento intuitivo de “ver como” não se ensina, quando muito pode ser ajudado, como quando se ajuda a ver o olho da lebre na figura ambígua”. (RICOEUR, 2000, p. 326).

Assim, o “ver-come” é a própria percepção intuitiva, ou do fluxo de imagens produzidas, é a relação de inferência perceptiva, enquanto um ato, não só figural, mas compreensivo, isto é, se compreender é fazer alguma coisa, a imagem, acima de tudo, não é livre, afirmará Ricoeur, mas está “ligada e, com efeito, o “ver como” ordena o fluxo, regula o desdobramento icônico”. (RICOEUR, 2000, p. 326). Portanto, se o “ver-come” é o ato regulatório da imagem, por que implicado em uma ação compreensível, e ao mesmo tempo, perceptiva, essa mesma experiência do “ver-come” assegura, segundo Ricoeur: “a implicação do imaginário na significação metafórica” [...]. (RICOEUR, 2000, p. 326), pois a mesma imagem, que acontece, é a mesma imagem que significa, logo, essa rede de significabilidade contingencial que faz do sentido um não redutor da linguagem, pode ser considerado como sendo do domínio do imaginário. Assim, o imaginário é o além de, mas ao mesmo tempo, um aquém a, que suporta e dá um suporte, sustenta e é sustentado por esses fluxos produtivos de imagem e de iconicidade.

Não seria esse sentido, correlativo ao da relação estrutural do imaginário em Durand, ou ainda, da noção do imaginário como atmosfera em Maffesoli? Pois se o imaginário é essa rede múltipla de conexões, entre os fluxos de imagens e ícones, é aqui tomando em seu sentido articulatório do e pelo simbólico, logo, o imaginário torna-se, ele mesmo, uma metáfora maquinica de produção – uma máquina imaginária que produz incessantemente imagens – não só do particular, do individual (imagens-acontecimentos), mas ao mesmo tempo, de todo desencadeamento social, cultural, político, ético, estético, científico, artístico, simbólico etc. Para usar uma imagem metafórica, seria uma cadeia aberta, uma triangulação sem fechamento geométrico, pois as linhas-conceitos de imagem, do ícone, e do simbólico, se angulam, mas não se fecham, dão suporte, mas não determinam, nem são determinadas pelo plano que elas mesmas figuram, isto é, como um plano entendido como uma rede aberta de imaginação imaginária.

O imaginário como potência criativa: a contribuição de Cornelius Castoriadis

Jamais qualquer filósofo começou dizendo: “Quero saber o que é o Ser, o que é a realidade. Ora, eis aqui minha lembrança de meu sonho da noite passada: que é que ela me exibe como traços característicos de um ser real? Por que não poderíamos começar postulando um sonho, um poema, uma sinfonia como instâncias paradigmáticas da plenitude do Ser, e considerar o mundo físico como um modo deficiente do ser, no modo imaginário (isto é, humano) de existência, um modo de ser deficiente ou secundário?” (CASTORIADIS, 1987, p. 227-228.)

Problematizar o conceito de imaginário na produção filosófica de Cornelius Castoriadis (1922 – 1997) é uma tarefa difícil, visto a amplitude de problemas, a vasta produção filosófica e, ao mesmo tempo, a dificuldade de síntese por conta de tamanha complexidade. No entanto, farei uma opção circunstancial nas páginas que seguem. Desenvolverei o conceito de imaginário por meio de sua força, isto é, o que chamei no título da seção de potência criativa, ou a tentativa de problematizar o conceito de imaginário, através do que o próprio Castoriadis considera como *criação*, e que está na base epistemológica, tanto do conceito de imaginário, como de imaginação, em vista da tradição filosófica que o mesmo se filia. Assim, ficarão excluídas do presente ensaio, por conta de uma economia de espaço, as discussões em torno do conceito de instituição e seu domínio simbólico, tão caras a Castoriadis e que ensejam o seu famoso texto de 1975, *A Instituição imaginária da sociedade*. No entanto, não vou me abster de discutir as questões que tocam tal obra, mas faço uma seleção, e em vista do que foi discutido na primeira seção, tenho por intenção aqui, apresentar em tons gerais os contornos argumentativos de Castoriadis no que implicam, a partir de alguns textos selecionados para a presente exposição, o que o mesmo considerou como sendo uma análise epistemológica (e ao mesmo tempo

política) do imaginário, bem como do que está inscrito perante esse mesmo exercício filosófico, isto é, da relação entre *criação* e *imaginação social*.

Em “Antropologia, filosofia e política”, Castoriadis expressa um conjunto de questões para as quais os termos do título do ensaio não são gratuitos, e que conjecturam uma atividade filosófica, que talvez tenha sido tão bem sintetizada por aquilo que ficou conhecido, através de Cassirer com sua obra homônima a essa prática *Antropologia Filosófica*, expressa pela constituição de uma ciência geral do homem, ou do humano, onde a indagação principal se encontra “no conhecimento de si próprio” (CASSIRER, 1972, p.16). Esse conhecimento de si próprio, tão caro às meditações de uma antropologia filosófica,¹³ tem em vista que o objeto de investigação circunscrito sobre a ideia de homem ou do humano é investido sobre a definição daquilo que o reduz a condição redutora de si mesmo. Nas palavras de Cassirer: “o homem, por assim dizer, descobriu um novo método de adaptar-se ao meio. Entre o sistema receptor e o sistema de reação, que se encontra em todas as espécies animais, encontramos no homem um terceiro elo, que podemos descrever como *sistema simbólico*” (CASSIRER, 1972, p. 49).

Sobre o conceito de *sistema simbólico*, do qual se pode perceber, no pensamento de Cassirer, uma representação (CASSIRER, 2001), elementos como a linguagem, o mito, a arte e a religião são integradores desse universo e indicam a composição de verdadeiras redes simbólicas que dão sentido, possibilidade e credibilidade à experiência humana como tal. Logo, o conceito de *sistema simbólico* define uma certa relação com o real, ou indica, em seu aparecimento – pois, *Filosofia das formas simbólicas*, publicado pela primeira vez 1923, e *Antropologia Filosófica*, em 1944 –, ensejam a possibilidade de um pensamento culturalista perante o mundo, em que se definem os seguintes contornos teóricos, segundo Cassirer: “A realidade física parece retroceder proporcionalmente, à medida que avança a atividade simbólica do homem. Em lugar de lidar com as próprias coisas, o homem, em certo sentido, está constantemente conversando consigo mesmo” (CASSIRER, 1972, p.49). De todo modo, essa “conversa consigo mesmo” como uma forma de representar a própria possibilidade de representação, isto é, a não funcionalidade de uma certa ideia ingênua de transparência do real, a qual o empirismo transformou em ideologia na modernidade, é considerada por Cassirer:

¹³ A esse respeito, ver também: RABUSKE, Edvino A. *Antropologia Filosófica: um estudo sistemático*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

Tanto na esfera teórica quanto na prática, a situação é a mesma. Nem mesmo nesta última vive o homem num mundo de fatos indisputáveis, ou de acordo com suas necessidades e desejos imediatos. Vive antes no meio de emoções imaginárias, entre esperanças e temores, ilusões e desilusões, em seus sonhos e fantasias. O que perturba e alarma o homem, diz Epicteto, não são as coisas, são suas opiniões e fantasias a respeito das coisas. (CASSIRER, 1972, p. 50).

Em que medida o “imaginário” – social, radical¹⁴ –, trabalhado por Castoriadis não é efeito/sintoma dessa realidade fenomênica a qual aponta Cassirer? Até que ponto o próprio imaginário não é a condição possível do *sistema simbólico* em Cassirer? Questões que (in)diretamente as páginas que se seguem terão a tarefa de desenvolver.

¹⁴ De modo esquemático, em *A Instituição imaginária da sociedade*, Castoriadis define do seguinte modo, o imaginário radical: “A sociedade é, portanto, sempre auto-instituição do social-histórico. Mas esta auto-instituição geralmente não se sabe como tal (o que levou a fazer crer que ela não pode saber-se como tal). A alienação ou heteronomia da sociedade é auto-alienação; ocultação do ser da sociedade como auto-instituição a seus próprios olhos, encobrimento de sua temporalidade essencial. Esta auto-alienação – mantida ao mesmo tempo pelas respostas historicamente fornecidas até aqui às exigências do funcionamento psíquico, pela tendência própria da instituição, e pelo domínio quase incoercível da lógica-ontológica identitária – manifesta-se na representação social (ela própria, cada vez, instituída) de uma origem extra-social da instituição da sociedade (origem imputada a seres sobrenaturais, a Deus, à natureza, à razão, à necessidade, às leis da história, ou ao ser-assim do Ser). Sob este ponto de vista, uma parte essencial do pensamento herdado é apenas uma racionalização desta heteronomia da sociedade e, como tal, uma de suas manifestações. Suas respostas à questão do mundo e da história, e mesmo sua interrogação quando ela se mantém aberta, situa-se sempre num terreno de onde se exclui, por construção, o imaginário radical como social-histórico e como imaginação radical, a indeterminação, a criação, a temporalidade como auto-alteração essencial. Levado quase sempre pela fantasia da dominação como determinação exaustiva do ser na e pela teoria, o pensamento herdado só a abandona para mergulhar na melancolia da impotência ou para colocar-se como ele próprio determinado a partir de um outro lugar e consolar-se dizendo que é o ser que se diz nele e por ele mesmo. Baseado desde o início no ocultamento do fazer e do fazer ser, ele sobre a nêmesis sendo condenado a ignorar sua própria natureza de fazer pensante, ele próprio manifestação e modo de ser do social-histórico” (CASTORIADIS, 1982, p.417). Essa passagem expressa o essencial da ideia de social-histórico como imaginário radical, isto é, ao destacar certa alienação ou heteronomia do social, como não inscrito perante a autoconsciência de seu próprio ser, ou o ser do social como inscrito em uma relação de apagamento ou de dispersão perante si mesmo, a radicalidade da gerência instituidora, enquanto possibilidade do instituído, bem como, perante a forma temporal de um vir-a-ser, logo, do devir inscrito do destacamento da sociedade como instituidora a si mesmo, fica expresso pela potencialidade articulatória da possibilidade mesmo da política enquanto forma e vida do aparecimento do diferente, ou no caso em questão da possibilidade mesma, em vista do tempo criador do futuro. Em *Poder, política, autonomia*, ensaio que integra o volume três de *As encruzilhadas do labirinto*, intitulado: *O mundo fragmentado*, Castoriadis retoma o argumento do socio-histórico como imaginário radical. O que faz desse ensaio importante aqui, é sua clareza pedagógica perante os termos tratados. Escrito quinze anos após a publicação de *Instituição imaginária da sociedade*, *Poder, política, autonomia* apresenta os traços fundamentais sobre os conceitos por ora apontados. Assim, segundo Castoriadis: “O autodesenvolvimento do imaginário radical como sociedade e como história – como o social-histórico – faz-se e só pode fazer-se em e pelas duas dimensões do *instituinte* e do *instituído*. A *instituição*, no sentido fundador, é criação originária do campo social-histórico – do coletivo anônimo – que ultrapassa como *eidós*, toda “produção” possível dos indivíduos ou da subjetividade. (CASTORIADIS, 2006, p.121). Desse modo, é possível estabelecer o seguinte quadro: o imaginário radical é o autodesenvolvimento da sociedade. Não entendido como dualismo, o instituinte e o instituído, são polos, pelos quais o conceito de sociedade funciona, uma vez que integra, e ao mesmo tempo, é enredado pelas próprias aporias criativas do tempo, pois não há como escapar da relação integrante pelos polos definidores da sociedade que integram, e são integrantes, da relação entre passado, presente e futuro. Assim, a sociedade é compreendida, “enquanto sempre já instituída, é autocriação e capacidade de auto-alteração, obra do imaginário radical como instituinte que se faz ser como sociedade instituída e imaginário social, cada vez particularizado” (CASTORIADIS, 2006, p. 122). Essa definição acarreta em uma imagem dupla do conceito de sociedade, isto é, como a fabricação de si própria como sendo auto criativo, e não dependente de numa conceituação *a priori*. Isso quer dizer que para Castoriadis, a justificação metafísica é abandonada em detrimento de uma leitura ultra histórica.

Assim, retomando o ensaio de Castoriadis, no mesmo pode-se perceber uma retrospectiva de seu pensamento e uma retomada da relação entre *imaginação*, *imaginário* e o conceito de *criação*. Essa trinca conceitual dará forma ao desenvolvimento dessa seção. Começar por essa relação é fundamental, pois, no que diz respeito ao *socio-histórico* e ao conceito de sociedade como autofundada, o conceito de *criação* é combustível para certa compreensão da filosofia de Castoriadis, como filosofia da história.¹⁵ Essa indicação conceitual será fundamental para se retomar posteriormente a economia argumentativa de *A instituição imaginária da sociedade*. Talvez possa-se dizer que o conceito de *criação* funcione como síntese filosófica do modo como Castoriadis institui, e o uso desse verbo não é gratuito, o seu pensamento em torno do imaginário e das instituições sociais.

Como ponto de partida, vale a pena considerar que o conceito de *criação* – participe de uma leitura do tempo, de uma leitura da história –, do qual Castoriadis se vale para denotar a relação entre sociedade e imaginação, imaginário social e instituição, não é fruto de uma idiosincrasia de sua forma de pensar, mas emerge justificado em sua obra a partir de uma leitura da tradição filosófica ocidental. O exemplo, marcante nesse sentido, e repetido em outros textos, encontra-se no volume intitulado *Sujeito e Verdade no mundo social-histórico: a criação humana I*, que nada mais é do que seus cursos de 1986 e 1987, ministrados na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*. Já no curso de 26 de novembro de 1986, encontra-se o seguinte argumento:

Tempo e criação significa também tempo e destruição. O pensamento tradicional sempre negou a criação, mas era obrigado, simetricamente, a afirmar a impossibilidade da destruição (nada se cria, nada se perde, tudo se transforma). Mas, por outro lado, esquizofrenia: a destruição era apresentada como evidente. O pensamento tradicional pensa ao mesmo tempo o sim e o não. Em suas partes “sérias” a filosofia, ciência, etc., não há destruição verdadeira, mas apenas “decomposição” de entidades compostas; e, no nível da reflexão ‘comum’, ele afirma que tudo passa, tudo cede, tudo quebra, que o tempo que se escoar destrói. Aristóteles teve que voltar duas vezes a essa questão. Ele diz inicialmente que é correto o senso comum que afirma que o tempo é destruidor (...) Heidegger, como sabemos, retomará, mas em sentido alterado: *ex-sistere*, sair de si, deixar de estar onde se está, mas “onde se está”, no sentido filosófico do termo, isto é, deixar de ocupar o lugar ontológico que se ocupa, deixar de se ter as determinações que se tinha. (CASTORIADIS, 2007, p. 23).

¹⁵ Compreendo “filosofia da história”, não como a autoimagem disciplinar das filosofias especulativas da história, tal como as do século XVIII e XIX, mas como um conjunto de reflexões, epistemologicamente orientadas, “de reflexões que versam a respeito do processo histórico, seu sentido e desdobramentos do devir histórico” (SAAD, 2016, p.11).

Em “Os intelectuais e a história”, a vinculação entre *criação* e *destruição*, inicialmente pensada aqui em vista do conceito de tempo, que cria e ao mesmo tempo destrói, é ancorada em uma leitura da história. Essa leitura conceitual da história é enredada por uma mesma compreensão da filosofia do tempo como filosofia do devir histórico. Para Castoriadis, “História”, será compreendida, portanto, não somente em torno daquela que será feita, “mas também a história que está sendo feita” e mais, “a história a ser feita” (CASTORIADIS, 1992, p.111). Esse conceito de história, segundo o filósofo, “é, essencialmente, criação – criação e destruição” (CASTORIADIS, 1992, p. 111). Pois, para ele *criação*, aqui, passa a significar outra coisa distintamente de uma indeterminação objetiva, ou de uma imprevisibilidade subjetiva dos acontecimentos ou do curso da história. Logo, o conceito de história para Castoriadis carrega consigo, tal qual o conceito de imaginário, uma figuração de processualidade, principalmente no que diz respeito à historicidade desses mesmos conceitos em torno da realidade social a eles implicados. Assim, ambos os conceitos funcionam socialmente inscritos em uma relação de institucionalidade que os funda, isto é, como criação.

O conceito de criação, portanto, é sobredeterminante, funcionando como um duplo, *criação*, e ao mesmo tempo, *destruição*. Esse duplo compõe, assim, uma rede semântica de atribuição teórica e de inscrição prescritiva e ao mesmo tempo propositiva em um dado ponto de vista analítico. Nesse caso, seria para Castoriadis da competência da história – tanto no sentido de *res gestae* (mas, em certa medida, também como *rerum gestarum*) o potencial criativo da mesma. “A história é o domínio em que o ser humano cria formas ontológicas – sendo elas próprias, a história e a sociedade, as primeiras dessas formas” (CASTORIADIS, 1992, p. 111). Como formas ontológicas de criação, e, portanto, como marcas da historicidade de si, a história como *res gestae* em Castoriadis desempenha a significação pelo signo da criação sem acarretar qualificativos de valores, isto é, “criação ‘boa’ ou criação de ‘valores positivos’, de um lado, ou em termos negativos, de outro, tal relação não existe, pois, ‘Auschwitz e o Gulag são criações, tanto quanto o Partenon ou os *Principia mathematica*” (CASTORIADIS, 1992, p. 111).

Isso quer dizer, que as criações da história, para o autor, estão inscritas em uma filosofia da história – se assim for possível dizer –, em relação ao caráter humano do próprio processo que o dá sentido, isto é, do ponto de vista epistemológico, e aqui equivale a considerar o paralelo da *res gestae*, como *rerum gestarum*, de que “essa posição humana fundamental implica que a história não é feita por Deus, ou pela *physis*, ou por “leis” quaisquer”. (CASTORIADIS, 1992, p.112). Isso decorre em uma imagem de pensamento da história, e da historiografia, como criação fundamentalmente humana, e ao

lado disso, ficaria negada para o filósofo qualquer denotação ou justificativa metafísica. Assim, o conceito de criação é inscrito sobre o conceito de história, enquanto determinação do processo humano de fabricação, produção de sentido e de instituição do real. Paralelo a isso, o conceito de imaginário está fundamentalmente implicado nesse mesmo quadro epistemológico, e em certa medida também ontológico, de compreensão da realidade.

Em *A Instituição imaginária da sociedade*, a noção de criação aparece figurada, quando tratada da relação com o imaginário, não como “descoberta”, o que é predicativo do que vimos até então, mas enquanto constituição, criação como a constituição ou construção do novo – o que em termos de uma política do tempo diz respeito a uma crítica do presente como abertura do futuro (essa política do tempo como crítica do presente em vista do futuro é possível em Castoriadis por meio do conceito de *imaginário radical*). Assim, segundo Castoriadis, o conceito de criação, quando visto do ponto de vista social, indica a “emergência de novas instituições e de novas maneiras de viver, também não é uma “descoberta”, é uma constituição ativa”. (CASTORIADIS, 1982, p.162). Nesse caso, valendo-se novamente da tradição ocidental como justificativa, os gregos, bem como os franceses, figurarão como exemplo: “os atenienses não descobriram a democracia entre outras flores selvagens que cresciam no Pnyx, nem os operários parisienses desenterraram a Comuna debaixo do calçamento das ruas” (CASTORIADIS, 1982, p.162). E mais:

Eles também não “descobriram” essas instituições no céu das ideias, depois de inspecionar todas as formas de governo que aí se encontram desde sempre expostas e bem arrumadas em suas vitrinas. Eles inventaram algo, que certamente se mostrou viável nas circunstâncias dadas, mas que também, desde que existiu, modificou-se essencialmente – e que, aliás, vinte e cinco séculos ou cem anos depois, continua a estar “presente” na história (CASTORIADIS, 1982, p.162).

Portanto, essa verificação não tem nada a ver com a “descoberta” de verificações empíricas, tais quais as leis de Newton, ou mesmo os prognósticos de Galileu, ou ainda, a da circunavegação de Magalhães, que teria previsto o formato esférico da terra, pelo contrário, o que esses exemplos, indicados pelo filósofo apontam, são para o caráter, não só filosófico, mas ao mesmo tempo, ontológico da criação que repercute ela mesmo no tempo como um processo auto criativo e intempestivo do fazer humano em contato com as condições contingentes de existência. Logo, a diferença, diria Castoriadis, estaria de que esses exemplos de verificações empíricas funcionam, ao contrário dos outros, perante um real já *constituído*, ao contrário do real a constituir-se, de que a criação e as formas possíveis de existência são o escopo de tal processo. A diferença não é só criativa, mas ontologicamente orientada pelo/no tempo.

Assim, o conceito de *criação* funciona e prescreve certa capacidade de fazer emergir, surgir, a partir do que é dado, do “oferecido” contingencialmente, mas não ingenuamente, pois as condições de possibilidade ao dado, bem como ao criado, são historicamente orientadas, logo estão entre o que pode vir a ser, por que não o é, mas só o pode, pois está em condição de possibilidades num “horizonte do possível”. No entanto, esse “horizonte do possível” não é a determinação estrutural –, que fez escola sobre o nome do estruturalismo – muito menos uma camisa de força que predica as possibilidades equacionadas do possível. Pelo contrário, o “horizonte do possível” se inscreve sobre as próprias condições materiais, simbólicas e imaginadas as quais são oferecidas, pensadas e potencialmente disponíveis em um dado horizonte temporal. Por mais mágico ou milagroso que a contrariedade de certas condições possa parecer crer, a indeterminação é chave interpretativa dessa forma de entendimento, que é bem expressa pelo conceito de contingência. Nesse sentido, esta capacidade do possível, que é manifestada pelo conceito de *criação*, corresponde ao sentido mais profundo que os termos *imaginário* e *imaginação* podem indicar.

Em vista disso, *criação*, *imaginário* e *imaginação* estão essencialmente enredados por meio de uma dinâmica do tempo, bem como de um possível vir-a-ser como combustível do tempo, enquanto diferença possível de si mesmo, logo, como dinâmica de pensar, predicar e imaginar mudanças. A imaginação, seria, então, a própria capacidade, para além da combinatória da anterioridade (presente/passado; passado/passado ou ainda, futuro/passado), em permitir a invenção de novas formas –, de novas dinâmicas sociais, de novas instituições, costumes, hábitos, relações sociais, de modo sintético: de imaginar novas formas e possibilidades de vida. Esse conceito de imaginação, através de Aristóteles, Kant¹⁶ e Fichte, considera Castoriadis: “[...] é o que nos permite *criar* um mundo, isto é, de nos apresentarmos perante qualquer coisa, acerca da qual, sem a imaginação, nada saberíamos ou poderíamos dizer” (CASTORIADIS, 2012, p.124).

Assim, haveria, para Castoriadis um começo para essa relação da imaginação, e este, estaria constituído pela ideia de *sensibilidade*. “A imaginação começa com a sensibilidade, manifesta-se nos seus dados mais elementares” (CASTORIADIS, 2012, p.124). Mas o que seria essa sensibilidade da imaginação? Ou, o que dá possibilidade a mesma? Nas palavras do filósofo:

¹⁶ A esse respeito, ver: ARENDT, Hannah. Da imaginação: notas do seminário sobre a faculdade de “imaginação”. In: *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

A imaginação, incorporada na nossa sensibilidade, fez aparecer esta forma de ser que não existe na natureza (neste não há cores, apenas radiações): o vermelho, o azul, a cor em geral que ‘percebemos’ – termo decerto abusivo e que outros animais, dada sua diferente imaginação sensorial, ‘percebem’ de outra maneira. *Imaginação, Einbildung em alemão, significa pôr em imagens, o que, em certos aspectos, é certamente comum a todos nós enquanto membros do genus homo, mas é também, a cada instante, absolutamente singular. Passa-se o mesmo em relação àquilo a que chamo o imaginário social, instituidor [...].* (CASTORIADIS, 2012, p.124; [Grifos meus]).

Pôr em imagens, componente ativo da imaginação, seria então, para Castoriadis, e em certa medida, para Gilbert Durand, como discutido na seção anterior, as características basilares, estruturais que definiriam o humano em face de si mesmo, em sua abertura e possibilidade perante o mundo. Isso não quer dizer passividade perante o mundo.

Nesse sentido, Durand e Castoriadis estariam próximos, pois, a noção de “pôr em imagens”, cara a ambos, seria o elemento definidor de uma característica elementar de toda a espécie humana. A diferença entre ambos residiria no modo como empregam tais considerações. Por mais que Castoriadis aceite a premissa estrutural da imaginação, para o mesmo seria o dado *criativo*, e ao mesmo tempo, histórico da mudança, e do modo como essas formas várias e múltiplas da imaginação, e do imaginário, assumem em diferentes conjunturas e contingências temporais. Se para Durand, como apontado na seção anterior, o dado estrutural do imaginário seria sua determinação supra-histórica, para Castoriadis, as formas históricas que a imaginação integra ao longo do tempo são, elas mesmas, frutos do imaginário, bem como decorrentes de produtividades criativas díspares entre si. Isso ficará claro quando o mesmo define a relação entre *imagem, imaginação e imaginário*, no início de *A instituição imaginária da sociedade*. Em suas palavras:

Em particular, isso nada tem a ver com o que algumas correntes psicanalíticas apresentam como “imaginário”: o “especular”, que, evidentemente, é apenas imagem *de* e imagem refletida, ou seja, reflexo, ou em outras palavras ainda, subproduto da ontologia platônica (eidolon), ainda que os que utilizem o termo ignorem sua origem. O imaginário não é a partir da imagem no espelho ou no olhar do outro. O próprio “espelho”, e sua possibilidade, e outro como espelho são antes obras do imaginário que é criação *ex nihilo*. Aqueles que falam de “imaginário” compreendendo por isso o “especular”, o reflexo ou o “fictício”, apenas repetem, e muito frequentemente sem o saberem, a afirmação que os prende para sempre a um subsolo qualquer da famosa caverna: é necessário que (este mundo) seja imagem *de* alguma coisa (CASTORIADIS, 1982, p.13).

Portanto, o imaginário, para Castoriadis, como criação, não seria a representação como cópia da realidade, ou imagem espelhada, mas estaria constituída perante a própria representação como instituidora da realidade, como criação incessante e essencialmente indeterminada, porque

condizente com as formas históricas e contingenciais do tempo. Uma última questão, ainda sem resposta, e que aqui assumirá o ponto de síntese analítica: como “acessar” o imaginário, ou como Castoriadis em sua filosofia da *criação* imaginária delimita os pontos de acesso à análise do imaginário?

Em “Antropologia, política e filosofia”, Castoriadis é enfático a esse preceito heurístico. Seria por meio da linguagem que o analista compreenderia o imaginário. Não a linguagem como um *ente* isolado, mas a linguagem como forma histórica, como produto e produção do imaginário, em seus conceitos, redes semânticas e toda uma possibilidade de imagens, enquanto linguagem, que dá sentido a si, e a possibilidade em determinadas contingências. Em suas palavras:

A linguagem mostra-nos o imaginário social a actuar enquanto imaginário instituidor, originando uma dimensão estritamente lógica a que chamo ‘identidade do/para o conjunto’ (qualquer linguagem deve poder dizer que um mais um é igual a dois), e, ao mesmo tempo, uma dimensão propriamente imaginária, visto que é graças e através da linguagem que são fornecidas as significações do imaginário social que mantém uma sociedade coesa. (CASTORIADIS, 2012, p.126).

Assim, o tabu, o totem, Deus, a *polis*, a nação, a riqueza, o Partido, a cidadania, a virtude, a esquerda e a direita, bem como o centro, ou a Vida eterna, seriam exemplos, dentre os inúmeros possíveis, que expressam essa relação entre linguagem e imaginário, como significações do imaginário social de uma determinada sociedade. O vocabulário talvez indique a possibilidade mesma de coesão institucional ou desestruturação social do imaginário de uma determinada sociedade, logo, é seu ponto de acesso, mas não de início ou fim. A linguagem, nesses termos funcionaria como a própria intensidade do imaginário, isto é, como meio. Portanto, seja o imaginário instituinte – aberto ao futuro, do possível enquanto desdobramento do vindouro –, seja o imaginário instituído, herdado e constituído na autoimagem criada de uma determinada sociedade seja o enredamento do tempo como criação, de um passado que já não é, mas ao mesmo tempo continua sendo como virtude de um presente que reiteradamente cria-se como imagem de si, na alteridade do que foi, e na espera do que pode ser; a linguagem, a multiplicidade da linguagem fabrica como é fabricada em vista das representações que preenchem de sentido, que dão vida e possibilidade à prática, e que fazem, do mundo imagem de si como imagem de vontade e representação. Prática e expectativa dos diferentes indivíduos históricos ensejados por essas mesmas relações criativas e auto-criativas. A todas essas questões, múltiplas reflexões, com feixes conscientes e inconscientes reside o caráter criativo do conceito de imaginário que

é, em si e para si, um conceito político, que denota uma certa relação com uma cultura política ocidental, não-metafísica, de pensar a própria instituição imaginária da sociedade.

Considerações Finais

Os pontos comuns entre as duas perspectivas sobre o imaginário apresentadas nessas páginas, estariam, portanto, sobre dois modos de perceber a construção teórica do imaginário como elemento integrador da vida social. Combustível simbólico, ou do próprio simbólico entendido como relação imaginada ou imaginário, os dois modos interpretativos indicam que sem essas relações, intrinsecamente humanas, o real, ou a própria realidade, seria nada mais do que delírios de objetividade. Ou seja, o próprio conceito de realidade é estimuladamente dependente, por que construído pela intermediação cultural do imaginário. Logo, as duas perspectivas podem ser compreendidas como duas visões do imaginário através de uma chave de leitura construtivista do mesmo. Pois, o imaginário é fator não só determinante, mas fundamental, daquilo que Peter Berger e Thomas Luckmann indicariam como elementos fundamentais de uma sociologia do conhecimento, isto é, a “construção social da realidade” (BERDER; LUCKMANN, 1974, p.11-12).

Do ponto de vista teórico, ou mais precisamente heurístico, ambas as perspectivas apostam na linguagem como definidora de acesso do real imaginado. No entanto, há diferenças no modo como compreendem a relação entre linguagem e imaginário. Para Castoriadis, a linguagem seria entendida como um conjunto de atributos da própria relação da historicidade das instituições imaginadas, sendo ela mesma uma associação entre o instituinte e o instituído, perante o imaginário, ao passo que para Durand, a linguagem como componente neurobiológico, é um dado a priorizado onde reside os funcionamentos imanentes da imagem como conector das tramas simbólicas. Michel Maffesoli segue essa mesma linha argumentativa de Durand, pois, compreende que essa condição socio biológica opera em torno da capacidade humana que tem a sua centralidade no conceito de imagem.

De todo modo, para além do conceito em si de imaginário, em que ambos apresentam similitudes e distanciamentos, ambas as interpretações discutidas têm uma atitude em face do conceito próprio a si mesmos, e que pela diferença de ambas, são similares, isto é, as duas linhas argumentativas desenvolvem uma epistemologia sistemática, um duplo que sintetiza-se por estudos do imaginário como filosofia ou uma análise do imaginário para além da composição de um glossário. Talvez, seja esse o elemento fundamental no estudo do imaginário, da imaginação

social, do simbólico e da imagem em ambas as linhas interpretativas. Esse “fundamental” reside na potencialidade das respectivas linhas de pensamento na sistematização de uma rede semântico-analítica que operacionaliza sentido à fenomenalidade do dado ontológico do imaginário.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund. Et. at. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da moeda, 1985.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte em sua reprodutibilidade técnica. Primeira versão. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BERGER, P.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editoras Vozes, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CASSIRER, Ernest. **Antropologia Filosófica**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. Antropologia, filosofia e política. In: **A Ascensão da insignificância**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.
- CASTORIADIS, Cornelius. Os intelectuais e a história. In: **As encruzilhadas do labirinto: o mundo fragmentado**. Vol.III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: **As encruzilhadas do labirinto: o mundo fragmentado**. Vol.III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CLAVURIER, Vicente. Real, simbólico, imaginário: da referência ao nó. **Estudos de Psicanálise**. Belo Horizonte. N° 39, p.125-136, jul., 2013.
- DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. **Estudos Avançados**. vol. 10 n. 27, São Paulo May/Aug. p, 7-39, 1996.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DURAND, Gilbert. **Lo Imaginario**. Barcelona: Ediciones Del Bronce, 2000.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

DURAND, Gilbert. **De la mitocrítica al mitoanálisis.** *Figuras míticas y aspectos de la obra.* Barcelona: Anthropos, 1993.

DURAND, Gilbert. **Campos do imaginário.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LACAN, Jacques. **Lo simbólico, lo imaginario y lo real.** 1953. Disponível em: <https://www.lacanterafreudiana.com.ar/2.5.1.4%20%20LO%20SIMB,%20LO%20IMAG%20Y%20LO%20REAL,%201953.pdf>

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MAFESSOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade.** Porto Alegre. *Revista FAMECO*, nº15, agosto, 2001.

MAFESSOLI, Michel. **O elogio da razão sensível.** Petrópolis: Editora vozes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto.** Brasília, ano.17, nº.61, jan./mar.1994.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva.** São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SAAD, Cesar Leonardo Van Kan. **Um teórsta nos trópicos:** a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949). Dissertação de mestrado. UFRGS, 2016.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. Prólogo. Lo imaginario de Gilbert Durand. In: DURAND, Gilbert. **Lo Imaginario.** Barcelona: Ediciones Del Bronce, 2000.

Convites à aliança: o favor pessoal e as demandas por recursos das obras de construção da Avenida Central do Rio de Janeiro (1903-1904)

Invitations to the alliance: personal favor and the demands for resources of the construction works of the Central Avenue of Rio de Janeiro (1903-1904)

Felipe Martins dos Santos

Doutorando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

felippe.martinss@gmail.com

Aprovado em: 05/07/2018

Recebido em: 13/01/2019

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de investigar as formas de articulação de setores da sociedade carioca interessadas em recursos da construção da Avenida Central da cidade do Rio de Janeiro. Para isto, utilizamos as correspondências enviadas ao diretor das obras, o engenheiro Paulo de Frontin. O recorte cronológico deste trabalho privilegiou a primeira fase dos trabalhos da comissão construtora (1903-1904), que foi entregue completamente ao tráfego em 1905. A principal problemática deste artigo consiste em compreender as práticas de construção de aliados políticos através da mediação de recursos públicos de uma das principais obras da Capital Federal no contexto das grandes reformas urbanas da cidade no início do século XX.

Palavras-Chave: Reciprocidade, política carioca, engenheiros.

Abstract: The present article has the objective of investigating the forms of articulation of sectors of the Rio society interested in resources of the construction of the Central Avenue of the city of Rio de Janeiro. For this, we use the correspondence sent to the director of the works, the engineer Paulo de Frontin. The chronological cut of this work privileged the first phase of the works of the construction commission (1903-1904), which was completely delivered to traffic in 1905. The main problem of this article is to understand the practices of building political allies through the mediation of public resources of one of the main works of the Federal Capital in the context of the great urban reforms of the city in the early twentieth century.

Keywords: Reciprocity, carioca politics, engineers.

Os anos iniciais do século XX representaram uma época de significativas transformações no espaço urbano da Capital da República. Na cidade do Rio de Janeiro, o engenheiro Paulo de Frontin¹ teve participação efetiva nestas mudanças. Como um profissional de perfil técnico da área da engenharia e com grande inserção política junto ao poder público, foi escolhido pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, para dirigir a Comissão Construtora da Avenida Central do Rio de Janeiro.

O presente artigo tem por objeto de análise as articulações políticas de personagens da sociedade carioca, através das correspondências enviadas a este personagem.² Concentramos nossas atenções no período compreendido entre a nomeação de Frontin como diretor, em 1903, até a inauguração do eixo principal da Avenida Central, em 1904. Muito embora a via tenha sido entregue completamente ao tráfego em 1905. O nosso recorte cronológico corresponde ao período em que o engenheiro recebeu maior assédio por correspondências e abrange um momento político delicado das obras, por conta das desapropriações e demolições dos imóveis da região central da cidade.

Paulo de Frontin fez parte de um grupo de engenheiros que assumiu o protagonismo no plano arrojado de melhoramentos urbanos no governo Rodrigues Alves (1902-1906). Em face disto, buscamos problematizar as alianças que se construía por meio da distribuição de recursos provenientes das obras da Avenida Central. Em um contexto de aumento substancial de recursos públicos disponíveis na cidade, geridos por agentes do Estado com o perfil técnico-científico.

Em seu conjunto, as demandas foram enviadas por meio do favor pessoal e revelam-se como autênticos convites à aliança com Paulo de Frontin. Desta forma, a possibilidade de atendimento aos pleitos por bens públicos facilitava a criação de dívidas peculiares, que consistiam em compromissos pessoais de viés afetivo, congregando vínculos dos mais diversos domínios de sociabilidade (institucional, familiar, profissional, religioso, etc). O encaminhamento destes pedidos evidencia, portanto, dinâmicas similares às de trocas de presentes entre

¹ Nascido na Raiz da Serra de Petrópolis, em 1860, construiu grande parte de sua carreira profissional e política na cidade do Rio de Janeiro. Formado, inicialmente, em engenharia civil e geográfica pela Escola Politécnica, em 1879, ganhou grande repercussão por meio da atuação de obras de reformulação urbana da cidade, também com atuação no campo ferroviário, como professor, empresário e presidente do Clube de Engenharia. Com o prestígio acumulado nestas atividades, ingressou na política partidária e, em 1917, elegeu-se para a cadeira do Senado com representação pela cidade do Rio de Janeiro. Foi prefeito da mesma em 1919, posteriormente, elegeu-se como deputado federal e voltaria ao Senado em 1921, de onde só sairia por conta do fechamento do Congresso em 1930. (PINTO, 2011, p. 62-63).

² Estas fontes primárias se encontram, atualmente, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Arquivo Particular Paulo de Frontin.

personagens que reclamavam vínculos de reciprocidade desiguais. Nestes termos, a análise do objeto de estudo foi conduzida à luz da sua natureza de dádivas. (MAUSS, 1974 [1924])

O primeiro programa arrojado de obras públicas da cidade, no século XX, surgiu após a vitória do presidente Rodrigues Alves, em 1902. A grande reforma urbana foi estruturada em duas grandes frentes financiadas por empréstimos estrangeiros.³ Uma delas, executada pelo prefeito Pereira Passos e a outra esteve a cargo do governo federal, concentrada na pasta do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Muller.

A atuação do governo federal concentrou-se nas obras do porto do Rio de Janeiro e na construção de vias complementares. A principal delas, a Avenida Central, foi projetada, inicialmente, com a finalidade de suprir o problema de infraestrutura da cidade e buscava facilitar a distribuição de produtos do porto com a rede comercial do centro da cidade (AZEVEDO, 2003, p. 247-249).

Além das competências diretamente ligadas à empreitada, o diretor da Comissão Construtora teve a atribuição de intervenção nos conflitos imobiliários gerados pelas desapropriações, sobretudo entre os proprietários e o governo federal. Desta forma, sua atuação foi estendida aos acordos amigáveis de indenização e desapropriação dos imóveis existentes no traçado da Avenida, assim como de acionar as decisões judiciais em casos de litígio (INSTRUÇÕES PARA..., 1903).

Outro importante recurso controlado por Frontin foi o da nomeação e o controle do quadro de salários dos empregados da obra – à exceção, apenas, dos membros da comissão construtora. Segundo as *Instruções da Comissão Construtora*, somente o aumento do número no quadro de pessoal dependeria da aprovação do ministro Lauro Müller.

As obras tiveram início em 26 de fevereiro de 1904 e o andamento da primeira fase foi concentrado nas demolições, indenizações e construção do eixo principal. Transcorrendo em ritmo acelerado, o eixo central da Avenida foi inaugurado em 7 de setembro de 1904 e a conclusão das obras ocorreu no ano seguinte, em 15 de novembro. (ROCHA, 1995, p. 69)

Correspondências ao Diretor da Comissão Construtora da Avenida Central

³ O financiamento das obras federais foi realizado por meio de empréstimo, autorizado pelo Congresso, em 1903, com o banco britânico *N. M. Rothschild and Sons de Londres* no valor de £ 8.500.000. Foram destinados ao orçamento da Avenida 3.780:000\$000 para as obras, 52.450:000\$000 para as desapropriações em conjunto com as obras do Cais do Porto e 5% do total do empréstimo para a administração. (ROCHA, 1995, p. 60)

A passagem de Frontin pela Comissão Construtora foi responsável pela produção de um traço substancial de fontes primárias no fundo de seu arquivo pessoal.⁴ As 125 correspondências relativas ao recorte cronológico proposto representam, aproximadamente, 17% de toda a série de correspondência passiva preservada. Como é possível observar no quadro abaixo, as demandas ocuparam a maior parte dos assuntos tratados pelos missivistas. Principalmente os pedidos por emprego, por questões imobiliárias e indenizatórias e para a atuação da influência de Frontin em outros campos da administração pública.

Quadro 1: Conteúdo das Correspondências (1903-1904)

Assunto		Quantitativo	(%)
Demandas	Por emprego	72	97
	Imobiliárias	4	
	Indenizatórias	4	
	Atuação em outras esferas públicas	2	
	Não declaradas	15	
Atividade empresarial, do Clube de Engenharia e Derby Club		10	8 %
Convites, Felicitações e Agradecimentos		9	7, 2 %
Outras Correspondências sobre a construção da Avenida Central*		8	6, 4 %
Sem informação		1	0, 8 %
Total		125	100 %

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Os pedidos de emprego destacam-se em um universo de 57, 6% de todas as correspondências. Eles evidenciam como estas relações se davam de forma assimétrica entre os pactuantes destas relações de troca. A principal justificativa utilizada era por se tratar um lugar que não impactasse de maneira significativa os custos das obras e que se legitimava como uma ação de “justiça” de socorro ao mais fraco. Como na carta do desempregado Américo Correia:

[...] sem emprego e recursos o que faz-me ir perante ao seu bom coração pedir-lhe arranjar me um lugar nas obras da Avenida pois, **estou a 7 meses sem emprego e lutando com dificuldades** e pagando ao meu irmão Moreira, que esta dando-me uma mezada mensal para sustento da minha familia o que faz-me perder dias de vida pois esta generozidade delle por saber **as minhas circunstancias obriga-me a sujeitar-me a qualquer lugar** pois o Dr. sabe

⁴ Série de correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

que eu atiro-me a qualquer serviço e não tenho medo de trabalhar [...].
(CORREIA, 1904) (Grifos nossos).

Os pedidos de emprego, no entanto, não eram feitos somente em termos assimétricos, típicos das relações hierarquizadas. Houve demandas de pactuantes que se posicionavam como amigos próximos e iguais. Uma indicação desta situação foi o pedido feito pelo Visconde de Ouro Preto, que se colocava como “amigo”, em sua apresentação de Euclides da Cunha. Seu pedido foi justificado na seguinte frase: “Apresento-lhe o *Snr.* Dr. Euclides da Cunha, um antigo discípulo, ex-militar e atualmente engenheiro distinto e homem de letras de inegável merecimento” (OURO PRETO, 1904).

Ocuparam um universo menor as demandas imobiliárias (3,2%) e as indenizatórias (3,2%). As campanhas de arrasamento das habitações populares do centro da cidade aliadas ao desenvolvimento industrial e ao embelezamento da cidade tiveram como consequência direta a valorização imobiliária (CARVALHO, 1995, p. 154-171), principalmente, no caso da Avenida Central, a via que atravessava o centro comercial da cidade. Um deles abriu mão do vínculo de amizade, utilizando somente o tratamento de “V. Excelência” para pedir que a indenização lhe fosse paga em virtude da obrigatoriedade de mudança de seu escritório – o que considerava uma questão de justiça (ALBUQUERQUE, 1904).

Outro pedido que evidencia como a questão do favor não era o avesso de outras práticas ou instituições (como a da justiça) foi a justificativa de A. J. Sampaio, que pediu indenização para seu sogro: “Julgo ser uma **questão de justiça** e peço, por isso, o **favor** de atende-mo com a **gentileza** que o caracteriza” (SAMPAIO, 1904; [grifos nossos]).

As duas demandas para que Frontin utilizasse sua própria influência e atuasse como intermediário representaram apenas 1,6% do total de correspondências. Importante ressaltar que esta documentação revela somente o assédio feito ao destinatário para tal prática e não a efetivação da mesma.

Origem das Correspondências

Quadro 2: Origem das Correspondências por Estados (1903-1904)

Estado	Quantitativo	(%)
Capital Federal	86	68,8
Rio de Janeiro	12	9,6
São Paulo	2	1,6

Minas Gerais	2	1,6
Paraná	1	0,8
Internacionais*	6	4,8
Sem informação	16	12,8
TOTAL	125	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. *As correspondências internacionais foram (03) da França, (02) de Portugal e (01) da Alemanha.

A Capital Federal foi o centro do raio de missivistas de Paulo de Frontin, que se estendeu até os estados do Rio de Janeiro, São Paulo Minas Gerais e Paraná. As correspondências provenientes da Capital Federal (68,8%), seguidas pelo Estado do Rio de Janeiro (9,6%) e aquelas que não tiveram local declarado (12,8%) são representativas de 91,2% de toda a documentação. Esta concentração é explicada, em grande medida, pelos recursos de uma obra circunscrita ao espaço da cidade. Os dados revelam os perfis de missivistas em uma região urbana, maior cidade do país e sede da Capital da República. Na complexidade do espaço político e social da Capital, concentravam-se políticos com bases eleitorais de regiões distintas do Brasil que também compunham a rede de relações com Paulo de Frontin.

Os missivistas

Os missivistas possuíam uma composição social com um grau de heterogeneidade, que se desdobravam em um leque de 20 ocupações distintas, além dos desempregados e os que não foram identificados. Vejamos o detalhamento no quadro abaixo:

Quadro 3: Ocupação dos missivistas (1903-1904)

Profissão/Ocupação	Quantitativo	(%)
Engenheiro	27	23,07
Político*	17	14,52
Militares	11	9,4
Comerciante	7	5,98
Desempregado	6	5,12
Advogado	5	4,27
Juiz	3	2,56
Professor	3	2,56

Médico	3	2,56
Funcionário público	3	2,56
Eclesiástico	2	1,7
Empresário	2	1,7
Familiar	1	0,85
Mestre de Obras	1	0,85
Carteiro	1	0,85
Produtor de café	1	0,85
Técnico agrícola	1	0,85
Contabilista	1	0,85
Escriturário de Contabilidade	1	0,85
Ourives	1	0,85
Paisagista	1	0,85
Sem informação	19	16,23
Total	117	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. Observações: a) As informações foram coletadas com base na ocupação que os próprios missivistas fizeram de si. Para os que não declararam, foi utilizada como fonte para a identificação destes personagens a imprensa, principalmente o *Almanak Laemmert* e, como fonte secundária, o Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas. b) O quantitativo de missivistas (117) foi menor que o total de correspondências (125) porque houve missivistas que escreveram mais de uma correspondência. *Nesta categoria foram agrupados os personagens que ocuparam cargos executivos e legislativos no Império e na República, como também possuidores de títulos nobiliárquicos.

Como podemos observar, a atividade epistolar de Paulo de Frontin englobava grupos de políticos, engenheiros, militares, demais profissionais liberais, magistrados, agentes públicos, empresários, eclesiásticos e, em menor número, trabalhadores de parcelas mais pobres da população. Embora esta diversidade do ponto de vista da ocupação, houve maior recorrência dos missivistas engenheiros (23,07%), políticos (14,52%) e militares (9,4%). Algumas razões contribuem para explicar a tendência de maior atividade epistolar por parte destes três perfis de missivistas.

O acentuado número de cartas de engenheiros deve-se, em grande medida, por este ser um campo de trabalho diretamente vinculado à atuação destes profissionais. Além disso, o destinatário era o presidente do Clube de Engenharia. Paulo de Frontin como representante da instituição estabeleceu com ela uma relação de “dupla troca” (CURY, 2000, p. 165-166), na qual o

seu presidente esforçou-se em obter o reconhecimento dos membros do Clube, que lhe garantiam o posto de interlocutor dos engenheiros; e seus membros reconheceram que a inserção de seu líder junto à esfera do poder público lhes asseguraria os postos de trabalhos e empreendimentos.

A presença preponderante de missivistas políticos apresenta, de maneira mais evidente, a face da política formal e a possibilidade de atendimento às bases políticas destes personagens. Elas são o vestígio do convite à aliança dos políticos profissionais com Paulo de Frontin em torno de interesses relativos à construção. Este dado aponta para o fenômeno clássico do clientelismo político, que envolveu a distribuição de recursos públicos, de maneira particularista e com forte apelo afetivo, realizada por agentes que controlavam recursos públicos desiguais (CARVALHO, 1997, p. 36-37). Isto contribui para romper com a noção sobre quadros essencialmente técnicos do Estado dissociados dos conflitos de interesses da política formal.

Embora a relação dos militares com o Diretor de Obras fosse menos preponderante como a dos anteriores, a carreira militar esteve, historicamente, ligada à carreira de engenheiros. A geração de Frontin foi a primeira de engenheiros formados em escola civil – A Escola Politécnica. Até 1860, grande parte dos engenheiros, eram militares, formados na Escola Central, mantida pelo Ministério da Guerra (CURY, 2000, p. 68-71).

Os restantes 53,1% pulverizavam-se em outras 17 profissões, desempregados e “sem informação”. Estes dados permitem considerar que a diversidade de perfil destes missivistas indica para o contato de Frontin com agentes pertencentes a domínios sociais diversificados, ainda que de setores mais abastados, principalmente, da sociedade carioca.

Desta forma, relacionando a heterogeneidade dos missivistas ao expressivo número de demandas (77,6%), é possível considerar que estas cartas demonstram uma mediação política esperada por Paulo de Frontin como Diretor da Comissão Construtora da Avenida Central. Uma forma de mediação, contudo, peculiar de sociedades urbanas complexas, com potencial de metamorfose (VELHO e KUSCHNIR, 1996, p. 82-84). Havia, desta forma, a possibilidade da construção de alianças com integrantes de contextos sociais da Capital, que não eram, necessariamente, contínuos.

As Amizades diferenciadas

Os missivistas encaminhavam suas demandas pautadas por vínculos de amizade, salvo 11,34% que não explicitam a palavra “amigo” ou correlatas. A reciprocidade, para estes missivistas, não era sinônimo de igualdade ou simetria e o seu caráter de dádiva não consistia em pura generosidade. A rigor, por meio de uma linguagem ritualizada, repleta de formalidades, a performance destes pedidos revela vínculos pautados por algum nível de desigualdade.

Nestes rituais, os bens trocados não eram recursos úteis economicamente apenas. As trocas de dádivas eram feitas com bens materiais e imateriais – no qual também se trocavam amabilidades, serviços, lealdade e a troca do recurso da Avenida Central era apenas um termo do contrato pessoal mais amplo e permanente.

Os missivistas recorriam, majoritariamente, na condição de amigos inferiores por meio do favor de Paulo de Frontin. A amizade, em seu sentido amplo, pressupunha a relação afetiva pautada por sentimento de quem é amigo, por amor, dedicação, benevolência ou pacto de aliados (FIGUEIREDO, 1899, p. 77). No entanto, na complexidade da Capital Federal, estas relações se desdobravam de maneiras diversas, isto fica claro quando analisamos os termos destes vínculos do ponto de vista dos próprios missivistas. Especialmente, por meio da posição que construíam de si e que faziam de Paulo de Frontin.

O caráter de disputa e rivalidade que encerra a troca de presentes (MAUSS, 1974 [1924], p.191-194) põe em perspectiva o nível de desigualdade entre estes personagens diferenciados, seja em relações que tendessem à simetria de posições (troca horizontalizada entre pactuantes de prestígios equivalentes, mas que controlavam recursos diferenciados), seja em relações que tendessem à assimetria (troca verticalizada entre “fracos” e “fortes”, que pressupunha uma relação de subalternidade).

Amigos engenheiros

Os engenheiros fizeram parte do grupo que manteve maior atividade epistolar com Paulo de Frontin – 23,07% do total de correspondentes identificados. Eles trataram de demandas (70,3%), atividade empresarial (11,1%), felicitações e agradecimentos (11,1%) e demais atividades técnicas e administrativas da Avenida Central (7,5%). As demandas continham, predominantemente, pedidos explícitos por emprego (15 cartas), indicação de nomes (3 cartas), para atuação de Frontin em área de sua influência (1 carta) e sem informação (8 cartas).

Os missivistas eram, majoritariamente, de engenheiros do Distrito Federal (21), um de Valência (RJ), um de Cruzeiro (MG), Santos (SP), Ponta Grossa (PR), um de Paris e outros de Berlim. Na linguagem que compunha a correspondência, os pronomes, adjetivos e advérbios utilizados na saudação e na subscrição compuseram a performance dos missivistas, indicando a imagem que fizeram de si e a de Paulo de Frontin.

Quadro 4: Tratamentos dos Engenheiros (1903-1904)

Posição de Paulo de Frontin pelos engenheiros	Posição dos engenheiros por eles mesmos
"Excelentíssimo Senhor Doutor André Gustavo Paulo de Frontin"	"Atento Venerador Obrigado"
"Ilustríssimo Mestre Doutor "	"Amigo e criado "
"Excelentíssimo Colega e Amigo Doutor "	" Amigo grato e colega admirador"
"Excelentíssimo Amigo e Senhor Doutor "	"Atento Criado Obrigado"
"Excelentíssimo Senhor Doutor "	Sem informação
"Ilustre e Prezado Amigo Senhor Doutor "	"Atento Admirador Amigo dedicado compadre e criado afetuoso"
"Prezado colega e amigo doutor "	" Amigo velho e colega muito grato"
"Prezado Senhor Doutor "	" Colega afetuoso e amigo muito grato"
"Companheiro amigo senhor Doutor "	" Amigo obrigado (...) colega "
"Prezado Distinto Colega "	" Colega amigo obsequioso"
"Prezado Amigo e Doutor "	"Sempre seu amigo muito grato"
"Prezado Doutor "	"Sempre colega e amigo "
" Amigo e Colega Doutor "	Sem informação
" Amigo Doutor "	Sem informação
"Meu caro Doutor "	"Afetuoso abraço do discípulo e amigo sincero"
"Meu caro Frontin"	" Colega e amigo "
"Meu Caro Mestre Doutor "	"Do seu discípulo e amigo sincero"
" Amigo Doutor Frontin"	Sem informação
" Amigo Doutor "	Sem informação
"Meu Caro"	" Colega , velho amigo e admirador sincero"
"Meu caro"	"Muito verdadeiro colega admirador"

"Amigo"	"Espero que V. Ex. fará o melhor e disporá do AMIGO "
"Frontin"	"Abraço afetuosamente o Amigo Velho e Colega "
"Frontin"	" Discípulo sempre conhecido."; "Atencioso criado e obrigado"
"Frontin"	" Amigo "

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. (Grifo nosso)

O quadro indica como os engenheiros assumiram visões de si bastante distintas. Isto se explica, em parte, pela distância social ocupada entre eles, na medida em que exigia maior cerimônia em suas performances. Fica evidenciada a assimetria destas relações, como podemos perceber pelos tratamentos “Venerador”, “Criado”, “Admirador”, “Discípulo”. Muito embora, esta lógica não tivesse operado entre todos os engenheiros, principalmente, entre engenheiros mais próximos. Estes abriam mão do excesso de formalidades, relevando uma relação mais horizontalizada, como é o caso do pedido de Vieira Souto (engenheiro e sócio de Frontin, que dirigiu a já mencionada Comissão Construtora das Obras do Porto) em um bilhete de uma frase pedindo ao seu indicado alguns minutos da atenção do destinatário (SOUTO, 1904).

Nestas relações pautadas por amizades desiguais foram centrais os tratamentos “colegas”, “discípulos e “criados”. É importante observar que o tratamento de “colega” foi recorrente apenas no interior deste grupo de missivistas, o que pressupõe a indicação de uma relação de pertencimento de uma corporação ou profissão, vínculos criados em espaços partilhados por eles, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a instituição onde se organizava a categoria, o Clube de Engenharia. Como exposto na correspondência de José Murтинho:

[...] Há dias escrevi-lhe uma carta, pedindo-lhe um lugar para o nosso André Guadie Lay e uma collocação para o Dr. Olavo França, preparador da minha consideração, engenheiro civil pela **nossa Escola** e que é seu conhecido por já ter-lhe sido recomendado há tempos pelo nosso amigo e colega Carlos Sampaio. Nenhuma resposta obtive e por isso fui pessoalmente procural-o **no Club de Engenharia** para entender-me consigo a esse respeito [...] (MURTINHO, 1904) (grifos nossos).

O convite à aliança dos engenheiros não era, somente, o encaminhado do pedido feito por aqueles que se colocavam em uma posição de subalternidade. Estavam em jogo outros esforços para tornar suas ações eficazes e, para isto, estes atores enfatizavam seu valor como

merecedores. Entre as demonstrações de merecimento, destacam-se as explicitações da lealdade e influência que estes profissionais tinham como possíveis mediadores de recursos.

Por conta disto, a presença dos papéis timbrados de repartições públicas indicava a capacidade de retribuição destes engenheiros. Colocar-se à disposição, nestes casos, significava realizar contrapartidas. As correspondências desta natureza foram referentes à Estrada de Ferro Central do Brasil (Escritório do Sub-diretor de Tráfego e Gabinete do Diretor), Estrada de Ferro Minas e Rio, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Direção Geral de Engenharia). As correspondências oficiais conjugadas aos tratamentos pautados por vínculos, sobretudo de amizade, revelam como as formalidades de agentes de dentro da estrutura do Estado se conjugavam com a informalidade das relações pessoais, marcadas por vínculos afetivos.

As justificativas das demandas também eram um misto de bens materiais com valores imateriais. Por isto agrupamos estas informações nas seguintes categorias: 1º) Favor/Obséquio (16 ocorrências), Necessidade material (9 ocorrências), Generosidade (9 ocorrências), Competência Profissional (6), Proteção (5), Bondade (3), Delicadeza (2), Promessa (2), Benefício (1), Cavalheirismo (1), Educação (1), Consideração (1).⁵

Nem todos os missivistas se justificavam, principalmente os mais próximos, mas tinham aqueles que se alongavam na apresentação de seus pleitos. Desta maneira, as razões declaradas pelos engenheiros, em linhas gerais, eram sustentadas como um favor associado a valores, como a necessidade de proteção de membros da mesma categoria profissional.

Amigos políticos

Os políticos representaram o segundo grupo com maior atividade epistolar preservada. Em sua totalidade, 80% eram sobre demandas, 15% sobre assuntos técnicos e administrativos (ofícios ministeriais e decretos de nomeações) e 5% não possuíam informação. O universo dos pedidos era constituído, basicamente, por demandas de emprego (12 cartas) e apresentações (4 cartas). Os políticos escreveram do Distrito Federal (60%), Portugal (10%), dos Estados do Rio de Janeiro (5%), de Minas Gerais (5%) e os demais 20% não informaram ou estão ilegíveis. Conforme o quadro abaixo, que considerou a base política destes solicitantes, fica evidente como este grupo, mesmo com concentração na Capital, tinha a origem de suas bases políticas mais amplas, do ponto de vista geográfico.

⁵ Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. Observação: Os termos acima foram coletados por incidência nas correspondências e agrupados nestas categorias.

Eles tinham origem no Estado do Rio de Janeiro (Manuel Martins Torres, Barão de Santa Margarida, Barão de Vargem Alegre e Custódio José Coelho de Almeida), no Estado de Minas Gerais (Visconde de Ouro Preto, Joaquim Gonçalves Ramos e Henrique Sales), na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal (Alcindo Guanabara e Manoel Joaquim Valladão), de Santa Catarina (Lauro Severino Muller, Hercílio Luz), do Espírito Santo (Henrique Coutinho), do Mato Grosso do Sul (Antônio Francisco Azeredo) do Pará (A. Índio do Brasil) e de Portugal (Marquês D'Avila e Bolama e João de Sá Camelo Sampreia).

Somente dois políticos tinham base eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, como demonstra o quadro. Havendo maior número de representantes dos demais estados, sobretudo do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O quadro também indica para uma atividade epistolar de personagens que não eram políticos profissionais, mas que possuíam poder de influência, principalmente, por conta de seus títulos nobiliárquicos. Mesmo extintos na República, os foros de nobreza provenientes dos títulos concedidos durante o Império brasileiro continuaram possuindo um valor dentro da estrutura de poder do regime republicano.

Diferentemente dos engenheiros, os políticos encaminhavam os pedidos de maneira menos hierarquizada. A dinâmica da reciprocidade no interior deste grupo tendia à amizade sustentada em bases mais simétricas. Embora, a simetria não significasse igualdade de posições, uma vez que o prestígio destes personagens era estruturado em espaços de atuação e no controle de bens distintos de Frontin. Vejamos o quadro com as posições que os políticos fizeram de si e do engenheiro.

Quadro 5: Tratamentos dos Políticos (1903-1904)

Posição de Paulo de Frontin pelos políticos	Posição dos políticos por eles mesmos
“Excelentíssimo (...) e Senhor Doutor ”	“Muito admirador e muito obrigado ”
“Senhor Engenheiro Chefe da Comissão Construtora da Avenida Central”	“Saude e Fraternidade”
“Ilustríssimo Amigo e Senhor Doutor ”	“ Amigo atencioso e muito obrigado ”
“Ilustríssimo e Excelentíssimo Doutor ”	“Concidadão, amigo e (...)”
“Frontin”	“ Amigo sincero”
“ Amigo Doutor ”	“Colega obrigado ”
“Prezado Amigo Doutor ”	“ Amigo admirador”
“Meu Caro”	“ Amigo Afetuosíssimo e

	particularmente obrigado
“Ilustríssimo Amigo Doutor ”	“Amigo muito atento e obrigado”
“Prezado e Amigo Doutor ”	“Compadre e amigo afetuoso”
“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor e muito Prezado Amigo ”	“Seu muito amigo e muito obrigado ”
“Meu caro Dr. ”	Sem informação
“Excelentíssimo Senhor Doutor ”	Sem informação
“Distinto Amigo Doutor ”	Sem informação
“Ilustre e prezado Amigo Doutor ”	Sem informação
“ Amigo Doutor ”	Sem informação

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. Grifo nosso.

Como é possível observar, as formalidades entre os políticos e Paulo de Frontin foram pautadas pelo vínculo de amizade entre “notáveis”, como indica a recorrência dos tratamentos, “Amigo” e “Doutor”. Em relação à visão que estes agentes fizeram de si, eles reclamavam relações sustentadas por laços que remetiam à dívida de gratidão e obrigações criadas pelos seus pedidos sem, com isso, reivindicar posições de inferioridade (como entre parcela dos engenheiros), embora o fato de tornar-se “obrigado”, por si, era uma condição de desigualdade entre estes pactuantes.

As correspondências dos políticos revelam a natureza aparentemente desinteressada da dádiva, muitas vezes de maneira sucinta com que apresentaram suas demandas. Alguns deles a fizeram em cartões de visita (6), com tamanho aproximado de 10cm por 6cm e foi recorrente, também, o uso de timbres de repartições públicas (Intendência Municipal da Capital Federal, Diretoria Geral de Viação e Obras Públicas e, de Portugal, a Direção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos do Gabinete do Diretor Geral), papéis gravados com os cargos de “Ministro de Portugal”, “Deputado por Minas Gerais”, “Senador do Espírito Santo” e monograma com as letras IB, do deputado Índio do Brasil.

Eles não costumavam comentar sobre as questões das disputas políticas, ao mesmo tempo em que reclamavam uma relação institucional, como vimos nos usos de papéis oficiais, a relação era pautada por vínculos de amizade. Um político que fugiu desta tendência foi o senador pelo Espírito Santo, Henrique Coutinho. Pela riqueza de informações de seu pedido, Coutinho

revelou traços dos aspectos implícitos desta forma de relação – principalmente a rivalidade que foi a base das trocas de recursos:

[...] não pode nomeal-o [o seu recomendado] por ocasião das primeiras nomeações, mas que se esforçaria para o fazer quando tivesse de fazer novas nomeações, vou de novo pedir que embora não tenha eu o direito de solicitar favores a V. Ex.^a, se digno prestar sua benevolencia ao pedido que lhe fiz e que reitero relativo a este moço que é digno da proteção de V. Ex.^a [...] Não podendo dispor de muito tempo para estar ao lado do Snr. Anphiloquio solicitando esse emprego ou para melhor um emprego com q. elle possa viver, para isso q. **em breve vou assumir as redes do governo de meu Estado**, não tenho remedio senão importunar a V. Ex.^a que gentil e humanitario como é, não deixará de me atender [...] Sempre as ordens de V. Ex.^a sou com muito respeito e consideração [...] (COUTINHO, 1904; [Grifo nosso])

É importante evidenciar a forma com a qual o senador capixaba demonstrou sua força política e sua capacidade de retribuição dentro de um cerimonial no qual se coloca, estrategicamente, como inferior. A lógica da relação de amizade que se estabeleceu, neste caso, não foi a de “fraco e forte” (assimétrica), e sim entre fortes. Henrique Coutinho demonstrou, de forma sutil, o caráter de rivalidade que ensejava este tipo de relação. A honra e o prestígio estiveram associados à capacidade do doador de distribuir benefícios e o princípio da disputa foi a base destas relações entre personagens que tendiam à simetria de relações.

Ainda que uma amizade em termos mais horizontais, a desigualdade que se verificou, neste caso, não foi a do nível de prestígio entre o missivista e Frontin, mas o fato do senador capixaba não controlar os recursos que o engenheiro controlava. Esta foi, justamente, a condição que o levou a explicitar quem era e o que viria a ser (presidente do estado do Espírito Santo), isto sem abrir mão da afetividade que compunha o ritual.

As justificativas dos políticos, embora nem sempre explícitas, indicam como as demandas deste grupo também eram pautadas entre favores de amigos, em uma relação de troca de bens públicos marcada por um forte caráter de afetividade. Entre elas, identificamos o Favor/Obséquio (8 ocorrências), a Competência Profissional (3 ocorrências), a Necessidade Material (3 ocorrências), a Bondade (2), a Benevolência (2), a Proteção (2), a Fineza (2), a Gentileza (1), a Humanidade (1), o Interesse Público (1).⁶

Amigos militares

⁶ Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Os militares enviaram 13 demandas. Os conteúdos dos pedidos consistiam, basicamente, por emprego e um por indenização, que vieram da Capital (92%) e do estado do Rio de Janeiro (8%). Oriundos de oficiais do Exército, entre eles havia um marechal, quatro generais, dois majores, três tenentes e um militar não identificado. Vejamos no quadro abaixo o tratamento dos militares:

Quadro 6: Tratamentos dos militares (1903-1904)

Posição de Paulo de Frontin pelos militares	Posição dos militares por eles mesmos
“Prezado Amigo Doutor ”	“ Amigo afetuoso e obrigado ”
“ Amigo Doutor ”	“De seu amigo ”
“ Amigo Excelentíssimo Senhor Doutor ”	“ Amigo obrigado do coração”
“Excelentíssimo Doutor ”	“ Amigo admirador e muito grato”
“ Doutor ”	“ Amigo dedicado”
“Excelentíssimo Senhor Doutor André Gustavo Paulo de Frontin”	“ Amigo Respeitador e sincero admirador”
“Excelentíssimo Senhor”	“Saúde e fraternidade”
“ Amigo Excelentíssimo Doutor ”	“ Amigo admirador e (...) grato”
“Meu bom amigo Doutor ”	“ Amigo respeitador obsequioso criado”
“Excelentíssimo Senhor Doutor ”	“Afeiçãoado, venerador e criado”
“Excelentíssimo Amigo Senhor Doutor ”	“Vosso amigo muito grato e admirador”

Fonte: Correspondências da série passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

A relação dos militares com Paulo de Frontin, em torno de recursos públicos, também foi pautada pelos vínculos de amizade associado ao reconhecimento de prestígio e, em seu conjunto, tendeu à simetria de relações, fato que se deve, em grande medida, pelas patentes dos militares que se concentravam entre oficiais superiores, oficiais generais e oficiais subalternos.

As justificativas de suas demandas por recursos públicos giravam em torno de valores e crenças, semelhantes aos vínculos sustentados através do favor pessoal, que foram as seguintes:

Obséquio/Favor (6 ocorrências), Amparo/ Proteção (2 ocorrências), Promessa/Compromisso (2 ocorrências), Justiça (1), Gentileza (1), Justiça (1), Necessidade material (1), Bondade (1).⁷

Os demais amigos

Os demais missivistas foram responsáveis por 57, 73% das demandas preservadas. Eles foram compostos categorias mais heterogêneas, conforme é possível perceber nas suas ocupações, de 17 profissões distintas identificadas, além dos desempregados e aqueles sem informação. Suas correspondências foram endereçadas do Distrito Federal (72%), Estado do Rio de Janeiro (14%), de São Paulo (3%) e 11% não foram declaradas. Vejamos abaixo o quadro de demandas por ocupação.

Quadro 7: Demandas por ocupação dos “demais amigos” (1903-1904)

Profissão / Ocupação	Quantitativo de Demandas				Total
	Emprego	Imobiliária	Indenizatória	Não declarada	
Desempregado	7	0	0	0	7
Empresários	5	0	0	0	5
Advogados	3	0	0	2	5
Comerciantes	1	1	1	0	3
Professores	2	1	0	0	3
Juízes	1	0	0	1	2
Médicos	2	0	0	1	3
Funcionários Públicos	1	0	1	1	3
Eclesiásticos	2	0	0	0	2
Familiar	1	0	0	0	1
Mestre de Obras	1	0	0	0	1
Carteiro	1	0	0	0	1
Produtor de café	0	1	0	0	1
Técnico agrícola	1	0	0	0	1
Contabilista	1	0	0	0	1
Escriturário de Contabilidade	1	0	0	0	1
Sem informação	10	1	1	4	16
Total	40	4	3	9	56

⁷ Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. Observação: O quantitativo por profissão deste quadro (40) é menor que o apresentado no quadro geral (62) porque não foram todos os missivistas que enviaram demandas e alguns deles enviaram mais de uma.

Os recursos públicos solicitados por estes missivistas seguiram a tendência geral dos correspondentes: vagas de emprego (40), seguida das demandas não declaradas (9), imobiliárias (4) e indenizatória (3). Para estes personagens, o encaminhamento de suas demandas se justificava pelo Obséquio/Favor (36 ocorrências), Necessidade material (18 ocorrências), Amparo/ Proteção (10 ocorrências), Competência (10), Benevolência (8), Bondade (4), Promessa/Compromisso (2), Generosidade (1), Fé (1), Graça (1), Delicadeza (1), Justiça (1), Gentileza (1), Educação (1).⁸

A diversidade das justificativas reforça como estes personagens criavam uma legitimidade própria para o acesso a tais bens materiais, permeado por crenças e valores, tal qual a justiça como ação de socorro ao mais fraco, e aqueles associados à religiosidade (como a graça e a fé), a competência pessoal, familiar ou profissional.

Não foram apenas as camadas mais abastadas que encaminharam suas demandas como acompanhamos até aqui. Os trabalhadores mais pobres, em menor número, também encaminharam seus pleitos. Como observamos neste caso:

[...] **No fim desta, verá V. Ex^a um nome obscuro sem um amparo se quer, de outro nome ilustre, que advogue perante V. Ex^a o pedido que faz [...]** hoje sou maior de 60 anos e lembrei de dirigi-me a V. Ex^a como antigo companheiro em que esforçara-me, como **soldado cheio de entusiasmo**, na campanha honrosa, na qual V. Ex^a como nosso **chefe supremo**, conseguiu trazer a água para a Capital em 6 dias!! [...] Ofereço-me novamente **como humilde e fraco soldado**, qualquer que seja o posto que V. Ex^a me designar saberei correr ao menor acesso **do meu general tão querido** desde então [...] (BARROS, 1904; [Grifos nossos]).

Neste convite à aliança, entre personagens desiguais, o pedido de Gaudêncio Barros revela a dimensão pessoal destas práticas políticas e seu caráter assimétrico. O missivista, desempregado, reclama uma relação de subalternidade e recorre, estrategicamente, a uma retórica da hierarquia militar. Com este artifício, o missivista acionava elementos neste jogo de reciprocidades, como a lealdade pessoal, para assim, legitimar o seu acesso a tal recurso público.

Considerações Finais

⁸ Fonte: Correspondências da série passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

É possível considerar, ao final deste artigo, que a capacidade de gestão de recursos públicos foi um instrumento privilegiado para a construção de aliados. Desta maneira, as correspondências enviadas a Paulo de Frontin foram importantes vestígios para a compreensão da articulação de parcelas da sociedade carioca com agentes do Estado, por meio do favor pessoal. Principalmente, de parcelas mais abastadas, que encaminhavam suas demandas através de convites à aliança pessoal com o diretor das obras da Avenida Central do Rio de Janeiro.

Utilizando-se de linguagens repletas de formalidades, estes personagens assimétricos conjugavam vínculos de reciprocidade a partir de variados domínios sociais, como de políticos que integravam a própria estrutura do Estado, do campo da engenharia, do Exército, de profissionais liberais e outros. Os vínculos pessoais, como o da amizade, e valores como o da proteção e da justiça, que justificavam, majoritariamente, a articulação destes personagens. E, portanto, ainda que vivenciadas de maneiras diversas, tais práticas demonstram a complexa relação destes agentes na conciliação dos seus interesses privados com os recursos públicos durante a Primeira República brasileira.

Fontes Primárias

Arquivo Privado Paulo de Frontin (IHGB)

ALBUQUERQUE, Ananias. Distrito Federal: 29 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1288, Lata 073.

BARROS, Gaudêncio Aristides. Valença: 26 mar 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Lata 1288, Pasta 068.

Instruções para a comissão construtora da Avenida Central. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1903. **Arquivo Privado Paulo de Frontin** – IHGB, lata 1300, pasta 055.

CORREIA, Américo. Niterói: **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, 1904., Pasta 1288, Lata 069.

COUTINHO, Henrique. Distrito Federal: 05 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 134.

MURTINHO, José. Distrito Federal: 4 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 132.

OURO PRETO, Visconde. Distrito Federal: 19 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1284, Lata 008.

SAMPAIO, A. J. Distrito Federal: 27 fev 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Lata 1288, Pasta 046.

SOUTO, Vieira. Distrito Federal: 17 fev 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 116.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados [online]. Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CURY, Vânia Maria. **Engenheiros e Empresários: O Clube de Engenharia na Gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000 (Tese de Doutorado).

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro (CPDOC-FGV)**. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em out. 2016, disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2684_1.asp>>.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, v. 1, 1899.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974 [1924].

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados... O jogo político na antiga Capital Federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011, p. 62-63.

ROCHA, Oswaldo Porto. **Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. Rio de Janeiro: [S.n]. vol 11, Coleção Biblioteca Carioca, 1995, p. 60.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. **Mediação e Metamorfose**. In: Mana: estudos de antropologia social. Vol. 2 (1), 1996, p. 82-84.

“Guerra contra a seca”: cultura política, intelectuais mediadores e semiárido no Rio Grande do Norte (1900-1930)

"War against the Drought": political culture, intellectual mediators and semiarid in Rio Grande do Norte (1900-1930)

Francisco Ramon Matos
Doutorando em História
Universidade Federal do Ceará
nomarmatos@gmail.com

Aprovado em: 08/08/2018

Recebido em: 12/12/2018

Resumo: Este artigo aborda uma pequena trajetória do intelectual e político Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951) sobre o discurso da seca nos jornais do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. Suas principais pautas foram a modernização e progresso do semiárido através da construção de açudes e barragens nas áreas afetadas pelas secas. Suas ideias de combate e soluções a esse fenômeno compõe um segmento de uma cultura política regional na passagem do século XIX, que fomentará o “discurso das secas” como uma categoria histórica. Partimos das leituras da história cultural e política através das noções de intelectuais, intelectuais mediadores e cultura política, desenvolvidas pela historiografia francesa. Nossas fontes serão algumas matérias de jornais do Rio Grande do Norte em que Felipe Guerra atuou como jornalista ao longo da vida.

Palavras-Chave: intelectuais mediadores, cultura política, discurso da seca.

Abstract: This paper approaches the small trajectory of the politician and intellectual Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951) about the discourse of the drought in Rio Grande do Norte newspapers in the early decades of the twentieth century. His main agenda was the progress and modernization of the semiarid through the construction of dams and reservoirs in the affected areas by the droughts. His engagement ideas and solutions to this phenomenon compose a segment of a regional political culture at the turn of the nineteenth century, which will promote the "discourse of the droughts" as a historical category. We start from the readings of cultural and political history, through the notions like intellectuals, intellectual mediators and political culture developed by French historiography. Our sources will be some articles from Rio Grande do Norte newspapers where Felipe Guerra served as a journalist throughout his life.

Keywords: intellectual mediators, political culture, discourse drought.

Considerações Iniciais

A seca nem sempre foi vista como um “problema” regional. Sua “invenção” efetua-se na seca de 1877, quando o norte enfrentava uma crise político-econômica, levando suas elites a uma progressiva perda de representatividade política. Dessa forma, a seca acentuou a crise vivenciada nesse contexto, “levando a que se estabeleça uma situação de caos, seja no plano econômico e social, seja no que se refere ao controle social, colocando em cheque vários mecanismos de dominação, que garantiam a manutenção da ordem e do *status quo*” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 232). Portanto, ela reuniu toda uma série de circunstâncias, práticas e discursos, que a diferenciava das demais, tornando-a, assim, um referencial na história das secas. A partir dela que a seca torna-se um “problema” que o norte e nordeste terão que enfrentar, sendo ainda a explicação para todos os demais estorvos encontrados nessa região do país. Assim nasce o discurso da seca ao longo do tempo.¹ A seca foi antes uma invenção e um produto histórico, nos quais as elites procuraram reconquistar seu poder e espaço a níveis nacionais para então disporem das “condições necessárias para perpetuar a sua exploração e dominação secular, nesta área do país. Seca, pois, invenção não apenas de palavras que calcinam, mas de palavras que dominam” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 245). A partir das palavras que dominam e transformam as práticas e discursos das secas como dispositivos de controle e ordenamento social pelas autoridades do norte do país, a figura do advogado, político e intelectual Felipe Neri de Brito Guerra, surge como um desses representantes, que através de sua trajetória de vida foi porta-voz das ações de combate à seca e modernização do semiárido no estado do Rio Grande do Norte na Primeira República. Mas antes de discutir sua influência no cenário político e cultural é importante trazer algumas categorias históricas que ajudam a refletir seu papel naquele contexto.

A história política vem ganhando nas últimas décadas espaços na historiografia contemporânea. Sua guinada está relacionada a abertura para novas fronteiras do saber, aproximando-se com os estudos culturais e aprofundando debates em torno da sociologia e antropologia, além de seu escopo está voltado para o universo das relações e representações do poder (RÉMOND, 2003). Algumas categorias ou conceitos entraram em processo de

¹ Sobre a constituição do “discurso da seca” como um produto histórico imagético-discursivo, ALBURQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *Falas de Astúcias e de Angústia*: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877- 1922). Campinas, São Paulo, 1988, 449f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Capinas, 1988.



aprofundamentos e problematizações, abrindo assim um leque de possibilidade para novas temáticas e roupagens. Queremos destacar nessas linhas o papel das ideias de *cultura política*, *intelectuais* e *mediadores culturais*.

Para Serge Berstein (2009) os historiadores entendem a cultura política, a partir de um grupo de representações, composta de normas e valores que constituem identidades de grupos, famílias e partidos; lugar que ocupa as visões da natureza do poder e da sociedade num dado momento e período. Como categoria histórica, a cultura política “constitui um todo homogêneo cujos elementos são interdependentes e cuja apreensão permite perceber o sentido dos acontecimentos em sua complexidade, graças a visão de mundo das pessoas que compartilha essa cultura”, logo, pode se dizer que “existe aí certo número de abordagens estreitamente imbricadas, de modo a formar um sistema coerente de visão de mundo” (2009, p.33). Assim sua chave interpretativa é permitir aprofundamentos na compreensão dos comportamentos políticos nos seus espaços de representação e realidades sociais.

Berstein (2009) chama atenção para o papel dos vetores no processo de integração e socialização de uma cultura política. Esses se encontram historicamente situados através da família, escola, instituições, partidos, sindicatos, entre outros. Porém não podemos conceber que procedem de forma exclusiva e unívoca sobre os indivíduos em sociedade, pois tratam-se de ações múltiplas com influências diversas e contraditórias, não correspondendo o primado de um vetor de socialização. A cultura política é “um corpo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas” (2009, p.357) Para o historiador francês os estudos da cultura política partem de dois fatos intrínsecos, “a importância do papel das representações na definição de uma cultura política [...], o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país” (2009, p.350).

Rodrigo Patto (2009) aponta que o paradigma culturalista exerceu importante papel aos estudos da cultura política nos últimos anos, decorrente da sua preocupação, não apenas com a dinâmica histórica, mas também pelas mudanças lentas e permanências dos fenômenos relacionados às disputas do poder na sociedade. Ele define a cultura política como um conjunto de “valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro” (2009, p.21). Por outro lado o autor discorre dos cuidados de empobrecer os estudos da cultura política ao restringi-lo a temática das representações, pois as ações e práticas por elas facultadas são igualmente relevantes.

Não se deve “opor práticas e representações, como se houvesse entre as duas dimensões uma clara linha de determinação. O melhor é considerar a existência de relações de mútua determinação, ou uma espécie de ‘via de mão dupla’” (2009, p.23).²

Outra categoria que vem aprofundando-se nos estudos da história política é a ideia de intelectuais. Jean-François Sirinelli (2003) afirma que a história dos intelectuais ganhou esse campo através do cruzamento da história política, social e cultural. O caráter polissêmico e polimorfo da noção de intelectual nos últimos anos levou a pensar esta categoria a partir de duas acepções, “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”, entretanto, essas definições são em grande parte um “falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo” (2003, p.242-243). As aberturas conceituais existentes sobre a história política dos intelectuais empregou noções metodológicas e objetivas como *itinerário, geração e sociabilidade*, podendo operacionalizar melhor as temáticas e questões levantadas nessa área. O itinerário, por exemplo, procura-se cartografar os eixos de engajamento dos intelectuais, deslocando-se pelas biografias e trajetórias cruzadas, analisando a procedência dos mesmos, a partir do seu lugar de formação e posição, isto é, o campo social que ocupam.³ A geração seria o que diz respeito à solidariedade de idade, ou seja, o processo de transmissão cultural ocorre através de fatores de referência e heranças, por intermédio e rupturas no meio intelectual. Para Sirinelli (2003) o historiador deve apreender as estruturas de sociabilidades que estão inseridos os intelectuais em seus contextos e espaço social. Esse pequeno mundo estreito de laços, afinidades e sensibilidades costurados na intelectualidade são as chamadas *redes*, elementos de sociabilidade que estruturam-se historicamente. Nas palavras do autor,

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 2003, p.252-253).

² Para uma discussão sobre representação, apropriação e práticas culturais nos estudos históricos consultar CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988. CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

³ Sobre a noção de campo intelectual ver o trabalho de BOURDIEU, Pierre. “*Campo do poder, campo Intelectual e Habitus de classe*”, in: Economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 2009.

O autor chama a atenção sobre o aspecto de como as ideias chegam aos intelectuais por meio do estudo das estruturas elementares da sociabilidade, que devem explorar pela “reinscrição dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico”, por outro lado, é preciso estudar a descida, “das cúpulas da intelligentsia até a sociedade civil, dessas ideias fecundadas e analisar, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, sua assimilação – ou não – pela cultura política da época” (SIRINELLI, 2003, p.258-259). Entre essa discussão sobre os intelectuais e política uma categoria torna-se fundamental: o papel dos mediadores culturais.

Ângela de Castro Gomes (2016) levanta uma discussão do por que os intelectuais mediadores, não estariam na mesma produção de sentido e de valor quanto aos intelectuais criadores de bens culturais, se os estudos da história cultural defende que todos os sujeitos históricos são produtores de sentidos? Essa pergunta abriu a possibilidade de enxergar esses intelectuais não de forma separada, mas compreendê-los nas suas interfaces de produção no âmbito sociocultural e historicidade. Assim o intelectual mediador, “neste aspecto específico da produção e atribuição de sentidos aos bens e práticas resultantes de sua atividade, não se distingue do intelectual ‘criador’”. Logo esse agente em especial é aquele que se dedica à “comunicação com públicos externos às comunidades de experts, tem que aprender a ser o mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso da linguagem e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo”. Isto é, torna-se “um profissional especializado em atingir um público não especializado”. Muitas vezes esse intelectual ocupa um cargo estratégico numa “instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos” (2016, p.18-19).

Discorrer essas categorias foi nuclear para compreendermos o papel desempenhado pelo intelectual Felipe Guerra na construção do discurso da seca estado do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. Utilizaremos algumas das noções apresentadas para situar esse sujeito e sua produção como segmento de uma cultura política existente na primeira república, que a partir das flamulas do positivismo e republicanism, engendraram com as oligarquias políticas da região Norte, um conjunto de práticas e representações sobre a modernização, veiculadas ao combate e solução da seca naquele espaço regional.

“Propagando o melhor para o sertão”: açudagem, irrigação e imprensa norte-riograndense.

Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951) nasceu em 26 de maio no município de Campo Grande, Augusto Severo no Rio Grande do Norte. Residiu em Ouro Preto entre 1874 a 1884, onde concluiu os estudos preparatórios. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1890. No ano seguinte foi promotor da cidade de Apodi, sendo no mesmo ano eleito deputado ao primeiro congresso constituinte do Estado. Nessa década ainda assumiu o cargo de juiz de direito das cidades de Macau e Caicó. Em 1909, foi nomeado desembargador para o Superior Tribunal de Justiça, e 1922, designado para Procurador Geral do Estado. Já aposentado foi nomeado em 1931 para exercer em comissão o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação. Foi professor no Colégio Sete de Setembro e União Caixerai, quando fixou residência na cidade de Mossoró. Tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Publicou os livros *Secas Contra Seca* (1909) e *Ainda o Nordeste* (1922). Casou-se com Dona Maria Gurgel em 1891.⁴

Essa breve passagem da vida pública de Felipe Guerra encobre uma série de elementos em torno de sua figura como intelectual político nas primeiras décadas do século XX. Sua atuação não ocorreu apenas no âmbito jurídico e administrativo do estado, mas também por meio da imprensa potiguar. Foi a partir desse vetor de socialização que ele encontrou meios para escrever seus ideais acerca do combate e solução do problema das secas no Norte, isto é, através do jornalismo, defendeu a modernização e progresso do sertão via construção de açudes, barragens e trabalho sertanejo. Antes de prosseguir é necessário discorrer sobre o contexto histórico e campo social de nossa personagem.⁵

A Faculdade de Direito de Recife foi um espaço de formação de intelectuais (exemplo Silva Romero, Tobias Barreto) e para quem pretendia seguir a carreira administrativa e política republicana. Essa faculdade a partir da década de 1870 voltará sua problemática e ideias para a questão racial, com modelos de análise da realidade pautados nas escolas darwinista social e evolucionista. Uma nova concepção de direito se edifica, em que a disciplina alinhasse a uma

⁴ Retirado do livro ROSADO, Vingt-Un. “Mossoró”, Irmãos Pongetti Editores, 1940. Coleção Mossoroense. Série “B”. Nº 2472, 2003.

⁵ Apropriamos da interpretação de Pierre Bourdieu quando busca a interface do campo do poder, campo intelectual e habitus para analisar a trajetória de intelectuais e artistas, pensando essa categoria inserida em estruturas estruturadas e estruturantes numa sociedade. Nas suas palavras, “é preciso situar o corpus assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu”. Assim, é necessário “determinar previamente as funções de que se reveste este corpus no sistema de relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual que por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder” (BOURDIEU, 1992, p. 186).

biologia evolutiva, ciências naturais e uma antropologia determinista, em contracorrente distanciando das demais ciências humanas. A recepção dessas

[...] teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas. No caso da faculdade de Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social – darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional (SCHWARCZ, 1993, p.150).

A formação em direito de Felipe Guerra foi uma das portas de entrada no universo político norte-rio-grandense no final dos oitocentos. As correntes darwinista e evolucionistas serão peças importantes na construção de seu pensamento e interpretação dos problemas da região Norte, exclusivamente sobre as secas, encontradas nas matérias de jornais e livros publicados em vida. Também é salutar contextualizarmos o momento histórico e político que esse intelectual estava inserido para compreendê-lo como sujeito do seu tempo. Esse período era a Primeira República.

A passagem do Império foi um momento de conflitos e rearranjos nas ações e ideias políticas entre os grupos que disputavam o poder. A década de 1870 marca o início das transformações no âmbito sociocultural e político-econômico, abrindo espaço para críticas ao regime monárquico de cunho republicano, pensamentos abolicionistas e concepções liberais.⁶ Havia, assim, nessa transição política pelo menos três modelos de república à disposição dos republicanos brasileiros. “Dois deles, o americano e o positivista, embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder”. O Terceiro, o jacobinismo à francesa, “colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização” (CARVALHO, 1990, p.22). Esses modelos tinham seus respectivos agentes e simpatizantes, embora não concebê-los como grupos fechados e sem interfaces na esfera social é de extrema relevância. As elites rurais aproximavam-se das visões e posição republicana no modelo americano, liberal e darwinista social, onde o federalismo e sistema bicameral eram os aspectos mais importantes. Uma segunda posição foi a dos pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes que a versão jacobina republicano, que buscavam apelos abstratos em favor da liberdade, igualdade e participação política. A terceira corrente formou-se calcada na versão positivista. A ideia de ditadura republicana, um executivo forte e intervencionista e o progresso pela ação do Estado eram os

⁶ Sobre o contexto cultural e político acerca dos intelectuais da geração de 1870 consultar: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ideais desse movimento composto entre militares, professores e estudantes, muitos atraídos pela ênfase na ciência e desenvolvimento industrial, logo a modernização. Devemos levar em consideração que o “fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular” (CARVALHO, 1990, p.22). Entre essas correntes, Felipe Guerra terá as três consubstanciadas em sua prática como intelectual mediador, porém mostrando forte apelo às questões técnicas-científicas e liberais para modernizar e combater as secas na região Norte.

Entretanto essas correntes não eram totalmente “absorvidas” como ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Norte as elites locais mostram outras preocupações administrativas que faziam parte da organização de classe e campo do poder. O Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi fundado apenas em 27 de Janeiro de 1889, no mesmo ano da proclamação da República. A década de 1880 é marcada com as primeiras profissões de fé republicana na Assembleia, e o aparecimento de várias colunas republicanas nos órgãos da imprensa monarquista, inclusive liberal. Numa sociedade rural e patriarcal da época, “os princípios republicanos mais tradicionais – “liberdade, igualdade e fraternidade” – foram transformados pelos novos donos do Rio Grande do Norte oligárquico em uma prática política pautada pela coerção, pela desigualdade e pelo nepotismo”, logo, conceitos abstratos de “soberania popular ou governo do povo, predominavam as relações de parentesco e amizade características dessa sociedade de compadrio”. Por outro lado, um dos aspectos históricos do movimento republicano nacional – o federalismo – “encontrou campo fértil para florescer no Rio Grande do Norte, onde desde o Império era forte um discurso queixoso contra o descaso do poder central pela esquecida e pobre “pátria potiguar”. Assim essa sensação levou grande parte da elite política local, “civilista por excelência, a se chocar várias vezes com o senhores do Brasil republicano – primeiro com os militares, depois com os presidentes paulistas – e deu sobrevida a um discurso nostálgico a favor da monarquia déspota” (BUENO, 2016, p.14). Esse era o quadro do contexto histórico que Felipe Guerra estava inserido. Entre suas atividades administrativas e jurídicas, encontrava frechas para escrever matérias em colunas dos jornais do Rio Grande do Norte sobre o combate as secas e problemas do semiárido no início do XX.

Felipe Guerra escreveu uma série de artigos publicados no Diário de Natal de 1903, percorrendo da importância da construção de estradas de ferro, açudes particulares e irrigação no estado. Nesses escritos podemos perceber sua influência política e liberal de pensar.

Somos pela viação férrea. Mas somos mais ainda, se é possível, pela açudagem, seja ela oficial ou não. Mais de uma vez nos temos manifestado contra a açudagem oficial, por causa da má aplicação das verbas destinadas a esse fim. É por isso que somos partidários dos açudes particulares, principalmente, e enxergamos mais viabilidade neste último sistema. Quem, porém, conhecer a vida, as dificuldades da zona sertaneja, há de adotar nosso parecer: antes de tudo, açudes. Nas secas, o açude que conserva água, ou mesmo que acaba de secar, representa um foco de produção, um baluarte de resistência contra a inclemência da estação, um centro de população que encontra trabalho, que não precisa abandonar seus lares, que se não desloca, que não se aglomera nas cidades, nos portos, acartando epidemias e aumentando a miséria. É um celeiro que oferece gêneros de consumo, sem obrigar a retirada de capitais para fora do Estado. É um fomento a atividade do pequeno comércio, que fornece meios de subsistência a numeroso pessoal. É o amparo a indústria pastoril, evitando o aniquilamento da fortuna sertaneja. Todas estas verdades são conhecidas; já temos mesmo mais de uma vez repetido. Mas, muitas vezes, para convencer, é preciso martelar, como quem deseja enfiar um prego no âmago do madeiro, empregando uma figura de Tobias Barreto (DIÁRIO DE NATAL, 1903, SP).

O jornalista martela aos seus leitores a campanha da açudagem particular como fortaleza ao combate à seca e florescimento das atividades comerciais do estado. Sua influência liberal e evolucionista, parafraseando a figura de Tobias Barreto,⁷ revela os traços de seu pensamento acerca das resoluções dos problemas da região. Sua ênfase na construção dessas obras pela iniciativa privada e controle dos açudes em terrenos particulares, reforça ainda mais a estrutura de controle social da terra e água pelas elites rurais do estado. No caso desses intelectuais potiguares formados na Faculdade de Direito em Recife, havia uma preocupação em aplicar suas “teorias à análise da conjuntura do tempo e do meio em que viviam, de participar da vida política para modificar a situação socioeconômica de sua região sertaneja, diferentemente da atitude meramente filosófica e contemplativa de um Tobias Barreto” (BUENO, 2016, p.88). A trajetória de sua luta pela açudagem enveredou-se por anos, e não somente em território e imprensa potiguar, como vemos a matéria intitulada “Grandes Açudes” publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1919.

Não é mais necessário insistir sobre os resultados da grande açudagem. Traz todos os benefícios produzidos pela pequena e pela média açudagem, todos em maiores proporções permitindo (o que é essencial na solução do problema) a estabilidade, a segurança, a certeza destes benefícios resultados. Esta segurança, esta estabilidade, os pequenos e os médios açudes não podem dar contra os efeitos das secas. Não é um argumento que apresentamos contra os pequenos e contra os médios açudes. É inadmissível desconhecer o valor destes, e negar a indispensável necessidade de sua colaboração para a solução do problema das secas. O Dr. Roderic Crandall, em sua conhecida publicação por conta da Inspeção de Obras Contra as Secas, assim dá seu parecer: “O autor é, todavia,

⁷ Tobias Barreto de Menezes (1839-1889). Foi crítico, filósofo, poeta e jurista brasileiro. Participou da chamada “Escola de Recife”, movimento intelectual com forte influência do evolucionismo europeu.

de opinião que a solução do problema do Norte não está em grandes ou pequenos açudes, mas em ambos”. O ilustre americano, que com tanta exatidão e com inexcusável critério observou o Nordeste, escreveu uma indiscutível verdade. O problema das secas requer, para sua solução, o concurso dos pequenos, médios e dos grandes açudes. Uns não excluem nem dispensam outros: são medidas que se complementam (GUERRA, 2004, p.38).

A leitura e convívio com engenheiros e suas obras técnico-científicas cria uma familiaridade com esse saber e prática, procurando transmitir esse conhecimento em muitos momentos de sua trajetória como intelectual e político. Esse saber mediado torna-se outro, pois ganha novos contornos preenchidos de desejos e interesses de grupos oligárquicos e regionalistas. Entra aqui a discussão das redes de sociabilidades dos intelectuais e os vetores de suas práticas na sociedade. Em um período que a cultura técnica estava no seu apogeu, mas, por outro lado, eram poucos os potiguares formados em engenharia que atuavam nas discussões sobre o semiárido brasileiro, inclusive nas comissões científicas organizadas pelas obras de combate à seca como o IOCS em 1909.⁸ Talvez não fosse tão estranho que Felipe Guerra trouxesse essas discussões para o público da imprensa norte-rio-grandense. Assim a sociabilidade intelectual é “entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas – para atuar no interior de uma sociedade mais ampla” (GOMES, 2016, p.24). A atuação de Felipe Guerra e sua associação ao jornalismo era o veículo para mediar as soluções técnicas e liberais para o combate as secas no Norte. Porém não foi apenas o jornal o vetor das redes de sociabilidade e atuação desse intelectual.

O discurso de Felipe Guerra, então presidente da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte, saudando o senador Washington Luís no jantar oferecido na Escola Doméstica de Natal, traz sua preocupação com a questão da falta de trabalho e mão de obra sertaneja durante as secas. Suas palavras encontram-se publicadas pelo jornal *A República* em 1929.

O problema das secas, de tão clara solução, tem levado a erros de visão espíritos dos mais elevados. Ai está o genial André Rebouças aconselhando, na crise de 1877, amparar a população cearense com alambiques para destilar água; ai está o sábio Pereira Reis aconselhando couraças de ferro e aço os açudes sertanejos; ai está o espírito culto, o talento admirável de Cincinato Braga lembrando estabelecer a vida nômade para a população, que em cada crise se abrigaria, com seus rebanhos, e suas serras, nenhuma das quais, no Estado, está imune das secas; ai está o nobre e patriótico anelo de Epitácio Pessoa, aflito como o clínico que tratasse valiosos recursos financeiros, que localizados em cada Estado, em obras sucessivas, fartos resultados teriam produzido. O aspecto econômico e social do problema das secas não é diferente do problema

⁸ Inspetoria de Obras Contra as Secas.

que aflige por toda parte a classe produtora e a classe operária: a falta de trabalho. Em qualquer centro, nada faltando, dispondo, como nas grandes capitais, de todas as facilidades para a vida, se, durante dois ou três meses faltar trabalho, a crise se manifesta: a miséria, a fome, o saque. No Nordeste das secas é o que se dá. Durante o ano inteiro, havendo seca, o operário não encontra trabalho, ainda mesmo que se ofereça por seu sustento individual; não só o operário: o patrão não pode trabalhar para produzir. Só a irrigação do solo poderá permitir o trabalho e só a facilidade de transportes permitirá o desenvolvimento e progresso da região (A REPÚBLICA, 1929, p. 02).

O aspecto econômico e social do problema das secas está associado a falta de trabalho no semiárido a longo prazo, muitas vezes não pensado por alguns intelectuais no período (André Rebouças, Pereira Reis, etc.). Somente os investimentos na irrigação e transporte pelo poder federal permitiriam o desenvolvimento e progresso do Nordeste, oferecendo trabalho ao sertanejo e seguridade ao grande produtor para enfrentar os momentos de crise. Esse discurso ganha força pelo lugar social que Felipe Guerra ocupa naquele momento, isto é, presidente da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte, e através de sua conferência na Escola Doméstica de Natal. Sua defesa pela açudagem e irrigação perpassa vários espaços institucionais que sua fala apropriasse durante sua trajetória como intelectual e político. Como aponta Ângela de Castro Gomes, os intelectuais mediadores “têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político” (2016, p. 12).

Entretanto, esse campo do saber e poder também é construído pelas tensões e conflitos que alguns indivíduos desenvolvem nas suas redes de sociabilidades. Caso exemplar ocorreu durante a seca de 1915 quando Felipe Guerra era juiz de direito da cidade de Mossoró, e fez algumas críticas a prática política do despovoamento e migração sertaneja para outras regiões do país. A matéria foi publicada em um jornal local.

Lendo o “Correio do Seridó”, nº 278, em um local, noticiando a passagem por aquele importante centro do Estado, do ilustre Dr. Eugênio Brandão, Chefe de Inspeção de Obras Contra as Secas, na Seção da Paraíba e Rio Grande do Norte, ficamos sabendo que o ilustre engenheiro é partidário do despovoamento do Estado. [...] O que nós, os sertanejos das secas sabemos é que a multiplicação de açudes particulares, a criação de três ou quatro grandes reservatórios d’água, a facilidade de transportes, o aperfeiçoamento da cultura do solo e da indústria pastoril, todos esses fatores agindo contra as secas, são suficientes para anular os efeitos das secas. [...] O problema das secas no Nordeste brasileiro é o mais simples possível, pois já está delineado pelo exemplo, levado a fatos positivos por outras nações, que nunca tiveram a disparatada lembrança de despovoar uma região em proveito de outras. Digo a França, que tanto sacrifícios tem feito na Argélia; vejamos a França, a Inglaterra, como tem procedido em relação ao Egito, à Índia e que por isso

mesmo, ainda agora, na grande desgraça europeia, estão contando com o auxílio desses povos para a defesa de sua dignidade e de seus interesses. [...] E é preciso notar que, mesmo sob o aspecto da esterilidade climatérica, a região da Algéria e da Tunísia oferece uma média pluviométrica de 200mm. Observa-se que o Nordeste estéril dos Estados Unidos da América do Norte lá está vitorioso. Despovoar o Nordeste seco? Seria um disparate e uma ingratidão (COMÉRCIO DE MOSSORÓ, 1915, p. 01).

Seu argumento contra a despovoação do Nordeste em períodos de grande seca baseia-se nas experiências de outros países industrializados e implantação de medidas intervencionistas no semiárido, através da açudagem, irrigação e transporte. Mesmo sendo admirador e leitor dos estudos de engenharia, não teve receio de defender seu posicionamento diante da opinião do diretor Eugênio Brandão, Chefe de Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS). Nesse mesmo ano Felipe Guerra organiza uma sociedade beneficente na cidade de Mossoró para combater a seca de 1915. Novamente o jornal será um dos veículos de circulação da sociedade “*Defesa do Nordeste*”.

A fundação dessa Sociedade foi por toda parte recebida de maneira mais auspiciosa. Ainda que o quiséssemos, não seria possível transcrever valiosas opiniões que, quer pela imprensa, quer em cartas, têm sido endereçadas sempre com palavras de aplauso e de encorajamento a mesma Sociedade. Pedidos para inclusão entre os sócios efetivos de vários pontos do Estado já foram enviados. Generosos donativos têm sido remetidos. [...] Em vez de malsinar aqueles que não nos socorrem, socorramo-nos a nós mesmos. São estes os fins da “*Defesa do Nordeste*” – formar poderosa cooperação de forças contra as secas, organizar na região todos os serviços direta ou indiretamente necessários para debelar os desastres da calamidade. É uma poderosa cooperativa que estende sua proteção a todos os habitantes da região. (COMÉRCIO DE MOSSORÓ, 1915, p. 01).

A atuação da sociedade beneficente mostrou um forte aparato para as elites locais de Mossoró que buscavam verbas federais para ampliar sua estrada de ferro (o que não ocorreu) e obras de combate à seca.⁹ Uma comissão do IOCS chegou de fato a construir e melhorar alguns açudes na localidade durante o ano de 1916. A figura de Felipe Guerra durante os trabalhos da inspeção como avaliador de tais obras era presente como também retratada nas páginas da imprensa. Instruído nos assuntos de construção de açudes e barragens seu aval sobre as obras construídas eram relevantes para a opinião pública do estado. Podemos encontrar esse aspecto no jornal *A República* na matéria “*Considerações Gerais Sobre as Barragens de Mossoró*”.

⁹ Sobre a Sociedade “*Defesa do Nordeste*” e estrada de ferro de Mossoró consultar o livro de memória de GUERRA, Felipe. *A seca de 1915*. In. ROSADO, Vingt-Un (org.). 11º Livro da Seca: Coleção Mossoroense. Editora Universitária, Vol. CCV, 1985.

Pode-se dizer que as barragens deram excelente prova de resistência, sofrendo as grandes enchentes do presente ano, sem grandes danos. As suas margens, inclusive as obras de proteção marginais, estiveram completamente sobre as águas do rio. O escoamento das águas por sob as barragens, a “revência” por enquanto pouco abundante que, talvez todas, apresentam, é explicado pela natureza do terreno; o leito do rio Mossoró, no trecho das várzeas, não é muito sólido: o mesmo as pedras que apresenta para a fundação da barragem são pedras que os sertanejos chamam “falsas”; é, não são compactas, inteiriças; apresentam fendas, rachaduras, etc. De sorte que as fundações não são sendo muito aprofundadas e sólidas, não sendo tomadas todas essas fendas no sub solo, haverá sempre “revência” mais ou menos abundante. (A REPÚBLICA, 1917, SP).

Partindo dos estudos das elites culturais percebemos o quanto a figura de mediador está relacionada ao problema do poder de influência, ou melhor, de ressonância desses grupos no espaço social. Assim as “elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de uma certa capacidade de ressonância e de ampliação, noutros termos, de um poder de influência” (SIRINELLI, 1998, p.261). Logo o papel desempenhado por Felipe Guerra ao mediar os saberes técnico-científicos de combate à seca para o grande público está imbricado com sua influência e ressonância de sua posição no campo do poder e campo intelectual na sociedade do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que o meio intelectual “não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior”, essa especificidade “dela participam os que possuem, a um ou outro título, poder de ressonância” (SIRINELLI, 1998, p.265). Esse poder de ressonância não ocorre de maneira isolada, abarcam outras forças criadoras e espacializa sua influência na constituição das elites culturais e suas culturas políticas de um período.

Os saberes e discursos sobre as secas foram parte dessa cultura política regional no início do século XX. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988) discorreu sobre esse aspecto. O discurso científico sobre a seca constitui-se na busca de compreender suas causas e oferecer soluções numa sociedade que enxerga a ciência como saber único e verdadeiro, logo exerce grande influência na formação do discurso da seca. O discurso oligárquico já é visto como uma visão do fenômeno da seca, que expressa o lugar social que se constitui a fala dos grupos do poder, porém, não é o discurso e prática hegemônica do discurso da seca como uma cultura política. Para o historiador o discurso da seca é a incorporação de vários elementos desse discurso (popular, científico, religioso e oligárquico). Assim, o “discurso da seca” existe:

[...] não como uma concretude, não como um bloco monolítico e acabado, mas como uma dispersão de diferentes elementos, que se combinam



diferentemente, dependendo do agente social que fala e os objetivos que quer alcançar. Ele existe enquanto um certo conjunto de enunciados aceitos, válidos por todos os elementos desta sociedade, num determinado momento histórico. Estes vários enunciados é que compõem um núcleo, ao qual se agregam novos elementos, dependendo do lócus social de quem os utiliza e do momento político que cerca o discurso, o que leva a mudanças de estratégia ou de astúcia (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.12).

A transformação da seca em um problema regional está inserida num processo conflituoso, em que diferentes visões, imaginários e posições defrontam-se a partir de enunciados e práticas desses vários discursos, que possuem o objetivo estratégico de conseguir tornar o fenômeno em um “problema”, e por meio deste conseguir benefícios econômicos e políticos, que são do interesse dos grupos sociais e elites deste espaço específico. O papel das elites culturais e intelectuais mediadores como a figura de Felipe Guerra mostram a influência desses sujeitos na constituição do discurso da seca como um traço das culturas políticas oligárquicas da região norte nas primeiras décadas do século XX. Pensando o discurso da seca como práticas e enunciados imbricados numa cultura política e categoria histórica, ela torna-se operacional quando “suscita a adesão de grupos importantes da sociedade, após ter progredido nas mentes que pouco se vão habituando ao seu discurso, às soluções por ela, propostas, e que acabam por interioriza-la”. Então, somente que “ela se torna um dos móveis do comportamento político” (AZEVEDO, 2009, p.38-39). Portanto, a atuação de Felipe Guerra em quase quatro décadas ao combate as secas, através dos discursos de modernização do semiárido, por meio da açudagem, irrigação e trabalho ao modelo liberal, traz um horizonte de estratégias de setores da sociedade em tornar o discurso da seca como um campo de disputas, interesses políticos e manutenção de uma estrutura social agrária, que são na verdade o grande problema secular do Brasil.

Considerações Finais

Esse artigo buscou uma breve trajetória política e intelectual de Felipe Guerra no jornalismo norte-rio-grandense, e sua luta para difundir as soluções do problema das secas no semiárido nordestino no contexto da Primeira República. Partimos da ideia que seus discursos compõem segmentos de uma cultura política oligárquica, que utilizou da “invenção” da seca como o principal problema do atraso da região para conseguir investimentos governamentais e conservação de seu *status quo*, além das tentativas de modernização. Através das categorias de cultura política, intelectuais e mediadores culturais, podemos enxergar Felipe Guerra como um sujeito importante na (re)produção do discurso da seca e o seu “combate” no estado do Rio Grande do Norte.

Referências Bibliográficas

- A REPÚBLICA. **LABIM**. Laboratório de Imagens-Digitalização de Documentos Históricos UFRN. <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br>.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – De problema a solução (1877-1922)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1988, 449f.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In: **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife. Bagaço. 2008, p. 232.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002, 392 p.
- AZEVEDO, Cecília (Org. et. All.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe**. In: A Economia das Trocas Simbólicas. 3º Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992, p. 186.
- BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2016.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COMÉRCIO DE MOSSORÓ. **Coleção Mossoroense**. Museu Municipal Lauro da Escócia. Mossoró.
- DIÁRIO DE NATAL. **LABIM**. Laboratório de Imagens-Digitalização de Documentos Históricos UFRN. <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br>.
- GUERRA, Felipe. A seca de 1915. In. ROSADO, Vingt-Un (org.). 11º Livro da Seca: **Coleção Mossoroense**. Editora Universitária, Vol. CCV, 1985.
- GOMES, Angela de Castro. HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores. Práticas culturais e ação política**. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Cultura Política na Historiografia: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.
- RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.
- ROSADO, Vingt-Un. “Mossoró”, Irmãos Pongetti Editores, 1940. **Coleção Mossoroense**. Série “B”. Nº 2472, 2003.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A Luz que vem do Norte: perspectivas historiográficas sobre a Ilustração Inglesa*

The Light coming from the North:
historiographical perspectives about the English Enlightenment

Gabriel de Abreu Machado Gaspar
Mestrando em História
Universidade Federal Fluminense
machado.ga18@gmail.com

Recebido em: 19/03/18

Aprovado em: 19/08/18

Resumo: Por décadas a Ilustração foi interpretada como um fenômeno homogêneo e uniforme que ocorreu na França. A partir dos anos 1970, em meio às renovações historiográficas do período, a área de influência das luzes foi ampliada e locais como Áustria, Itália, Prússia, Espanha e Inglaterra passaram a integrar a geografia do iluminismo. O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão historiográfica sobre a Ilustração inglesa.

Palavras-Chave: ilustração, Inglaterra, historiografia.

Abstract: For decades the Enlightenment was interpreted as a homogenous and uniform phenomenon that happened in France. From 1970, among the historiographical renewals of the period, the Enlightenment's area of influence was expanded and places as Austria, Italy, Prussia, Spain and England became part of the Enlightenment's geography. The aim of this article is to present a historiographical revision about the english Enlightenment.

Keywords: Enlightenment, England, historiography.

Introdução

The Enlightenment has been defined in many different ways.

* O título faz referência a passagem da obra de Paul Hazard: “Pronto: do norte chegava a luz; o norte tinha o direito de se opor gloriosamente ao sul, e já era possível levar aos produtos do espírito a reivindicação de um poeta da época: “Todas as coisas belas que podes ter no sul / Nosso norte pode mostrar tão boas, senão iguais...”. HAZARD, 2015. p. 78.

Dorinda Outram (2013, p. 1).

Ao retornar à França após viver por mais de uma década na Inglaterra, Voltaire publicou suas *Lettres philosophiques* em 1734. “Na Inglaterra”, escrevia o francês em uma das cartas:

O hábito de pensar é comum e as letras são mais honradas aqui do que na França. Esta vantagem é uma consequência necessária da forma de governo. Há em Londres aproximadamente oitocentas pessoas com o direito de falar em público, defender os interesses da nação; por sua vez, mais ou menos umas cinco ou seis mil pretendem a mesma honra; o restante erige-se em juiz daqueles e cada um pode mandar imprimir o que pensa sobre os negócios públicos. Resultado: toda a nação precisa instruir-se (VOLTAIRE, 1978, p. 38 apud PALLARES-BURKE, 1995, p. 33).

O filósofo ilustrado também enfatizou as façanhas políticas dos ingleses, principalmente o estabelecimento do controle sobre o poder monárquico:

A nação inglesa é a única sobre a face da terra que teve sucesso no controle do poder dos reis, resistindo a eles, que através de sucessivos esforços estabeleceu finalmente este sábio sistema de governo no qual o príncipe, todo poderoso por fazer o bem, tem suas mãos atadas para fazer o mal, no qual os aristocratas são grandes sem arrogância e vassalagem, e no qual o povo participa do governo sem confusão (VOLTAIRE, 1980, p. 45 apud SOARES, 2007, p. 25).

Apesar do pensamento inglês setecentista ser fartamente elogiado por um dos mais importantes filósofos ilustrados da época, durante muito tempo a historiografia ignorou a ocorrência da Ilustração em solo inglês. O objetivo deste artigo é apresentar um balanço do tratamento conferido pela historiografia à Ilustração inglesa.

No clássico *A Filosofia do Iluminismo* (1932), o alemão Ernst Cassirer inaugurou uma tradição historiográfica, reinante até os anos 1970, que apresentava a Ilustração enquanto fenômeno homogêneo e uniforme. Apesar de apresentar certa perspectiva transnacional por meio da abordagem de obras de autores de diferentes regiões da Europa, o autor identifica uma tendência intelectual no século das Luzes. Conforme salienta Dorinda Outram, “nesta interpretação, Ilustração, a despeito de suas aspirações universais, foi, em grande parte, algo que aconteceu na França” (OUTRAM, 2013, p. 3)¹. Tal perspectiva pode ser verificada no trecho abaixo reproduzido:

O pensamento do século XVIII, tal como o consideramos até o presente momento, corresponde em suma ao desenvolvimento do espírito analítico que é, sobretudo, um fenômeno francês. Na verdade, a França era a pátria, a

¹ No original, lê-se: “in this interpretation Enlightenment, in spite of its universal aspirations, was largely something which happened in France” (OUTRAM, 2013, p. 3).

própria terra clássica da análise desde que Descartes consumara a reforma, a transformação radical da filosofia (CASSIRER, 1992, p. 50).

No início de sua obra monumental, *The Enlightenment: the Rise of Modern Paganism* (1966), Peter Gay argumentou a existência do Iluminismo enquanto uma unidade, dotado de ideias harmoniosas entre os pensadores. Além de reiterar a uniformidade do fenômeno apontada por Cassirer, Gay elaborou uma cronologia baseada na vida dos grandes pensadores, sobretudo franceses, como Voltaire; Diderot, d’Alembert e Rousseau e, por fim, Lessing e Kant (GAY, 1996, p. 3). Em suas palavras:

Houve muitos filósofos no século XVIII, mas apenas um Iluminismo. Uma livre, informal e totalmente desorganizada coalizão de críticos culturais, céticos religiosos e reformadores políticos, de Edimburgo à Nápoles, Paris à Berlim, Boston à Filadélfia, os filósofos formaram um clamoroso coro, e havia algumas vozes discordantes entre eles, mas o que é surpreendente é sua harmonia geral e não suas ocasionais discordâncias. Os homens do Iluminismo eram unidos por um vasto e ambicioso programa de secularização, humanidade, cosmopolitismo e, sobretudo, liberdade, em suas muitas formas (GAY, 1996, p. 3)².

O historiador francês Paul Hazard propôs uma original interpretação das Luzes. Em sua obra-prima de 1935, ele identifica entres anos 1680 e 1715 a “crise da consciência europeia” (HAZARD, 2015). Entre as últimas décadas do século XVII e as primeiras do XVIII, se processaram importantes mudanças no pensamento moderno que, de certa forma, prepararam o terreno para as Luzes que agitariam a Europa setecentista. Esta crise, como qualificou Hazard, preparou “mesmo antes de o século XVII terminar, todo o século XVIII. A grande batalha das ideias deu-se antes de 1715, e mesmo antes de 1700” (HAZARD, 2015, p. 448). Deste período:

tão denso e carregado que parece confuso, partem claramente os dois grandes rios que atravessarão todo o século: um, a corrente racionalista; o outro, minúsculo no começo mas que mais tarde transbordará de suas margens, a corrente sentimental. E como se tratou, durante essa mesma crise, de abandonar os domínios reservados aos pensadores para ir na direção da multidão, para alcançá-la e convencê-la; e como foram atacados os princípios dos governos e a própria noção de direito, como foram proclamadas a igualdade e a liberdade racional do indivíduo; como já se falava alto e bom som dos direitos do homem e do cidadão, reconheçamos ainda que quase todas as atitudes mentais que em seu conjunto levarão à Revolução Francesa foram assumidas antes do final do reinado de Luís XIV (HAZARD, 2015, p. 449).

² No original, lê-se: “*There were many philosophes in the eighteenth century, but there was only one Enlightenment. A loose, informal, wholly unorganized coalition of cultural critics, religious skeptics, and political reformers from Edinburgh to Naples, Paris to Berlin, Boston to Philadelphia, the philosophes made up a clamorous chorus, and there were some discordant voices among them, but what is striking is their general Harmony, not their occasional discord. The men of the Enlightenment united on a vastly ambitious program, a program of secularism, humanity, cosmopolitanism, and freedom, above all, freedom in its many forms*” (GAY, 1996, p. 3).

A hegemonia intelectual da época acabou por recair sobre a França, país de profusão contínua das obras primas do período, como as de Descartes, Molière, Rancine, Bossuet, dentre outros. O idioma francês tornou-se a língua universal, utilizada na comunicação e circulação de ideias entre os diferentes povos europeus (HAZARD, 2015, p. 71-72). Contudo, diante do domínio francês, uma outra corrente na Inglaterra, reino da revolução científica de Newton, da nova filosofia de Locke e das belas letras de Addison, Steele, Swift, Pope e Prior (HAZARD, 2015, p. 79). Como prova, o historiador francês apresenta uma explanação acerca das influências do pensamento inglês da Alemanha e da migração de letrados franceses quando da revogação do Édito de Nantes por Luís XIV (HAZARD, 2015, p. 80-81).

Outra contribuição importante da obra de Hazard foi sugerir o papel da França enquanto intermediária entre o pensamento inglês e o os países da Europa Continental, como Espanha, Itália e Portugal: “A França, intermediária entre o pensamento inglês e os países latinos: é mais uma corrente que nasce aqui par atravessar todo o século XVII e seguir adiante” (HAZARD, 2015, p. 84). Por isso, o autor poeticamente conclui que:

a hegemonia do espírito não é mais exclusivamente latina; a Inglaterra exige compartilhar o poder. Consciente do seu valor, proclama com naturalidade a própria glória, e chega a experimentar, em relação aos portugueses, espanhóis, italianos, franceses, a todos esses latinos, um desprezo mal dissimulado. Não passam de escravos (HAZARD, 2015, p. 89).

Ao longa da obra, são apresentadas as “grandes mudanças psicológicas” pelas quais passava o pensamento europeu no período analisado. Grandes personagens como Spinoza, Richard Simon, Leibniz, Locke, Pope e, principalmente, Pierre Bayle surgem com maestria na análise de Hazard. Os *antigos*, representados pela fé, por dogmas, pela hierarquia e estabilidade, pela reverência aos autores clássicos eram combatidos e demolidos pelos *modernos*, ancorados na razão, na natureza, na crítica e na ciência. A natureza tornou-se poderosa e ordenada; a religião, o direito, a liberdade, são todas naturais. A moral foi fragmentada em diversas morais de acordo com a utilidade social. A ciência garantiria o progresso e felicidade dos homens (HAZARD, 2015, p. 335). Estas transformações intelectuais operadas no final do século XVII, argumenta o historiador francês, alimentaram os processos históricos do século XVIII.

Nos anos 1970, na esteira das renovações historiográficas da época, os historiadores, segundo Dorinda Outram, ampliaram a área geográfica de influência do fenômeno (OUTRAM, 2013). Neste contexto, o italiano Franco Venturi propôs olhar para a Europa das Luzes em seu

conjunto, enfatizando principalmente a circulação das ideias entre diversos estados do velho continente, como Áustria, Espanha, Itália, Prússia e, sobretudo, a França, considerada por ele o centro do fenômeno. A ponte entre o grupo de filósofos residentes em Paris e as outras partes da Europa foi a *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert, publicação responsável por difundir as novas ideias científicas e artísticas da Ilustração (VENTURI, 2003, p. 217-230).

Ainda que tenha buscado ampliar a “geografia do Iluminismo”³, Venturi não identifica no pensamento intelectual inglês do século XVIII “não havia um movimento iluminista dotado, como em Paris, de uma organização e um ritmo de desenvolvimento próprio, capaz de atuar como uma força política nova e autônoma tendendo a questionar ou substituir as organizações herdadas do passado” (VENTURI, 2003, p. 213-232). O autor italiano reitera sua ideia em outra passagem:

Um único país ficou ausente desse desdobramento das Luzes entre os anos sessenta e setenta, e foi a Inglaterra. Que justamente o país que se preparava para a revolução industrial tenha sido aquele em que não existiu um movimento iluminista é algo que bastaria por si só para fazer duvidar da, com muita frequência repetida, interpretação marxista das Luzes como ideologia burguesa (VENTURI, 2003, p. 240).

Como uma das razões para tal, Venturi destaca que não houve, na Inglaterra, a formação de um partido de filósofos, capaz de direcionar a sociedade em meio às lutas políticas e sociais existentes. Por isso, para o autor, a Inglaterra se constituiu enquanto verdadeira exceção na Era das Luzes (VENTURI, 2003, p. 241-244).

Ainda no bojo das renovações dos anos 1970, Georges Gusdorf, George Rudé e E. P. Thompson elaboraram críticas aos modelos interpretativos que valorizavam de maneira excessiva o fenômeno francês e desconsideravam as especificidades e características próprias da Ilustração inglesa (THOMPSON, 1978). E. P. Thompson, envolvido no processo de renovação da historiografia marxista anglo-saxã, publicou, em 1978, o ensaio “As peculiaridades dos Ingleses” (SOARES, 2007, p. 13). Neste texto, o autor argumentou a ocorrência do Iluminismo na Inglaterra, ainda que com características distintas do movimento francês:

Na França, as forças da ortodoxia e do iluminismo enfrentaram-se face a face. Porém a Grã-Bretanha assemelhou-se mais a um país debilmente ocupado onde, a cada vez que a ortodoxia repelisse um pequeno ataque frontal, ela própria se encontraria molestada nos flancos, na retaguarda ou até em seu meio.

³ Refiro-me ao título do quinto capítulo, *Cronologia e geografia do Iluminismo*, VENTURI, 2003.

O Iluminismo desenvolveu-se na Grã-Bretanha não como uma enchente arremetendo contra um dique a despedaçar-se, mas como uma corrente a escorrer em margens erodidas, planícies lamacentas e córregos de um estuário cujos declives estão prontos para recebê-la (THOMPSON, 2012, p. 120).

Em 1979 veio à luz a obra *O Iluminismo como negócio*, de Robert Darnton (DARNTON, 1979). Exponente da *história do livro*, o autor norte-americano examina a atividade editorial da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert a partir dos arquivos da Société Typographique de Neuchâtel (STN). Através deles, Darnton apresenta os caminhos dos processos de edição, impressão, assinaturas e circulação da mais famosa obra do Iluminismo francês. Ao considerar a difusão do pensamento ilustrado a partir da circulação da *Encyclopédie*, Darnton afirma que:

O Iluminismo emerge como um movimento que irradiou de Paris para a vanguarda cultural de determinados locais da Europa. Em 1770, já começara a passar por sucessivas ondas de popularização, atingindo todos os pontos das províncias da França e despertando interesse entre grupos situados em todas as posições dos setores médios da sociedade francesa. Ao cruzar a fronteira, concentrou-se em certas áreas onde a corrente cultural era mais forte, como os Países Baixos e a Renânia. Dali em diante, mais tênue, dispersou-se, atravessando as planícies do Norte europeu até os fiordes escandinavos e as estepes russas, para finalmente atingir remotos postos avançados, como a livraria de Lex, em Varsóvia, e a de Rudiger, em Moscou (...) Os livreiros percebiam que estavam participando de um vasto processo pelo qual as idéias transitavam por artérias comerciais, vertiam e penetravam nos rincões mais afastados do continente. Sabiam que eram agentes do Iluminismo, não por se sentirem comprometidos com a difusão das Luzes, mas porque negociavam com ele (DARNTON, 1996, p. 408-409).

Em artigo de sua coletânea *Os dentes falsos de George Washington* (2005), Darnton explicita suas concepções acerca da Ilustração. Para ele, o Iluminismo deve ser considerado enquanto “um fenômeno histórico concreto, que pode ser situado no tempo e circunscrito no espaço: Paris na primeira parte do século XVIII” (DARNTON, 2005, p. 18). Apesar de vislumbrar a difusão do Iluminismo por diversas partes da Europa – Edimburgo, Nápoles, Amsterdã, Genebra, Berlim, Milão, Londres – o autor insiste em considerar Paris como o ponto de concentração. A justificativa apresentada por ele é de que a cidade luz foi o local em que um grupo consciente de intelectuais forjou a identidade coletiva da Ilustração (DARNTON, 2005, p. 19-20).

No início dos anos 1980, Roy Porter e Mikulás Teich organizaram um pioneiro estudo comparativo da Ilustração europeia em treze contextos nacionais distintos intitulado *The Enlightenment in National Context* (PORTER & TEICH, 1981). Na coletânea, Porter assinou o artigo “The Enlightenment in England”, no qual critica as interpretações tradicionais, como a de Cassirer, que nega a Ilustração inglesa e desconsidera grandes letrados como Paine, Adam Smith,

Richardson e Defoe. O autor também se contrapõe à interpretação unitária de Peter Gay, exposta no início deste artigo, acusando-o de buscar por algo formal e sistematizado na França (PORTER, 1981).

Porter direciona suas críticas contundentes à teleologia dos historiadores ao considerarem que o objetivo do Iluminismo se relacionava à derrubada do Antigo Regime e construção de um mundo livre. Por isso, os filósofos ilustrados receberiam alcunhas como “revolucionários”, “ateus”, “democratas”, dentre outros. Como a busca por tais filósofos na Inglaterra foi infrutífera, certos historiadores defenderam não ter tido lugar um movimento ilustrado (PORTER, 1981, p. 4).

Os ingleses não seriam então “revolucionários” e “radicais”, pois, segundo Porter, seus objetivos não foram constantemente frustrados pelo Estado e pela sociedade. Ao contrário,

Na Inglaterra, após 1688, a própria constituição incorporou demandas centrais da Ilustração como a liberdade individual sob habeas corpus, governo representativo, tolerância religiosa e a santidade da propriedade. Além disso, nem a censura, a regulação econômica e tampouco as normas sociais inflexíveis impediram o afluente, articulado e ambicioso de perseguir seus próprios objetivos da Ilustração, como a livre especulação, ou a acumulação de riqueza, ou a felicidade. (...) Na Inglaterra, os educados com posses que defendiam a racionalidade da Ilustração não precisaram demolir barricadas (PORTER, 1981, p. 8).⁴

Ao se questionar, então, quais seriam as peculiaridades da Ilustração inglesa, o autor responde “Nenhuma, porque praticamente todas estas correntes irrigaram a ‘Ilustrações’ em outros lugares” (PORTER, 1981, p. 4)⁵. A atribuição à Inglaterra do pioneirismo em relação ao movimento ilustrado do continente revela-se uma inovação do pensamento de Roy Porter. O movimento ilustrado inglês, salienta Porter, buscou aliar “realização individual e coletiva com a estrutura social familiar”, preocupando-se, sobretudo, com as atividades privadas e a prática do homem em sociedade (PORTER, 1981, p. 16). O que caracterizaria a Ilustração Inglesa seria o seu “pragmatismo”, uma filosofia da experiência, a arte do bem viver e busca pela felicidade. Por

⁴ No original, lê-se: “In England after 1688 the constitution itself incorporated central Enlightenment demands, such as personal freedom under Habeas Corpus, representative government, religious toleration and the sanctity of property. Furthermore, neither censorship, economic regulation nor unbending social proprieties debarred the affluent, articulate and ambitious from pursuing their own Enlightenment goals, such as free speculation, or the accumulation of wealth, or happiness. (...) In England the educated and propertied who espoused Enlightenment rationality did not need to storm barricades” (PORTER, 1981, p. 8).

⁵ No original, lê-se: “None, because practically all its currents subsequently irrigated Enlightenments elsewhere” (PORTER, 1981, p. 4).

isso, para Porter, “liberdade e Inglaterra tornaram-se praticamente sinônimos” (PORTER, 1981, p. 8-9).⁶

Um dos principais historiadores que se debruçaram sobre o fenômeno das Luzes foi, sem dúvida, J. G. A. Pocock. No âmbito da renovação da história do pensamento político, o historiador inglês propõe ver, na Inglaterra, uma Ilustração conservadora e clerical, uma reação aos acontecimentos do século XVII, notadamente a Revolução Inglesa (1640) e a Revolução Gloriosa (1688) (POCOCK, 2002, p. 178). Isso explica, segundo ele, a ausência de um partido de filósofos e o fato de a Ilustração inglesa ter se constituído como um “instrumento de grupos dirigentes, aristocráticos o clericais, quienes idearon la formula para ser relativamente tradicionales y profundamente modernos” (POCOCK, 2002, p. 178). Além disso, Pocock explicita sua própria interpretação para o termo “Ilustração”:

A palavra “Ilustração”, que poder ser empregada de maneiras muito distintas, utilizamos aqui para expressar uma forma tardia de humanismo: uma preocupação com os costumes sociais e as *secular letters*, uma empresa de elites eruditas e clericais em um contexto de modernização, através do crescimento e da consolidação de um conjunto de relações monetarizadas (POCOCK, 2002, p. 192, grifos no original).⁷

Neste contexto, o autor destaca a reorganização financeira e militar do Estado inglês após a Revolução Gloriosa de 1688, composta instituição de um exército permanente e pela criação de um sistema de crédito público capaz de mantê-lo. Segundo ele, “se há uma mudança revolucionária no curso da história britânica moderna deve ser encontrada neste ponto; ao menos, este foi o ponto de vista pelo qual observadores contemporâneos tornaram-se capazes de dizer que tal transformação estava ocorrendo” (POCOCK, 2005, p. 123)⁸. Em suma, a mudança apontada por Pocock é ainda mais profunda do que parece. Trata-se da transição de um Estado caracterizado por longas guerras de religião para uma era marcada pela Razão de Estado e, fundamentalmente, pela Ilustração:

⁶ No original, lê-se: “Liberty and England become virtually synonymous” (PORTER, 1981, p. 8-9).

⁷ No original, lê-se: “La palabra “Ilustración”, que pude emplearse de maneras muy distintas, aquí la utilizamos para expresar una forma tardía de humanismo: una preocupación por los costumbres sociales y las secular letters, una empresa acometida por elites eruditas y clericais en um contexto de modernización a través del crecimiento y la consolidación de um conjunto de relaciones monetarizadas” (POCOCK, 2002, p. 192, grifos no original).

⁸ No original, lê-se: “if there is a revolutionary change in the course of early modern British history it is to be found here; at least, this was the point at which observant contemporary intelligences became capable of saying that such transformation was going on” (POCOCK, 2005, p. 123).

A Inglaterra estava deixando o mundo da guerra civil e social e entrando naquele da razão de estado europeia; estava passando de uma era das Guerras de Religião e penetrava na da Ilustração, na qual os estados eram capazes de controlar seus exércitos e suas tendências fragmentadas relativas à guerra religiosa e civil. Isto representou o fim das políticas hobbesianas; ou melhor, a vitória do Leviatã (POCOCK, 2005, p. 123)⁹.

Ao publicar, em 1988, *The Cultural Meaning of the Scientific Revolution*, a historiadora norte-americana Margaret Jacob reconhece a especificidade do movimento ilustrado inglês: “Ali encontramos um tipo de Ilustração diferente das versões alienadas, filosóficas e até politicamente radicais levantados pelos vários *ancien régimes* do continente” (JACOB, 1988, p. 139)¹⁰. Jacob designa o fenômeno ilustrado inglês como uma “Ilustração Newtoniana”, moderada e associada à ordem *whig* dominante¹¹.

Além disso, a autora argumenta que os filósofos ingleses, ao contrário dos “continentais”, não precisaram se contrapor a uma elite hostil às inovações propostas (JACOB, 1988, p. 140). Ao contrário, os promotores da nova ciência puderam se concentrar em promover um novo ensino científico relacionado à aplicação industrial dos conhecimentos. Segundo a autora, apenas “no fim do século e em alguns círculos seletos, os ingleses promotores de um progresso científico se viraram contra a ordem social e política estabelecida. Este radicalismo destes círculos rivais se compara aos observados no Continente durante as revoluções das décadas de 1780 e 1790” (JACOB, 1988, p. 140)¹².

Dorinda Outram se propôs a responder a mesma questão de Immanuel Kant: “What is Enlightenment?” e apresentou um importante balanço historiográfico sobre a Ilustração. Sobre as interpretações unitárias apresentadas no início do capítulo, a autora afirma que “era normal entender, em última instância, a Ilustração como um fenômeno unitário, como se houvesse uma

⁹ No original, lê-se: “England was leaving the world of civil and social war and entering that of European reason of state; was passing out of the age of Wars of Religion and entering that of Enlightenment, in which states were capable of controlling their armies and their own fissiparous tendencies towards religious and civil war. It was the end of Hobbesian politics; or rather, it was the victory of Leviathan” (POCOCK, 2005, p. 123).

¹⁰ No original, lê-se: “There we find a different kind of enlightenment from the alienated, the philosophically and even potically radical, version thrown up by the various *ancien régimes* on the Continent” (JACOB, 1988, p. 139).

¹¹ Sobre o conceito de “Ilustração Newtoniana”, ver o Capítulo 4, “Crisis and Resolution: The Newtonian Enlightenment”. JACOB, 1988. E também JACOB, 1997.

¹² No original, lê-se: “Late in the century and only within select circles, the English promoters of scientific improvement turned their zeal against the established social and political order. The radicalism of those circles rivals in intensity that found on the Continent during the revolutions of the late 1780s and 1790s” (JACOB, 1988, p. 140).

entidade chamada *a Ilustração*” (OUTRAM, 2013, p. 3, grifos no original)¹³. Apenas a partir dos anos 1970 que os historiadores ampliaram o espaço de análise e se interessaram sobre as bases sociais da Ilustração, principalmente a transmissão das ideias, seus usos e as reações da sociedade (OUTRAM, 2013, p. 4-5). Após apresentar as reflexões de Darnton, Adorno, Habermas, Foucault, a autora conclui que a Ilustração foi interpretada de múltiplas maneiras e que “o termo Ilustração deixou ter muito significado” (OUTRAM, 2013, p. 4-5)¹⁴.

Outram propõe interpretar o Iluminismo através de sua relação com a criação de um mundo global. A emergência do mundo com um único sistema foi marcado por diversos aspectos como o fluxo de pessoas, as redes comerciais, as negociações de *commodities*, a ampliação das frotas navais, a criação de companhias multinacionais, dentre outros. Poucos estudiosos da Ilustração, contudo, atentaram para estas questões e as relacionaram com as ideias das Luzes, fundamentais no processo de expansão do mundo (OUTRAM, 2013, p. 8).

Maria Lúcia Pallares-Burke associou a imprensa periódica ao projeto iluminista de mudança da mentalidade das massas inglesas. Para seu estudo, escolheu o *Spectator*, jornal inglês fundado em 1711 por Joseph Addison e Richard Steele, abordado enquanto um “órgão da imprensa educativa do século XVIII e como formador e veículo de opinião pública” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 23). A autora argumenta que o periódico se tornou modelo da imprensa ilustrada do continente europeu através de suas numerosas traduções em diversos países. Para a autora, o *Spectator* foi fundamental na “conquista cultural” da Europa por parte da Inglaterra¹⁵.

O objetivo de Pallares-Burke é apresentar o *Spectator* enquanto “uma obra jornalística que se insere num momento de transição de valores, de mudança de mentalidade” (PALLARES-BURKE, 1995, p. 21). Além disso, a autora defende o sucesso da empreitada:

É nosso propósito sugerir uma outra hipótese explicativa: o periódico de Addison e Steele foi bem-sucedido em sua ambição de ‘reformatar’ sua época, porque estabeleceu com os leitores um relacionamento íntimo e coloquial,

¹³ No original, lê-se: “it was normal to understand the Enlightenment as ultimately a unitary phenomenon, as if there was an entity called *the Enlightenment*” (OUTRAM, 2013, p. 3, grifos no original).

¹⁴ No original, lê-se: “‘the term Enlightenment’ has ceased to have much meaning” (OUTRAM, 2013, p. 4-5).

¹⁵ Refiro-me à passagem: “É o papel de arauto dos progressos e inovações britânicas desempenhado pela literatura do reinado de Ana: é principalmente pela literatura que a Europa teria sido conquistada culturalmente pela Inglaterra”. PALLARES-BURKE, 1995. p. 37.

envolvendo-os na tarefa educativa em que estava empenhado (PALLARES-BURKE, 1995, p. 21).

Dialogando com Gusdorf, Rudé, Porter e E. P. Thompson, a autora brasileira posiciona-se contrariamente às “interpretações galocêntricas” e defende que a Inglaterra foi precursora do ideário das Luzes:

Segundo estes historiadores, a visão galocêntrica que tem prevalecido considera que a tarefa do Iluminismo foi arrasar com *Ancien Régime* e construir um mundo livre. Para tanto, os iluministas tinham que ser radicais e revolucionários em sua atuação. O quadro em que agiam era fundamentalmente marcado por tumultos e jamais pela serenidade. Assim sendo, como os pensadores ingleses não eram radicais e revolucionários e viviam num ambiente de relativa serenidade, inferiu-se muitas vezes que a Inglaterra não teve um verdadeiro Iluminismo. Ora, um estudo do século XVIII que parta do início e que evite uma visão anacrônica do período torna evidente que, na história das ideias iluministas, a Inglaterra exerceu um grande papel – o de ter vindo primeiro (PALLARES-BURKE, 1995, p. 28-29, grifos no original).

Luiz Carlos Soares, partindo das reflexões de Porter, Thompson, Jacob e Pallares-Burke, argumentou que a Ilustração inglesa representou mais do que uma “fascinação pelos avanços científicos de meados do século XVIII” (SOARES, 2007, p. 22). Ao contrário:

este movimento foi amplo e abarcou diversos campos da vida cultural e intelectual, além de incluir perspectivas e anseios diversos de reforma social (econômica, política, religiosa e educacional), que, no final do século XVIII, chegaram a se constituir, inclusive, pela vertente de um pensamento mais radical (SOARES, 2007, p. 22).

Ademais, ao tratar das considerações de Voltaire, Diderot e D’Alembert sobre o pensamento inglês, Soares defende tanto a existência de um movimento ilustrado inglês quanto a sua anterioridade em relação aos movimentos europeus (SOARES, 2007, p. 27).

Inspirado em Roy Porter e Francisco Falcon, o historiador brasileiro realiza um esforço de periodização do movimento ilustrado em dois momentos, que correspondem às duas metades do século XVIII, considerando as características dos grupos intelectuais e suas ideias. O primeiro momento, correspondente à primeira metade do Setecentos, é caracterizado pelo predomínio do pensamento latitudinário, oriundo do triunfo do partido *Whig* e da elite anglicana liberal após a Revolução Gloriosa de 1688. Baseado em John Locke, Isaac Newton e Samuel Clarke, “o ideário latitudinário se fundamentava na valorização de uma racionalidade sensualista, empirista e indutivista, que integrava plenamente os sentidos ao exercício da razão (...)” (SOARES, 2007, p. 24).

Na segunda metade do século XVIII, o pensamento latitudinário já não era considerado força renovadora como antes. A emergência da *classe média* apontava, segundo Luiz Carlos Soares, as limitações do projeto anglicano liberal, o que se somou à aproximação do monarca George III (1760-1820) aos conservadores *Tories*. Portanto, neste contexto, “a ascensão das ‘classes médias’ trouxe novas demandas materiais, políticas e culturais para a Inglaterra, que, na segunda metade do século XVIII, começava a experimentar um processo de transformações em direção a uma sociedade capitalista e industrial” (SOARES, 2007, p. 30).

No campo intelectual, o modelo newtoniano perdeu força a partir dos anos 1750 pela sua incapacidade de dar conta da diversidade e complexidade da natureza. Os novos pensadores defendiam a transformação da vida, da natureza e também do universo: era a consagração da ideia de que “a natureza tinha uma história e esta história se manifestava sob o signo do progresso, da transformação” (SOARES, 2007, p. 33). Este ideário transformista “contribuiu para fundamentar uma crítica ilustrada mais contundente e radical à sociedade inglesa, que, apesar do status quo de liberdades civis e tolerância religiosa da monarquia Hanoveriana, ainda limitava os direitos políticos e sociais dos dissidentes religiosos” (SOARES, 2007, p. 37).

Em suma, Luiz Carlos Soares, fortemente influenciado por Roy Porter, argumentou que:

a ilustração inglesa, sobretudo na primeira metade do século XVIII, forneceu as matrizes dos movimentos ilustrados dos diversos países europeus continentais (principalmente a França), e refletiu o ideário latitudinário whig, que pregava a tolerância religiosa e a defesa plena das liberdades civis, que se implantou após a Revolução Gloriosa e se fortaleceu com a ascensão ao trono da dinastia de Hanover (SOARES, 2007, p. 186).

Por isso, durante a primeira metade do século XVIII a Ilustração inglesa se caracterizou por uma feição moderada. Somente na segunda metade do Setecentos, a ascensão de novos setores sociais aumentou o clamor por reformas políticas e sociais, que reconhecessem sua importância na ordem econômica do país (SOARES, 2007, p. 187-189).

Considerações Finais

A reflexão apresentada pela historiadora Dorinda Outram na epígrafe deste artigo ganha vulto ao fim desta breve discussão dos principais nomes da historiografia da Ilustração. Há, de fato, muitas definições para a Ilustração e, principalmente, grandes discussões sobre sua origem, sua cronologia e os locais em que ocorreu. A despeito dos riscos da criação de uma falsa dicotomia entre as correntes historiográficas, percebemos a existência de linhas interpretativas

que se posicionam de maneiras distintas acerca da questão principal deste artigo: a ocorrência do fenômeno ilustrado nas terras inglesas.

Até os anos 1970, o domínio recai sobre a linha interpretativa inaugurada por Cassirer e seguida, indiretamente, por Peter Gay. Ambos apreciam o Iluminismo enquanto movimento unitário e homogêneo centrado na França do século XVIII e, portanto, desconsideram a Ilustração inglesa. Na esteira da renovação historiográfica dos anos 1970 e 1980, emergem os trabalhos de Franco Venturi, que amplia a zona de influência do Iluminismo e considera seus ecos em países como Áustria, Itália, Prússia, Espanha, dentre outros. Contudo, o autor é categórico em considerar que a Inglaterra foi o único país europeu ausente no quadro das Luzes, por faltar ali um grupo de filósofos que pudesse conduzir a sociedade perante as lutas políticas e sociais existentes. Ao mesmo tempo, Thompson, Rudé e Gusforf criticam o modelo interpretativo francófono e apontam para as características próprias de processos históricos ingleses, dentre eles a Ilustração.

Robert Darnton, no âmbito da *história do livro*, percebe a circulação das ideias ilustradas através da publicação, edição e impressão da *Enciclopédia* de Diderot e D'Alambert. Apesar de mapear a circulação internacional da obra, não deixa de considerar a Paris da primeira metade do século XVIII como espaço privilegiado de ocorrência da Ilustração. As obras de Margaret Jacob e Roy Porter, nos anos 1980, conseguiram, de fato, incluir a Inglaterra no mapa das Luzes europeias. Jacob defendeu que o movimento ilustrado inglês se configurou enquanto uma “Ilustração Newtoniana”, científica, moderada e aliada à ordem *whig* dominante. Em sólido trabalho, Porter critica as interpretações tradicionais de Ernst Cassirer e Peter Gay argumentando que os ingleses não foram “revolucionários” e “radicais” pois suas demandas não foram constantemente frustradas pelo Estado e pela sociedade.

Dorinda Outram apresentou um importante debate historiográfico sobre o assunto partindo de Immanuel Kant, passando pelas visões tradicionais de Ernst Cassirer e Peter Gay e considerando as obras de Roy Porter, Habermas e Foucault. Como proposta interpretativa, a autora sugere relacionar a Ilustração com o processo de formação do mundo global em seus múltiplos processos históricos. Dois brasileiros, Maria Lúcia Pallares-Burke e Luiz Carlos Soares, dedicaram-se aos estudos do movimento ilustrado inglês influenciados pela vertente historiográfica de Thompson, Rudé, Porter e Jacob. Enquanto a primeira analisou o *Spectator*

como um órgão educativo do processo de mudança de mentalidade da época, o segundo explorou os ideais da Ciência Aplicada e a comercialização do lazer na Inglaterra.

Apesar das profundas divergências entre os autores mencionados neste artigo, é fundamental percebermos que é possível tratar de um fenômeno ilustrado na Inglaterra do século XVIII. Dentre as teses explicativas apresentadas, merece destaque a interpretação de J. G. A. Pocock, que enfatiza a importância da reorganização financeira e militar do Estado inglês pós-1688, composta pela instituição de um exército permanente e de um sistema de crédito público, para o desenvolvimento de uma Ilustração conservadora e clerical. Respondendo às observações de Franco Venturi, o historiador inglês destaca que não houve a formação de um partido de filósofos pois a ilustração britânica se constituiu como um instrumento de uma elite erudita e clerical. Ao que parece, os sutis elogios escritos por Voltaire, filósofo das Luzes, apresentados no início deste capítulo revelam-se justos e precisos: a Luz pode, realmente, ter vindo do Norte.

Referências bibliográficas

- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- DARNTON, Robert. **O Iluminismo como Negócio. História da publicação da “Enciclopédia, 1775-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DARNTON, Robert. **The Business of Enlightenment. A publishing history of the Encyclopédie, 1775-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- GAY, Peter. **The Enlightenment: the rise of modern paganism**. v. 1. New York, London: W. W. Norton, 1996.
- HAZARD, Paul. **A Crise da Consciência Europeia, 1680-1715**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- JACOB, Margaret C. **Scientific culture and the making of the industrial West**. Oxford, New York: Oxford University Press, 1997.
- JACOB, Margaret C. **The cultural meaning of the scientific revolution**. New York: McGraw-Hill, 1988.
- OUTRAM, Dorinda. What is Enlightenment? In: _____. **The Enlightenment**. Third Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The Spectator. O Teatro das Luzes. Diálogo e Imprensa no Século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

POCOCK, J. G. A. Clero y comercio: la Ilustración conservadora em Inglaterra. In: FEROS, Antonio & PARDOS, Julio (Ed.). **Historia e Ilustración. Doce Estudios**. Madrid: Marcial Pons, 2002.

POCOCK, J. G. A. The significance of 1688: some reflections on Whig history. In: POCOCK, J. G. A. (Org.). **The Discovery of Islands. Essays on British History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PORTER, Roy & TEICH, Mikulás (orgs). **The Enlightenment in National Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PORTER, Roy. The Enlightenment in England. In: PORTER, Roy & TEICH, Mikulás (orgs). **The Enlightenment in National Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SOARES, Luiz Carlos Soares. **A Albion Revisitada. Ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. **The poverty of theory and other essays**. Londres: The Merlin Press, 1978.

THOMPSON, E. P; NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no Iluminismo**. Bauru: EDUSC, 2003.

VOLTAIRE. **Cartas Inglesas**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

VOLTAIRE. **Letters on England**. London: Penguin Books, 1980.

4F: Hugo Chávez e o Dia da Dignidade Nacional na Venezuela (1999-2013)

4F: Hugo Chávez y el “Día de la Dignidad Nacional” en Venezuela (1999-2013)

Jorge Luiz Ribas
Graduação em História
Universidade Estadual de Montes Claros
jorges.ribas@outlook.com

Recebido em: 17/08/18

Aprovado em: 25/11/18

Resumo: Neste artigo será abordada a produção simbólica na Venezuela contemporânea por meio da cerimônia do “Dia da Dignidade Nacional” criada pelo governo de Hugo Chávez (1999-2013). Serão discutidos os mecanismos de diálogo de Chávez com a sociedade venezuelana com a finalidade de legitimar-se e produzir, em torno de si, um mito político. Para tanto, tomamos como referência os discursos de Hugo Chávez proferidos nas comemorações entre os anos em que esteve na presidência do país. As comemorações, que celebram a tentativa de golpe de Estado encabeçada por Chávez em 1992, são momentos privilegiados em que se evidenciam a importância do discurso patriótico e o recurso à memória social referente principalmente às décadas de 1980 e 1990 – período de convulsões sociais, políticas e econômicas no país – tendo em vista situar o governo Chávez como uma ruptura do passado e a vanguarda da construção de uma nova nação sob sua liderança.

Palavras-Chave: Hugo Chávez, Dia da Dignidade Nacional, Venezuela.

Resumen: En este artículo se abordará la producción simbólica en Venezuela contemporánea a través de la ceremonia del "Día de la Dignidad Nacional" creada por el gobierno de Hugo Chávez (1999-2013). Se discutirán los mecanismos de diálogo de Chávez con la sociedad venezolana con la finalidad de legitimarse y producir, en torno de sí, un mito político. Para ello, tomamos como referencia los discursos de Hugo Chávez pronunciados en las conmemoraciones entre los años en que estuvo en la presidencia del país. Las conmemoraciones, que celebran el intento de golpe de Estado encabezado por Chávez en 1992, son momentos privilegiados en que se evidencian la importancia del discurso patriótico y el recurso a la memoria social referente principalmente a las décadas de 1980 y 1990 - período de convulsiones sociales, políticas y económicas en el país, con

el fin de situar al gobierno de Chávez como una ruptura del pasado y la vanguardia de la construcción de una nueva nación bajo su liderazgo.

Palabras-Clave: Hugo Chávez, Día de la Dignidad, Venezuela.

Introdução

Hugo Rafael Chávez Frías foi presidente da Venezuela entre 1999 e 2013, encabeçando um governo que se estenderia até 2019, somando ao todo 21 anos, não fosse sua morte. O período em que presidiu o país marcou profundamente a história venezuelana, que ganhou destaque internacional e uma maior atuação na geopolítica do continente latino-americano. Foram quase 15 anos de um governo de cunho personalista com ampla margem de popularidade, um tempo considerável de permanência no poder através de mecanismos democráticos. Durante todo o seu governo, foram realizados diversos referendos à população, dos quais Chávez perdeu apenas um, por uma pequena margem de votos.

As medidas mais impactantes deram-se nos primeiros cinco anos de gestão. Em abril de 1999, pouco depois de se empossar, Chávez promoveu um plebiscito para votar a formação de uma Assembleia Constituinte responsável pela criação de uma nova Constituição, que contou com 88% de votos favoráveis. Em julho desse ano, nas eleições para os representantes da Assembleia, as forças ligadas a Chávez obtiveram a grande maioria das cadeiras, ocupando 119 das 131 cadeiras disputadas. A nova Constituição foi aprovada em dezembro contando com 71% dos votos favoráveis e 28% contra (GOTT, 2004, p. 200). Além disso, concedeu votos aos militares e uniu o poder Legislativo, que era bicameral, em apenas uma câmara, para acelerar projetos em trânsito. O mais simbólico foi a alteração do nome do país para República Bolivariana de Venezuela, em reverência ao “Pai da Pátria”, “O Libertador” Simón Bolívar (1783-1830), consagrado herói da independência venezuelana no século XIX.

Com a nova Constituição, novas eleições foram marcadas para julho de 2000 e os cargos eletivos foram postos novamente em disputa. Chávez venceu a corrida presidencial com uma margem de apoio ainda maior em relação ao pleito anterior: 59,7% dos votos. Em agosto de 2004, houve um referendo revogatório, permitido pela Constituição e utilizado pela oposição, em que se votou quanto a permanência ou não de Chávez no poder. Com 59,1% dos votos, venceu novamente, sendo que dois meses depois desse referendo, a eleição para governadores estaduais

resultou na vitória de 20 governadores aliados ao governo, num total de 22 (VILLA, 2005, p. 162-168). Em 2006, Chávez se reelege presidente com 62% dos votos. São questões políticas que criaram uma situação absolutamente nova.

Embora esse sucesso eleitoral dê uma aparência de estabilidade política, os primeiros anos do governo Chávez foram de intensa instabilidade, numa sociedade profundamente marcada pela polarização e com graves problemas socioeconômicos. Os abalos desse quadro chegaram ao clímax em três momentos específicos: em abril 2002, Chávez sofreu um golpe Estado empreendido pela oposição e apoiado por setores empresariais, midiáticos, militares e principalmente da classe média alta, que o manteve afastado do poder durante dois dias, sendo restituído ao cargo após manifestações populares (principalmente de bairros pobres) junto a setores militares fiéis ao presidente. No final do mesmo ano, enfrentou uma greve da empresa petrolífera, principal motor da economia nacional, que durou até o início de 2003. E, por fim, mas ainda endossando a situação defensiva e delicada do governo, ocorreu o referendo revogatório presidencial em 2004.

De modo que ao tempo que Chávez era um fenômeno político e eleitoral, enfrentava sérios obstáculos internos, tão sérios que chegaram a destituí-lo do poder num orquestrado golpe articulado pela oposição com o conluio da mídia tradicional. No entanto, permaneceu na presidência, e sua popularidade correu em altos patamares até o fim de seu governo. O tom dramático dos acontecimentos políticos na Venezuela em torno de Chávez chamou atenção de diversos observadores de várias partes do mundo, e gerou também a necessidade de explicações para seu êxito em transitar por um turbulento cenário, tornando-se uma figura especialmente emblemática no plano político da América Latina.

Chávez ascendeu ao poder num contexto de desgaste político dos partidos tradicionais em meio à grave crise econômica e representativa das décadas de 1980-90. Além do fortalecimento do executivo, as políticas sociais implementadas por seu governo em favor da população marginalizada, marcadas também pela sensação de maior participação social nas decisões de governo (haja vista as diversas consultas eleitorais dos primeiros anos), diante de uma oposição desacreditada num país dividido e em crise, certamente foram fatores que contribuíram para a adesão à sua figura (VILLA, 2005, p. 163-168). Mas evidentemente, por se tratar de um

fenômeno político complexo, outras reflexões passam a habitar o debate, porque a política não se explica meramente a nível racional e de medidas administrativas. Os elementos em jogo numa determinada conjuntura donde emergem certos líderes não escapam a efeitos do plano simbólico, da atuação do imaginário, da cultura, dos mitos, da teatralização e encenação do poder que envolvem toda a sociedade, como demonstra Georges Balandier (1982) em *O Poder em Cena*.

Durante mais de uma década Hugo Chávez expressou notoriamente o quanto o poder institucional se constitui, para se fortalecer, de elementos dramáticos pertencentes a toda coletividade. Os elementos presentes numa dada cultura, partilhado por diferentes setores, são canalizados e manejados de acordo circunstâncias e interesses de um grupo para se estabelecer, alcançar seus objetivos e causar efeitos políticos práticos. O plano simbólico é componente do real, e como tal, o domínio do político não lhe escapa. Por reflexo dessa constatação, é perceptível a urgência de investigações em busca de explicar quais mecanismos, além do notoriamente superficial e técnico, teriam estruturado o diálogo de Hugo Chávez com a sociedade venezuelana que permitiram consolidar a legitimidade, a mobilização e, muito importante, o consenso, mesmo que nunca completo, em torno de si. Pois a toda mudança, a cada medida, em torno de cada pleito eleitoral, Chávez adicionou elementos simbólicos, expôs em tela e montou sua dramaturgia que também colocava em cena a sociedade, parte imprescindível do teatro do poder, em cuja interação se constrói uma identidade, a estabilidade e o equilíbrio possível, demarca espaços, cria sentidos, incita a adesão, como instrui Baczkó (1985). Para este autor, o imaginário coletivo intervém no exercício do poder, principalmente no poder político, que se pretende eficaz em influenciar decisões e ações na coletividade.

Chávez se municiou de uma vasta constelação simbólica no exercício do poder, mas recorreu especialmente ao mito da nação e da unidade latino-americana, colocando-se como um salvador nacional, sucessor de Simón Bolívar na missão de concluir a independência da Venezuela que permanecia inacabada em fins do século XX, com suas defasagens sociais e políticas. Nos termos contemporâneos, Chávez enfatizou a persistência da exploração nacional, de sua principal riqueza, o petróleo, por uma potência estrangeira e imperialista, os Estados Unidos, aliançada à uma elite apátrida, em detrimento do povo venezuelano. Se outrora Bolívar lutara contra a metrópole espanhola, a independência foi traída por uma burguesia oligarca e entreguista, porém estava predestinada a ser retomada sob sua liderança.

Foi dada a devida atenção por pesquisadores à apropriação do símbolo nacional como importante chave para a compreensão, mesmo que parcial, mas imprescindível, do fenômeno Chávez. As conclusões são aproximadas e vão em direção ao que descreveu Gilberto Maringoni em *A Revolução Venezuelana*, título bem ao gosto do próprio Chávez, que colocou em marcha um projeto revolucionário no país: além de fazer culto a Bolívar, numa versão altamente idealizada em proveito de si próprio e do seu projeto de governo, em incontáveis pronunciamentos e cerimônias Chávez definiu uma narrativa linear que estabelecia uma continuidade entre as guerras de independência e sua ação no governo (MARINGONI, 2009, p. 172). Bolívar é patrimônio cultural da Venezuela, profundamente enraizado no imaginário nacional. Diversas figuras políticas, ao longo da história, utilizaram de sua imagem em busca de legitimação política. Chávez, neste ponto, não tem nenhuma exclusividade, mas possui sua originalidade enfática criando um Bolívar completamente alinhado aos seus ideais, patrono de todas as suas aspirações e medidas na construção do “Socialismo do Século XXI”. Com Chávez, o ícone nacional ganhou mais uma versão adaptada às circunstâncias¹, como eterno instrumento político, que atesta a permanência do dinamismo entre o simbólico e a sociedade na construção das esferas do poder na contemporaneidade.

Portanto, na construção da figura pública de Hugo Chávez enquanto esteve à frente do poder, foram misturadas as políticas socioeconômicas que são inseparáveis da carga simbólica atribuída a elas pela ideologia bolivariana do presidente, o que teria aumentado a capacidade mobilizadora e afetiva em torno do “chavismo”. Como chegara ao poder num contexto de crise e desgaste do sistema político tradicional, Chávez logrou situar-se como uma ruptura ao passado dominado pelos “traidores da pátria”, perpetuadores da miséria, e, sob a bênção d’O Libertador, deu abertura ao novo.

Contudo, para além de uma explicação restritamente “bolivariana” do arcabouço simbólico chavista, interessa-nos aqui demonstrar que Chávez buscou acontecimentos e aspectos históricos do passado recente da Venezuela, das duas últimas décadas do século XX, presentes na memória coletiva do país, que foram muito eficazes na construção dos significados de seu

¹ Maria Lígia Coelho Prado, no breve texto intitulado *Bolívar em várias versões*, publicado na Folha de São Paulo de 21 de agosto de 2007, compara as complexas posições de Bolívar sobre alguns assuntos presentes em documentos históricos e a construção mítica promovida por Chávez, destacando consideráveis distâncias nas convicções ideológicas dos dois.

governo, de seus ideais e de sua imagem mítica. Trata-se da festa cívica de 4 de fevereiro, o “Dia da Dignidade Nacional”, em que há uma ênfase em Chávez como herói, por seus próprios méritos, num culto à sua imagem como redentor nacional e dignitário perpétuo da condução dos venezuelanos.

Do “Punto Fijo” a “Operação Zamora”

O “Dia da Dignidade Nacional” refere-se ao 4 de fevereiro de 1992, quando Hugo Chávez, à frente do Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200)², tentaram um golpe de Estado contra o então presidente Carlos Andrés Pérez, que malogrou e foram detidos. Antes de prosseguir, é necessário fazer uma breve recapitulação histórica do contexto dessa sublevação.

Nos quarenta anos que antecederam a chegada de Chávez à presidência, a Venezuela foi governada por políticos de duas principais agremiações partidárias – Ação Democrática (AD) e o Demócrata Cristão (Copei) – que, através de uma articulação política conhecida como pacto “Punto Fijo” (Ponto Fixo), conduziram a política do país sem fortes abalos ou rupturas no plano político e institucional. O controle político por uma elite circunscrita aos dois partidos teve sua estabilidade assegurada pelas grandes reservas de petróleo, que forneceram ao país relativa tranquilidade econômica, com gradativo aumento na qualidade de vida dos cidadãos no período de “bonança petroleira” da década de 1970 (MARINGONI, 2009, p. 67-70). Entretanto, no decorrer da década de 1980, a “década perdida” de crise econômica e aumento da dívida externa, tal arranjo partidário sofreu um vertiginoso desgaste e perdeu sustentação diante do agravamento da crise social que desembocou em grandes mobilizações de civis insatisfeitos nas principais cidades do país.

Os anos de 1980-90 foram marcados pela expansão da doutrina econômica neoliberal na América Latina, que em poucas palavras, prega o fim da intervenção do Estado na economia,

² De inspiração bolivariana, o movimento foi fundado em 1982 por um grupo de jovens oficiais do exército, liderados por Chávez, e se comprometia a lutar pela emancipação nacional da Venezuela e pela superação dos problemas sociais. O número 200 refere-se ao bicentenário de Simón Bolívar, que seria comemorado no ano seguinte, em 1983. A fundação do movimento se deu debaixo da árvore Samán de Guère, a lendária, sob cujos galhos se diz que Bolívar teria dormido antes da Batalha de Carabobo, decisiva para a independência, em 1821. Depois de formado o grupo, os militares juraram tal como Bolívar no monte Aventino, em Roma, em 1805, quando comprometera-se a libertar a América do domínio espanhol: “Juramos pelo Deus de nossos pais, juramos por eles, juramos por nossa honra e juramos por nossa pátria, que não daremos descanso a nossos braços e nem repouso a nossa alma, até que tenhamos quebrado as correntes que nos oprimem e oprimem nosso povo por vontade dos poderosos” (Citado em MARINGONI, 2009, p. 85-87).

medidas privatistas do patrimônio público, acompanhadas de cortes de investimentos sociais, para saldar a dívida externa e desonerar os cofres públicos. Esta receita foi definida para os países da América Latina no Consenso de Washington, em 1989, nos Estados Unidos, principal credor do continente. No caso da Venezuela, antes mesmo das medidas de corte nos gastos sociais, privatizações e precarização dos serviços públicos que colocariam fim nos “bons tempos” de bonança serem implantadas, explodiram protestos numa escala de mobilizações sem paralelos no continente. O auge da ebulição social se deu em 1989 com o *Caracazo*, quando uma multidão proveniente, sobretudo, dos bairros mais pobres insurgiu na capital com depredações, saques, e barricadas em combate às medidas neoliberais, que aumentaram o preço do combustível, o custo de vida, a pobreza e afetou o funcionalismo público. A revolta, que tomou dimensões nacionais, foi marcada por forte repressão que resultou na morte de centenas de manifestantes. Soma-se a isso o alto índice de corrupção que afetava o cada vez mais desgastado sistema bipartidário do país. Em consequência desses acontecimentos, fortaleceu-se o sentimento de desesperança e apatia política. Afeitos a um Estado que mantinha minimamente os serviços básicos da sociedade com recursos provenientes do petróleo, os ajustes econômicos desencadeados no final da década de 1980 criaram um cenário de verdadeiro caos (MARINGONI, 2009, p. 71-75; GOTT, 2004, p. 72-74; CASTAÑEDA, 1994, p. 22-23).

Foi nesse contexto de crise social e representativa que Hugo Chávez irrompeu no cenário político. Contrário às medidas econômicas do governo, na intenção de reverter tal situação, o MBR³ planejou a “Operação Zamora”, nome que homenageia Ezequiel Zamora, general da Guerra Federal (1859-1863). A operação foi posta em prática no dia 4 de fevereiro de 1992, quando assaltaram o poder em Caracas e Valência para destituir o presidente Pérez. O plano havia sido delatado e os insurgentes foram rendidos no Palácio de Miraflores, a casa presidencial. O tenente-coronel Chávez, como líder do grupo, pronunciou um discurso de 1 minuto e 20 segundos, que foi exaustivamente divulgado por todo o país:

Antes de mais nada, quero dar bons dias a todo o povo da Venezuela, e esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no Regimento de Pára-Quedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros, lamentavelmente, *por enquanto*, os objetivos que nos propusemos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês o fizeram muito bem aí, mas já é

³ Geralmente, refere-se ao MBR omitindo o número 200 que o acompanha em seu nome oficial.

tempo de refletir, e virão novas situações e o país tem de rumar definitivamente para um melhor destino. Assim, ouçam o que digo. Ouçam o comandante Chávez, que lhes lança esta mensagem para que, por favor, reflitam e deponham as armas porque já, na verdade, os objetivos que nos traçamos em nível nacional, é impossível atingi-los. Companheiros: Ouçam esta mensagem solidária. Agradeço-lhes sua lealdade, agradeço-lhes sua valentia, seu desprendimento, e eu, perante o país e vocês, *assumo a responsabilidade* por este movimento militar bolivariano. Muito obrigado (grifo meu) (MARINGONI, 2009, p. 95-96).

Foi uma circunstância excepcional em que alguém desconhecido canaliza em sua figura uma rede de insatisfações sociais, causando identificação, e se estabelece como um herói e salvador circunstancial, esse fenômeno repentino, que pega a todos de surpresa, discutido por Raoul Girardet (1987, p. 63-93). A breve pronúncia de Chávez foi um verdadeiro show midiático e dramático, por quebrar a rotina do país e alcançar uma vitória simbólica. De um ilustre anônimo, tornou-se uma das figuras mais famosas da Venezuela. O discurso foi repetido diversas vezes na TV, com o comandante assumindo a responsabilidade do ato num país mergulhado na corrupção. O momento ainda rendeu um lema político improvisado que seria bastante explorado no futuro: Chávez afirmou que “por enquanto” (*por ahora*, em espanhol) seus objetivos não haviam dado certo, como um prenúncio de seu retorno.

Segundo Maringoni (2009), a expressão ficou famosa. Sugestivamente, “por enquanto” é algo que *ainda* está em andamento, sem ter chegado ao fim e sem ter sido de todo derrotado. Em seguida, Chávez diz que “o país tem de rumar definitivamente para um melhor destino”. Iria Puyosa, que analisou os discursos de Chávez, escreveu que “en ese contexto, era casi lógico que ante un hombre que asumía la responsabilidad se gestara el mito; además, un mito con el mote bolivariano” (PUYOSA, 1998, p. 75). Não houve nenhuma manifestação popular pró-golpe nos dias que se seguiram ao fracasso do levante, mas isso não escondia a situação calamitosa do país. Mesmo que os revoltosos não tivessem angariado a adesão civil, e ela nem mesmo foi solicitada por alguma campanha, isso não significa que não tenha atraído simpatia, por ser um movimento desvinculado da política tradicional, refletindo sintomaticamente a desilusão geral quanto ao governo de Andrés Pérez.

Chávez ficou dois anos preso, até 1994, quando foi posto em liberdade junto com seus companheiros. O caminho das armas não havia dado certo, mas o poder não lhe saiu do horizonte. Os próximos anos foram dedicados a alcançá-lo, dessa vez por via democrática. O

desgaste do *satus quo* dos políticos tradicionais não diminuiu no decorrer da década de 1990 de continuidade das políticas neoliberais, apesar de serem negadas em campanha, mas traduzidas em aumento do desemprego, inflação, insegurança e deficiência dos órgãos públicos. A popularidade de Chávez, ao contrário, crescera desde 1992. À frente do partido MVR⁴ (Movimento Quinta República) e articulado a outros pequenos grêmios políticos, Chávez venceu em 1998 a eleição para presidente da Venezuela com um discurso renovador. O golpe fracassado se mostrou um golpe de sorte.

A partir de então, um acontecimento na história que poderia ter sido notado apenas no momento em que ocorreu, transmutou-se num emblema nacional. Dois dias depois de se empossar na presidência, foi promovida uma manifestação pública no dia 4 de fevereiro, de cunho retrospectivo, que conferiu ao episódio de 1992, mais que à vitória eleitoral, a grandiosidade e solenidade de uma ruptura.

Isso revela que o contexto da tentativa de golpe liderada por Chávez contribuiu para que o ato fosse posteriormente norteador de uma aura de vitória simbólica, quando, de certa forma, o golpe teria captado todos os fervores da esperança coletiva, o descontentamento generalizado da população e antecipado a chegada de Chávez ao poder. Afinal, nos idos de 1992, o objetivo dos sublevados era precisamente agir em oposição às medidas impopulares e ao governo e instaurar uma nova normalidade.

De 1998 em diante, houve, *a posteriori*, uma produção simbólica intensiva sobre golpe de 4 de fevereiro de 1992, que em dado momento se tornou o “4F – Dia da Dignidade nacional”. Como se tentará demonstrar, as cerimônias do 4F serviram de instrumento para a consolidação e socialização de uma memória em relação ao passado, que podem nos revelar aspectos importantes do fenômeno Chávez. Promoveu-se a difusão de valores e ideias específicas, a construção de uma memória com a finalidade de cultivar a adesão e legitimar o novo governo, criar laços de identidade em torno do líder que vão além da apropriação do mito de Simón Bolívar e lançam o próprio Chávez como um herói da nação.

⁴ MVR foi uma alternativa a MBR, pois não se podia utilizar o nome de Bolívar em siglas partidárias que concorressem às eleições. Contudo, em espanhol, as letras “V” e “B” produzem a mesma fonética. Além disso, a boina vermelha utilizada em 1992 era o símbolo da sigla partidária.

Tem-se a hipótese de que o fato de sempre referenciar nas cerimônias as duas últimas décadas do século XX, que nos anos 2000 qualquer cidadão entre 30 e 40 anos provavelmente conseguiria lembrar de alguma maneira, reside o principal componente desses discursos em que Chávez buscou construir sua imagem e legitimidade, sendo uma importante força de mobilização a seu favor. Embora a comemoração não esteja dissociada do bolivarianismo característico e generalizado, ela contém sua importância por estar sedimentada na memória recente dos vivos e que desenvolve um culto organizado em torno de Hugo Chávez.

A construção do 4F – Dia da Dignidade Nacional

Quando venceu a eleição, Chávez tentou alterar o dia de sua posse, que aconteceria no dia 2 de fevereiro de 1999, para dois dias depois, quando se completava sete anos da “Operação Zamora”, porém não conseguiu. Mesmo assim, a ocasião foi aproveitada para celebrar em Caracas, no “Paseo de Los Próceres”, um grande desfile militar em referência ao dia que, sob sua sombra, teria iniciado a construção de uma nova pátria. Embalados na posse presidencial, uma multidão esteve presente, muitos ostentando a “boina roja” (boina vermelha) como réplica à que Chávez usara no dia do golpe, e que se tornou um símbolo (CHÁVEZ, 2005a).

No ano seguinte, em 4 de fevereiro de 2000, na Praça Caracas, Chávez proferiu para a multidão presente um discurso de quase três horas de duração, exaltando a unidade e a feita militar de 1992 como o maior movimento “cívico-militar” do século XX, que inseriu a pátria num novo período histórico. Observa-se em imagens do momento Chávez vestido de militar, com a boina vermelha, à frente de um enorme busto de Simón Bolívar que tinha ao lado esquerdo o letreiro “4F DIA NACIONAL DE LA DIGNIDAD” e do outro lado “AHORA... A CONSOLIDAR LA REVOLUCIÓN BOLIVARIANA”. Há no público simpatizantes de diversas idades, vários usando a boina (CHÁVEZ, 2005b). A celebração do 4F ocorreu durante todos os anos do governo⁵, em vários lugares, orquestrado cada vez com mais afinco ao espetáculo, que segundo Balandier (1982, p. 10), é a ferramenta tão imprescindível que utiliza o poder para marcar sua entrada na História, expor os valores que exalta e afirmar sua força. Todo espetáculo procura adesões, e essas comemorações não buscam outra coisa que empregar uma história idealizada, construída segundo as necessidades do poder estabelecido, em que são

⁵ Talvez com exceção dos anos 2001 e 2006, para os quais não foram encontrados discursos ou informações que atestem a comemoração.

reunidas sob seus símbolos e imagens as pessoas que assistem e o chefe, numa realização comum diante dos acontecimentos do passado, do presente, e do futuro ainda por fazer (BALANDIER, 1982, p. 7-10).

No primeiro governo Chávez (1999-2006), o 4F teve uma existência algo informal, em vias de institucionalizar-se. Nesse período a comemoração conviveu com as frequentes agitações dos primeiros anos do governo a nível institucional, como a constituinte de 1999, a nova Constituição “bolivariana”, duas eleições presidenciais em dois anos (1998 e 2000), o sequestro de Chávez em 2002, a eleição revogatória de 2004 e a reeleição de Chávez em 2006. A veemência desses acontecimentos geraram a necessidade do poder de tomar para si a narrativa e os significados que emanavam das sucessivas mobilizações nacionais, de maneira que se pudesse explicar o presente e garantir a hegemonia. Neste contexto coagiu a primeira fase do 4F, quando se construiu por meio das cerimônias a narrativa oficial do passado recente da Venezuela, sobre as convulsões sociais do *Caracazo* e, principalmente, quanto à atuação do MBR em 1992 como uma necessidade histórica, em respaldo ao clamor do povo, em meio ao qual Chávez foi o redentor. Lembrar este passado contribuiu para situar o governo como uma ruptura que abria espaço para um período completamente novo, confirmado pela ação heroica de Chávez constantemente reafirmada.

Antes de mais nada, portanto, o 4F é um dia para lembrar. Por meio dele o presente de glória e mudança é explicado pelo passado de miséria, revolta e abandono. Anualmente, em meio a instabilidade política e as sucessivas vitórias de Chávez, os elementos constitutivos do ritual do poder foram se definindo. Nele, povo e Forças Armadas se uniram no passado sob o sentimento patriótico e resgataram a pátria da degeneração. Essa Unidade, maiúscula, consagrada em 1992, jamais deveria ser desfeita, porque nela a Pátria se mantém. Se dessa união havia resultado a salvação nacional, aquele golpe teria sido uma necessidade histórica, começada por Bolívar e alcançada sob liderança de Chávez. Sua realização máxima, respondendo as necessidades da pátria e de seu povo, foi dividir a história da Venezuela em duas. Apenas seu governo, produto da inquebrantável união, seria capaz de levar adiante o processo de transformação que se pretendia supremo, incontestável, acima de qualquer divergência.

Na cerimônia de 2003, no “Poliedro de Caracas”, Chávez com a já característica boina roja vermelha, frente a um quadro em que dizia “4F UNIDAD CÍVICO-MILITAR, GARANTIA DE VICTÓRIA”, consagrava:

sólo repito la frase: el 4 de febrero partió en dos la historia venezolana, fue un relámpago que abrió un camino y aquí estamos producto de aquellos hechos y la Venezuela de este siglo XXI estará profundamente marcada por ese día, 4 de febrero de 1992. [...] El siglo XXI venezolano comenzó el 4 de febrero de 1992, adelantamos la historia. Ciertamente, hay que hacer un reconocimiento y recordar el inmenso papel que el pueblo venezolano jugó para que este día pudiera ocurrir, hemos dicho en muchas ocasiones y lo reivindicamos, el 4 de febrero fue consecuencia de muchas cosas de las décadas [...] de los 60, de los 70, de los 80, esas cuatro décadas terribles, pero de manera podemos decir una de las causas mediatas, directas del 4 de febrero fue la rebelión popular del 27 de febrero de 1989, si no hubiese habido un 27 de febrero de 1989 probablemente no hubiera ocurrido el 4 de febrero de 1992 (CHÁVEZ, 2005d, p. 136).

27 de fevereiro foi a data em que ocorreu o *Caracazo*. O 4F teria sido a coroação dessa revolta, a continuação dos anseios e da vontade popular dos revoltosos, que historicamente foi bem sucedida com o 4F. A chegada de Chávez ao governo retira qualquer noção de fracasso. A demonstração de que o 4F havia sido consequência das “décadas terríveis”, ressalta o pragmatismo e planejamento para que ocorresse o assalto ao poder, afastando-se de possíveis aparências de aventureirismo. Ao contrário, deu-se num processo de amadurecimento, foi batizado pela rebelião popular de 1989 que, se foi espontânea, no discurso do 4F aparece como clamor ao MBR, como chamada ao redentor.

Na cerimônia, após definir os heróis do momento, define-se os inimigos:

Había caído sobre nosotros una maldición en el 89, porque aquel gobierno que pretendió imponerle al pueblo venezolano las fórmulas elaboradas por el Fondo Monetario Internacional (FMI), aquel gobierno que pretendió conducir a Venezuela por el camino nefasto del neoliberalismo selvaje no dudó un segundo cuando el pueblo salió a reclamar sus derechos y a protestar ante la ignominia y la imposición, aquel gobierno no dudó un instante en ordenar la massacre popular de aquellos días de febrero y de marzo de 1989 (CHÁVEZ, 2005d, p. 137).

As políticas neoliberais são constantemente recordadas não como mera corrente econômica, mas como medidas nefastas. Seus defensores são considerados traidores da pátria. A repressão é lembrada, denunciando a desolação da sociedade diante de um governo alheio às suas necessidades. Isso contrasta com a atitude de Chávez junto ao MBR, que em 1992 tentaram

destituir justamente o governo indigno de Pérez em ato grandioso e generoso. Chávez é inseparável de seu heroísmo: “este soldado no estaría aquí parado si no hubiese ocurrido el 4 de febrero” (CHÁVEZ, 2005d, p. 138). Assim como o líder se constitui de heroísmo, seu governo não é fruto de uma rotineira eleição, mas da redenção da Venezuela, surge da necessidade coletiva.

É constante o resgate dos antecedentes do 4F para justifica-lo como o encerramento de um governo impopular e um novo começo para o país. O governo de Chávez não teria início com a vitória eleitoral em 1998, mas sim seis anos antes. A negligência da vitória eleitoral produz uma maximização do 4F com sua carga de ruptura, sentido que se quer atribuir à essência de seu governo. Para que a percepção de corte e descontinuidade quanto ao passado sombrio se estabeleça, sedimentar uma memória coletiva quanto a determinados acontecimentos, impedindo de esquecê-los e lhes imiscuindo de sentidos objetivos, explicam o caráter instrumental das comemorações do 4F.

Em relação ao discurso, explica Orlandi (2001), a memória de quem viveu um dado período participa de sua construção. O contexto histórico do *Caracazo* e seus desdobramentos criou uma rede de significados para as pessoas que o viveram. O discurso político tem sentido no marco da crise de governabilidade, de convulsão social, aumento dos índices de pobreza e corrupção. Desse modo, a memória de quem viveu esses fatos participa da produção do discurso do 4F, pois lhe oferece elementos, algum respaldo e correspondência. O 4F, de maneira dramática e teatral, maneja esta memória dispersa e constrói outros sentidos precisos, dando-lhe uma forma. Acontece a apropriação da “memória coletiva”⁶ a fim de representar a experiência vivida por um grupo social de maneira a situar em Chávez o reflexo de suas aspirações. O 4F é uma mediação que busca articular – numa linguagem codificada, que se atribui de símbolos compartilhados por um grupo – as necessidades e demandas dos indivíduos. Em suma, é um sistema de representação da realidade e do vivido que é socializada na celebração e aspira tornar-se hegemônico, dando sentido aos fatos que ocorreram na história e inculcando valores na sociedade.

⁶ Em referência ao conceito de Maurice Halbwachs (2003), em *A memória coletiva*, que aponta para fenômenos e acontecimentos que são, de alguma forma, compartilhados por uma coletividade, mesmo que não tenham todos vivido diretamente esses acontecimentos, mas que deles partilham significados.

Chávez utiliza de símbolos que preexistem no imaginário popular, como Simón Bolívar, mas também compõe outros para que seu discurso ideológico e seu governo mesmo não caiam no vazio. Ele busca uma versão dos fatos das décadas recentes que dará legitimidade à atual situação em que está no poder. Celebrar o 4F resulta simbolicamente em estabelecer uma verdade contra as forças do passado e contra seus opositores, sempre realçando a ideia de desestabilidade antes dele e a superioridade da nova situação.

Com essas possibilidades de significação do símbolo, as metáforas são inevitáveis para condensar sentidos. Em 2004, na comemoração de 12 anos, no “Hipódromo La Rinconda”, em Caracas, Chávez referiu ao 4F como a “rebelión de mayor magnitud y mayor alcance que se conozca de su tipo en la historia venezolana” (CHÁVEZ, 2005e, p. 89), porque foi o advento de uma época:

apenas estaba comenzando un amanecer, de que aquello apenas era la primera campanada del nuevo tiempo que se anunciaba, y fue como dije e cuando dije, compañeros, es tiempo de reflexionar, no hemos logrado, “por ahora”, los objetivos que nos propusimos [...] (CHÁVEZ, 2005e, p.93).

Hugo Chávez chega a cumprir a característica descrição do herói contemporâneo feito por Georges Balandier (1982, p. 7-8), que se porta como “mestre da ‘ciência’ das forças históricas”. Todas as manifestações de Chávez no 4F procuram passar essa impressão. Ele sempre convoca um futuro inevitável – em torno de si – e vantajoso para seus seguidores. O 4F teria sido um anúncio providencial, senão uma revelação, do futuro positivo que os esperava. O presente de Hugo Chávez, o seu governo, é iluminado pelo futuro, mas também legitimado pelo passado. Na cerimônia do 4F o líder quer transmitir a sensação de controle do tempo e da história: em 1992, sob o manto de Bolívar (passado), cumpria predestinadamente a consumação da liberdade nacional (futuro). A eventual derrota não o abateu, e disse que “por enquanto” não haviam conseguido. Sua chegada ao poder anos depois não se tratava de uma contingência, como muitos poderiam interpretar, mas da fatalidade histórica que se cumpria. Agora, no governo, a chegada do futuro era uma questão de tempo.

Aparentemente, o período de campanha entre 1992-1998, entre sua prisão e sua vitória eleitoral, não existiu. Tudo começou em 4 de fevereiro de 1992, “una fecha de esas que definen la historia, que parten la historia en dos [...] como un rayo que partió la oscuridad” (CHÁVEZ, 2005e, p. 95).

Mas assim como a efeméride partiu a história, ela parte também a sociedade, entre aqueles que estão do lado do governo, do bem, e os que estão do lado de lá, do mau. Vê-se enfim estabelecido o roteiro da cerimônia tal como uma peça de teatro, para surtir certos efeitos aos telespectadores que a assistem. A nova época deflagrada no 4F possui seus inimigos contra o qual lutaram antes e ainda lutam no presente. A existência da oposição é vista como um retorno ao passado de desgraça, a tentação da traição da pátria. Para eles, o 4F foi um dia de morte. A dicotomia entre novo/velho, luz/escuridão, vida/morte, futuro/passado fazem o jogo dos contrários:

realmente el 4 de febrero es un día de muerte y es un día de parto, nosotros estamos celebrando el parto, ellos estan celebrando la muerte. Que conmemoren su muerte, las viudas del puntofijismo⁷ está ahora mismo vestidas de negro, de luto, con flores y con velas, están en su derecho señoras, están en su derecho señores, lloren lo que se fue porque más nunca volverá. ¡Más nunca volverá! (CHÁVEZ, 2005e, p. 96).

Chávez não perde de vista seus opositores, porque eles representam a peça chave para sua significação de herói do povo contra a elite gananciosa que, sob seu governo, está enlutada do passado em que exerceu domínio e foi desbancada. A “morte” desses setores resultou no “parto” do novo regime, que tem o papel de defensor, que impede que o passado volte. Nada como dicotomias para discernimento do público que assiste ao teatro do poder.

Iria Puyosa (1998), em *Análisis del discurso político de Hugo Chávez Frías*, afirma que um dos eixos pragmáticos nos discursos chavistas, além das dicotomias, do autoritarismo e do messianismo, é a construção de seus adversários políticos. Os “outros” são tratados como uma praga, cúpulas podres do *Punto Fijo*, “los engañadores de todas las horas”. Essas expressões permitem uma leitura em que Chávez é o único representante legítimo, que pode dar tanto o início como seguir com qualquer mudança possível. Ele apela a uma adesão irrestrita ao seu governo e, ao mesmo tempo em que deprecia a oposição, seu discurso é direcionado a um público específico.

Em 1999, os índices de pobreza e extrema pobreza na Venezuela alcançavam 49,4% e 21,7% dos domicílios, respectivamente, segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para a

⁷ Termo referente ao pacto de *Punto Fijo*, citado anteriormente, que encadeou a política dos partidos tradicionais que governaram a Venezuela antes de Chávez. Neste ano, algumas mulheres opositoristas fizeram um ato contrário à comemoração, vestindo-se de preto, como manifestação de luto. Em referência a isso, Chávez as nomeia de viúvas do “puntofijismo”.

América Latina e o Caribe). É exatamente nessa parcela da população que residirá a maior força de apoio a Chávez (GOTT, 2004, p. 44). No ano de 2004, o governo havia lançado as chamadas missões sociais e outros programas de popularização da saúde, educação, combate à fome etc. Esses fatores conjunturais do governo têm espaço nas comemorações do 4F, que também se converte num momento privilegiado para manifestações de opiniões e demandas geralmente ligadas às circunstâncias. Embora tivesse também apoio nos setores médios da sociedade, Chávez estava ciente de que sua maior força se depositava nos setores menos favorecidos da sociedade, pelo que utilizou as políticas sociais como ferramentas de comparação palpável com o passado: “Vean ustedes, sin 4 de febrero no hubiese Misión Barrio Adentro, sin 4 de febrero no hubiese Misión Robinson, ni Ribas, ni Sucre. Pronto nacerá la Misión Vuelvan Caras” (CHÁVEZ, 2005e, p. 100). Sem o 4F e o governo, tais missões sociais não teriam sido possíveis. E, sem seu governo, todos esses avanços na qualidade de vida geral da população se perderiam.

Como já foi dito, embora busque sua inspiração nos símbolos nacionais, nos supostos princípios de Bolívar, o fundador da nação, instituindo assim a dimensão transcendente de seu governo, Chávez impõe sua marca. A característica das sociedades tradicionais descritas por Balandier (1982), de associarem-se a uma figura longínqua, num mito fundacional sempre retomado para reproduzir uma organização social, reafirmar a manutenção do poder apelando ao imaginário coletivo, não é de toda rompida em Chávez. Ele insere na contemporaneidade da técnica e da ciência, dos meios de divulgação avançados e do acontecimento, a mística do comando impessoal de uma autoridade suprema, dos antepassados que se exprimem por seu intermédio. Contudo, é certo, a eloquência que adorna a superfície dos discursos chavistas também se valida das necessidades imediatas do cotidiano dos venezuelanos. Ele se alimenta dos acontecimentos factíveis de seu tempo e os reforça para afirmar seu poder. A constante comemoração do acontecimento do 4F não indica outra coisa que a vontade de se inscrever duravelmente no tempo e na ordem do poder por meio de ações, obras e criações que expressam “sua” personalidade e brilho.

A cerimônia constrói a figura mítica de Chávez como a permanente subversão da “antiga” ordem neoliberal que aspira retornar, seu constante chamado mantém acesa a chama, sem deixar cair a guarda e cessar os ânimos, sem se dissolver na letargia monótona da burocracia do governo. Por meio da dramatização conjunta dos elementos históricos, o ritual constrói a

mitologia própria do líder, que não se reduz à tradição que representa Bolívar. Não significa dizer que Bolívar não tenha importância simbólica contribuinte na construção do sentido da comemoração, mas que a força simbólica de Chávez reside poderosamente na construção de novos sentidos sintonizados com os problemas contemporâneos e traduzidos em sua figura de condutor da mudança. O apelo à tradição bolivariana se sustenta ou encontra eficácia nos acontecimentos recentes em que Chávez está no centro.

Muito importantes são as operações simbólicas mais permanentes que as solenidades anuais. O 4F engendra sua narrativa da história e dos acontecimentos que se traduz também na política de obras monumentais, os “lugares de memória” preconizados por Pierre Nora (1993), que presentificam o passado em sólidos lugares, impedindo de esquecê-lo. O “Cuartel La Montaña”, de onde Chávez organizou a tentativa de golpe em 1992, transmutou-se, sob seu governo, em Museu Histórico da Revolução, ganhando em seu cuspide um enorme emblema do 4F, que possui em seu desenho um sol nascente, simulando o amanhecer. Um lugar de memória, portanto, em que a imaginação investe de uma áurea simbólica, passando a ser objeto de ritual político, de memoração, de forma a cristalizar uma determinada lembrança e um imaginário. É próprio de seu funcionamento selecionar e sedimentar os aspectos do que se lembra e como se lembra, de maneira a transmitir e preservar no tempo, perpetuando-se para as gerações futuras e para os indivíduos – geralmente a maioria que não participou dos acontecimentos que o lugar simboliza – um estado de coisas, um quadro de sentidos e sinais.

Assim, na construção do 4F, produz-se uma dramaturgia esparsa, importantíssima no exercício do poder segundo Balandier (1982), em que há uma manipulação do imaginário em favor de Chávez, quando são articulados valores nacionalistas, avanços materiais, determinada visão do passado e uma expectativa de futuro promissor a partir de um presente em que as pessoas deveriam compactuar com os valores chavistas. Isso foi possível numa época de crise do poder representativo, neste caso a ilegitimidade do pacto “Punto Fijo”, num processo de instabilidade política, econômica e social, em meio ao qual se intensificou na Venezuela a produção de imaginários, para lembrar Baczko (1985), que possibilitou a produção de novos símbolos que cumprem a função de legitimar e dar sentido à nova ordem que se estabelece, a seu discurso, valores e ideais.

Em 2005 pela primeira vez o título do discurso de Chávez foi registrado nos cadernos oficiais como “dia da Dignidade”. Chávez terminou seu primeiro mandato em fins de 2006 num panorama muito mais estável que no início da década. Com 75% de participação, foi reeleito com quase 63% dos votos para um mandato que desenrolaria até 2013, ano de sua morte. Desde 2004 a Venezuela entrou num processo de crescimento econômico, de aumento dos postos de trabalho, poder de compra e acesso à saúde, estabilizando a popularidade de Chávez em patamares extremamente elevados (MARINGONI, 2009, p. 39-41). Chávez também criou, em 2007, um novo partido, o PSUV (Partido Socialista Unido de Venezuela), que reuniu numa enorme bancada única as agremiações políticas de esquerda aliadas ao governo.

Nesse novo contexto de consolidação do poder de Chávez, os discursos na cerimônia do 4F ficam relativamente menores, mas são compensados pela simbologia de projetados desfiles militares, pela consagração mais sólida de uma memória e ainda por um maior personalismo. No cenário de maior estabilidade, há uma sensível modificação na percepção do tempo, mais voltado para o futuro previsto. O 4F se sofisticou, foi institucionalizado como efeméride nacional a ser promovida pelo governo em todo território do país. Embalado na recente vitória eleitoral em fins de 2006 e nos bons índices socioeconômicos, o tempo presente não era mais ameaçado como antes, pois estava assegurado pela “união cívico-militar” que teria sido moldada em 1992 e assegurada pelo governo bolivariano. Adiante, a tarefa era construir um futuro tão certo que continha nome: “Socialismo do Século XXI”.⁸

No aniversário de 15 anos da tentativa de golpe, em 2007, aproximadamente dez mil militares marcharam no “Paseo de Los Próceres”, na festividade dupla pelo 4F e pela oficialização do Dia da Dignidade num acordo da Assembleia Nacional da República Bolivariana de Venezuela, quando se protocolou o documento em que firmava:

Que este 04 de febrero de 2007 se cumple el décimo quinto aniversario de la epopeya cívico-militar que en 1992 protagonizara el pueblo venezolano y un grupo de militares con ideales patrióticos que [...] pronunciaron en contra de la injusticia, del latrocínio, de la corrupción, de la inoperancia y de la exclusión social sostenida por los ignominiosos gobiernos neoliberales del pasado, cuyos

⁸ Em 2005, foram publicados todos os discursos de Hugo Chávez em cadernos oficiais do governo. É interessante notar que, à maneira da Revolução Cubana (1959), com a qual Chávez nunca escondeu simpatias, a cada ano do governo revolucionário foi dado um nome específico, inserindo no calendário as marcas definitivas e inapagáveis de um novo tempo que teve início com o governo em 1999. Isso pode ser notado nas referências dos discursos de Chávez utilizados neste artigo, presentes na bibliografia ao final do trabalho.

actos inmorales y decadentes generaron la indignación ciudadana manifestada en la explosión social acontecida el 27 de febrero de 1989 (CHÁVEZ, 2007, p. 11).

O documento fala em “epopeia civil-militar” protagonizada pelo povo e um grupo de militares. Trata-se da consolidação de uma imagem oficial de um protagonismo popular que não houve. Há exceção de um grupo de estudantes na cidade de Valência, a participação popular em 1992 foi praticamente nula. Mas na intenção de idealizar o governo como uma união entre militares e civis, o governo Chávez procura inserir uma participação popular que não existiu. A falta de envolvimento real da sociedade em geral no 4F leva a essa tentativa de compensação por meio de uma orquestrada manifestação simbólica e “enquadramento da memória”, para utilizar o termo de Michel Pollak (1989).

Entre outras coisas gerais sobre o 4F, o documento prega o reconhecimento de um novo capítulo na história da pátria, configurado por um governo patriótico e popular, inspirado pelos lendários heróis nacionais e levada a cabo pelo “máximo líder do processo revolucionário Hugo Chávez Frías”. O documento ainda exortava os órgãos públicos de todo o país a promoverem homenagens aos caídos do 4F e a construção de monumentos. Foi criada a condecoração 4F, em homenagem aos que participaram do assalto. O objetivo de institucionalizar oficialmente a data se dá por meio de uma “advertência” ao poder executivo de decretar o dia 4 de fevereiro de cada ano como o Dia da Dignidade e integração civil-militar da República Bolivariana de Venezuela (CHÁVEZ, 2007). Se antes a comemoração ocorria onde estava a presença física do presidente, a partir de então as manifestações simbólicas deveriam estender-se nacionalmente, em meio à manifestações populares, reforçando o perfil civil de um evento do qual eles, originalmente, estiveram ausentes.

Por meio do 4F, Chávez aspirou a mesma posição histórica dos líderes nacionais de outrora. A cerimônia foi construída de maneira a instituir, tal como fizeram com Bolívar, uma simbiose entre líder e nação, onde o seu destino é o destino de toda a coletividade. E de fato, a ausência física de Chávez não impediria que seus seguidores continuassem a recordar o 4F e seu legado, legitimando sua memória, a qual se conectam de alguma maneira, como veremos adiante. O 4F logra instituir um imaginário político e social que possui as características indicadas por Baczko (1985, p. 309), principalmente a consumação de uma identidade de grupo. A identidade construída no ritual em torno do líder e seus heróis demarca os papéis dentro de uma ordem

social, onde cada um tem seu lugar atravessado pela ideologia. Concomitante à construção de um perfil político por meio da cerimônia, são produzidas também a imagem dos amigos integrantes da seita, bem como do “outro”, dos inimigos e rivais. Nas representações do 4F, a entidade “povo” e forças armadas estão unidos, o exército (que Chávez representa, vale lembrar) é tido como a encarnação genuína do povo em serviço da pátria, contra o imperialismo, o neoliberalismo, a repressão, a oligarquia, os traidores da nação. Neste quadro, lutar contra esses inimigos requer a lealdade ao líder aclamado no 4F.

No seu segundo governo, a celebração já admite a vitória incontestável no presente e mira o futuro. A representação do acontecimento de 4 fevereiro de 1992 que se construiu posteriormente almeja estabelecer um padrão de comparação entre o governo Chávez e os predecessores. Estes impuseram medidas de austeridade econômica, reprimiram violentamente as manifestações e dispôs as forças armadas contra os interesses da população, tomando uma postura apátrida e entreguista aos interesses transnacionais; Chávez, à frente de um grupo armado, teria reatado a missão histórica do exército em defender os interesses patrióticos dos venezuelanos, numa suposta união cívico-militar, reinserindo o país em sua destinação histórica de independência contra o imperialismo e colocando a agenda social no centro de seu governo. O passado é de traição, o presente de redenção, porque a nação se reencontrou em Chávez. Ao firmar a narrativa dos acontecimentos passados numa moldura fixa na parede da memória, o passado é lembrado para se festejar o presente de muitas promessas e sonhos, que guia o povo nos caminhos do porvir.

“Hoy, pueblo y Fuerza Armada construimos en paz y en democracia un país de justicia social. Mi Comandante, *por ahora y por siempre*, valió el sacrificio” (grifo meu) (CHÁVEZ, 2007, p. 17). Assim se iniciou a cerimônia do 4F de 2007, com um general fazendo a abertura em reverência e agradecimento a Chávez, recitando seu famoso e consagrado termo de 1992, “por ahora” e adicionando o “por siempre”, na certeza de uma perpetuação do regime, negando qualquer possibilidade de contingência histórica. O discurso do presidente é mais orientado para o futuro promissor, cujas bases já estavam montadas:

¡El que tenga ojos que vea y el que tenga oídos que oiga! Los soldados venezolanos comprometidos estamos junto al pueblo, en la construcción del Socialismo Bolivariano de siglo XXI, único camino para hacer realidad los sueños más sublimes de nuestra Patria. Es el único camino: el Socialismo

Bolivariano, Cristiano, Zamorano, Indoamericano, Venezolano. En esa dirección vamos (CHÁVEZ, 2007, p. 33).

Além de usar de referências históricas para legitimar suas ações, há ainda a recorrência à passagem bíblica que indica uma predestinação sagrada ao futuro em que a esperança está depositada, e em torno do qual se cria coesão e se mobiliza no presente: a construção do socialismo, diferente do que já existiu, desta vez “bolivariano”, “cristão”, “zamorano”, “indoamericano”, “venezuelano”, em suma. Mas, como uma utopia, projetado como o que há de vir, para algo que se concretizará mas ninguém sabe exatamente quando. Um processo, uma caminhada rumo a um horizonte generoso que deve mantê-los em movimento, unidos em torno de um mesmo ideal. Mas seria um socialismo de valores autóctones, que nasce da América Latina, da Venezuela mais especificamente, como outrora ascendeu o farol da libertação, no tempo de Bolívar. Porém, que não se perca de vista a marca atual e chavista, que é indelével, como demonstra o grito de guerra acrescentado ao desfile: “¡Patria, Socialismo o muerte!”.

O Dia da Dignidade constrói fundamentalmente uma narrativa coerente que condensa os acontecimentos, o tempo e a história numa linearidade progressiva irreduzível. Anuncia messianicamente uma nova pátria que se incorpora na figura de Chávez. O evento foi, sem dúvida, um dos mecanismos de fortalecimento do culto à sua personalidade.

Na abertura do desfile de 2009, o apresentador, que media a abertura do desfile e antecede o discurso de Chávez, relembra os atos heroicos do MBR em 1992 que teria motivado “al árduo y agotador pero glorioso proceso en cambio que actualmente nos dignifica como nación ante el mundo y que nos hace sentir orgullosos de ser venezolanos”. Estavam presentes várias autoridades e militares com suas boinas vermelhas para

recibir e homenajear al comandante em jefe Hugo Chávez, líder del proceso revolucionario venezolano, único con características particulares y ejemplo digno para el mundo. Recibamos con un fuerte y calurosos aplausos a estos compatriotas que forjaron el renacer de la esperanza bolivariana, un nuevo amanecer (CHÁVEZ, 2009, p. 1).

Chávez é realçado como líder único e insubstituível. Nesta cerimônia, cantou-se três vezes o hino nacional: uma em honra da pátria, outra em honra ao “Ciudadano Comandante en Jefe” Hugo Chávez e a terceira vez para a bandeira do país, dando a entender que ele estava à mesma altura da pátria e da bandeira nacional, e entre elas, formando a tríade una.

Como de praxe, Chávez tratou de homenagear os caídos, lembrar as décadas passadas, atacar o imperialismo, dizer que o 4F inseriu o país no século XXI, apelar apoio ao seu governo patriótico e impulsionar o rumo ao futuro. Nesse discurso de 2009 ele pede saúde para seguir em frente aos quatro anos que lhe restam de mandato e os outros seis que lhe viriam, até 2019! Já planejava seu quarto mandato. Não era segredo sua intenção de permanecer no poder o máximo que pudesse, pois ele já dizia sobre a conclusão do seu plano em 2021, ano em que se completará duzentos anos da independência definitiva da Venezuela do julgo espanhol. (MARCANO & TYSZKA, 2006, p. 351). Chávez buscava convencer ou estava convencido da transcendência implacável e indestrutível de sua figura. Contudo, vítima das circunstâncias, mais uma vez, aproveita a cerimônia para a mobilização eleitoral em seu favor e estender seu domínio político.

No dia 15 de fevereiro de 2009 foi votada na Venezuela uma ementa constitucional de reeleição ilimitada, para que Chávez disputasse novamente o cargo da presidência em 2012 e permanecesse no governo até 2019. Chávez não se preocupou ou não quis formar um sucessor neste momento, e seu projeto de governo foi tão personalizado em sua figura que não seria exagero supor que quisesse eternizar-se no poder. A ementa foi vitoriosa com 54,3% dos votos e se absteve 32,95% do eleitorado venezuelano.

A simbiose simbólica do líder com a pátria e seu destino traduzida no 4F é reforçada numa passagem em que ele orienta os eleitores a não se equivocarem na hora de votar na ementa de reeleição ilimitada, “para que no se equivoque y no vaya a votar inocentemente contra la Patria, o anular el voto” (CHÁVEZ, 2009, p. 10). O 4F é interessante ainda mais porque é um símbolo que busca suplantiar a imagem de Chávez para além da simples ocupação de um cargo presidencial, tomando para si a narrativa e os significados da existência nacional. Aderir a seu projeto é aderir a essa entidade antiga e sagrada. No seu discurso, ele e o futuro do país se misturam:

¡Venezuela moría! No había salida! El pueblo era masacrado, no sólo el 27 de febrero del 89, todos los días, el pueblo perseguido, masacrado. No se veía salida. De algún rincón tenía que brotar la voz que anunciara un rumbo (CHÁVEZ, 2009, p. 13-14).

Seu ato foi o anúncio de um rumo, de um futuro de paz, glória, “el tiempo que Cristo vino a anunciar: el reino de la paz, el reino de la vida, el reino del bienestar” (CHÁVEZ, 2009, p. 13-14). Vejamos bem: o tempo que Jesus Cristo anunciou que viria iniciou-se com o 4 de

fevereiro de 1992. Cristo, Bolívar, outros heróis e a história venezuelana, tudo converge ao Dia da Dignidade em que Chávez é o salvador e até profeta.

E assim, até o fim, a comemoração do 4F girou em torno de uma simbologia que coloria o passado do país, sua história, suas derrotas e cultivava a necessidade de um herói, militar, como o Pai da Pátria de outrora. Uma vanguarda que orientasse e atendesse o povo e seus anseios. Na celebração de 2011, Chaves afirmou que “el pueblo no podia, el pueblo arrancaba y chocaba contra un muro y caía y se volvía a parar, y volvía a chocar, y entonces se hizo realidad la frase bolivariana, el Ejército es el pueblo que puede, y eso quedó demostrado el 4 de febrero de 1992” (CHÁVEZ, 2011, p. 1). No aniversário de 20 anos em 2012, onde estiveram presentes figuras como Raul Castro, Evo Morales, Rafael Corrêa e outros representantes nacionais latino-americanos, com a boina vermelha, Chávez (2012, p. 3) finalizou seu discurso de uma maneira que talvez sempre esteve na intenção dessa comemoração: “Bueno, este es un desfile histórico, bolivariano, revolucionário. Como es nuestro pueblo e nuestra Fuerza armada. Y además – Alcalá, para que no lo oiga la burguesia – chavista, chavista”.

Em 2013, Chávez enviou uma carta de Cuba para o povo venezuelano na ocasião do 4F, que foi lida pelo vice-presidente Nicolás Maduro. Chávez se tratava de um câncer na ilha, e veio a falecer no dia 5 de março. Mesmo após sua morte, seu sucessor e herdeiro político Nicolás Maduro levou adiante a cerimônia do 4F todos os anos, que é comemorada ainda hoje, em memória do Comandante da Revolução Socialista Bolivariana. O projeto de tornar Chávez um ícone nacional chegou ao clímax após sua morte, quando Maduro se mobilizou para embalsamar o corpo e fixa-lo numa câmara de cristal, homenagem digna dos grandes mitos políticos do século XX, como Lênin, Ho Chi Min e Mao Tsé-Tung. Por problemas técnicos, não foi possível levar esta empreitada de imortalidade cívica adiante. O velório, porém, durou sete dias, a boina vermelha esteve sobre diversas cabeças e um boné trivial estampado com o símbolo do 4F foi bastante cobiçado (LAVELBERG, 2013). Permanece a continuidade do esforço em esconder o homem por detrás de sua significação política, para que não seja carne, mas imagem, um modelo de inspiração para as gerações futuras.

Por todos esses anos, Chávez metamorfoseou-se através do 4F em várias possibilidades do fenômeno histórico do “salvador” descritas por Girardet (1987). Ele foi o salvador desejado,

esperado e clamado. Quando a Venezuela morria, ele apareceu para salvá-la; então deu-se o tempo da presença, do salvador enfim surgido, aquele que atua para cumprir o curso da história, instituindo rupturas e sonhando futuros; vencido pela morte, habitou o tempo da lembrança que seu desaparecimento não foi capaz de dissipar. Seu lugar é a amplitude da memória coletiva, último reduto da construção mítica do herói salvador: Chávez foi enterrado no Quartel La Montaña, que hoje abriga o Museu Histórico da Revolução, que ostenta em seu cuspide o símbolo do 4F e recebe visitas constantes. O sarcófago, que contém a 'Flor dos 4 Elementos' – água, fogo, terra e ar – sustenta o féretro que abriga seu corpo, representando a metáfora do renascer ou florescer da nova pátria e da Nova América.

Considerações finais

O governo de Hugo Chávez na Venezuela é representativo do espaço que a dramaturgia e o espetáculo ocupam no exercício e na construção do poder no mundo contemporâneo. Apesar de não abandonar os símbolos da tradição, como Bolívar, e a nação enquanto entidade antiga, anterior aos indivíduos de dada fronteira, a ocasião do golpe de Estado de 1992 tentada pelo MBR sob liderança de Chávez figura aquele tipo de acontecimento que, inspirando-nos em Balandier (1982), marcam o tempo presente das democracias por quebrarem a rotina e se tornarem espetáculos midiáticos que interferem no rumo das coisas e na organização do poder. A autoridade de Chávez foi gestada num pequeno discurso que proferiu diante das câmeras e divulgadas para todo país, assumindo a tentativa de golpe em meio à ilegitimidade dos órgãos representativos e convocando o futuro. Foi uma situação típica para germinar a figura do herói descrito por Balandier (1982, p. 7-8), engendrado em sua força dramática, oferecendo surpresa, ação e sucesso, ao menos simbólico, que lhe provoca adesão.

Ao ser eleito presidente três vezes, numa sucessão interrompida por sua morte, Chávez recorreu à cerimônia do 4F, em constante reinterpretação do passado e produção de imagens, símbolos e imaginários que são inseparáveis do seu poder. O 4F traduz a dramaturgia do poder estabelecido que procura perpetuar-se pela manipulação do imaginário a seu favor, retomando mitos antigos e construindo mitos novos que alimentam o campo político e lhe dão sentido.

O Dia da Dignidade Nacional tratou-se, então, de uma cerimônia legitimadora do governo Chávez através da apropriação de símbolos nacionais e da memória social do período

das décadas de 1980-1990. Com o passar do tempo, na medida em que Chávez se estabilizou no governo, a cerimônia anual demonstrou ser também o reflexo de sua política personalista e autoritária, na medida em que se instituía como via única e irrevogável de superação dos problemas do país e marco indelével de uma nova época.

Como foi dito acima, as apropriações da figura de Simón Bolívar por Chávez em seus diversos discursos e em constantes aparições públicas tem chamado a atenção de observadores e pesquisadores como a principal fonte a que recorreu para incentivar a coesão social em torno de suas ações e ideias. Porém, como vimos através do 4F, ele também utiliza efetivamente de mecanismos simbólicos intimamente ligado às circunstâncias em que chegou ao poder, que contribuem para a construção da sua própria imagem enquanto líder e herói nacional. A partir dos significados produzidos nas celebrações do 4F, a história da nação venezuelana teria necessariamente que destaca-lo como referência mais importante depois de Bolívar, como atualizador, continuador e finalizador vitorioso de sua tarefa. Não é uma honra simples.

Qualquer análise histórica de figuras legendárias envolve a dificuldade de perceber em que momento acontece a passagem do histórico ao mítico. Como escreveu Girardet (1987, p. 82):

Todo processo de heroificação implica [...] uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência.

O legendário de Hugo Chávez é inseparável do *Caracazo* e do golpe de Estado de 1992, em meio a que surgiu sua imagem. Mas não parou por aí, diversos outros elementos contribuíram para o aperfeiçoamento de seu semblante algo coerente. A geopolítica mundial na qual a Venezuela estava desfavorecida, ao tempo que se trata de um dos maiores produtores de petróleo do mundo, incrementou a busca de maior protagonismo internacional. No contexto de fins de século de avanço do neoliberalismo e das desigualdades sociais, juntamente à apatia política, fomentou um discurso contrário à hegemonia da oligarquia venezuelana, dos Estados Unidos e dos órgãos econômicos internacionais (FMI e Bird). Após ter seu mandato ameaçado em 2002, durante a década de 2000, no cenário político latino-americano, Chávez se tornou o governo mais antagônico em relação aos EUA, no plano geopolítico e em sua retórica (MONTEIRO, 2014). Atento às técnicas contemporâneas, que de maneira alguma vieram para minar o simbolismo das

ações humanas, Chávez criou seu próprio programa de TV dominical, o “Alô, presidente”, ousada máquina de propaganda política em que atendia ao vivo ligações de cidadãos de todo o país para ouvir suas premências. Isso não apenas disseminava sua presença para dentro dos lares, mas lapidava sua mística aura de protetor disponível, que atua diretamente.

Chávez apelou para as forças da ruptura, da mudança, e soube se consolidar entre um grupo social específico, com o qual procurou construir sua identidade. Afirma-nos Richard Gott (2004, p. 12) que, no governo Chávez, “em todos os morros apoia-se a revolução”, e diz adiante que “quem apóia Chávez são os pobres” (GOTT, 2004, p. 44). Os biógrafos Marcano e Tyszka (2006, p. 335) escreveram que Chávez foi rotulado de diversas maneiras, mas que ninguém poderia deixar de observar e reconhecer seu carisma, “essa magia que estabeleceu com os pobres da Venezuela”, além disso, “para eles, Chávez é um sentimento profundo, inquestionável; uma emoção que já se tornou uma fé”. Também é inegável a comoção nacional que causou o seu falecimento.

As cerimônias foram uma transmutação simbólica que traduziu os aspectos contextuais numa comoção nacional. Não se trata no 4F, como se pode pensar, de simplesmente fazer uma apologia à militarização da Venezuela, de inculcar uma serventia militar nos cidadãos⁹, mas algo muito mais significativo. Subsistiu em todas as comemorações - o que aponta para sua força afetiva de criar coesão por meio do símbolo e da imaginação - a identificação a um herói que buscou canalizar os protestos diante da situação política e econômica do país no final do século XX de hegemonia do neoliberalismo. Toda e qualquer manifestação simbólica do governo Chávez tem sua eficácia mobilizadora dentro de um contexto democrático que favoreceu seu tipo de liderança. Chávez procurou, exemplarmente, conduzir sua imagem no caminho de uma hegemonia carismática admirável contrária ao *status quo*, favorecida pela imensa divulgação de sua imagem em 1992. Para melhor compreendermos o fenômeno de seu governo, de constantes vitórias eleitorais num mandato personalista que alcançaria 21 anos não fosse interrompido por sua morte, é preciso relacioná-lo com o ambiente social, político, econômico e cultural específico em que ele de fato se realizou, sem jamais, contudo, menosprezar sua potencialidade mítica, dos

⁹ Um dado exclusivo da Venezuela é que desde 1958 o país não passou por ditaduras militares, ao contrário do restante da América Latina. As Forças Armadas não são relacionadas ao autoritarismo sangrento que marcaram sua participação nas ditaduras dos países vizinhos.

quais é dependente. Não satisfaz as evidências de que seus discursos são depósitos de símbolos. Chávez demonstrou que o diálogo dinâmico entre o ritual, o simbólico e o político vai continuar na história sempre aberta a cesuras.

Num jogo de duas memórias não excludentes, uma que resgata Bolívar como fundamentação para o governo e outra que Chávez buscou consolidar sobre si mesmo em suas práticas através do Dia da Dignidade, foi construída a força de sua imagem. Trata-se, enfim, de reconhecer o símbolo do 4F como uma memorização do acontecer social, como estabelecimento de certa memória unificadora, sendo um importante fator do exercício do poder: a celebração é um momento privilegiado em que se decide o que deve ser lembrando, como deve ser lembrado e, importante, o que deve ser esquecido, com a finalidade de ação prática no cotidiano da vida das pessoas. O golpe de 1992 foi despido de sua carga de violência e adquiriu uma nova legitimidade.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: Leach, Edmund *et al.* **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada**: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHÁVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del desfile militar en conmemoración del 4 de febrero. *In.* **1999: Año de la refundación de la república**. Caracas: Ediciones de la presidencia de la República, 2005a. p. 39-46.
- CHÁVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la conmemoración del 4 de febrero de 1992. *In.* **2000: Año de la relegitimación de poderes**. Caracas: Ediciones de lapresidencia de la República, 2005b. p. 101-138.
- CHÁVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la conmemoración de los 10 años del 4 de febrero de 1992. *In.* **2002: Año de la resistência antiimperialista**. Caracas: Ediciones de la presidencia de la República, 2005c. p. 155-159.
- CHÁVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la conmemoración del 4 de febrero de 1992. *In.* **2003: Año de la contraofensiva y la victoria antiimperialista**. Caracas: Ediciones de la presidencia de la República. 2005d. p. 133-152.

CHÁVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la conmemoración del XII aniversario del 4 de febrero de 1992. *In.*: **2004: Año de la gran victoria popular e revolucionaria**. Caracas: Ediciones de la presidencia de la República. 2005e. p.87-105.

CHÁVEZ, Hugo. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la concentración “Día de la Dignidad”. *In.*: **2005: Año del salto adelante hacia al socialismo del siglo XXI**. Caracas: Ediciones de la presidencia de la República. 2005f. p 121-150.

CHÁVEZ, Hugo. **4F El Amanecer de la Esperanza**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información, 2007.

CHÁVEZ, Hugo. **Desfile cívico militar con motivo del XVII aniversario de la rebelión militar del 4 de febrero de 1992**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009.

CHÁVEZ, Hugo. **Conmemoración del 4F** (Fragmentos do discurso de 2011). Disponível em <http://www.revolucionomuerte.org/index.php/discursos/discursos-comandante-hugo-chavez/171-chavez-diferencias-entre-el-4-de-febrero-de-1992-y-el-27-de-enero-de-1989>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CHÁVEZ, Hugo. **Desfile 20 aniversario del 4 de febrero de 1992** (Discurso de 2012). Disponível em: <http://www.revolucionomuerte.org/index.php/discursos/discursos-comandante-hugo-chavez/115-lea-el-discurso-del-comandante-chavez-en-el-desfile-del-20-aniversario-del-4f-de-1992>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Disponível em: http://interwp.cepal.org/cepalstat/WEB_cepstat/Perfil_nacional_social.asp?Pais=VEN&idio_ma=e.. Acesso em: 10 ago. 2018.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOTT, RICHARD. **À sombra do libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LAVELBERG, Carlos. Boné alude a golpe fracassado de Chávez vira souvenir cobiçado na Venezuela.... **UOL Notícias Internacional**, Caracas, 09 de mar. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/03/09/bone-que-alude-a-golpe-fracassado-de-chavez-vira-souvenir-cobicado-na-venezuela.htm>. Acesso em 11 ago. 2018.

MARCANO, Cristina. TYSZKA, Alberto Barrera. **Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Revisionismos de relações com os Estados Unidos e suas variáveis nos governos progressistas da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.57, n.1, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000100177&script=sci_arttext. Acesso em: 9 ago. 2018.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, (10), 1993. p. 7-28.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2001.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO, Maria Lígia Coelho. As versões de Bolívar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2101200707.htm>. Acesso em: 11 ago. 2018.

PUYOSA, Iria. Análisis del discurso político de Hugo Chávez Frías. Gesta de un mesías. **Comunicación**, nº 104, Caracas, Centro Gumilla, 1998.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, 19(55), 2005, p. 153-172.

Trajelórias, mobilidade social e comércio no Atlântico no século XVIII: o padre angolano Lourenço da Costa de Almeida e seus familiares

Trajectory, social mobility and slave trade in the Atlantic in 18th century: the angolan priest Lourenço da Costa de Almeida and his family

Júlia Porphirio Orioli
Mestre em História
Universidade de Brasília
juliajpo@gmail.com

Recebido em: 30/04/2018

Aprovado em: 18/11/2018

Resumo: O presente artigo visa retratar o caso do Padre Lourenço da Costa de Almeida e sua família para, a partir dele, compreender a dinâmica familiar, as conexões culturais e o envolvimento dos religiosos no comércio de escravos. Por meio de testamentos, habilitações, mercês e documentos referentes ao religioso e seus parentes. Com familiares morando na Bahia e em Luanda, o padre insere-se na lógica mercantil escravocrata como um braço da empresa familiar em África. Seus parentes fizeram fortuna como militares em terras angolanas e participantes do comércio de africanos escravizados. Parte dos parentes migrou para a Bahia, onde adquiriu terras, títulos, como habilitações da Ordem de Santiago, Ordem de Cristo, provedor da Alfândega, e cargos na Fazenda Real. Através dos vestígios da trajetória deste padre e de seus familiares somos capazes de compreender a complexidade do tráfico de escravos no Atlântico e as fortunas formadas através do comércio de escravos que criam uma elite luso-africana com influência em Angola e na Bahia.

Palavras-Chave: Escravidão, Igreja Católica, História do Atlântico, Angola.

Abstract: The article research the participation of the Angolan priest Lourenço da Costa de Almeida and his family in the Atlantic slave trade, in the 18th century, and the connections between his family and the many location of the ocean. His parents lived in Bahia and Luanda and formed a slavery enterprise, the priest were in the slavery mercantile logic been part of this enterprise in Africa. His parents made fortune in the military service in Angola and in the slave trade. A section of his parents moved to Bahia were they acquired lands and titles. Through of the trace elements of the priest Lourenço and his family we are able to know the complexity of the slave trade in the Atlantic and the fortunes made by this trade that made a luso-African elite with influence in Angola and Bahia.

Keyword: Slavery, Catholic Church, Atlantic History, Angola.

A partir das expansões marítimas o globo alterou-se. O mundo ocidental passou a girar em torno do oceano Atlântico, onde as economias e culturas transformaram-se. O europeu, o americano e o africano ocuparam outros lugares além de seu continente de origem e disseminaram suas culturas pelo globo. Surgiu uma nova ordem ocidental gerida por uma economia de mundo, ou seja, a produção deixou de ser local e espalhou-se, no sentido de complementaridade – uma localidade produzia uma mercadoria, outra uma diferente e essas seriam trocadas e espalhadas pelo globo, de tal maneira que sedas chinesas foram trocadas por escravos no interior da África, escravos foram trocados por ouro no Brasil, onde produziam o açúcar que era distribuído na Europa (BAYLIN, 2009, p.8).

No processo de trocas transatlânticas, não circularam somente produtos, também desembarcaram pessoas, plantas, doenças, costumes, línguas, culturas, literatura e ideias. A vida nos portos transformou-se, o que fez surgir uma comunidade presente em várias outras cidades e que circulou pelo oceano. Nesse novo contexto atlântico, o africano tornou-se um dos agentes mais importantes para o funcionamento das relações.

As mudanças que ocorreram devido ao início das navegações no Atlântico despertaram a curiosidade de estudiosos ao longo dos séculos. Os pesquisadores buscaram, e ainda buscam entender, essas novas conexões atlânticas a partir desse período. Eles se preocuparam com as interações comerciais, sociais, culturais e linguísticas. As pesquisas geraram um campo nas Ciências Sociais e Humanas: os Estudos Atlânticos e a História Atlântica.

Os primeiros estudos sobre o Atlântico datam de 1870, quando pesquisadores do Império Britânico debateram sobre as relações entre a Inglaterra e as Américas. Entretanto, foi somente a partir de 1960, com a inauguração do primeiro departamento de História Atlântica, na John Hopkins University, que a História Atlântica se concretizou no meio universitário como campo de estudos para além da perspectiva geográfica, apresentando conceitos e grupos de pesquisa específicos (GREENE; MORGAN, 2009, p.3).

No período entre 1950 e 1970, a economia foi o principal objeto dos historiadores que pesquisavam sobre o Atlântico, porém não foi o único da geração pós-guerra – os historiadores também discutiram as políticas. O problema dessas análises iniciais sobre o Atlântico é que esses autores discutiram o Atlântico em perspectiva europeia, esquecendo os africanos e americanos, que foram essenciais para economia atlântica (THORNTON, 2009, p.2).

Nas décadas de 1970 e 1980 a História Atlântica se consolidou, os autores passaram a diversificar o campo de estudo, antes muito voltado à troca de produtos e passaram a debater sobre as formações linguísticas e culturais no Atlântico. Atualmente, além do aumento nos objetos de pesquisa da História Atlântica o enfoque alterou-se, africanos e americanos passaram a ser essenciais na constituição da região.

Os religiosos envolvidos no comércio de escravos representavam essas relações móveis estabelecidas no Atlântico. Eles se inseriram em um contexto ligado às várias margens do oceano, de tal maneira que apresentavam relações sociais, comerciais e pessoais no Brasil, em Portugal e em Angola. Também eram indivíduos nascidos na África, descendentes de portugueses e/ou africanos, com uma conexão com as culturas de todos estes lugares, o que fez deles intermediários culturais. O entendimento da História Atlântica neste contexto é fundamental para a concepção destes sujeitos, que circulavam pelo Atlântico via missões religiosas e comércio de escravos.

A inserção da Igreja Católica na lógica mercantilista portuguesa se dá principalmente com a outorga, em 1452, da Bula Dum Diversas, que reconhecia aos portugueses e espanhóis o direito exclusivo de explorar as terras “descobertas”, reduzir os pagãos à escravatura, criar missões católicas e fundar Igrejas nas regiões (ABRAMOVA, 1981, p.20; MIRA, 1983, p.44). O poder concedido pelo papa para o rei de Portugal originou a outra ordem papal que instituiu o padroado. Essa instituição permitia ao monarca criar Igrejas e ser responsável pelas missões em suas áreas de influência, ficava a cargo do governo a criação e a manutenção das missões nas suas regiões de relacionamento; em consequência, a bula papal dava ao monarca o dever de pagar a remuneração dos religiosos e proporcionar locais de domínio a eles. No significado completo da palavra, Portugal ficou encarregado de proteger a Igreja fora da Europa e, em troca, ganhou apoio e sacralidade (AZZI, 1987, p.46-49).

Com a promulgação da Bula, Portugal controlou o clero: os religiosos só podiam investir em regiões depois da autorização do rei; a Coroa também podia proibir a publicação de Bulas pontífices. Funcionando sobre esse regimento, a religião tornou-se aparato para a expansão do poder português (ALENCASTRO, 2002, p.23). A união entre Portugal e a Igreja foi a base da evangelização em Angola.

Dessa maneira, a Igreja Católica penetrou na África e mais especificamente em Angola. No entanto, a conversão dos africanos foi diferente de outros lugares. Os povos que habitavam as regiões hoje conhecidas como Congo e Angola tendiam a aderir à religião, dependendo dos seus interesses. Caso eles quisessem apoio português para alguma guerra, eles facilmente se convertiam. Todavia, caso

os portugueses fossem os inimigos, eles negavam a fé católica e continuavam a cultuar seus próprios deuses. Os africanos da África Central Ocidental não abandonaram suas crenças e costumes; muitas vezes, adaptaram-nas para lhes garantir status em suas próprias sociedades ou na luso-africana, que se formou nas cidades portuárias.

O clero regular, composto por europeus, era minoria e subsidiado pelo governo português, bem como, ganhava mais. O clero secular recebia muito menos e era composto em sua maioria por africanos e luso-africanos que buscavam na carreira religiosa a ascensão social. No entanto, essas diferenças de remuneração e os altos lucros gerados pelo comércio de escravos os atraíam para os negócios transatlânticos. Além de comercializar escravos os padres também poderiam se envolver com ofícios relacionados aos ganhos com o comércio de africanos delegados a eles através do padroado, como o batismo e a carimbação dos cativos.

Os padres seculares naturais de Angola eram importantes instrumentos para a inserção da Igreja Católica em terras africanas. Eles dominavam a cultura, as línguas locais, o que os portugueses tinham grande dificuldade de compreensão (MARCUSSE, 2012, p.43-44). Segundo Teresa Lacerda:

Os sacerdotes nascidos no «além-mar», quer os que não tinham qualquer ligação ao «Velho Mundo», quer os filhos de pais portugueses, estavam sujeitos às influências culturais e religiosas autóctones. Na mente dos decisores religiosos europeus havia clara consciência que a aceitação destes elementos nas fileiras sacerdotais implicava uma hibridação do próprio Cristianismo por mais doutrinado que fossem, estes missionários estavam sempre subordinados a um extracto cultural não europeu, o que tinha implicações directas na interpretação da mensagem e nos rituais. (2016, p.214-215)

Os padres nascidos na África supriam a escassez de religiosos. Poucos padres queriam ir para a região que foi considerada insalubre pelos europeus. A formação de clérigos naturais é parte importante na formação de um catolicismo africano, que uniu a cultura africana com elementos do cristianismo. Muitos deles eram filhos de sobas, lideranças africanas, ou faziam parte da elite luso-africana que dominava a região de Angola. Eles eram instruídos para exercer o cargo porque tinham facilidade com as línguas locais, pois, muitas vezes, as aprendiam desde pequenos, o que os fazia dispensar tradutores em sermões e confissões. Os padres nascidos em Angola também tinham relação direta com a cultura africana, o que facilitava a aproximação com as sociedades da região, além de morrerem menos de doenças características da zona tropical (MARCUSSE, 2012, p.43-48). Por essa razão, durante o período inicial da ocupação portuguesa, construíram dois seminários: um em São Tomé e outro em Cabo Verde.

Em Angola não foi criado seminário, no entanto, Portugal tinha interesse no intercâmbio de africanos. Havia projetos de criação de um seminário na Europa para as populações africanas, porém a pouca concretização da formação eclesial em Angola se deu devido ao aumento do volume do comércio de escravos, e, por conseguinte, ao preconceito (BOXER, 2007, p.18-19; MARCUSSI, 2012, p.54). Para suprir a carência por padres naturais da terra, os Jesuítas assumiram a formação dos religiosos autóctones e inauguraram o Colégio da Companhia de Jesus em 1618 (LACERDA, 2016, p.221). No entanto, os jesuítas davam aos seminaristas educação rasa, ou seja, eles formavam o clero menos instruído do que os religiosos formados nos seminários fora de Angola.

Os principais frequentadores das escolas de formação de padres em Luanda eram filhos de sobas (liderança africana) ou filhos de comerciantes luso-africanos ou africanos (MARCUSI, 2012, p.51). A formação de religiosos garantia status aos seminaristas. Muitos dos comerciantes de escravos financiavam a instituição e colocavam um de seus filhos, geralmente o mais novo, para se tornar religioso, como parte da demonstração de prestígio e ascensão social (BOXER, 2007, p.19-20). O padre Lourenço foi um deles: formado em Luanda, foi cônego pela Irmandade de São Pedro; seu pai era comerciante de escravos e tornou-se parte da elite luso-brasileira e luso-africana.¹

O presente artigo visa retratar o caso do Padre Lourenço da Costa de Almeida e sua família para, a partir dele, compreender a dinâmica familiar, as conexões culturais e o envolvimento dos religiosos no comércio de escravos.

Padre Lourenço da Costa de Almeida

Para demonstrar o envolvimento do padre e seus familiares no comércio de escravos em Angola, analisaremos as relações deste religioso pelo seu testamento e outros documentos. Estes são: o processo de herança, o processo de habilitação (este ocorre quando um sujeito solicita a herança que lhe foi designada e precisa provar que ele é a pessoa citada), no documento de partilha do seu sobrinho Rodrigo da Costa de Almeida e na carta de mercê dele. Estes encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino e fonte publicada sobre os seus familiares na obra *Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Antonio da Santa Maria Jaboatão*, de Pedro Calmon que comenta sobre a família do Padre, suas posses e mercês.

¹ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

O padre Lourenço da Costa de Almeida foi do clero “natural” de Angola, nascido na região, filho de pais portugueses. Seu testamento, registro arquivado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, data de 1752.

Ele viveu em Angola na primeira metade do século XVIII, período de grandes mudanças na África Central Ocidental. A região foi o centro do comércio de escravos no Atlântico Sul: estima-se que saíram da região aproximadamente 4.875.000 escravos, número que equivale a 44% de todo o comércio atlântico (MILLER, 2002, p.67). Desse total, a maioria saiu do porto mais importante ao sul da linha do equador do período, Luanda. O porto, no século XVIII, tornou-se a cidade mais populosa da África Central Ocidental, com maior número de europeus e com o maior volume em exportações de escravos.

No século XVIII, o comércio de escravos estava consolidado na faixa costeira e de forma precária nas redes/parcerias com o sertão, e em plena expansão. Na segunda metade do mesmo período, o volume de escravos aumentou, assim como as trocas culturais e sociais. O crescimento econômico do mercado escravista possibilitou o aumento de fortunas e facilitou a inserção de novas famílias que chegavam a Angola.

O envolvimento de indivíduos participantes da Igreja Católica no comércio de escravos é visto em vários níveis: alguns poderiam participar como intermediários do comércio do interior e agir “diplomaticamente”, buscando a manutenção de relações com as elites. Elias Corrêa, militar luso-brasileiro que viveu em Angola e escreveu *História de Angola*, na segunda metade do século XVIII, comenta sobre a participação de padres no comércio:

Estes clérigos ambulantes, comissários do seu próprio cabedal; ou porque tenham achado esquisito gosto pelo comércio que praticão; ou porque o temor da morte que apresta o clima em regulares estações os constanja a ter pouca demora nele; não se atrevem a adquirir Curado, ou Benefício de Igreja. As dos Certoens, inculcando vistas de interesse aos espíritos ambiciosos; nem por isso os convida a pertende llas; mas seria bonita punição encomendar-lhas. (CORRÊA, 1937a, p.100).

Segundo Lacerda, em 1692, o governador da região relatou que ocorriam muitas falhas de conduta dos capelães, “pardos e naturais deste Reino”. Ele ainda afirma que não cumpriam com seus deveres religiosos, e o principal defeito deles era a participação no comércio de escravos (2016, p.221). Existem vários comentários sobre a participação de clérigos no comércio de escravos, entretanto há poucas pesquisas sobre a atuação desses indivíduos e sua identidade.

O padre filho da terra, Lourenço, nasceu em Angola. Nos registros de sua morte e em seu testamento não há menção à data de seu nascimento e à sua idade. Sabemos que ele escreveu seu

testamento em 1748 e que o processo de solicitação e habilitação de sua herança pelo sobrinho, o provedor da Alfândega da Bahia Domingos da Costa de Almeida, foi concedido em 1752.

A família do padre Lourenço inicia sua trajetória em Angola com a mudança de seu avô, Domingos, para a região. Ele foi para a África com sua mulher e filhos. É um exemplo da mobilidade social dos recém-chegados em terras africanas. Domingos da Costa de Almeida foi para Luanda servir o exército e alcançou ascensão social na África por meio do comércio de escravos.²

Como muitos homens do mar em fora, eram chamados assim, pois, iam para Angola em várias situações - como degredados, militares, religiosos -, mas boa parte chegava a terras africanas com o mesmo objetivo de comercializar escravos. No continente, eles estabeleciam relações com mercadores locais e as chefias africanas, caso resolvessem adentrar o interior angolano. A maioria dos homens do mar em fora era composta por negociantes e militares que começavam suas carreiras como voluntários nos exércitos. Os homens do mar em fora, como o avô do padre Lourenço, eram recém-chegados em Angola que comerciavam ou iam para a África para iniciar um negócio.

Ele iniciou uma carreira militar com rápida ascensão social. Ao final da vida, foi coronel e escrivão proprietário da Fazenda Real, cargo exercido pelos poucos letrados de Luanda e que dava remuneração e prestígio na cidade.³ Ao mesmo tempo que exercia esses ofícios, Domingos fez fortuna com o comércio de escravos, o que garantiu a ascensão de sua família na elite luso-africana de Angola e na luso-brasileira da Bahia, como será apresentado a seguir.

O pai do padre Lourenço, o tenente Rodrigo, nasceu em Faro, Portugal e, como muitos luso-africanos, ascendeu na carreira militar e foi comerciante de escravos, inserindo-se na elite de Luanda:

Serviu em Angola sete anos, de 1687 a 1694, capitão-mor da província de Lobolo, tenente-general de artilharia, provedor da fazenda, “com muito zelo e desvelo”. Mandava suprimentos às fortalezas “em embarcações suas sem despesas da fazenda real”, e nelas foram de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia muitos soldados. “sem frete”. Deu 4 mil escudos à Santa Casa de Luanda, de que era provedor; recebeu em 1688, o hábito de Santiago transformado no de Cristo com tença de 50\$ para a filha D. Maria. A mulher, D. Ana Duque, era de Luanda, filha de João Duque Estrada, capitão de Traz os Montes, T.T., **Genealogias Manuscritas**, v. 30, arv. 71 v. Na Bahia fora soldado e alferes, capitão da guarda do governador Alexandre de Souza Freire, 5 de janeiro de 1671, **Doc. Hist.**, v. 61, p. 214, que renunciou em seu benefício o lugar de provedor da alfândega, 7 novembro de 1713, **Doc. Hist.**, v. 24, p. 94. (CALMON, 1985, p.106).

² ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

³ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53; AHU, cx. 37, doc. 53.

As embarcações de Rodrigo circulavam por todo o Atlântico Sul. O dinheiro de sua folha de partilha, comentado pelo seu filho, o padre Lourenço, estava espalhado em Luanda, Lisboa, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia.⁴ A ligação da família do tenente Rodrigo com a elite luso-brasílica, principalmente na Bahia, fê-lo mudar com o primogênito Domingos para a cidade brasileira, deixando alguns de seus filhos, como o padre Lourenço, em Angola, para controlar a margem africana, parte importante dos seus negócios. Em Salvador, ele integrou a guarda do governador e ocupou o cargo de provedor proprietário da Alfândega da Bahia, ofício que era ocupado por poucos, indicando a ascensão da família luso-africana em terras brasileiras (CALMON, 1985, p.106).

Rodrigo fazia parte da elite de Luanda e da Bahia, podendo ser chamado de nobre. Como os moradores das regiões de influência de Portugal, a exemplo do Brasil e de Angola, não tinham condições de se inserir na nobreza natural ou hereditária, eles buscavam várias maneiras de participar da nobreza civil. Para isso, algumas instituições serviam na formação de nobres regionais, como a fidalguia real, os hábitos e comendas das três ordens, familiatura do Santo Ofício, cargos oficiais, tropas pagas e cargos municipais (SILVA, 2005, p.8). Rodrigo acumulou vários desses elementos de constituição de nobiliatura civil em Angola e na Bahia. Ele foi proprietário do cargo de escrivão da Fazenda Real em Angola e provedor proprietário da Alfândega da Bahia, cargos de distinção na lógica dessas regiões.

Havia duas maneiras de ocupar um cargo da Fazenda Real, serventia ou propriedade (SILVA, 2005, p.81-82). O tenente foi proprietário de dois cargos da Fazenda Real. Significava que estes poderiam ser transferidos aos seus descendentes, como ele fez com o cargo de escrivão, que foi passado por gerações para seus filhos e parentes de Angola. O seu genro, doutor Manoel Antunes de Almeida, casado com dona Maria de Almeida, recebeu o ofício de escrivão da Fazenda Real de Rodrigo.⁵ Seu cargo de provedor da Alfândega também perdurou em sua família, sendo ocupado pelos seus filhos, neto e bisneto (CALMON, 1985, p.106-107). Outro elemento de ascensão social em Angola e na Bahia foi a sua inserção como provedor da Santa Casa de Misericórdia de Angola. Na Bahia deste período, segundo Vasconcelos (1997, p. 22), esta irmandade era a mais prestigiosa e, geralmente, seus provedores eram homens de negócios.

A obtenção por Rodrigo do hábito de Santiago e da Ordem de Cristo pode ser considerada a consagração da inserção da família nas elites luso-africana e brasileira. A habilitação nas ordens de Cristo, de Santiago e de Avis foi importante no período moderno para a construção de uma ideia de

⁴ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

⁵ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 8, f. 112-112v; AHU, cx. 37, doc. 53.

nobreza civil nas regiões de influência portuguesa (SILVA, 2005, p.16). Existiam duas maneiras de se adquirir um hábito das ordens militares: “por via da graça”, em que o rei concedia a um nobre natural a mercê, e “por via da justiça”, a mais comum, em que um civil requeria a ordenação (OLIVAL, 2001, p.22).

Rodrigo solicitou a habilitação na justiça – o processo era longo, burocrático e caro. Antes de 1750 o candidato deveria preencher alguns requisitos, como limpeza de sangue, que significava não ter familiares cristãos-novos (OLIVAL, 2001, p.56; SILVA, 2005, p.100). Outro deles era não ser filho nem neto de “mecânico”, pessoa que exercia trabalhos manuais, como sapateiro, cozinheiro, entre outros - essa categoria era complexa, pois durante o tempo se alterou (SILVA, 2005, p.20-28; OLIVAL, 2001, p.57). O candidato que solicitava a habilitação das ordens poderia fazê-lo de acordo com o serviço prestado à Coroa – eram militares com mais de oito anos de serviço prestado e não poderiam ter problemas com a justiça (SILVA, 2005, p.78; OLIVAL, 2001, p.119). Para provar que se encaixavam nessas categorias principais, os requerentes iniciavam o processo via Conselho Ultramarino, que avaliava a requisição e dava o seu parecer ao rei. Este, geralmente, seguia o parecer do Conselho e encaminhava o processo para a Mesa da Consciência, que analisava a conduta e genealogia dos requerentes. Na petição, tinham de provar a veracidade por meio de testemunhas e documentos (SILVA, 2005, p.79-80; OLIVAL, 2001, p.108-109).

Ter o hábito das ordens militares garantia *status* de nobre, privilégios na justiça, isenção de impostos e alguns recebiam uma tença, pensão. Na Bahia, região em que Rodrigo residia quando recebeu suas habilitações, as ordens eram desejadas por vaidade, o que não causou ônus na Coroa portuguesa, pois facilitava a concessão de mercês honoríficas em vez de pecuniárias, que exigiam da Fazenda Real. Poucos recebiam a Ordem de Santiago. Na Bahia, antes de 1706, havia 22 pessoas; entre elas, estava o pai do padre Lourenço. O baixo número de portadores do hábito dessa ordem não era pela dificuldade de recebê-la, mas pela falta de interesse (SILVA, 2005, p.114). Posteriormente, Rodrigo recebeu a habilitação de Cristo, a mais disputada e valorizada.

Nota-se a mobilidade social de Rodrigo, pai do padre Lourenço, sua ascensão e de sua família em uma elite baiana e angolana. Essa representatividade nas duas margens do Atlântico também evidencia a sua mobilidade geográfica. Sua família ficou dividida entre as margens. Segundo Vasconcelos, os comerciantes da Bahia mantinham essa mobilidade geográfica por intermédio de suas parcerias nas várias regiões do comércio escravista (1997, p.12). Lourenço e sua irmã, já citada dona

Maria, ficaram encarregados dos negócios da família em Angola, enquanto o pai e o irmão residiam em Salvador e controlavam seu comércio.

O casamento de Rodrigo também compõe um elemento importante na vida da elite luso-africana. Seus membros utilizavam-se dos casamentos para estabelecer relações sociais e comerciais. A escolha de uma noiva cuja família já estava inserida no comércio de escravos era essencial para ascender socialmente em Luanda. Rodrigo casou-se com D. Ana Duque, nascida em Luanda, filha de um capitão de Trás-os-Montes, interior de Portugal, provavelmente comerciante de escravos na região. Dona Ana Duque teve quatro filhos, além da já citada dona Maria de Almeida, o padre Lourenço e o primogênito Domingos. A outra irmã do padre Lourenço foi a madre Maria da Costa de Almeida, que viveu no convento de Santa Clara, na Bahia.⁶

O convento de Santa Clara do Desterro da Bahia foi o primeiro convento feminino fundado no Brasil, em 1677, e logo tornou-se retrato do mundo secular da Bahia e repositório das mulheres da elite baiana (SOEIRO, 1974, p.210). Colocar uma filha no convento era demonstração de *status* e ascensão social da família. A maioria das famílias ricas, principalmente as de comerciantes e senhores de terras, colocava suas filhas na instituição. A mulher deveria cumprir alguns requisitos, como pureza de sangue, ser batizada, e sua família deveria arcar com taxa alta para a manutenção da moça no convento de Santa Clara (SOEIRO, 1974, p.214). Havia alguns motivos para colocar a filha na instituição: religiosidade, tradição familiar e, o mais importante, a manutenção da pureza da mulher que, devido à falta de bom casamento, deveria manter-se casta para não alterar o *status* da família (SOEIRO, 1974, p.218-219). Ter parentes no convento facilitava a aquisição de crédito, a inserção em irmandades e ordens. Rodrigo, neto do já comentado tenente homônimo, teve três irmãs no convento, o que facilitou a obtenção de créditos para negócios (SOEIRO, 1974, p.223-224).

O primogênito da linha sucessória de Rodrigo e dona Ana Duque, também nascido em Luanda, Domingos, serviu no exército em Angola por 20 anos. Mudou-se para a Bahia, onde se tornou provedor da Alfândega no lugar de seu pai (CALMON, 1985, p.106). Ele também adquiriu o hábito da Ordem de Cristo e, como seu pai, colocou três de suas quatro filhas no convento de Santa Clara.

O filho de Domingos também foi chamado Rodrigo da Costa de Almeida, nome de seu avô e pai do padre Lourenço. Nascido na Bahia, foi descrito como homem de negócios e importação.⁷ A partir da segunda metade do século XVIII, ocorreu valorização do comércio de grandes volumes e o

⁶ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

⁷ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral Habilitações, Rodrigo, mç. 4, doc. 62.

termo negociante começou a ser utilizado, alterando o sentido da palavra mercador (PEDREIRA, 1992, p.411-412). O termo negociante, a partir do século XVIII, referia-se aos comerciantes de grandes volumes e ultramarinos, com grande variedade de negócios, e a parcela da elite (PEDREIRA, 1992, p.413; 1996, p. 358). Essa alteração no termo foi parte da valorização do comércio: ser chamado de homem de negócio significava participar da elite de negociantes que poderiam se enobrecer. A trajetória do negociante foi descrita da seguinte maneira:

Rodrigo da Costa de Almeida, II, Nasceu na Bahia, batizado a 17 de maio de 1717 na freguesia de São Pedro, padrinhos o avô e homônimo e D. Joana Cavalcanti, mulher do desembargador Joseph de Sá de Mendonça (disse, requerimento a habilitação à Ordem de Cristo, **T. T.**, m. 1, n. 5, que obteve a 3 de novembro de 1751). Familiar do Santo Ofício a 27 de junho de 1756, **T. T., Fam.**, m. 4, n. 62, Irmão da Santa Casa em 1759, **L. de Irmãos**, 4, fl. 229, duas vezes vereador, membro de número da Academia Brasílica dos Renascidos, ao lado do cunhado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Intendente de marinha e armazéns reais, em cujo exercício ainda estava em 1778, foi, como o pai e o avô, Provedor proprietário da Alfândega da Bahia. Casando a filha única, passou “com toda a sua casa” para os Reinos. (CALMON, 1985, p.107).

O negociante e senhor de engenho da Bahia também adquiriu vários cargos e fez parte de instituições que demonstravam a sua participação na elite local. Como seu pai e avô, foi provedor proprietário da Alfândega e adquiriu o hábito da Ordem de Cristo. Tornou-se irmão da Santa Casa da Bahia, outra importante instituição na nobilitação e nos *status* dos comerciantes de escravos (VASCONCELOS, 1997, p.22). Ocupou o cargo de vereador no Senado da Câmara Municipal da Bahia, outro elemento de ascensão social (SILVA, 2005, p.146).

Outro ofício de ascensão social que exercia Rodrigo foi o de familiar do Santo Ofício. Segundo Silva:

Eram os familiares do Santo Ofício que informavam o comissário local sobre os casos que pertenciam à jurisdição inquisitorial, ao mesmo tempo, que se encarregavam de todas as diligências determinadas por aquele representante eclesiástico do Santo Ofício. Quando a prisão dos suspeitos era acompanhada do sequestro de bens, deviam os familiares mandar chamar imediatamente o Juiz de Fora, ou o Juiz Ordinário, para que fosse inventariar os bens do preso” (2005, p.160).

Os critérios para a escolha de familiar do Santo Ofício eram: ter pureza de sangue, saber ler e escrever, ser capaz de fazer averiguações secretas e, o mais importante, possuir fortuna, pois se exigia que o familiar viajasse para acompanhar casos (SILVA, 2005, p.161). A participação como familiar do Santo Ofício não dava caráter nobre aos participantes; no entanto, garantia prestígio social e a constatação de alta renda. Rodrigo, ao ser integrante dessa instituição, garantia para a sociedade a sua distinção social.

A participação de Rodrigo na Academia Brasílica dos Renascidos da Bahia foi parte da demonstração de prestígio e ascensão social. Criada em 1759, essa instituição visava a elaboração da história da América portuguesa nos moldes da Academia Histórica Portuguesa. Ambas as academias buscavam demonstrar a legitimidade da ocupação dos portugueses nas suas regiões de influência, principalmente no Brasil (PESSOTI, 2008, p.5-6). Rodrigo estava entre os 40 membros numéricos, ou seja, participantes efetivos que deviam apresentar monografias sobre variados temas (LAMEGO, 1923, p.13). O provedor da Alfândega também esteve na reunião de fundação da Academia, em 19 de maio de 1759, e permaneceu nela durante seu curto tempo de atividades, até 10 de novembro do mesmo ano, quando o fundador e diretor, José Mascarenhas, foi preso por não cumprir ordens para expulsar os jesuítas da região (LAMEGO, 1923, p.116; PESSOTI, 2008, p.8).

A Academia dos Renascidos da Bahia tinha entre os seus integrantes oficiais da administração religiosos, juristas e nobres. Exigia-se que os integrantes fossem bons oficiais, com capacidade para obter conhecimentos teóricos, fazer parte da elite e, em alguns casos, ser nobre (MORAES; NASCIMENTO; SILVA, 2010, p.57). A participação de Rodrigo nessa instituição lhe dava *status* de letrado, o que aumentava seu prestígio e sua ascensão social.

Os negócios da família do padre Lourenço se espalharam em ambas as margens do Atlântico. Sua relação com o comércio iniciou-se com o envolvimento de seu avô no comércio em Angola e atravessou as gerações, envolvendo os descendentes de seus irmãos. A empresa familiar tornou-se proeminente tanto nas margens de Angola, onde ocuparam cargos de alta relevância, como escrivão da Fazenda Real, como no Brasil, onde as gerações ocuparam o cargo de provedor da Alfândega da Bahia. Esses indivíduos fizeram parte da construção de uma comunidade atlântica com conexões em ambas as margens do oceano e influência em quase todas as regiões lusófonas.

Rodrigo, sobrinho do padre, entrou com o processo de requisição da herança que o clérigo concedeu a seu irmão. No documento, o padre Lourenço deixou vários indícios de sua relação com o comércio de escravos em Luanda. O primeiro elemento demonstrativo foi a declaração de Lourenço da Costa, em seu testamento, afirmando que tinha juro na Junta do Comércio, em Lisboa. Segundo o padre:

Em Lisboa na Junta do Comércio e hoje no Conselho da Fazenda tenho a juro como consta da minha folha de partilha dois contos de réis cento e cinquenta e seis mil réis duzentos e quarenta e sete réis na mão de Francisco Velho da Costa em Lisboa os

juros vencidos deste dinheiro que por cartas e mais documentos consta estarem cobrados.⁸

A Junta do Comércio de Lisboa substituiu a Confraria do Espírito Santo da Pedreira, irmandade fundada no século XV que reunia os mais ricos e “honrados” mercadores de Lisboa. Pombal, em sua política econômica, suprimiu a confraria e instituiu a Junta do Comércio de Lisboa, em 1755, posteriormente alterando o nome desta para Conselho da Fazenda, como afirma o padre Lourenço na citação anterior. Segundo Pedreira: “com efeito na nova instituição, que é entendida como uma “Junta de homens de negócio”, apenas estão representados os “homens de negócio estabelecidos com cabedal e crédito nas praças de Lisboa, ou do Porto” (1992, p.413).

Ter dinheiro em instituição como esta significava participar de grupo seletivo de comerciantes de “grosso modo”, ou seja, que se incumbia de altos volumes comerciais de exportação. Os membros da Junta do Comércio tinham algumas facilidades na obtenção de crédito e isenção de impostos para o comércio (PEDREIRA, 1992, p.412-414).

Para se aplicar dinheiro na Junta do Comércio de Lisboa, devia-se estar envolvido com o comércio ultramarino ou de abastecimento em Portugal, ou seja, era necessário comerciar grandes volumes. O autor comenta que o volume comercial dos negociantes era tão elevado que eles tinham aplicados na Junta entre 2 e 65 contos de réis cada um (PEDREIRA, 1992, p.421). Portanto, quando o padre Lourenço comenta em sua folha de partilha que tem juros na Junta Comercial de Lisboa, isso significa que o clérigo e sua família tinham dinheiro aplicado nessa instituição, mesmo por meio do nome de outra pessoa. Ele somente poderia estar com dinheiro ali devido ao seu envolvimento com o comércio de grande volume ultramarino.

As relações do padre Lourenço também revelam o homem proeminente em Angola, e sua rede de influência pode ser percebida pelo seu testamento. O padre demonstra essa influência por meio dos nomes citados – tanto os dos testamenteiros, como quanto os das pessoas a quem ele deixa a sua herança. Conforme sinalizado anteriormente, em um primeiro momento, serão evidenciados os testamenteiros, os quais são basilares para o entendimento das redes formadas. Os testamenteiros eram pessoas de confiança e prestígio escolhidas para a tarefa, pois, eles ficariam responsáveis pela partilha e cumprimento do testamento, garantindo a cobrança das dívidas e distribuição das rendas e terras. Assim, quanto mais proeminente os testamenteiros maior era a demonstração de prestígio do testador.

⁸ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53, f. 5v.

Muitos recusavam, pois se tratava de uma incumbência difícil, a qual poderia levar anos, e por isso escolhia-se mais de um nome.

Padre Lourenço solicita que três pessoas cuidem de seus pertences: a primeira, o tenente-coronel Paulo Domingues Vila Nova; a segunda, o tenente-general da Artilharia do Reino de Angola José Correia Leitão, filho do também tenente João Teixeira Leitão – a sua patente foi concedida em 1719.⁹ O último testamenteiro era o capitão da fortaleza de Santo Amaro, em Angola, Custódio Simões da Silva.¹⁰

Todos os testamenteiros foram militares de alta patente em Angola, o que demonstra relação próxima do padre com pessoas da alta sociedade da região de Luanda e do interior. Ocorria relação direta entre os capitães-mores e os militares. Geralmente, especializavam-se também no comércio de escravos. Seus pagamentos eram efetuados em mercadorias, como tecidos, farinha e aguardente, principais produtos de troca com os africanos. Isso facilitava a inserção dos capitães-mores no comércio de escravos. Mesmo com a proibição da participação dos militares no comércio de escravos no interior de Angola, em 1765, eles permaneceram envolvidos com o mercado de homens em Angola (CÂNDIDO, 2006, p.85).

A respeito da distribuição dos bens do padre Lourenço, começando pelo Brasil, deixou a maioria do seu dinheiro para seu irmão Domingos, provedor da Alfândega da Bahia.

Declaro que no Brasil na mão de meu irmão o senhor Domingos da Costa de Almeida param vinte e nove contos, quinhentos quarenta mil duzentos noventa e cinco réis, e deste deixo na conta do meu irmão quatorze contos e setecentos trinta mil novecentos e quarenta e sete réis.¹¹

O padre deixou o dinheiro de Lisboa, na Junta do Comércio, também para o seu irmão. Lourenço declarou que tinha mais de dois contos de réis no Rio de Janeiro, dinheiro que era de seu pai e o padre o herdou, com o capitão Domingos Francisco de Araújo, já falecido, deixando-o para a viúva do capitão. O padre cobrou dívidas de Francisco Casado de Lima, que vivia em Pernambuco, deixando a quantia para sua sobrinha dona Ana de Almeida.

Em Angola, o capitão Francisco Antônio Roberto, filho do desembargador e ouvidor do Reino de Angola Gaspar da Silva Reis, herdou do padre duas escravas. O clérigo deixou propriedades de terras nos arredores de Luanda, chamadas arrimos. Essas terras eram responsáveis pelo abastecimento

⁹ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, f. 437.

¹⁰ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 32, f. 399v.

¹¹ ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53, f. 5.

de produtos alimentícios à cidade, situando-se em redor de Luanda e ao longo dos rios. Selma Pantoja remete sua origem à fase inicial de apropriação das terras pela guerra e acordos feitos pelos sobas (PANTOJA, 2001, p.37-38; FERREIRA, 2012, p.135). A escrava Izabel Conceição recebeu a alforria, herdou dinheiro para o seu casamento e dois arrimos no Bengo, com todos os escravos e objetos de valor que existiam dentro das propriedades. Para a mãe dela, Felipa Ribeiro, o padre deu a carta de alforria, um terreno em Guinby e dois outros em Sacle.¹² Esta prática era comum em Angola: comerciantes, militares e religiosos deixavam suas heranças para as escravas e libertas, geralmente, os arrimos (PANTOJA, 2001, p.38).

Além das terras, o padre Lourenço deixou para Izabel Conceição e Felipa Ribeiro vários escravos, em sua maioria de ganho, ou seja, escravos que tinham ofício definido prestavam serviços para outros moradores e a remuneração ia para seu senhor. O religioso tinha mais quatro carpinteiros, dois barbeiros, um cozinheiro, um sapateiro e um ferreiro. O barbeiro era uma espécie de cirurgião que fazia sangramentos e tentava curar as pessoas. Era um ofício bem específico e mais frequentemente ocupado pelos africanos, pois estes eram considerados mais especializados que os brancos (FERREIRA, 2012, p.131-132).

Como em todas as cidades do Atlântico, em Luanda o escravo era amplamente utilizado e era responsável por uma série de serviços. O valor de um escravo com ofício específico era alto, pois este tinha habilidade que poucos exerciam. Eram comuns reclamações sobre a falta de carpinteiros, barbeiros e, principalmente, trabalhadores para os ofícios relacionados com a construção civil. Portanto, ter escravos deste gênero dava lucros ao dono.

O padre Lourenço fez parte de uma família luso-africana e atlântica. Os seus parentes tinham negócios espalhados por Brasil, África e Portugal. Tornaram-se prósperos no comércio de escravos e outros negócios, como produção agrícola e abastecimento. As pessoas com quem ele se relacionava também compuseram a elite escravista de Luanda, o que aproximou o padre Lourenço do comércio de escravos. A herança que ele herdou, assim como as terras, são consequência da ascensão da sua família por intermédio do comércio de escravos em Angola.

Considerações Finais

O funcionamento do comércio de escravos no Atlântico foi muito além dos comerciantes e seus navios: envolvia indivíduos de todos os setores da sociedade de Angola e das margens do

¹² ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53, f. 7-7v.

Atlântico, e entre esses encontravam-se os padres. A análise do envolvimento dos religiosos e seus familiares com o comércio de escravos demonstra como as relações eram estabelecidas no Atlântico, assim como a participação deles em ordens religiosas, cargos públicos e outros títulos que demonstravam a ascensão social da família e dos comerciantes. Pensar nas atuações desses sujeitos no comércio de escravos é entender relações complexas e compreender a história do Atlântico e do comércio de escravos pela mobilidade e participação de sujeitos variados na composição da história.

Documentos Manuscritos

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). **Testamento Padre Lourenço da Costa de Almeida**. Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mç. 30, n. 7, cx. 53.

ANTT. **Registro Geral de Marcês**, Mercês de D. João V, liv. 32, f. 399v.

ANTT. Carta Patente. Tenente-Geral da Artilharia do Reino de Angola, **José Correia Leitão**. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 10, f. 437.

ANTT. Testamento **Rodrigo da Costa de Almeida**. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral Habilitações, Rodrigo, mç. 4, doc. 62.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Solicitação de **D. Ana Dionizia Duque de Almeida**, filha de **Manuel Antunes de Almeida**, para que o cargo de Escrivão da Fazenda Real de Angola permaneça em sua família. Angola, cx. 37, doc. 53.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVA, S. U. Aspectos ideológicos, doutrinários, filosóficos, religiosos e políticos do comércio de escravos. In: UNESCO. **O comércio de escravos negros, séc XV – XIX**. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 19-38.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: mito e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAILY, Bernard. The idea of atlantic history. *Itinerario*, v. XX, n. 1, p. 19-44, 1996.

BAILY, Bernard. *Atlantic history: concept and contours*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2005.

BAILY, Bernard. (Ed.). *Sounding in atlantic history*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

BOXER, C. R. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALMON, Pedro. **Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Antonio da Santa Maria Jaboatão**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. v. 1.

CÂNDIDO, Mariana Pinho. **Enslaving frontiers: slavery, trade and identities in Benguela 1780-1850**. Tese (Doutoramento)—York University, Programa de Pós-Graduação em História, Toronto, jul. 2006.

- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa, 1937a. v. 1. (Série E-Império Africano-Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa).
- FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-cultural exchange in the atlantic world: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. The present state of atlantic history. In: _____. (Ed.). **Atlantic history: a critical appraisal**. New York: Oxford University Press, 2009.
- LACERDA, Teresa. A Formação de um Clero Nativo no Padroado Português (Séculos XV-XVIII). Dinâmicas de uma História Intercultural? In: LARCHER, Maria Madalena Oudinot (coord.), MATOS, Paulo Teodoro de (coord.). **Cristianismo e Império Conceitos e Historiografia**. Lisboa: CHAM, 2016.
Ebook:https://run.unl.pt/bitstream/10362/23950/1/CHAM_eBooks_D1_Cristianismo_e_Imp_rio.pdf acessado em: 02/11/2018
- LAMEGO, Alberto. **A Academia Brazilica dos Renascidos: sua fundação e trabalhos inéditos**. Paris: L'edition d'art gaudio, 1923.
- MARCUSSI, Alexandre Almeida. A formação do clero africano nativo no Império Português nos séculos XVI e XVII. **Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, v. 4, n. 2, p. 38-62, ago./dez. 2012.
- MILLER, Joseph C. **Way of death: merchant capitalism and the angolan slave trade 1730-1830**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.
- MIRA, João Manuel Lima. **A evangelização do negro no período colonial brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de; NASCIMENTO, Jarbas Vargas; SILVA, Marcela Verônica. Formalidade, representação e linguagem nas academias brasileiras. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, GEFÉFIL, ano 16, n. 48, p. 51- 62, set./dez. 2010.
- OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1614-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.
- PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos: Angola no século XVIII. **Caderno de Pesquisa do CDHIS: Revista do Centro de Documentação em Pesquisa de História**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 375-389, jul./dez. 2010b.
- PANTOJA, Selma. João Teixeira de Carvalho, ou comment être un anti-héros en Angola? Dix-Huitième Siècle, Paris, **La Découverte**, n. 44, L'Afrique, p. 61-77, 2012.
- PANTOJA, Selma. Donas de “arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séc. XVIII e XIX). In: PANTOJA, Selma (Org.). **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. p. 35-49.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. **Análise Social**, Lisboa, v. XXVII, n. 116-117, p. 407-440, 1992.
- PESSOTI, Bruno Casseb. Elites letradas luso-brasileiras e o discurso histórico na Bahia setecentista. In: **Encontro Internacional de História Colonial, II. Anais...** Mnem- Revista de Humanidades, UFRN, v. 9, n. 24, set./out. 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. O barroco mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **MNEME**, Caicó, UFRN, v. 7, n. 16, jun./jul. 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOEIRO, Susan. The social and economic role of the convent: women and nuns in colonial Bahia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 54, n. 2, p. 209-232, May 1974.

THORNTON, John. **African and africans in the making of the atlantic world, 1400-1800**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A “Idade de Ouro” de Salvador. **Revista Território**, v. 1, n. 2, p. 62-76, 1997.

Navegando em águas profundas: o estatuto social dos *nautai* na *Odisseia*

Shipping into deep sea: the social statute of *nautai* in the *Odyssey*

Martinho Guilherme Fonseca Soares

Mestrando em História

Universidade Federal do Espírito Santo

martinhoesoares@hotmail.com

Recebido em: 11/11/18

Aprovado em: 20/12/18

Resumo: O texto busca, a partir dos Cantos que integram a *Odisseia*, compreender o imaginário elaborado pelos gregos sobre o mar. Para tanto, elenca os perigos a que os *nautai* estiveram expostos em suas aventuras marítimas, conforme o relato de Homero. Ao elaborar uma análise pormenorizada dos termos que se referem a esses homens, ou que a eles aparecem associados, investiga o papel desempenhado por esse segmento social no interior do *oikos* homérico, num momento singular, marcado pela emergência da *pólis*. Em função disso, é dado destaque aos valores privados e coletivos que caracterizam essas duas formas de organização social presentes na Idade Homérica. Por fim, busca combinar o conjunto dessas representações, apontando o estatuto social dos *nautai*, detentores de um conhecimento empírico acerca da navegação, do mar e das práticas que lhes são correlatas.

Palavras-chave: *Odisseia*, *Nautai*, Estatuto social.

Abstract: The text aims to, from the lyrics that compose the *Odyssey*, understand the imaginary elaborated by the greeks about the sea. For this purpose, it lists the dangers that *nautai* were exposed on their sea adventures, according to Homero's report. In formulate a detailed analysis of the terms referring to these men or associated with them, it investigates the role played by this social segment within the Homeric *oikos* at a singular moment, marked by the emergence of the *pólis*. As a result, the private and collective values that characterize these two forms of social organization present in the Homeric Age are highlighted. In conclusion, it seeks to combine the set of these representations, pointing out the social statute of *nautai*, holders of an empirical knowledge about navigation, the sea and the practices that are related to them.

Keywords: *Odyssey*, *Nautai*, Social statute.

Homens do mar e seres imaginários

Sempre que nos referimos aos sujeitos que de uma forma ou de outra exercem atividades laborais das mais variadas em ambiente marinho, os qualificamos como “homens do mar”, expressão consagrada pela tradição historiográfica norte-americana ao empregar o termo *seamen* quando a referência se aplica àqueles homens que, a rigor, operam embarcações de diferentes tipos e portes. Nomenclatura válida tanto para o presente quanto para o passado das sociedades litorâneas. O uso concomitante de expressões como “marinheiro”, “navegante”, “pescador”, “marujo” e “homem do mar”, apenas para recordar as mais recorrentes, nos faz supor não haver diferenças significativas entre essas categorias, ditas, num primeiro momento, “profissionais”. Mais ainda: parece indicar não ter havido ou haver, para esses sujeitos, um estatuto social próprio, bem delimitado, uma vez que esses termos, não raro, se confundem. O marinheiro, por vezes, é identificado como pescador, seja o artesanal (que geralmente restringe-se a navegar em ambientes costeiros), seja aquele que pratica a pesca de alto mar, em profundidade mais acentuada, o que exige, necessariamente, técnicas náuticas mais bem desenvolvidas e embarcações mais bem construídas e equipadas para lidar com as condições do ambiente das marés, ventos e correntes os quais, à medida que se avança mar adentro, tendem a se tornar mais fortes.

Um elemento de distinção entre o pescador artesanal e o profissional diz respeito, por exemplo, à natureza e volume daquilo que do mar se extrai, ou que através dele é transportado. Enquanto o pescador artesanal tem por objetivo a captura de peixes e/ou frutos do mar em quantidade que permita a subsistência de seu núcleo familiar e, numa ou outra ocasião, a comercialização do excedente, aquele que navega em águas mais profundas, ainda que pratique a pesca, tem por objetivo a captura de uma quantidade muito maior desses recursos, como uma forma de compensar o investimento feito no aparato técnico necessário. Considerando que, do ponto de vista biológico, regiões oceânicas comportam uma quantidade de peixes muito maior do que ambientes costeiros, é de se esperar que o nível tecnológico empregado pelos pescadores, varie em função do espaço a ser explorado e dos recursos econômicos disponíveis. Na Grécia, conforme Vieira (2011, p. 62), “quanto mais um barco de pesca era limitado realmente à atividade de pesca, mais simples ele era. E de mais cuidados regulares necessitava”. Ainda que os objetivos de cada grupo ao explorar o mar sejam distintos, a similaridade entre as práticas e a dependência estrita das condições ambientais acaba por impor dificuldades quando buscamos distinguir os espaços de atuação de um e de outro grupo: pescadores artesanais *versus* profissionais.

Mas o marinheiro também pode ser aquele que, dispondo de um conhecimento prático/técnico acerca do mar e da navegação, encontra-se dedicado ao transporte aquático ou mesmo às atividades militares. Em síntese, a categoria “marinheiro” pode referir-se: a) pescadores; b) àqueles dedicados ao comércio marítimo e c) aos que fazem do mar uma via de deslocamento ou mesmo o palco para conflitos bélicos, conforme tornar-se-á prática corrente no Império Ateniense do século IV a.C. Essas considerações encontram-se baseadas no sentido em que a palavra “marinheiro” assume em nossos dias, mas pode-se, igualmente, transportá-las ao passado. Mas quem foram os marinheiros a quem Homero se refere em seus poemas, os *nautai*? Que espaço ocuparam no interior das cidades gregas ora emergentes no século VIII a.C.? A obra, que nesse artigo, nos ajuda a pensar o lugar conferido aos homens os quais, comumente, se valeram dos oceanos e mares para o extrativismo, para o estabelecimento de redes de comércio e disputas em Época Arcaica (e que, portanto, exerceram funções específicas no ambiente marinho) é a *Odisseia*, de Homero. Por isso, consideremos algumas informações sobre o poema escrito por volta de 700 a.C., de modo mais específico, nos atentemos ao que o poema nos diz acerca dos usos do espaço marítimo, quem o ocupou e sob que condições.

Não obstante o uso corriqueiro da expressão “uma Odisseia terrestre” para se referir a jornadas — de trabalho ou não — e viagens, geralmente longas e penosas, a *Odisseia* é um poema que, na verdade, versa sobre a relação entre os homens e suas divindades; a moral e as regras do convívio em sociedade, num momento particular da história do mundo grego. O que talvez se adegue ao sentido que a expressão adquiriu atualmente seja o caráter dito “penoso” dessa empresa. O mar, na medida em que representou, para os gregos antigos, uma fonte de complementação de sua dieta (LÈFEVRE, 2013, p. 40-41), também ensejou o estabelecimento de entrepostos comerciais e culturais no Mediterrâneo, mas, sobretudo, as águas marinhas estiveram a serviço da criação de um imaginário sobre os perigos que tal espaço comportava: criaturas mitológicas habitavam as profundezas do oceano, colocando em risco iminente aqueles que por ele navegavam: marinheiros, pescadores, marujos. Vejamos, portanto, como esses perigos se manifestam nos versos que compõem a epopeia.¹ Nos mares,

É onde habita Cila de hórridos latidos.
O timbre de sua voz lembra o de uma cadela
recém-nascida, mas é um monstro atroz. Ninguém

¹ Adota-se, ao longo do artigo, padrão internacional pra citação de fontes antigas, com vistas a preservar a estrutura do texto original.

se alegraria ao vê-la, nem que seja um deus.
Seus doze pés são todos eles bem disformes,
longuíssimos pescoços (seis), uma cabeça
hórrida encima cada; tríplice feira
da detenção onusta do negror da morte,
espessa e vasta. Meio corpo gruta adentro,
as testas protendidas no exterior do báratro.
Dali escruta o escolho a fim de fisgar cães do mar,
delfins ou animal maior, dos muitos
de que Anfitrite, a urladora, se alimenta.
Marujo algum se jacta de escapar intacto
com seu navio: cada bocarra puxa fora
um nauta do baixel de proa azul-cianuro (*Odisseia*, XII, 85-100).

Ao transcrevermos o excerto acima, intencionamos, na verdade, chamar a atenção para o aspecto de assombro que o mar despertou nas diversas representações sobre ele elaboradas pelos gregos. A exemplo de outras mitologias narradas por Homero, esse imaginário manteve paralelo com uma natureza, clima e geologia típicos do Mediterrâneo, fazendo do mar “uma matéria fluida, ambígua, movente e dinâmica da qual se constituem os monstros” (LEITE, 2000, p. 153). Na realidade “como um símbolo cheio de significados, ambivalências (ou oposições), [...] a água não só representa a virtude, a beleza, a liberdade e a purificação; é, ao mesmo tempo, fonte de criação e de destruição, vida e morte” (CUNHA, 2000, p. 15).

Cila, monstro atroz conforme visto acima, não era o único habitar a região que os gregos conheceram, já no século VIII a.C. e mesmo antes,² como sendo o Estreito de Messina, do qual falaremos mais adiante. Mas retomemos os versos da *Odisseia*. Circe, uma feiticeira filha de Hélio-Sol (C. XII, vs. 4-5), que havia aprisionado Odisseu e seus companheiros e, em seguida, os transformando em porcos, se dirige ao herói e o adverte sobre os perigos que encontrará em sua jornada rumo à terra natal:

Verás, herói, um outro escolho nos baixios,
tão vizinho que um dardo o poderia atingir.
Há nele uma figueira enorme amplicopada,
por sob a qual Caribde sorve a água negra.

² Contexto histórico da *Odisseia*, formado por três diferentes temporalidades: Período Micênico, Idade do Ferro e Período Arcaico.

Vomita-a três vezes num só dia e três
a absorve, horrível. Não estejas quando a sorva,
pois nem o Treme-terra te resgataria (*Od.*, XII, 101-107).

A região a que o poeta se refere, o Estreito de Messina, fora tida pelos gregos, desde os tempos de Homero, como morada de Cila e Caribde. Destaca-se o fato de este ponto do Mediterrâneo concentrar um fluxo de marés intenso. Nele, graças à morfologia marítima, “as marés sobem e fluem até 4,5 Nós [...]” (MACGRAIL, 2009, p. 91). Nessa altura, “os mares ficam ainda mais agitados pelos ventos que são canalizados pelas montanhas” (MACGRAIL, 2009, p. 91). Conforme o autor, por alguns momentos, o nível do mar sobe ainda mais nesse trecho, de maneira que “esses fenômenos — que eram mais pronunciados antes das mudanças naturais no fundo do mar no século XIX — podem muito bem ter levado à lenda de Cila e Caríbdis” (MACGRAIL, 2009, p. 91). Ainda acerca da região ocupada pelo Estreito, vemos, na descrição de Homero, que era formada por:

Duplo alcantil do lado oposto: um tem o vértice
que se agudiza céu adentro. Nuvens negras
sempre o circundam. O ar não asserena nunca
no pico, seja no verão seja no inverno (*Od.*, XII, 73-76).

Grimal (2005, p. 89) explica-nos um pouco mais sobre a origem dos seres que acabamos de mencionar. Sobre Cila, “o pai chama-se Trieno, ou então Fórcis, o deus marinho. Outras genealogias dão-na como filha de Forbas e Hécate, ou então desta e de Fórcis. Tal como acontece com a maior parte dos monstros mitológicos, dizem-na também filha de Tífon e Equidna, ou de Lâmia”. Ainda conforme Grimal (2005, p. 74), Caribde, por sua vez,

[...] era um monstro que, habitando o Estreito de Messina, era uma filha da Terra e de Posidon. Durante a sua vida como ser humano, tinha-se revelado de uma voracidade extrema. Quando Hércules passou nesta região, levando consigo os rebanhos de Gérion, Caríbdis roubou-lhe alguns animais e devorou-os. Zeus castigou-a, fulminando-a com um raio e precipitando-a no mar, onde se transformou em monstro.

Diferentes tradições acerca do mito conduzem, todas, ao reconhecimento da região onde está localizado o Estreito de Messina como lugar a que pertence “originalmente”, os monstros elencados no Canto XII da *Odisseia*. Poderíamos, ainda, mencionar outros momentos em que, na epopeia, o mar assume características de assombro e se apresenta como abrigo de seres mitológicos os mais diversos, mas os dois exemplos, por ora, nos são suficientes para que retomemos a associação entre o aspecto penoso do vocábulo “uma Odisseia terrestre” e os

nautai, mediante a identificação conferida pelo poeta a Odisseu, herói por excelência do poema e que era também um exímio marinheiro.

No decorrer da *Odisseia*, encontramos 33 ocorrências em que o herói é definido como *πολύτλας*, (*polytlas*), ou seja, “aquele que muito sofreu”, “muito suportou”. Epíteto que, na tradução de Trajano Vieira, fez Odisseu ser identificado como o “multissofrido”, “pluripadecido”, “preclaro”, “multiprovado”, “pluritenaz”, “multiexigido”, “multicarpido”, “pleniprovado”. Ainda que o poeta defina sua personagem principal como semelhante a um deus, não deixa de colocar em evidência as características que o tornaram *polytlas*, uma vez que esteve exposto, durante seu retorno a Ítaca, às intempéries do ambiente marinho e envolvido em batalhas com seres fantásticos que habitavam o mar, a exemplo de Cila e Caribde ou mesmo das sereias, criaturas que atraíam os marinheiros para o fundo do mar devido à limpidez de seu canto (C. XII, v. 33-46). Aos marinheiros, aos *nautai*, estava reservada uma vida de aventuras, de magia e de trabalho árduo frente à necessidade de dominarem os mares.

Sob três mandos: os *nautai* no interior do *oïkos* homérico

Até esse ponto fizemos um esforço de síntese sobre o imaginário em torno do mar nas *poléis* compreendidas, nesse texto, como sociedades “litorâneas”. Nesse contexto, logo emerge uma questão que cabe aqui esclarecer: quem eram os homens que, à época de Homero, cruzaram os oceanos a ponto de o poeta descrever, com tal grau de acuidade, as características climáticas, por exemplo, dessas regiões marinhas? Que homens eram esses que, mesmo cientes dos monstros marinhos que encontrariam pela frente, conforme ensinava a tradição dos aedos, estavam dispostos a navegar por essas águas perigosas? Sabemo-lo, e é verdade, que os espaços pelos quais circulava Homero recitando seus poemas,³ compreendiam a Grécia Continental e regiões da Ásia Menor. Contudo, o Estreito de Messina — somente para retomar o exemplo

³ Desde o século XVIII, com os estudos de Friedrich August Wolf (1795), elaborou-se nos mais diversos círculos acadêmicos, especialmente nos campos da literatura e da história, uma discussão acerca da autoria e data de composição dos poemas homéricos que, *grosso modo*, constituem a chamada “Questão Homérica”. Hoje em dia, após vasta investigação de natureza filológica, é consenso entre os especialistas que os poemas são produto de uma longa tradição oral, levada a cabo por poetas-cantores (aedos), profissionais itinerantes que levavam às diversas comunidades gregas, os feitos heroicos de homens ilustres, a exemplo de Odisseu. A *Odisseia* é um poema composto sob esse modelo, tendo conhecido sua forma escrita por volta do século VIII a.C. Homero, refere-se, na verdade, ao nome que a tradição atribui como sendo o autor do poema, muito embora a *Odisseia*, assim como a *Ilíada* — poema que também se atribui autoria a Homero — seja resultado de múltipla composição, daí ser recorrente nos trabalhos mais atuais nos referimos aos “Homeros”, aedos envolvidos na elaboração dos dois poemas.

tratado — corresponde a uma faixa de terra localizada entre o continente italiano e a Sicília, a quase três mil quilômetros da Grécia Continental.⁴ O que levou os gregos a irem tão longe?

De pronto, importa mencionar, a despeito de nossas considerações ao abrir esse texto, que os homens aqui apresentados, não eram, na altura do século VIII a.C., pescadores. O peixe, de modo geral, constituía a base alimentar de setores menos abastados da sociedade, de modo que o poeta não os inclui nos versos do poema em que banquetes são ricamente descritos por ocasião da visita de um estrangeiro ou mesmo da realização de sacrifícios cruentos em honra às divindades, muito embora seja plausível supor, que seu consumo fosse prática corrente. A explicação para essa ausência deve-se ao fato de que Homero, valendo-se da poesia como instrumento de perpetuação de uma tradição aristocrática, privilegiou espaços, costumes e símbolos de distinção. No seio de uma sociedade eminentemente agropastoril, o poeta, ao se referir aos hábitos alimentares quis, mais uma vez, falar de comunidades “onde os rebanhos são um signo de status, e a carne bovina, um alimento dos setores nobres” (VIEIRA, 2011, p. 42).

A poesia, conforme adiantamos, fez parte de um movimento que encontrou no século VIII a.C. características próprias. Na verdade, sua originalidade repousa não no verso cantado, esse sim, vetusto, mas em seu arranjo sob uma forma escrita. O advento da escrita alfabética, diferentemente do que foi o Linear B — escrita silábica restrita aos ambientes palacianos do Período Micênico (1600-1200 a.C.) —, ressurge na Grécia após um período de relativa obscuridade que durou entre o fim dos palácios micênicos (séc. XIII a.C.) e o advento dessa nova fase do mundo grego, inaugurada com o Período Arcaico (séc. VIII a.C.). De modo geral, a segunda metade do século VIII a.C., época em que a *Odisséia* foi escrita, foi um momento em que na Grécia Continental se experimentou uma série de transformações, dentre as quais a emergência de uma forma de organização singular, a *pólis*. Consoante à sua emergência, os gregos deram início a um movimento de expansão ao longo do Mediterrâneo Ocidental, fundando, noutros territórios do estrangeiro, *apoikiai* e *emporía*. No primeiro grupo, assentamentos voltados para a exploração agrícola permanente e, no segundo, aqueles que desempenhavam a função de entrepostos comerciais.

O conjunto dessas transformações integra o período que fica conhecido, a partir dos estudos de C. Starr (1962) e A. Snodgrass (1981) como Renascimento Grego (c. 750-650 a.C.), um momento de profundas transformações sociais, econômicas e culturais em que os gregos se

⁴ Distância calculada em termos atuais, se traçada uma linha reta entre uma região e outra.

abrem à aventura marítima, dão forma à *pólis*, promovem ainda o desenvolvimento de uma escrita alfabética e arte singular, essa última, caracterizada pela introdução de cenas com vários personagens, combinando diferentes momentos do tempo numa mesma representação, processo que fica conhecido como a “convenção sinóptica (SNODGRASS, 2004, p. 105).⁵

Em função dessas transformações, ou melhor, em conjunto com elas, os empreendimentos gregos no estrangeiro demandaram o aprimoramento de técnicas de construção naval e a especialização no ofício da navegação, saindo de um estágio inicial em que tais técnicas foram concebidas para fins pesqueiros e passando ao desenvolvimento de uma navegação de alto mar, em águas profundas. Tal empreitada exigiu habilidades que parecem ter sido exercidas por diferentes indivíduos, dispersos no interior do *oikos*. Acerca desses indivíduos, não obstante a existência manifesta de escravos — no sentido daqueles que se encontram integrados ao patrimônio de outrem — na sociedade homérica, também existiram, conforme Mossé (1984), homens livres que se encontravam a serviço de outros homens, mediante o recebimento de determinada quantia.

Entre os 24 Cantos que compõe a *Odisseia*, encontramos oito referências diretas aos *vaṓtai* (*nautai*), termo que é comumente traduzido por “navegante”, “marinheiro”, “marujo”. Mas estando Homero a falar *do* mar, *no* mar e *sobre* o mar, numa obra composta por mais de 12 mil versos, oito referências podem parecer um número irrisório, indicando que tais personagens ocupavam um papel social secundário, insignificante até mesmo no conjunto da obra, o que implica uma segunda leitura: como corpo social, ao contrário dos guerreiros hoplitas, os *nautai* desempenharam papel menos relevante no desenvolvimento dos valores da *pólis* arcaica e mesmo no desempenho de funções essenciais à vida econômica dos gregos antigos. A Tabela 1 apresenta as situações em que temos o uso do termo *nautai*.⁶

Homero, conforme aludimos, fez uso de um repertório variado de palavras ao se referir aos “homens do mar” na *Odisseia*, processo análogo ao que ocorre em nossos dias, conforme discutido na abertura desse texto. Numa análise dos diferentes termos empregados para designar os homens do mar, encontramos 347 ocorrências em que o poeta fez uso de outra fórmula ao designá-los: *ἑτάροες* (*étároyes*) e suas declinações (Tabela 3). Nessas ocorrências, Trajano Vieira

⁵ Segundo Cabral (2004, p. 12), “a convenção sinóptica consiste em reunir, em uma única cena, uma seqüência de dois ou mais episódios que, na realidade, teriam acontecido em momentos diferentes”.

⁶ Na composição do quadro utilizou-se a tradução de Trajano Vieira, conforme consta de nossas referências ao final do texto.

(2011) empregou como tradução, os termos “sócio”, “marinheiro”, “remeiros”, “nautas” e “marujos”. Nesse sentido, os *nautai*, termo consagrado pela historiografia, referem-se, na *Odisseia*, ao conjunto desses indivíduos que estavam, a todo o momento, lidando com o mar, dominando-o de um canto ao outro por intermédio da navegação. Os *nautai* distinguiam-se, dos demais grupos sociais, portanto, em função das habilidades de que dispunham para lidar como o mundo marítimo.

Tabela 1: Distribuição do termo *ναῦται* e suas declinações na *Odisseia*.

No original	Referência	Na Tradução
ναῦται	C. I, v. 174	Marujos
ναυτῶν	C. VIII, v. 162	Nautas
ναυτῶν	C. IX, v. 138	Nauta
ναῦται	C. XII, v. 98	Marujo
ναῦται	C. XII, v. 188	Marujos
ναῦται	C. XV, v. 435	Marujos
ναῦται	C. XVI, v. 57	Marujos
ναῦται	C. XVI, v. 22	Marujos

Analisemos, a seguir, algumas situações em que ocorre o emprego desses termos. Encontrando-se Odisseu longe de casa e, tendo seu solar sido tomado por pretendentes que cortejavam diuturnamente sua esposa, a bela Penélope, Telêmaco, o filho do herói, indignado com a situação, declara:

Súbito manda que os arautos de voz límpida
reúnam imediatamente os conselheiros
argivos de cabelos longos. Uns gritavam,
outros se aglomeravam logo. Então se forma
um grupo tão somente, aglomerado. Mão
na aênea lança, o príncipe avança na ágora (*Od.*, II, 6-10).

Os versos acima ilustram que o assunto que Telêmaco está prestes a levar aos conselheiros reunidos em assembleia demanda apreciação pelo corpo de homens nobres que compunham o *oîkos* de Ítaca. Esclarece Egípcio, ancião presente à assembleia, que desde a partida

de Odisseu de Ítaca, não se tinha convocado uma reunião na ágora.⁷ O ancião questiona os presentes sobre o motivo do chamamento: havia notícias sobre a aproximação de uma expedição de invasores à ilha ou outra razão de igual envergadura? (v. 28-32). Na resolução desses assuntos, segundo informa Mossé (1984, p. 35), era comum que a deliberação se desse em assembleia. Não obstante, Telêmaco se dirige a Egípcio e aos demais nos seguintes termos:

Não ouvi notícias de invasão
que a mim comunicassem por primeiro, nem
coloco em discussão algum assunto público (*Od.*, II, 42-44).

O que o leva à ágora é a indignação frente à algazarra que faziam os pretendentes com os bens de Odisseu, seu pai. Um assunto de foro particular. Contudo, por que o assunto é levado à arena pública? Telêmaco planejava, em conluio com Atená, uma viagem a Pilos e Esparta, cujos reis, Neleu e Menelau, respectivamente, haviam partido com os demais destacamentos gregos rumo a Troia. Tinha o príncipe de Ítaca a intenção de obter informações sobre o paradeiro do pai e, por isso, dirigindo-se aos presentes na assembleia argiva, pronuncia:

Rogo um baixel agílimo, vinte remeiros
executores da ida e volta em minha rota
até Pilo arenosa, até Esparta, atrás
de novas sobre o herói, ausente há duas décadas,
seja da boca de um mortal, seja de Zeus,
o vozeiro que afama o nome de um humano (*Od.*, II, 214-219).

Os versos sobrepostos nos permitem analisar mais de perto os limites entre interesses privados e coletivos, no contexto de emergência da *pólis*. O assunto que motivara o pedido, embora sendo de natureza privativa de Telêmaco, Penélope e, portanto, da Casa (*oikos*) de Odisseu, é relevante o suficiente para justificar a reunião dos itacenses em assembleia por se tratar de uma expedição, assim entendemo-la, a ser custeada pela cidade. Não é a um particular em específico que Telêmaco se dirige, um nobre dentre tantos que mantinham boas relações com a Casa de Odisseu, mas ao conjunto desses homens que “[...] representam a expressão de um poder colectivo” (MOSSÉ, 1984, p. 35), símbolo de um ideal políade nascente. A ida a Esparta e Pilos diferia, significativamente, das viagens feitas ao longo da costa, muitas das quais realizadas por pescadores artesanais e que não são mencionadas pelo poeta.

⁷ A ágora refere-se, na Cidade Antiga, ao centro cívico da cidade, sua praça pública.

O pedido de Telêmaco, contudo, é negado, de maneira que, para obter uma embarcação e homens, passa a contar com a ajuda de Atená. A própria deusa, falando em primeira pessoa, anuncia:

Na circum-marinha
Ítaca, embarcações inúmeras aportam,
entre as quais seleciono as mais apropriadas
a receberem armas, e enfrentarem mares (*Od.*, II, 293-296).

A declaração de Atená, não é gratuita. Os gregos da Idade Homérica conheciam vários tipos de embarcações: jangadas, barcos, navios (MACGRAIL, 2009, p. 102 e *passim*). Cada qual usado de acordo com um objetivo específico, requisitando, em igual medida, tecnologia compatível com o local a se navegar e investimento/financiamento proporcional. Nessas diferentes ocasiões, observamos que o custeio poderia vir de agentes privados (no caso de pescadores, por exemplo) ou, conforme visto, da cidade como responsável por arregimentar recursos destinados a investimentos públicos, de interesse coletivo. Desse modo, as expedições marítimas em alto mar integravam um dos elementos que faziam parte de tais interesses, uma vez que, na ocupação de um novo território, havia objetivos comuns que congregavam os habitantes da cidade (posse de novas terras, por exemplo). Vemos essa forma de “subsídio” coletivo como necessária, dentre outros motivos, porque “entre as comodidades essenciais que o *oikos* não podia fornecer estavam sobretudo os metais e os escravos”. Em função da falta de insumos, “era impossível permanecer sem contato com o mundo exterior” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1972, p. 52). A embarcação escolhida por Atená como sendo a mais adequada para a viagem de Telêmaco tinha que cumprir alguns requisitos, incluindo a capacidade de “cortar” águas profundas e enfrentar o mau tempo.

Apresentamos aqui uma amostragem das relações entre a *pólis* arcaica, os *arístoi*, os *nautai* e suas embarcações, por meio do tabelamento das informações contidas no poema, de maneira a situar o leitor no universo dos temas discutidos pelo poeta acerca do mar. Dessa forma, os dados apresentados na Tabela 2 cumprem a função de *demonstratio*, já que tais referências são encontradas em outros trechos do poema. Homero descreveu as embarcações destinadas às viagens marítimas de alta complexidade, tal como a expedição de Odisseu a Troia e de Telêmaco a Pilos e Esparta. Sabendo, pois, da distinção feita pelo poeta quanto ao tipo de cada embarcação,

vejamos como essas, destinadas a aportar em território estrangeiro, foram classificadas. A tabela abaixo resume os adjetivos que, no Canto II, são empregados em referência a elas.

Tabela 2: Características das embarcações descritas no Canto II da *Odisseia*.

Referência	Descrição	Referência	Descrição
C. II, v. 18; C. II, v. 214; C. II, v. 333; C. III, v. 287	nave côncava/ navas côncavas	C. II, v. 387-88	baixel agílimo
C. II, v. 26; C. III, v. 345	nau bojuda/ navios bojudos	C. II, v. 390	nave rápida
C. II, v. 214	baixel agílimo	C. II, v. 391	navios bem feitos
C. II, v. 214	embarcação veloz	C. III, v. 61	baixel negligieiro
C. II, v. 288	nau veloz	C. III, v. 284	naves acoimadas
C. II, v. 386	embarcação veloz	C. III, v. 347	frota agílma
C. III, v. 287	navio veloz	-	-

Os dados em tela podem ser aplicados aos demais Cantos do poema, uma vez que o aedo recorre aos mesmos adjetivos sempre que menciona essas embarcações. Dessa maneira, ao hipervalorizar as embarcações gregas, Homero quis cantar os feitos dos aqueus como um povo que foi capaz de dominar os mares, um povo habilidoso na arte de projetar navios “bem-feitos”, de porte “bojudo” e “ágeis”. Embora os termos falem por si, reforçaremos o caráter “ágil” dessas embarcações.

Conforme vemos no Canto V, os gregos já conheciam técnicas de orientação pelas estrelas. No caso de viagens noturnas, por exemplo, *o caminho pelas estrelas* era indispensável. Entretanto, navegar à luz do dia trazia ganhos, principalmente no que concerne à segurança das rotas. Conforme Macgrail (2009, p. 102), nesse momento inicial de exploração, ainda com um domínio bastante limitado das técnicas de navegação, “os métodos de pilotagem teriam sido usados enquanto a terra estivesse à vista. Com tempo bom e boa visibilidade, por volta de meados do verão nessas rotas específicas, ela estaria à vista, à popa ou à frente, durante toda a viagem”. Devemos considerar também que as marés e os ventos tendiam a dificultar a navegação no Mediterrâneo, num momento bastante incipiente do desenvolvimento de instrumentais

marítimos. Dessa maneira, ao empregar os termos em destaque na Tabela 2, Homero reforça a capacidade dos gregos em enfrentar as condições climáticas adversas do ambiente.

Ao chegar a Pilos, Telêmaco foi recebido por Nestor, quem lhe contou as histórias sobre o retorno à Hélade, após o fim da campanha de Troia. Nestor então destaca a condição dos *nautai*, nominados como “marujos”, no trecho a seguir:

Quatro dias depois, marujos
de Diomedes manobram naus simétricas
em Argos, e eu me dirigi à bela Pilo (*Od.*, III, 178-180).

Ainda sobre o retorno dos combatentes aqueus idos a Troia, no trecho em que narra a Telêmaco o regresso de Menelau, Nestor afirma:

No mar o atrida e eu voltávamos de Troia,
zelosos da amizade mútua, quando à beira-
Súnio, sagrado promontório ateniense,
Apolo fulminou com dardos sobrevoantes
o timoneiro do navio de Menelau,
que empolgava o timão numa manobra, Frôntide,
filho de Ônetor, máximo pilo à frente
de naves acoimadas em procelas túrbidas.
O atrida não podia voltar ao mar sem antes
sepultar o marujo-mor com honras fúnebres (*Od.*, III, 275-286).

Ao fazer uso do termo “marujo-mor”, Homero nos dá indicação de que, entre os próprios *nautai* havia funções específicas, de maneira que podemos observar o verbo *κυβερνήτην*, (*kyvernēthn*) “dirigir”, “conduzir” (a nau, a embarcação) ocorrendo sempre associado ao substantivo masculino *κυβερνήτης* (*kyvernēthēs*) e suas variações, que designa, por sua vez, o timoneiro, o piloto (e com menos frequência, um nauta), que tem por função específica a condução do navio. A Tabela 3 sintetiza essas ocorrências.

Tabela 3: Situações em que os *nautai* desempenham a função específica de conduzir a embarcação.

No original	Referência	Na Tradução
κυβερνήτην	C. III, v. 279	Timoneiro

κυβερνῆται	C. III, v. 283	Piloto
κυβερνήτην	C. IX, v. 78	Nauta
κυβερνήτης	C. XI, v. 10	Piloto
κυβερνήτης	C. XII, v. 152	Nauta
κυβερνήθ	C. XII, v. 217	Piloto
κυβερνήτεω	C. XII, v. 412	Piloto
κυβερνήται	C. XIV, v. 256	Piloto

Acerca das duas situações em que a tradução do termo original corresponde a “nauta”, em ambas, o poeta se refere ao responsável por guiar a embarcação, conforme evidenciado nos trechos “o vento e o nauta guiam-nos” (C. IX, v. 78) e “nauta e vento nos guiavam” (C. XII, v. 152). Observemos também que, no Canto III, quando Nestor narra seu retorno e o de Menelau, o marujo-mor da embarcação, Frôntide tem sua descendência indicada; era o filho de Ônetor e, uma vez morto, é sepultado com honras fúnebres que, na Idade Homérica “[...] era utilizado como símbolo de riqueza, prestígio e poder [...]” (SOUZA, 2005, p. 38).

O caráter anônimo dos *nautai* se sobressai, uma vez que, a rigor, estão sempre associados a um *arístoi*: Odisseu ou Telêmaco e Diomedes, por exemplo. Essas situações nos permitem visualizar uma distinção entre o corpo de homens que integrava as expedições como a de Troia e os que, efetivamente, eram responsáveis pelas operações manuais na empresa marítima. Uma síntese das ocorrências do substantivo *ἑταίρων* (*étairon*) e suas declinações, presentes na Telemaquia (Cantos I, II, III e IV),⁸ conforme apresentado na Tabela 4, nos permite alcançar um grau de inferência satisfatório acerca da condição social desses sujeitos.

Subjaz, ao emprego desses termos, uma relação de subserviência. Os indivíduos assim designados estão sempre sob o comando de outrem: do timoneiro, do rei, do nobre que chefia a expedição. No Canto III, v. 179-180, acima indicados, os marujos “são de Diomedes”. Esses homens aparecem como estando intrinsecamente relacionados à cidade de onde provêm, o que nos leva a avaliar que se encontravam, portanto, a serviço de um *arístos* ou do Estado ou, ainda, de ambos, no caso de empreitadas que, sendo financiadas pela cidade, eram chefiadas por membros da aristocracia, homens com uma destacada carreira militar e aporte de recursos vultosos que lhes permitiam interferir na maioria dos assuntos que envolviam a cidade.

⁸ A Telemaquia refere-se aos primeiros quatro livros da *Odisséia*, reservados a narrar a jornada de Telêmaco em busca de notícias de Odisseu.

Tabela 4: Situações em que, na Telemacia, há atuação dos *étaíron*.

No original	Referência	Na Tradução
ἑταίρων	C. I, v. 5	[os] homens
ἑτάρους	C. I, v. 6	Sócios
ἑτάροισιν	C. I, v. 182	Remeiros
ἑτάροισι	C. I, v. 237	[dos seus] sócios
ἑρέτης	C. I, v. 280	Remeiros
ἑτάρους	C. I, v. 304	[os] marujos
ἑτάρους	C. II, v. 174	[os seus] sócios
ἑτάρους	C. II, v. 212	[o que foi pedido] remeiros
ἑτάρους	C. II, v. 286	amigo
ἑτάρους	C. II, v. 291	Sócios
ἑρέτας	C. II, v. 307	[os] aqueus
ἑταῖροι	C. II, v. 391	[os itacences], recrutados por Atená para acompanhar Telémaco
ἑταῖροι	C. II, v. 402	[os] companheiros
ἑτάρους	C. II, v. 409	marinheiros
ἑτάροισιν	C. II, v. 422	Nautas

O próprio Odisseu, sendo rei de Ítaca, quando vai a Troia, o faz em resposta a um apelo das cidades gregas. A esse respeito, vemos, na *Iliada*, que a campanha de Troia havia sido motivada pelo rapto de Helena por Páris, um príncipe troiano. Helena era esposa de Menelau, rei de Esparta que, ofendido diante do ultraje de terem-lhe tomado a esposa, recorre ao irmão, Agamémnon, para que, juntos, vingassem a ofensa. E, assim, “Agamémnon, rei de Micenas, o mais poderoso dos reis da Hélade, organizou a aliança guerreira que acabaria por deixar Troia em ruínas” (MOSSÉ, 1984, p. 42). Os remeiros, os sócios, os nautas, de maneira geral, são chamados a participar dessas expedições, quer sejam de caráter “oficial” e com isso queremos dizer, a serviço da *pólis*, quer sejam contratados por particulares. Quanto à sua função, aparecem no poema como responsáveis por remar, ajustar o mastro, as velas:

Os nautas vão atrás do filho de Odisseu
e cuidam do carregamento do navio,
seguindo à risca suas ordens. Embarcou
o moço, antecedido por Atenas Palas
à popa, onde se sentam par a par. Os outros
cuidam de desatar por trás os cabos firmes,
sobem e ocupam bancos rentes aos toletes.
Atena olhos-azuis faz ressostrar favônio
vento, acima do murmurante oceano vinho.
Telêmaco ordenou aos nautas: “Às enxárcias”
Ninguém deixou de obedecê-lo. Erguido o mastro
de abeto, alguns o encaixam na concovidade
da enora e o fixam com estralhos. Velas brancas
içam com retorcidas driças encouradas (*Od.*, II, 413-426).

Nesses versos, para além das tarefas específicas destinadas aos *étaiaron* e seu dever de seguir as orientações do filho de Odisseu, uma espécie de comandante em chefe da expedição, chama a atenção o fato de Telêmaco e Atená terem se sentando junto à popa da embarcação (v. 416-417), região localizada na traseira da nau e, por conseguinte, menos sujeita aos solavancos decorrentes do impacto das ondas sob a embarcação como um todo, proporcionando, aos ali acomodados, uma viagem mais tranquila. Desse modo, à aristocracia, estavam reservados a chefia da expedição e seu financiamento; aos *nautai*, por sua vez, a capacidade de viabilizar, do ponto de vista técnico, a empreitada.

Para além do timoneiro, os demais sócios nunca aparecem em primeiro plano nos Cantos. Encontrando-se sempre a receber ordens, sequer suas vozes são ouvidas, relação que se pressupõe existir numa situação de igual para igual e que ocorre quando o poeta dá destaque aos homens que discursam na ágora ou mesmo quando, no campo de batalha, definem as estratégias de combate. A relação de subserviência dos *nautai* emerge, por exemplo, quando Telêmaco dirigindo-se à Atená — que se encontra sob o disfarce do viajante Mentis — narra o paradeiro do pai. Telêmaco explica à deusa que não sabe o que o destino reservou a Odisseu:

Os deuses hoje arvoram situação contrária,
fazendo dele o homem mais inencontrável.
Morto, caído em Troia entre os heróis amigos
ou no braço dos seus [*étáρονς*], concluída a guerra em Ílion (*Od.*, I, 234-237).

Reunidos na ágora, os nobres de Ítaca, por ocasião do pedido de Telêmaco para que lhe providenciassem uma frota de navios, concede ao ancião Mastorida Haliterses a palavra. Este declara:

Quem prenuncia não é um ser novato, é sábio.
Não houve um caso único de não vingar
o que prognostiquei no embarque argivo a Troia,
Odisseu pluriastuto encabeçando os seus [ἐτάροισι] (*Od.*, II, 172-174).

Nos dois casos que exemplificamos acima, o poeta destaca que os sócios estão sob as ordens de Telêmaco e Odisseu, assim como estarão durante toda a Telemaquia, sob comando do primeiro, como evidenciado no trecho abaixo, em que Atená, sob o disfarce de Mentor, apressa o príncipe troiano para que se dirija até a embarcação que o conduzirá junto aos seus homens até Pilos:

Da sala multifrequentada, Atena de olhos
glaucos chamou Telêmaco, se assemelhando
a Mentor, pelo tom de voz e pelo corpo:
“Telêmaco, teus companheiros [ἐτάροισι] belas-cnêmidas
aguardam teu sinal, sentados junto aos remos
Não retardemos por demais a expedição! (*Od.*, II, 400-405).

Em função disso, os *nautai* estavam a navegar sob três mandos: do mar e seu clima, das divindades e do nobre comandante em chefe da expedição. Ainda no que concerne à condição social dos *nautai* levantamos uma segunda questão: esses homens a serviço da cidade eram voluntários ou escravos? De qual estatuto gozavam? Como eram vistos pelo conjunto da população?

O estatuto social dos *nautai*

Embora limitados pelas informações que nos são fornecidas pela fonte, vislumbramos uma das possíveis respostas a partir do episódio, aqui já evocado, no qual Telêmaco requisita aos nobres de Ítaca uma embarcação e remeiros. Após a recusa, tendo retornado para casa, o príncipe se depara com um dos pretendentes de sua mãe, Antínoo. No episódio, Telêmaco informa-o que dará prosseguimento à expedição através da qual buscará notícias de Odisseu:

Provo-o, buscando em Pilo Quere ou a encontrando
aqui, sinistra sina que vos azucrine.

Ao mar as naves e os remeiros recusados
por vós eu levo, à paga, em minha frutuosa
expedição (*Od.*, II, 317-321).

Depreende-se, da leitura desses versos que, uma vez não tendo a empreitada de Telêmaco sido tratada pelos presentes à ágora como assunto de Estado, o jovem financeira, às suas expensas, a viagem que, já antecipava, seria “frutuosa”, afinal era precedida pelas bênçãos de Palas Atená. Disso decorre que esses homens estavam, por vezes, a serviço da Cidade ou particulares, mediante alguma retribuição.

Se certo estivermos, os *nautai*, os remeiros e por extensão, todos os que do mar faziam profissão, integravam o corpo de homens livres do *oikos* que trabalhavam sob a forma de algum tipo de remuneração. Não eram escravos, pois o poeta a eles não se refere como propriedade, ou seja, não foram comprados, a exemplo do porqueiro de Odisseu, Eumeu ou ainda de sua ama de leite, Euricleia, comprada por seu pai, Laertes. Telêmaco querendo homens a seu serviço, precisou, para isso, os remunerar, como acima expomos. Mas esses homens não podiam ser, como descreve o poeta, recolhidos de maneira aleatória em meio a uma multidão de outros homens livres. Navegar em águas agitadas, devido ao manejo das velas, do leme, da quilha foram, como nos faz saber Homero, atividades que demandaram precisão e, por conseguinte, algum nível de instrução/especialização. Num mundo em que os estratos sociais pouco ou quase nada se misturavam, um camponês, acostumado a manejar o arado, fendendo a terra e a preparando para sementeira, não saberia conduzir uma embarcação, muito menos construí-la, pois não exercia ofícios senão o agrícola. Em função disso, propomos que esses homens eram *demiurgos*, ou seja, “especialistas que se iam buscar fora do *oikos*, por se haver necessidade dos seus serviços” (MOSSÉ, 1984, p. 39). Conforme Austin e Vidal-Naquet (1972, p. 56) assinalam, no quadro geral de funções dentro do *oikos*:

Encontramos também artesãos. Um grupo à parte parece ser o dos ‘demiurgos’. Não se trata especialmente de artesãos, visto que neste grupo se incluem os ofícios de profeta, médico, arquiteto, aedo e arauto. Todas elas são actividades um pouco especializadas que não se exercem no quadro do *oikos*: os demiurgos são especialistas itinerantes que oferecem os seus serviços à comunidade (é esse o sentido da palavra), e a sua habilidade confere-lhes uma posição um tanto especial.

O próprio Odisseu, astuto como o é, aparece construindo a embarcação que o conduziria para fora da ilha de Calipso. Odisseu é ele, também, um exímio carpinteiro:

Concede-lhe [Calipso a Odisseu] um bipene enorme, duplo fio,
aêneo, levantável só com duas mãos.
Do lenho do olival se fez o cabo infixo.
A dádiva do enxó luzia. No breu da ínsula
se embrenha, lhe apontando o altíssimo arvoredos:
armieiro, choupo e, quase celestial, o abeto,
serôdios, ressequidos, leves no oceano.
A bela diva indica-lhe o quadrante de árvores
gigantes, antes de reentrar em sua morada.
E ele talhou os troncos num labor agílmo,
totalizando vinte ao chão, que esgalha a golpe
se segure. Amarrou, atento aos vãos perfeitos.
Calipso traz-lhe o trado, deia entre divinas,
com que ele fura os lenhos, mutuamente justos,
cavilhas conectadas e tarraxas. Hábil
armador na fabricação de nau de carga
mede a largura e o comprimento dos baixios,
o herói calcula assim a prancha da jangada.
Fixa o jirau, que pontaletes escoravam;
por fim, nos flancos pôs as tábuas, popa à proa.
E fez o mastro em cuja ponta firma a antena,
do mesmo modo que fabrica o leme-guia
O junco de cipós reforça as laterais
contra o avanço da espuma. A lenha lastra o barco.
Calipso trouxe o linho do velame, e a técnica
do herói também mostrou-se exímia quando o corta
e nele prende escotas, adriças e enxárcias (*Od.*, V, 234-261).

A passagem acima, embora longa, nos permite conhecer a perícia necessária à época de Homero, para a construção das embarcações, o que reforça nossa compreensão que os homens que lidavam com este saber o faziam em caráter particular. Chama a atenção no texto que, eles sempre apareçam acompanhados de Atená, deusa conhecida por ser patrona das técnicas, dos artesãos, o que reforça outro elemento que nos interessa ressaltar. Vemos que “Atena representa uma forma particular de inteligência, a inteligência avisada e prática (a *métis*), manifestada nomeadamente pelas suas ligações com a navegação (construção e pilotagem do navio), e não há

vestígios de qualquer juízo negativo sobre estes aspectos da sua actividade” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1972, p. 26).

Eumeu, o porqueiro, fiel a Odisseu, tendo levando o amo, ainda sob o disfarce de mendigo, ao paço onde se encontravam os pretendentes de Penélope, responde àquele que lhe inquirira sob o motivo de estar na companhia desse tal homem:

Quem chamaria um estrangeiro de outras plagas,
não fora um demiurgo, um carpinteiro, um médico,
vidente, construtor, quem sabe aedo eterno
cuja canção apraz? Pessoas desse tipo
são sempre convocadas sobre a terra infinda (*Od.*, XVII, 381-386).

Como a navegação demandava, sobretudo, uma frota de navios e homens capazes de operá-los, é possível admitir que o *oikos* financiasse a vinda de profissionais estrangeiros por um período de tempo certo, até que embarcações fossem forjadas, e que outros fossem admitidos como prestadores de serviço durante o tempo que tais empreitadas durassem. Ainda é possível conceber que, na medida em que as cidades gregas foram intensificando suas atividades em mar aberto, foram capacitando sua própria população para o desempenho dessas atividades. Contudo, os *nautai* constituíram outro segmento social, diferente dos guerreiros.

Embora demandando coragem e extraordinário esforço físico, necessários àqueles que manobravam os remos e o leme — o que, em alguma medida, os aproximava do guerreiro —, o poeta não identifica os *nautai* com os mesmos termos que emprega ao se referir aos homens que pelejam em batalha. A evidência mais acentuada da posição conferida pelo poeta aos *nautai* e que, por extensão, indica o lugar por eles ocupado no *oikos* homérico, encontra-se relacionada à ausência, em todo o poema, de feitos heroicos ligados ao homem do mar. Na *Iliada*, poema essencialmente bélico, Homero faz conhecer o nome dos combatentes aqueus (Ájax, um dos mais conhecidos) e troianos (Eneias, por exemplo), Aquiles encabeçando o grupo aqueu e Heitor, o troiano. Na *Odisseia*, por sua vez, poema essencialmente relacionado ao mar, os nomes dos *nautai*, os “guerreiros do mar”, são a rigor suprimidos.

Diante da “omissão” do aedo, depreende-se que os *nautai*, estavam associados a uma vida menos prestigiosa. Conforme afirmamos, o mar era caminho para o desconhecido, para os conflitos descritos nos dois poemas. O espaço marítimo era, na Idade Homérica, lugar de trânsito, pois a guerra era travada em terra firme, onde ocorria também a fundação de novos

territórios, propícios ao cultivo de cereais. Mas, sobretudo, o mar foi um lugar de medo. Medo do desconhecido, dos monstros que habitavam suas águas profundas e agitadas. Nesse sentido, “a imagem do mar, irregular, flexível, ora amigável, ora tenebroso, carregava também um caráter negativo que poderia envolver o corpo social” (VIEIRA, 2011, p. 65).

A imagem elaborada pelo poeta sobre o mar como lugar do duvidoso fica latente no trecho em que Odisseu desce ao Hades, indo ao encontro de Tírésias, o vidente, querendo saber como poderia retornar a Ítaca. Dentre os vaticínios que revela a Odisseu, o vate informa sobre o dia que o herói encontrará *Thánatos*, personificação da morte:

Escuta um signo hiperclaro: é inescapável!
Tão logo um andarilho com quem cruces diga
queavas sobre a espádua um ventilabro, crava
então no solo o remo plenimanobrável
e ao deus do mar oferta sacrifício opíparo,
um suíno cobridor, um touro e um carneiro (*Od.*, C. XI. V. 126-131).

Como visto, ao encontrar o andarilho, Odisseu abandonará o remo que carrega junto ao ombro, um instrumento que o caracteriza como “homem do mar”, por um ventilabro (uma peneira), utilizada para joeirar o trigo, separando este último do joio, das impurezas da terra. Isso feito e realizadas as hecatombes em honra a Possêidon, o herói terá uma morte tranquila, em terra.

Portanto, a ambivalência ligada ao mar como lugar do desconhecido, como meio contrário ao habitat natural do homem, a terra, é reforçada, assim, pela sua proximidade e relevância para a cidade. E aqueles que circulam e transitam usando o mar como caminho ou como lugar de trabalho recebem o peso do olhar de desconfiança da comunidade (VIEIRA, 2011, p. 66).

A descrição do poeta, em especial, no que se refere à morte no mar, demonstra que o princípio da moral heroica não atingia os *nautai*. Subjaz a essas considerações um esforço ora por atribuição direta do poeta, ora devido àquilo que omite, de se entender o lugar conferido a esses homens no interior da organização social que presidia o *oikos* homérico, “[...] uma sociedade em que os estatutos jurídicos não se encontram ainda devidamente fixados, continuando bastante fluidos e imprecisos” (MOSSÉ, 1984, p. 64).

De tudo o que afirmamos, é possível extrair três conclusões com as quais apenas abrimos, no lugar de encerrar, as discussões sobre o espaço de atuação dos *nautai* no universo marítimo da *Odisseia*: a) o mar, lugar do fabuloso, exigiu um corpo de homens que buscaram nas formas de

manifestação do sagrado meios para construir e operar as embarcações; b) considerando a natureza técnica que a atividade dos *nautai* envolvia, esses homens estiveram a serviço de um particular ou da cidade e, assim, seu estatuto social assemelhava-se ao dos demiurgos; c) embora o *domínio* do espaço marítimo se aproximasse das funções do guerreiro, ao “guerreiro do mar” não foram reservadas honra e glória, pois o mar figurava como espaço do duvidoso e de pouco prestígio em oposição à terra e seu potencial de produção de cereais. De fato, a terra era o foco das comunidades gregas interessadas que estavam, à altura do século VIII a.C., em dar vazão ao seu excedente demográfico, lançando-se assim em busca de novos territórios produtivos.

Referências Bibliográficas

Documentação textual impressa

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2011.

HOMER. **The Odyssey**. English translation by A. T. Murray. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1924. v. 1 e 2.

Obras de referência

GRIMAL, Pierre. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Obras gerais

AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Economia e sociedade na Grécia antiga**. São Paulo: Edições 70, 1972.

CABRAL, Luiz Alberto Machado. Prefácio à edição brasileira. In: SNODGRASS, A. **Homero e os artistas**. São Paulo: Odysseus, 2004.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. O. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES. A. C. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 15-26.

LÈFEVRE. François. **História do mundo grego antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEITE, Mário Cezar Silva. Meu corpo até arrepia, só de falar. In: DIEGUES. A. C. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 143-156.

MCGRAIL, Sean. **Boats of the world: from the Stone Age to Medieval Times**. New York: Oxford University Press, 2009.

MOSSÉ, Claude. **A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo (Séculos VIII-VI a.C.)**. Lisboa: Edições 70, 1984.

SNODGRASS, Anthony. **Homero e os artistas**. São Paulo: Odysseus, 2004.

SNODGRASS, Anthony. **Archaic Greece: the age of experiment**. Berkeley: University of California Press, 1981.

SOUZA, Camila Diogo. **Estruturas e artefatos:** o culto heroico em sítios gregos da Idade do Ferro (séc. XI ao VIII a.C.). 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo. 2005.

STARR, Chester. **The Origins of greek civilization (1100-650 b.C.).** London: Jonathan Cape, 1962.

VIEIRA, Ana Livia Bonfim. **O mar, os pescadores e seus deuses:** religiosidade e astúcia na Grécia antiga. São Luís: UEMA, 2011.

Conciliar para consolidar: As disputas do Partido Liberal Moderado cearense no parlamento brasileiro (1836)

Conciliar para consolidar: Las disputas del Partido Liberal Moderado cearense em el parlamento brasileño (1836)

Noemia Dayana de Oliveira

Mestranda em História

Universidade Federal de Campina Grande

noemia_oliveira@gmail.com

Recebido em: 10/08/18

Aprovado em: 06/01/19

Resumo: A abdicação de D. Pedro I trouxe à tona diversos projetos políticos para a formação do Estado nacional, e um deles foi o do partido Liberal Moderado, cuja origem se deu a partir da dissidência com os Liberais Exaltados. No Ceará, o líder dos moderados era o padre José Martiniano de Alencar, o qual foi nomeado, em 1834, ao cargo de presidente da província. Político renomado, a sua rede de sociabilidades estendia-se à Corte, onde atuavam os senadores e deputados gerais. Destes últimos, o grupo cearense pela acentuada diversidade, encontrou dificuldades para manter a coesão de ideias e a união de seus membros. Diante disso, investigaremos o conflito ocorrido, em 1836, entre os parlamentares José Antônio de Pereira Ibiapina e Manoel do Nascimento Castro e Silva, buscando entender o acesso desses dois cearenses ao campo político, evidenciado a desigualdade entre eles e, conseqüentemente, o projeto de nação que propunham sob o mesmo espectro partidário.

Palavras-Chave: Ceará, Partido Liberal Moderado, José Antônio de Pereira Ibiapina.

Resumen: La abdicación de D. Pedro I sacó a la luz varios proyectos políticos para la formación del Estado nacional, y uno de ellos fue el del partido Liberal Moderado, cuyo origen se dio a partir de la disidencia con los Liberales Exaltados. En Ceará, el líder de los moderados era el padre José Martiniano de Alencar, el cual fue nombrado, en 1834, al cargo de presidente de la provincia. Político renombrado, su red de sociabilidades se extendía a la Corte, donde actuaban los senadores y diputados generales. De estos últimos, el grupo cearense por la acentuada diversidad, encontró dificultades para mantener la cohesión de ideas y la unión de sus miembros. En 1836, entre los parlamentarios José Antonio de Pereira Ibiapina y Manoel do Nascimento Castro e Silva, buscando entender el acceso de estos dos cearenses al campo político, evidenció la desigualdad entre ellos y, conseqüentemente, el proyecto de nación que proponían bajo el mismo espectro partidista.

Considerações iniciais

O liberalismo, ideologia essencialmente burguesa, articulou-se ao desenvolvimento do capitalismo, cujas bases foram promulgadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Tais bases consagravam o governo representativo, a primazia das leis e a soberania da nação (GUIMARÃES, 2013). No entanto, o discurso liberal não procurou definir quem era a nação ou quem eram os cidadãos, embora saibamos, que:

Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização, [isto é], mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários (CARVALHO, 2018, p. 37-38).

Devido essa característica de protagonista político e, conseqüentemente, do controle que exerciam sobre a população pobre analfabeta – que eram os rebelados do pós-abdicação –, os proprietários deram a tônica do liberalismo no Brasil, o qual ganhou ares de revolucionário, “no que se refere à emancipação política e à destruição de instituições político-administrativas tradicionais” (GUIMARÃES, 2013, p. 102), como também de conservador, uma vez que primava pela manutenção da ordem interna vigente, como por exemplo, a escravidão. Contudo, essa ambigüidade tornou-se evidente durante a Regência, quando os primeiros “partidos” políticos começaram a se organizar no parlamento brasileiro.

Evidentemente que o nosso entendimento acerca de “partidos políticos” no Império está distante daquilo que vieram a se tornar tais organizações, isto é, complexos e coesos. O liberalismo, que adentrou a sala da Assembleia Geral com significativo número de deputados eleitos em 1834-1837, o qual se convencionou chamar de “liberalismo moderado”, estava longe das prerrogativas necessárias a um organismo partidário, ao contrário, a união de homens com ideias antagonistas no mesmo grupo se deu muito mais pelo medo da restauração e pela necessidade de frear as insurreições populares no pós-abdicação.

Por isso, o principal objetivo do grupo dos liberais moderados limitava-se a:

[...] realizar reformas de caráter estritamente político-institucional, que limitassem os poderes do Imperador, conferissem maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, assegurassem a aplicação das conquistas liberais já firmadas ou previstas pela Constituição (sobretudo no que concerne aos direitos civis dos cidadãos) e, ao mesmo tempo, estabelecessem uma liberdade circunscrita à esfera da lei e da ordem (BASILE, 2001, p. 94).

Para se concretizar essas reformas, os liberais moderados precisavam convergir forças em nível nacional e provincial para consolidar um projeto político de Estado, tornando-se essencial conciliar as diferenças internas do grupo, “evitando quaisquer tipos de excessos, tirania ou jacobinismo, seja nas mãos de um ou na de muitos” (VEIGA *apud* GUIMARÃES, 2013, p. 113-114).

O responsável por essa empreitada na província do Ceará foi o padre senador José Martiniano de Alencar, que fazia parte da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, cuja proposta era a de “análise das mais pequeninas ações de governantes e governados, que possam ter influência direta ou indireta nas coisas sociais” (op. cit., p. 106). Através disso, os notáveis políticos camuflavam a sua real intenção de modelar o Estado nacional, cuja estratégia tentava dissimular os objetivos e as motivações da ação política, apresentando pseudo-razões de caráter mais popular, com vistas a se beneficiar da opinião pública. Seu objetivo visa à conquista ou a influência do poder, ou para obter a adesão/obediência popular (DUVERGER, 1972).

Martiniano destacou-se para levar o liberalismo moderado ao Ceará por ter sido um expoente político desde os tempos da Revolução de 1817, quando foi encarregado pela cúpula dos padres do Seminário de Olinda a levar os ideais revolucionários para a sua província. Nesse período ele fora preso, contudo, perdoado quando ocorrera a Revolução Constitucionalista do Porto em 1820. Logo se tornou deputado pelas Cortes de Lisboa, o que sinalizou mais uma estratégia política do cearense, que tenha lutado ao lado de Frei Caneca na Confederação do Equador, não fora capaz de levar os preceitos do liberalismo exaltado adiante. Vale ressaltar que a sua participação no movimento ocorreu por convite de seu irmão Tristão de Alencar Araripe, o qual morreu no movimento, enquanto Martiniano fora novamente preso e perdoado por enviar uma carta ao imperador pedindo perdão.

Daí em diante, Martiniano assume uma postura comedida, aliás, conciliadora, típica do liberalismo moderado. Ao se tornar senador, numa disputa travada com Manoel do Nascimento Castro e Silva, fora logo indicado para assumir a Presidência da província, fazendo-o retornar ao

Ceará com uma postura muito mais mitigada, dada as experiências anteriores. Além disso, os laços da família Alencar arrefeceram-se com a Regência, o que fez com que Martiniano fizesse alianças com diferentes figuras políticas da província.

Durante a organização do Partido Liberal Moderado no Ceará, especificamente em 1831, “os companheiros de José Martiniano de Alencar possuíam suas diferenças” (ALENCAR, 2014, p. 91), isto é, uns foram confederados, que tentavam convencê-lo que a família Castro, principal aliança política de Martiniano, eram uma ameaça a “liberdade” dos novos tempos. Outros eram burocratas, a exemplo da família supracitada, que atuaram no período de D. Pedro I e por isso eram vistos com reservas. O principal opositor desta família foi José Ferreira Lima Sucupira, que dizia ser “uma barreira difícil de montar na nossa província, que é a família Castro, que se opõe a tudo, que não são seus planos” (SUCUPIRA *apud* ALENCAR, 2014, p. 93).

Dito isto, objetivamos analisar as divergências dos liberais moderados no parlamento brasileiro durante a terceira legislatura do império (1834-1837) a partir do conflito ocorrido, em 1836, entre os deputados José Antônio de Pereira Ibiapina e Manoel do Nascimento Castro e Silva, buscando entender o acesso desses dois cearenses ao campo político, evidenciado a desigualdade entre eles e, conseqüentemente, o projeto de nação que propunham sob o mesmo signo “partidário”. Para isso, nos valeremos dos discursos proferidos por tais personagens no plenário legislativo, bem como das cartas enviadas por Manoel a Martiniano, cuja seleção se deu a partir da menção ao nome do deputado Ibiapina que colocou em público as divergências internas dos liberais moderados.

Terceira legislatura do parlamento brasileiro 1834-1837

A terceira legislatura do império brasileiro, eleita para exercer o poder entre os anos de 1834-1837, por meio da lei de 12 de outubro de 1832, ordenava que os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, lhes confirmam nas procurações faculdade para reformarem alguns artigos da Constituição (BRASIL, 1832). Garantida legalmente, os deputados eleitos ficaram responsáveis por reformular os artigos que centralizavam o poder nas mãos do imperador, criando Assembleias Provinciais, as quais suprimiram o Conselho de Estado, além de transformar a regência trina em regência una. Tais medidas, consideradas descentralizadoras, foram estabelecidas pelo Ato Adicional aprovado de 1834, cujas conseqüências deram origem ao federalismo no Brasil, tese defendida pela historiadora Miriam Dolhnikoff (2005).

Na arena de mudanças constitucionais, os interesses políticos conflitantes afluíam recorrentemente, principalmente dentro do “partido” político com maior número de deputados eleitos durante aquela legislatura, isto é, os liberais moderados. Contudo, quem, trouxe publicamente à tona esta incongruência foi a província do Ceará, que havia elegido oito deputados sob a liderança local de José Martiniano de Alencar. Este fora nomeado pelo regente ao cargo de presidente no mesmo ano de 1834, fazendo-o construir uma rede política bastante desconexa, pois acreditava que cada personagem, ao seu modo, contribuía para a construção do Estado nacional.

Dos oito deputados, três (Manoel do Nascimento Castro e Silva e seu irmão Vicente Ferreira do Castro e Silva, além de Joaquim Inácio da Costa Miranda) foram fiéis correspondentes de Martiniano durante os anos da terceira legislatura, articulando a ala mais conservadora dos moderados cearenses no parlamento. Os outros cinco deputados – dentre os quais estava José Antônio de Pereira Ibiapina – tornaram-se fervorosos opositores das ações políticas do primeiro grupo.

Jovem, filho de Francisco Miguel Pereira Ibiapina, o deputado-liderança da oposição, tinha ascendência humilde, e vira seu pai e irmão mortos pela Confederação. Uniu-se as duas figuras (Martiniano e Manoel) a convite de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, presidente do Ceará durante os anos de 1831 a 1834, este também pertencente aos laços políticos de Martiniano. Entretanto, diferente do que os cercavam, o seu acesso ao campo político moderado se deu por meio de uma herança imaterial (LEVI, 2000), isto é, o prestígio de seu pai o fez aproximar-se dos liberais moderados, ganhando abertura para se tornar o deputado mais votado daquela legislatura.

Contudo, antes disso, Ibiapina havia sido professor na Faculdade de Direito do Recife, graças a sua formação em bacharel em Direito pela mesma instituição. O seu conhecimento aguçado sobre a Justiça, o fez tornar-se severo crítico de seus companheiros, pois que entendia o Estado como garantidor da ordem, da vigência das leis e protetor dos direitos naturais do homem. Ao contrário de seus companheiros, que entendiam o Estado, antes de qualquer coisa, como aporte para a elevação social.

Evidentemente que aceitar o convite para concorrer às eleições, como deputado, era um meio de Ibiapina se sentir mais seguro economicamente, dado a situação de falência que ficara após a morte de seu pai. No entanto, ascender ao campo político ganhou a conotação de

continuar a luta de seu pai e irmão, ou seja, buscar por justiça em qualquer circunstância. Diante disso, os liberais moderados cearenses do parlamento passaram a conviver num território de confronto: de um lado os conciliadores e do outro os questionadores.

Nesse panorama divergente, o alvo das principais críticas de Ibiapina tornou-se o deputado Manoel, que fora indicado ministro da fazenda durante a legislatura. Junto com Martiniano, este deputado-ministro fez o Liberalismo Moderado adentrar na província do Ceará, embora o seu perfil político e econômico fosse divergente do seu companheiro político. “Sua trajetória se deu pelos meandros da burocracia imperial” (ALENCAR, 2014, p. 75). De origem abastada, trabalhou ao lado das forças monárquicas, na qual repreendeu movimentos como os que Martiniano participou. Esta parceria revelou o nome mais influente sobre as decisões do presidente provincial, como se vê em passagens das cartas enviadas por ele ao líder moderado:

Com efeito você não pensou bem quando nomeou o Bastos, e estou certo que seria falta de reflexão, pois sendo tão terminante o código, se o tivesse presente não o nomearia... (11 de agosto de 1835).

Se porém você insistir pela demissão, o que eu não aprovo, repita, mas lhe peço que modifique suas expressões, enfim seja como é prudente (30 de agosto de 1835). Agora vamos ao seu ofício do Vieira: eu ainda não posso aprovar a sua deliberação de o mandar publicar tanto mais quando você o tinha remetido não diretamente pelo Correio, e sim em carta privada a mim. Eu já lhe dei as razões por que julguei não entregá-lo, e agora consultando ao Feijó, disse-me que o não entregasse a Secretaria para que passasse por apócrifo, pois que não havia obrado bem (18 de outubro de 1835).

Quererá você que ele pisando trilho diverso ao nosso e sempre fora do nosso lado, venha pisar aqueles que com você tem sustentado a ordem pública? Estou certo que você tal não quererá: portanto, não espeznemos aos do nosso credo para não darmos armas contra nós; essas capitulações são más (23 de agosto de 1836).

A respeito do Batista não posso de maneira alguma anuir ao meu pedido por que meu compadre e amigo quer você dar importância a quem não tem? Para que esse germe continuado de intriga? Você mesmo não disse que ele é altivo insubordinado, como quer sujeitar aos nossos amigos a altives desse fedelho? Pois aqueles que sempre estiveram e nosso lado hão de ficar agora sujeitos a Batista? Se você quer, como eu creio a paz na província, como a conseguirá por esses meios que necessariamente hão de irritar os ânimos! Se ele tem préstimo, aproveite para a tesouraria provincial cuja afluência é menor (15 de setembro de 1836).¹

Com tom de intimidade, expressa pelo pronome de tratamento impessoal, bem como a familiaridade revelada pelo “compadre”, Manoel se correspondeu com Martiniano diversas vezes durante os anos da legislatura, de modo a persuadi-lo sobre o que fazer e refletir sobre o que tinha feito, mas não estava de acordo com o seu interesse. A distância geográfica entre esses dois políticos – um estava na Corte e o outro na capital cearense – não impactou na desenvoltura do

¹ Optamos pela adequação à ortografia atual para facilitar a compreensão do leitor.

“partido” moderado no Ceará, pois que eles buscavam articular o provincial e o nacional sob as mesmas pretensões.

Manoel mencionava o nome de cada agente político em suas cartas, sinalizando que era informado pelo líder sobre todas as tramitações ocorridas na província, que por vezes necessitavam de decisões mais amplas, chegando até ao conhecimento do regente Feijó. Além disso, o ministro estava bem localizado na Corte, podendo supervisionar os deputados atuantes no parlamento e revelar para Martiniano aqueles que se posicionavam ao seu lado e os que estavam contra o seu projeto de nação. Nesse sentido, Manoel gozava de reconhecido prestígio, uma vez que oferecia “conselhos” ao presidente sobre quem tinha “importância” no campo político dos moderados.

Contudo, passado o ano das alterações constitucionais, a terceira legislatura transformou-se em palco de discussões acerca de projetos nacionais, os quais estavam diretamente ligados aos interesses locais. Isto é, a nomeação de deputados aos cargos da burocracia do império representava a ampliação de capacidade administrativa dos líderes provinciais. Não é à toa que dois deputados gerais do Ceará (Manoel e Jerônimo Figueira de Melo) foram nomeados senadores, além da pasta de Ministro da Fazenda levada por um cearense desde 1835.

As divergências políticas vividas em âmbito local durante a implementação do Partido Liberal Moderado no Ceará, se revelaram, portanto, na mesma intensidade no parlamento brasileiro. É fato que o “programa” do “partido” procurava manter em sua base a manutenção de certos privilégios, embora tentando evidenciar a busca pelo bem alheio em detrimento do próprio. Os mesmos deputados que tinham lutado juntos, apaziguando as diferenças no campo político do primeiro reinado, com o intuito de forçar a abdicação de D. Pedro I, eram os mesmos que lutaram por privilégios próprios nos anos procedentes ao ato. Nas Regências, o estopim dessas diferenças aconteceu, causando desconforto e desestabilização para os moderados. Nesse sentido, o “Ato Adicional” correspondeu às mudanças, e:

Todas essas novas práticas liberais implicaram no estabelecimento de uma outra lógica que transformara o conjunto dos cidadãos em autêntica esfera pública de poder, exigindo uma série de procedimentos que a elite dirigente, porém, não estava predisposta, ou não tinha condições de implementar (NEVES, 2013, p. 96).

Detectada a predisposição de sujeitos como Manoel a colocar em prática a “lógica” liberal, o deputado Ibiapina seguiu pela linha adversária, embora fizesse parte do mesmo grupo

político que Manoel. Posicionando-se antagonicamente, indicou que “se diri[gisse] uma mensagem ao trono com o fim de ser substituído o atual ministro da fazenda, por quem possa desfazer a crise financeira que ameaça esmagar o Brasil” (ANAIS, 16 de agosto de 1836). Membro da oposição, juntamente com os deputados Jerônimo, José Mariano, Antônio Pinto de Mendonça e Francisco Alves Pontes, nenhum outro deputado moderado foi capaz de exigir a substituição do conterrâneo, seja pela crise (consequência do roubo de notas do tesouro nacional), seja pela articulação política demasiadamente coronelística², cuja complexa rede de relações ia desde Martiniano até o regente Feijó, envolvendo compromissos recíprocos.

Para ele, se o projeto que “os moderados empreenderam [era] um processo de ‘limpeza’ da máquina administrativa, pondo para fora portugueses e indivíduos ligados a D. Pedro I” (SUCUPIRA *apud* ALENCAR, 2014, p. 100), não fazia sentido manter alguém que lembrasse um passado nobiliárquico, nem tão pouco repressor. O passado da família Castro e Silva, que segundo Sucupira deveriam ser entendidas como ameaças foram muito bem pontuadas pelo deputado provincial, cuja publicização ganhou espaço no parlamento nacional através de Ibiapina. E logo veio a resposta:

A comissão de constituição prestou a devida atenção a indicação do sr. Deputado Ibiapina que contém a proposta de uma mensagem ao trono com o fim de ser substituído o atual ministro da fazenda, por quem possa desfazer a crise financeira que ameaça esmagar o Brasil. A comissão conquanto julgue que o meio indicado não se desconforma da índole do sistema representativo e reconheça que ele na história parlamentar de nações civilizadas, que devem servir de modelo em tais matérias. Todavia entende que na presente conjuntura não convém adotá-lo, já porque semelhante mensagem não importa mais do que significação haver o ministro perdido a confiança da câmara e tal significação pode ser com o auxílio de outros meios, talvez preferíveis por serem indiretos, e já porque estando o negócio do roubo do tesouro afeto a duas comissões da casa, seria menos prudente prejudicar o juízo das ditas comissões, adotando desde já a proposta mensagem. Portanto, é de parecer que a referida indicação não entre em discussão (Paço da câmara dos deputados, 18 de agosto de 1836 – Araújo Viana, Carneiro Leão, Mello e Souza).

O pedido feito pelo deputado Ibiapina foi reconhecido como direito do novo sistema representativo do país, oriundo das modificações feitas pelo liberalismo após a abdicação de D. Pedro I. No entanto, a resposta da comissão foi que tal indicação não cabia mais, pois que Manoel já havia perdido a confiança da câmara. Contudo, os deputados reconheciam o peso que tal mensagem endereçada ao trono poderia causar, optando então pelos “meios indiretos” que

² Sobre o coronelismo ver discussão conceitual feita por José Murilo de Carvalho (1997), com base no clássico de Vitor Nunes Leal: *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado pela primeira vez em 1948.

não causariam “prejuízo as outras comissões”, encarregadas de averiguar o roubo do tesouro. É bem certo que, diante disso, os deputados pertencentes às comissões diretamente envolvidas no caso tenham se prevenido da adjetivação de “incapazes”.

Vale ressaltar mais uma vez que o momento era de conquista da independência da Câmara dos Deputados, a qual tinha se sobressaído como protagonista da abdicação, das mudanças constitucionais e, por fim, apaziguadora dos ânimos exaltados dos populares. Contudo, para Ibiapina o exercício do parlamento estava além da conciliação, visto que como um constitucionalista, ele estava devotado a supervisionar as ações dos seus companheiros de mesmo campo político, como também de seus contrários.

No entanto, a disputa de Ibiapina contra Manoel estava inserida “[n]o campo político [que] é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”. O campo político, nesse sentido, é um espaço de disputa entre grupos, classes ou suas frações em que “a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder” (BOURDIEU *apud* MAGALHÃES, 2016, p. 98-99). Todavia, existia uma diferença entre esses dois agentes e ela estava exatamente no acesso que ambos tiveram ao campo político, cuja desigualdade é constatada:

Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação (BOURDIEU, 2011, p. 196).

A acumulação do capital político de Manoel estava ligada ao passado nobre de sua família, a qual fazia parte, desde a colônia, dos altos escalões da administração cearense. Isso resultou na conquista de uma carreira no funcionalismo público, deputado pelas Cortes de Lisboa, secretário do presidente Pedro José da Costa Barros³, presidente do Rio Grande do Norte, ministro da fazenda, dentre outros (ALENCAR, 2014). Diferente do deputado Ibiapina, que apesar das consideráveis referências políticas e religiosas que conhecia, não acessou o campo político sob o julgo do excedente econômico, nem tão pouco do nome de família que possuía, ao contrário, foi visto com reservas por ser filho e irmão de ex-confederados.

³ Pedro José da Costa Barros era parente de Tereza Maria de Jesus (mãe de Ibiapina) e responsável pela condenação à morte do confederado Francisco Miguel (pai de Ibiapina) (OLIVEIRA, 2017).

Além disso, o próprio contato que tinha Manoel com Martiniano, revelado anteriormente, reforçava a diferença de acesso ao campo político que ele tivera em detrimento a Ibiapina:

Enfim, vivo em uma apatia, magro, macilento e velho, e para cúmulo de meus dissabores, havia acontecer o nefando roubo do tesouro que me tem acarretado os maiores insultos, a ponto de até Ibiapina fazer indicação para se mandar uma mensagem ao regente pedindo se a minha demissão, Calmon que tem vomitado toda a sua cólera contra mim, porque Feijó não prefere no ministério, disse que se a Câmara se tivesse penetrado de sua verdadeira posição teria logo no dia do roubo do tesouro mandado uma mensagem ao trono pedindo a minha demissão.

Porém, note que quando houve roubo estava o Maciel interinamente com a pasta da Fazenda. E demais não será isso um caso imprevisto? E por que se grita contra o ministro da fazenda: o Maciel Monteiro também disse que todos esses males e maiores teriam de acontecer enquanto eu fosse ministro da fazenda e mereceu um grande apoiado do senhor Figueira e infr.^a que eu estou igual ao guardião a quem os frades atribuíam todos os males, por exemplo dava-se uma facada, diziam os frades enquanto tivermos este guardião, há de acontecer isso etc. Digo-lhe que tem sido para mim o maior sacrifício o da minha conservação no ministério, por que desenganados os homens de que Feijó não demitia o ministério, tem lançado mão de todos os meios e insultos para ver se os ministros desesperados deixavam as pastas, e deixavam o regente a sua mercê: a sessão tem sido ocupado com insultos, fala-se, ralha-se e até hoje nada se há feito, a lei do orçamento ainda está em 2^a discussão; emendas de código nada, enfim nunca vi uma sessão como esta, na qual muito se hão distinguido os senhores Figueira e Ibiapina: eu lhe peço por tudo quanto há que de melhores deputados pela nossa província, e não homens que sacrificam a causa pública por vinganças p.^{es} etc. etc. Eu já falei ao tuto de Sua Majestade para subscrever com alguma ação para e ele prometeu-me e logo que eu tenha mais desaforo o tornarei a procurar (CASTRO E SILVA, 23 de agosto de 1836).

Os deputados, em decorrência do pedido de Ibiapina, acusavam Manoel pela irresponsabilidade de não averiguar o roubo do tesouro nacional. Mesmo que tal pasta não estivesse sob a sua responsabilidade quando do ocorrido, os parlamentares alertavam para o descaso que o ministro fazia tanto do desfalque, quanto da crise econômica que se abatia sobre o país. Exemplo disso foi o deputado piauiense Francisco de Souza Martins, que em sessão, pede “informações ao governo: primeiro se já sabe com certeza a quanto monta o roubo do tesouro; segundo se já se acharam todos os talões que se tinham sumido” (ANAIS, 02 de setembro de 1836).

Em resposta ao deputado, Manoel esclarece os feitos do ministério da fazenda e aponta a atitude de Ibiapina, seu companheiro de partido, como indecorosa:

O sr. Castro e Silva (ministro da fazenda), respondendo ao precedente orador, diz que ontem é que se concluíram os trabalhos da casa de numeração acerca

do balanço que nela se depor ocasião de roubo, e que por esses trabalhos a câmara conhecerá que o roubo é exatamente aquele que já foi comunicado: e se convencerá da injustiça que se fez ao governo na câmara. Observa que não lhe parece muito decorosa a oposição que se há feito ao ministro da fazenda numa conjuntura como esta. Cumpria primeiro que o ministro desse conta da casa que administra para então poder ter lugar essa oposição, para então fazer-se esse requerimento para se mandar uma mensagem ao trono, requerimento que nas circunstâncias atuais não é decoroso. Depois de outras observações, responde ao sr. Souza e Oliveira na segunda parte do seu requerimento, que os talões foram tão perversos que se tem prevalecido dos mesmos talões. Conclui fazendo várias reflexões mais a respeito da lei de 6 de outubro do ano passado⁴ sobre que falara o sr. Souza e Oliveira. (ANAIS, 02 de setembro de 1836).

Como membro do governo regencial, papel que cumpria desde a época colonial, dado o seu perfil burocrático acima assinalado, Manoel posicionava-se acusando a câmara de injusta. Além disso, reconhecia que a conjuntura – delicada – não servia para lhe fazer a oposição, ou seja, apelava como o líder dos moderados cearenses (Martiniano) para a conciliação das forças opostas, embora desconsiderasse os opositores e pedisse, inclusive, pela substituição dos mesmos nas próximas eleições, como se viu na correspondência enviada ao presidente provincial dias antes desta sessão na Câmara dos Deputados.

Contudo, a presença de homens como Manoel, segundo os opositores moderados, representava o impedimento para a cultura política⁵ do liberalismo ser processada no Brasil através de uma monarquia constitucional, cujos homens, diga-se de passagem, “ilustrados”, guiavam a opinião pública. A liberdade, portanto, não ultrapassava os direitos alheios e a igualdade se restringia ao plano da lei. Nesse sentido, denunciar Castro e Silva infligia o entendimento que a elite dirigente, indisposta a mudanças, tinha acerca dos direitos constitucionais.

Diante da provocação, Ibiapina, que tinha se mantido em silêncio durante a sessão, faz um discurso acusando o ministro:

O sr. Ibiapina passa a responder ao sr. Ministro da fazenda, que disse que era indecoroso a um membro da oposição indicar uma mensagem ao trono para ser ele demitido nas circunstâncias atuais, em que ninguém quereria entrar para o tesouro, depois de roubado. Indecorosa, entende o orador, ser essa linguagem do sr. Ministro! Declara que apresentou essa indicação, porque sendo do **seu dever velar pelos interesses do país**, conheceu que o **mais grave mal que**

⁴ A Lei nº 57 de 06 de outubro de 1835: “Proíbe o estabelecimento de morgados, capelas ou quaisquer outros vínculos, extingue os existentes e providencia sobre os bens que deixam de ser vinculados”.

⁵ O historiador francês Serge Berstein, em diálogo com Jean-François Sirinelli, conceitua cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

nos ameaça é a desordem no sistema financeiro, e que a crise que ameaça o Brasil crescerá, não obstante qualquer medida útil, uma vez que **o chefe dessa repartição seja uma pessoa inábil**, tão incapaz como o atual ministro da fazenda. Convencido disso, propôs aquela medida para aventurar esse meio de salvação pública, e é ainda por isso que vota pela urgência que se discute, posto que nenhum resultado feliz espere conseguir. Mas S. Ex. disse que era indecorosa a indicação da mensagem: permita a câmara, diz o orador, que em minha defesa use dos meios mais favoritos de que sempre se serve S. Ex. quando nesta casa se defende das justas e pesadas arguições que lhe fazem seus adversários. Indecoroso foi **S. Ex. pedir ao atual presidente da minha província, que o nomeasse inspetor da alfândega**, e isto, sr. Presidente, para que se lhe não tirasse o pão para a boca!!! Será isto decente, será isto decoroso? **Indecoroso foi o que o sr. Ministro demitisse e removesse empregados que contavam anos de serviço, além de uma capacidade profissional conhecida e sem nenhum crime, para em seu lugar arranjar seus irmãos e parentes?** Indecoroso, enfim, é que o sr. Ministro, a despeito de precedentes tão desfavoráveis ao seu conceito, ainda se sente entre os representantes da nação. Mas ao sr. Ministro nada é capaz de lhe fazer a face vermelha... O sr. Presidente [da Câmara dos Deputados] chama o orador a ordem. O sr. Ibiapina: Eu poderia falar, mas enfim calo-me porque sei obedecer (ANAIS, 02 de setembro de 1836. Grifos nossos).

Vindo a público, um diferencial para um deputado silencioso, Ibiapina pronunciou-se afirmando que o seu dever era velar pelos interesses do seu país, de modo que justificava o seu requerimento pedindo a substituição do ministro da fazenda. Ao contrário de Souza Martins, o cearense não via saídas para averiguação do roubo, pois quem estava à frente do ministério da fazenda era inábil, não sendo capaz de dar soluções para a crise que se processava no sistema financeiro. Contudo, o parlamentar reconheceu que “nenhum resultado feliz espera[va] conseguir” (idem), visto que o regente em atividade – o padre Feijó – era conselheiro de Manoel, como se viu acima nas passagens das cartas enviadas pelo ministro a Martiniano.

Entretanto, enviar o requerimento ao trono era um direito de Ibiapina, pois que “o campo [político] pode[ria] sofrer alterações em seus polos a partir dos elementos citados, por estratégias discursivas e pelas representações sociais, produtos históricos formulados a partir das disputas por hierarquização e dominação” (MAGALHÃES, 2016, p. 99). Ou seja, mesmo sabendo do impacto desses personagens no campo político, a oposição moderada reconhecia que o discurso poderia trazer mudanças para dinâmica liberal.

Em consequência disso, o opositor lançou mão de acusações que fugiam ao fato do roubo do tesouro nacional, de maneira que incidisse sobre o perfil político de Manoel e o

revelasse publicamente como clientelista⁶. Para tanto, expôs a relação do ministro com o presidente Martiniano, cuja denúncia feita por Ibiapina era a da nomeação como inspetor da alfândega, matéria que foi discutida no parlamento um ano antes e contou com a oposição constitucionalista do deputado, uma vez que o acúmulo de cargos públicos era proibido por lei⁷. Ademais, a demissão feita por Manoel e mencionada em cartas por ele enviadas a Martiniano também não passou despercebida quando Ibiapina resolveu expressar-se.

Diante disso, Ibiapina saiu da posição de silencioso, ou melhor, de agente de requerimentos, ofícios e proposições escritas e passou a utilizar o parlamento como espaço de diálogos. Vale ressaltar que os biógrafos⁸ do deputado atestam que esse foi um dos mais incisivos pronunciamentos do deputado, cujo resultado se verifica no envio de uma carta de Manoel logo após a sessão (data de 15 de setembro) a Martiniano, queixando-se mais uma vez dos opositores e reforçando o pedido de renovação do quadro de deputados para as próximas legislaturas:

Eu tenho sofrido o que nunca esperei sofrer na minha vida; até por último fui enxovalhado pelo maluco do Ibiapina. A oposição tem lançado mão de todos os meios para desesperar o ministério para o Feijó lançar-se em seus braços, ou abdicar, porém, a constância e fidelidade do ministério tem feito cair todos os seus planos. Eu espero que você empenhará todas as suas forças para que a nossa província não se veja representada na segunda legislatura por Ibiapinas, Figueiras e P.^e P.^{to} e Pontes. Tudo o que vier será melhor que esses quatro energúmenos holandeses renegados da oposição [ilegível] mas os projetos hão de passar porque temos maioria (CASTRO E SILVA, 15 de setembro de 1836).

O ministro estava certo que o papel dos opositores, chamados por ele como “energúmenos holandeses”, era o de fazê-lo desistir do ministério da fazenda, acompanhado da abdicação de Feijó e o fracasso dos projetos dos liberais moderados na Câmara dos Deputados.

⁶ De forma geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo, na forma de voto (CARVALHO, 1997).

⁷ Foi, presente a comissão de justiça criminal, um ofício da câmara municipal da cidade do Ceará e mais papéis relativos a uma dúvida suscitada entre ela e o presidente daquela província, acerca do promotor público da mesma cidade. A câmara propondo três candidatos para promotor incluiu na lista tríplice o secretário ao governo, o qual foi escolhido ele presidente. Entretanto, a câmara refletindo melhor ofício ao presidente declarando que se enganara, porque o secretário do governo não podia ser promotor a vista do artigo 23 do código do processo criminal. Apesar disso o presidente sustenta valiosa a proposta e escolha: então a câmara declara nula a eleição do secretário para promotor, submetendo ao mesmo tempo este negócio a consideração desta câmara. A comissão atendendo ao expedido e ao disposto nos artigos 23 e 36 do código do processo criminal, é de parecer que se responda a câmara municipal nestes termos: Que o secretário do governo não pode ser promotor, e, outrossim, que não tem lugar a interpretação de lei, porque mui claros são os artigos 23 e 36 do código do processo criminal. Paço da câmara dos deputados, 30 de julho de 1835. Ibiapina. Gonçalves Martins (ANAI, 06 de agosto de 1835).

⁸ Celso Mariz (1980) e o padre Francisco Sadoc de Araújo (1995), os dois referenciados biógrafos, mencionam este discurso parlamentar de Ibiapina como o primeiro e único feito na Câmara dos Deputados. Nos meus estudos da dissertação, realizados desde 2017, averigui que esse não foi o único discurso, embora seja realmente o mais entusiasmado.

Contudo, Manoel tranquiliza Martiniano ao falar da sua fidelidade ao regente, bem como a maioria (no quadro de deputados) de moderados no parlamento. Era final do ano legislativo, aprontavam-se as eleições para a próxima legislatura, daí porque as indicações do ministro a respeito do quadro que representaria a província do Ceará.

No entanto, ele não contava com as mudanças que ocorreriam no ano seguinte, como se vê dito na carta abaixo:

Já livre da pesada carga da pasta da fazenda lhe faço esta, e tal era a gana da oposição contra a administração, que apesar de defunta não foi poupada, porém eles ouviram o que não pensaram. Você sempre esteve em discussão, sinto que não transcrevessem o que eu disse em sua defesa: foram seus obsequiadores Maciel Monteiro, Calmon, Martim, Honório, Roiz Torres e o Barreto Pedroso que talvez você não o conheço, mas Figueira com os seus companheiros e Ibiapina e P.^o Pinto o imbuíram das suas calúnias, pois não só tem andado atrás dos deputados da oposição para falem contra você, como pelo sete de Abril tem propalado todas as suas falsidades, tão perversas são, pois que a terem outros sentimentos se teriam apresentado francamente na Tribuna (CASTRO E SILVA, 05 de julho de 1837).

Ocupando a sua atividade de informante do presidente, Manoel narrava mais uma vez as pressões sofridas e o conseqüente abandono da “pasta da fazenda”, o que se agravou em decorrência do afastamento do padre Feijó da regência. Em partes as denúncias feitas no parlamento um ano antes, serviram para reorganizar os liberais moderados cearenses em postos diferentes daqueles conseguidos com a conquista do espaço na Câmara dos Deputados no início da terceira legislatura. A conquista de cargos burocráticos, como foi o de Manoel, tinha sido ameaçado a partir da publicidade do roubo do tesouro nacional e as conseqüências da sua inatividade frente a isso.

Tudo isso é resultado de um processo que estava em curso desde antes da proclamação de 1822, que tinha como principal objetivo “introduzir reformas, mais do que patrocinar revoluções” (NEVES, 2013, p. 90). A audácia do deputado Ibiapina com um membro superior na escala hierárquica da monarquia constitucional representava os impactos conquistados a partir das reformas, as quais foram desestabilizadas para Manoel. Além de temer revoluções populares, o que estava ligado ao contexto ampliado das regências no Brasil, os liberais moderados passaram a temer os componentes do próprio campo político, que na legislatura seguinte (1838-1841) foram selecionados sem a prerrogativa da conciliação, de modo a evitar os erros de 1836.

Os liberais moderados como Manoel, influenciados pelo pensamento ilustrado luso-brasileiro, tinha bases religiosas, conservava a figura do imperador e negava a soberania do povo. Esses personagens pertencentes a uma cultura política com ânsia de organização do Estado Nacional acreditavam apenas na representatividade de cidadãos mais prósperos, isto é, aqueles que tivessem maior capital cultural atrelado, evidentemente, ao econômico – determinantes diretos da rede de sociabilidades dos sujeitos – é quem determinava a ascensão no campo político. Ademais, a conciliação que procurou unir todos os liberais moderados sob a mesma proposta, não conseguiu unificar as diferenças ideológicas, culturais e, principalmente, econômicas.

Considerações finais

A instituição do “partido” liberal moderado no Ceará esteve atrelada aos anseios locais, e articuladamente nacionais, de organizar burocraticamente o Estado nacional. Essa tarefa designada ao mais antigo líder político da província, José Martiniano de Alencar, resultou na conciliação de grupos divergentes ideológica e culturalmente. As alianças feitas por Martiniano entre a família Castro – representante mais antigo da burocracia imperial – e ex-confederados, trouxe a ascensão de oito deputados gerais no parlamento brasileiro em 1834-1837.

Contudo, as diferenças entre os dois grupos que já era aparente em nível local, tornou-se escandalosamente visível a partir da terceira legislatura do império. Os deputados como Manoel do Nascimento Castro e Silva (nomeado ministro da fazenda) e José Antônio de Pereira Ibiapina foram postos a dialogar no mesmo campo político, cujo embate de ideias deveria corresponder à reformulação de propostas e de práticas, entretanto, tornou-se um território marcado por disputas pela proeminência do poder.

A posição de enfrentamento que o deputado Ibiapina assumiu estava ligada as ações já empreendidas por outros a nível local, como fez José Ferreira Lima Sucupira. No entanto, o que mais passou a incomodar foi a denúncia pública feita ao deputado-ministro Manoel. Ainda que Ibiapina tenha feito parte daqueles que acreditavam na consolidação do campo político dos liberais moderados no Ceará, e extensivamente no parlamento, ele passou a questionar a rede de sociabilidade que se estruturava em torno do líder Martiniano, isto porque ele também estava ligado a Martiniano, e não inteiramente pelas suas ideias e práticas, mas por certo laço de amizade.

Embora Ibiapina soubesse que a sua aliança com Martiniano se “estabelecia-se [n]um elo íntimo entre as relações interfamiliares, os laços de amizade que reforçavam a lealdade entre os sujeitos e as alianças políticas” (ALENCAR, 2014, p. 108), não dava para esconder que a unidade do ideário e, sobretudo, da ação política, não fazia parte do relacionamento entre os dois.

Na prática parlamentar, isto é, nas ações do campo político dos liberais moderados as divergências tornaram-se evidentes para Ibiapina, que entendeu os interesses dos líderes ultrapassarem o bem público e chegarem ao privado, através da ocupação de cargos; e para os dirigentes, o incômodo se deu com as denúncias feitas no parlamento, fato desestabilizador para um projeto de nação desconexo em sua dinâmica pessoal.

Referências Bibliográficas

Fontes

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados: Segundo ano da terceira legislatura. Sessão de 1835. Coligido por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia de Viuva Pinto e Filho, 1887. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso em 14 mar. 2017.

_____. Terceiro ano da terceira legislatura. Sessão de 1836. Coligido por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia de Viuva Pinto e Filho, 1887. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso em 14 mar. 2017.

BRAZIL. Lei de 12 de outubro de 1832: Ordena que os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura, lhes confirmam nas procurações faculdade para reformarem alguns artigos da Constituição. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-12-10-1832.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2018 às 15h50min.

_____. Lei nº 57 de 06 de outubro de 1835: Proíbe o estabelecimento de morgados, capelas ou quaisquer outros vinculados, extingue os existentes e providencia sobre os bens que deixam de ser vinculados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em 08 de agosto de 2018 às 16h00min.

CARTAS do Ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva ao Presidente José Martiniano de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*, t. XXII, 1908b.

Bibliografia

ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. **Pelas tramas da política:** A constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. 193f.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Padre Ibiapina:** Peregrino da Caridade. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.

BASILE, Marcelo. Luzes a quem está nas trevas: A linguagem política radial nos primórdios do Império. **Topoi**. Rio de Janeiro, set. 2001, p. 91-130.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX e SIRINELLI (orgs.). **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n° 5, pp. 193-216, jan/jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jun. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo e clientelismo: Uma discussão conceitual. In: **Dados**, vol. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: Origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

DUVERGER, Maurice. **Introdução à Política**. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. p. 101-125.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Prefácio de Jacques Revel. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque – Revista de História**. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 92-110.

MARIZ, Celso. **Ibiapina, um apóstolo do Nordeste**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e prática (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. p. 73-100.

OLIVEIRA, Noemia Dayana de. **Um intelectual a deriva: O padre Ibiapina e as articulações intelectuais no Nordeste oitocentista**. Monografia (graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017. 66f.

Coney Island e a nostalgia de um “divertimento irresponsável” em Lana Del Rey

Coney Island and the nostalgia of an “irresponsible amusement”
in Lana Del Rey

William David Vieira

Mestrando em Comunicação
Universidade Federal de Ouro Preto
williamdavidvieira@gmail.com

Recebido em: 18/10/18

Aprovado em: 20/12/18

Resumo: Neste trabalho, discutimos as políticas de divertimento *kitsch* desenvolvidas em Coney Island, península em Nova York, imbricando temporalidades distintas de suas formas de entretenimento. Coney Island, uma área periférica, emerge, entre os séculos XIX e XX, como consequência da modernidade e do capitalismo tardio dentro do próprio território dos Estados Unidos, fornecendo uma diversão dita “banal” e sendo alvo das mesmas rédeas mercadológicas de seu surgimento ao passar por processos de especulação imobiliária e de esterilização e *gourmetização* do entretenimento nos séculos XX e XXI. Articulamos nossa discussão pela concepção de “divertimento irresponsável” (WISNIK; LUPINACCI, 2010). Aplicamos tal conceituação a duas canções da artista nova-iorquina Lana Del Rey – *Carmen* e *Off To The Races* –, que revelam nostalgicamente frivolidade e ausência de responsabilidade na narrativa do prazer *fast-food* (rápido, barato e monopolizador, no estilo estadunidense de consumo), seja na forma de entretenimento concebida para a ilha nos séculos XIX e XX, seja na forma estabelecida nos últimos anos.

Palavras-Chave: Coney Island, divertimento irresponsável, Lana Del Rey.

Abstract: In this work, we discuss the policies of kitsch amusement developed in Coney Island, New York peninsula, overlapping distinct temporalities of their entertainment forms. Coney Island, a periphery area, emerges, between the 19th and 20th, centuries as a consequence of modernity and late capitalism within the United States itself, providing an amusement said to be “banal” and being the target of the same market reins of its emergence by undergoing processes of real estate speculation and of sterilization and entertainment premiumisation in the 20th and 21st centuries. We articulate our discussion through the concept of “irresponsible amusement” (WISNIK; LUPINACCI, 2010). We apply such conceptualization to two songs by the New York artist Lana Del Rey – *Carmen* and *Off To The Races* –, which reveal nostalgically frivolity and lack of responsibility in the narrative of the fast food pleasure (fast, cheap and monopolizing, in the United States style of consumption), whether it be in the form of entertainment designed for the island in the 19th and 20th centuries, or in the form established in the last years.

Keywords: Coney Island, irresponsible amusement, Lana Del Rey.

Introdução: vende-se um entretenimento *kitsch*

Situada ao sul de Nova York e localizada mais precisamente no distrito do Brooklyn, a antiga ilha de Coney Island, atualmente chamada península de Coney Island, figurou no imaginário do mundo na virada do século XIX para o XX como o paraíso da diversão ou a ilha dos prazeres desmedidos. Atraindo turistas durante vários anos, o pedaço de terra sem lei dentro dos Estados Unidos que oferecia praia, circo e parques de diversão forneceu, nessas modalidades, um rol de entretenimento *kitsch*, regado a aberrações e atrações curiosas¹ das mais diversas, expostas em seus espetáculos, e a gangues de parques. Tratada por “divertimento irresponsável” (WISNIK; LUPINACCI, 2010), essa política de entretenimento aplicada a Coney Island denominava o local como designado à oferta de diversão de massa, voltada para a classe média da época e para o proletariado do período, e se assinalava como consequência de uma modernidade já a ser delineada como desesperada e sufocante² e de um capitalismo tardio verificado no próprio território dos Estados Unidos – mais incisivamente, em uma discrepante região periférica de Nova York.

Essas discrepâncias, relativas a tal problemática, começam a se explicitar pelo fato de Coney Island situar-se a cerca de vinte quilômetros de Midtown, o opressor clã de arranha-céus

¹ Aqui, falamos de casos como fetos de duas cabeças e bebês siameses – atrações da ilha, listadas por Wisnik e Lupinacci (2010) –, a serem abordados mais à frente. Nesse sentido, quando lançamos mão do termo *kitsch*, cujos exemplos se dão, entre outros, por esses casos, estamos nos referindo a um entendimento genérico do termo, que circunscreve um entretenimento tomado por vazio, barato e vulgar, aliado supostamente a técnicas de saqueio, mas nem sempre a moldar objetos de cunho imitativo. Esse entendimento será problematizado ao longo do texto.

² Pelo uso desses termos, fazemos alusão à compressão sobre tempo e espaço e à aceleração sobre um e outro, sentidas desde a modernidade e verificadas também em uma “pós-modernidade” – como propõe e denomina Harvey (2010). Ambas impulsionaram, a seu modo e a seu tempo, o fortalecimento de identidades efêmeras, tão voláteis quanto os produtos culturais – como Coney Island – que a essas identidades se encaminhavam e buscavam representar. Estão aliadas a isso, em continuidade às proposições de Harvey, a valorização do presente (cada vez mais imediato, *presentista*) e, paradoxalmente, a procura pelo futuro como possibilidade de realização dos desejos e concretização das esperanças (como a ideia da modernidade enquanto o lugar a que deveríamos chegar), sendo tal futuro não somente projetivo, mas um espaço de julgamento, embora minimizado por esse *presentismo* (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017, p. 38) – daí o paradoxo. Trata-se do sentimento de uma modernidade e pós-modernidade entendidas por “desesperadas” e “sufocantes”. Trata-se, mais ainda, arriscamos a dizer, de um projeto de *avanço* que não vinga devido à reconfiguração do tempo e espaço, submetidos à urgência do imediatismo e do capital, encarando, como consequência, a superficialidade dos objetos e das relações.

de Manhattan, nos quais estão abrigadas, em sua maioria, empresas multinacionais. O local também é um dos pontos turísticos da região, visivelmente destoante do anterior desde a instauração da ilha de Coney Island como tal. Dada sua excentricidade ou qualquer que seja o fator que tenha despertado atenção de várias figuras, de governantes a intelectuais, Coney Island recebeu a visita, em 1909, de Sigmund Freud. O fato, tratado como acontecimento e curiosidade, foi contado no experimento documental e ficcional *Freud in Coney Island and Other Tales*, novela de Norman M. Klein, como relatam Wisnik e Lupinacci (2010, p. 2). Para os autores, na narrativa de Klein:

[...] Freud se deixa em parte encantar pelas fantasias bíblicas erotizadas de Coney, em que se combinavam grandes estátuas com sexo à mostra, meninos reais vestidos de Mefistófeles vendendo amendoim e pipoca e fazendo brincadeiras *nonsense* e atrações com encenações de grandes catástrofes naturais e humanas, como incêndios em edifícios altos e em barcos no Mississippi, ou a destruição de Pompeia pela erupção do Vesúvio (WISNIK; LUPINACCI, 2010, p. 2; grifo no original).

A narrativa exemplifica, desse modo, o que se podia encontrar em Coney Island, isto é, atrações malucas e/ou execráveis, todas reunidas numa miscelânea espaciotemporal assumidamente grosseira e assim vendida com prazer em um lugar de verdadeira “[...] fricção tangível entre a experiência cotidiana alienante de trabalhadores urbanos e suas famílias e o alumbramento da fantasia efêmera” (WISNIK; LUPINACCI, 2010, p. 2). É esse convite estético que o personagem Freud de Klein *experiencia*, além de analisar o espaço com certa potencialidade crítica e não deixar de ver naquele paraíso insano e no:

[...] excitante exagero cafonha do lugar o sintoma de um problema tipicamente norte-americano, que qualifica como a obsessão por uma “estranheza e divertimento irresponsável”. Tão “irresponsável”, que fabricava casais novos nos chamados “Tonéis do amor”, onde homens e mulheres desconhecidos se desequilibravam no interior de um cilindro, sendo atirados uns aos outros – donde seguiam, depois, em barquinhos para dois em túneis escuros. [...] Coney Island talvez seja o desdobramento moderno, e o ponto de mutação (norte-americano), daquilo que foi a relação simbiótica entre pompa, divertimento, exotismo e aberração na sociedade vitoriana, e que tão profundamente marcou as Feiras Mundiais do século 19. Não por acaso, boa parte do imaginário e do maquinário de Coney veio das Feiras, tais como rodas-gigantes, montanhas-russas, torres, obeliscos e o *Parachute Jump*, estrutura metálica que suspendia pequenos paraquedas em suaves descidas. Assim como, também, pigmeus africanos, índios sul ou norte-americanos, *clowns* e deficientes físicos de vários tipos, que eram exibidos lá em jaulas ou em shows circenses. (WISNIK; LUPINACCI, 2010, p. 2; grifos nossos; grifo no original).

Neste artigo, trabalhamos a possibilidade de entendimento desse “divertimento irresponsável” a partir de duas canções da artista nova-iorquina Lana Del Rey, ex-moradora do Brooklyn e frequentadora dos parques locais em sua adolescência. A artista usa como composição estética e narrativa a ambientação dos parques da antiga ilha e reconstrói o lugar por meio de uma retórica nostálgica. Pela ideia de Wisnik e Lupinacci (2010), buscamos perceber como a cantora vislumbra, em suas músicas, um resgate da Coney Island dos prazeres desmedidos, a terra sem lei do entretenimento pastiche (o *kitsch*). A partir de tal movimentação, buscamos, ainda, compreender como as canções de Del Rey tratam de outro divertimento, também irresponsável, ao mergulharem, antiteticamente, em seu devaneio nostálgico, sendo também reveladoras das mais recentes e rejeitadas (pela artista) ações sobre Coney – especulação imobiliária e revitalização da área –, que oferecem novas políticas para o local e redefinem a concepção e a fruição daquele espaço periférico, novamente fruto de um descontrole dos desmandos da modernidade e do capitalismo tardio em pleno território dos Estados Unidos, grande fomentador do capitalismo no mundo.

O entretenimento pastiche das canções de Del Rey é aquele que embala de modo sentimental o Freud de Klein. O desejo pelos prazeres frívolos, sem culpa, a necessidade de se encontrar com o lado mais humano representado pelo material, tudo isso se traduz, ao mesmo tempo, no interesse em esquecer-se das preocupações humanas com um entretenimento, dito esvaziado, sem aproximações com uma preocupação mais aprofundada ou política. Entretanto, é preciso salientar que o entretenimento nem sempre chafurda nessa ausência de profundidade cultural. Além disso, não podemos considerar como válida uma ideia binária de entretenimento, que o divide entre alta e baixa cultura, bom e ruim, com profundidade cultural e ausente de tal capacidade. Isto porque até mesmo o *kitsch* (esse entretenimento das canções de Lana Del Rey e do Freud de Klein) aponta para questões de relevância, como àquelas em torno de si próprio: o surgimento do *kitsch*, a que tipo de público atende e sua possível representatividade, por que assume determinadas configurações e que ideais estão contidos nesse entretenimento – seja necessidade de negação ou rejeição a um aprofundamento cultural, seja necessidade de levar uma vida lazer, despreocupada, seja por qualquer outro motivo.

O termo *kitsch*, por exemplo, cujo debate surge no contexto da “pop art”, nos anos 1950 (SOARES, 2015, p. 20), é entendido hoje como pastiche, sendo muito associado às práticas da reciclagem, da colagem, da imitação barata, da “paródia” dotada de comicidade (JAMESON,

1995) e do “saqueio” de culturas autênticas (SARLO, 1997), promovidas pela cultura pop. Entretanto, é preciso que nos atentemos às práticas da imitação consciente do pastiche (DYER, 2007, p. 137; PRYSTHON, 2014, p. 65), que deriva de uma cadeia orquestrada de procedimentos, não sendo pautado apenas pela apreensão rasa de falsificação atribuída pela crítica mais desavisada. O pastiche não é desprovido de armações e armadilhas políticas, a começar pelo fato de passar pela ideia de originalidade contida em si, legitimando-se como forma cultural inteira e completa (HALL, 2003, p. 255-256), autossuficiente e autêntica. E assim se vende um entretenimento pop e/ou *kitsch* em Coney Island, como oferta *mainstream* e demanda da modernidade e de um capitalismo tardio que chegam àquele local. Desse modo – mas, travestidos de originalidade e legitimados –, porque se trata de uma região periférica de Manhattan, antes invisibilizada e que, depois, com a formação de Coney, passa a atender à própria classe média e aos trabalhadores. É nesse momento que Coney Island desempenha tal função, em decorrência da “verticalização” e ocupação de Manhattan e em decorrência do desenvolvimento de infraestrutura que passa a ligar Coney Island a Manhattan e a atender essa demanda de uma diversão fora do “centro”, mas não tão longe do centro.

Décadas depois de sua febre de consumo, Coney acabou por se tornar uma ilha desolada, da decadência, e não mais por seu entretenimento pastiche (agora visto como *cult* ou *underground*), mas por conta da baixa adesão a esse entretenimento, o que levou a tentativas de destruição da ilha por parte de especuladores imobiliários e, por fim, culminou numa tentativa de revitalização implantada pela prefeitura de Nova York desde o início dos anos 2010, que consistia também na construção de moradias populares. Agora, com o processo de revitalização, Coney Island sinaliza passar atender a outra demanda: aceitar o processo de esterilização de seu entretenimento antes considerado vulgar e voltado para a classe média, para os trabalhadores, mas que atraía turistas de todo o mundo, e oferecer um entretenimento *gourmetizado*, nos moldes da Disneylândia, atendendo, de outro modo, a mais uma demanda do capitalismo tardio que permanece naquele lugar ainda periférico e dentro do território estadunidense. Se a modernidade já estava posta no surgimento e apogeu de Coney Island, no fim do século XIX e na primeira metade do século XX, com o discurso da industrialização e da expansão da infraestrutura na região, ela agia na figura do capitalismo e em nome do avanço. Essa modernidade argumenta-se hoje, diz de um tempo em que se verifica o surgimento dos interesses de progresso, mas que resulta na propagação da frivolidade e do tédio dos sujeitos (HABERMAS, 2000, p. 11).

Responsável por essa condição é a publicidade, que moldou nesse tempo e continua moldando, no processo de revitalização, um entretenimento *kitsch* e seu consumo. Como argumenta Galeano (2011, p. 35), “a publicidade manda consumir e a economia proíbe”, posto que as ordens de consumo são iguais para todos, mas impossíveis para a maioria. Coney, entretanto, combina a publicidade “possível”, mas ainda ofensiva: pensada pelas classes mais altas – detentoras do controle do entretenimento, que executam escolhas que as atendem – para as classes mais baixas, como no caso de destinar o espaço de Coney Island às massas por meio do entretenimento inicial, voltado aos trabalhadores, e, também, como no caso das especulações imobiliárias no local e no processo de revitalização; em todos esses cenários, a publicidade “possível” pensada designou Coney como um gueto para as massas, afastando-as dos arranha-céus de Manhattan, dizendo-lhes o espaço e as funções a elas destinados no mundo, o que consumir e como fazê-lo – um estímulo à desigualdade.

A “nova” política de um divertimento também irresponsável

Enquanto o processo de revitalização é também revestido de publicidade, desta vez em torno da ideia do resgate de Coney Island, esta mesma publicidade esconde se o projeto se trata realmente de uma revitalização, no intuito de resgatar uma “essência” da antiga ilha, ou encobre interesses outros, isto é, busca higienizar a ilha e continuar atendendo a interesses capitalistas – como ocorria com o entretenimento de antes –, novamente com o divertimento esvaziado e voltado para a massa, mas de uma forma *gourmetizada*, que não venha a agredir os olhos do próprio mercado e ainda que tal revitalização seja vendida como um resgate da diversão e fama anteriores da ilha. A contradição reflete o próprio espaço: o divertimento é voltado para a massa, mas não é barato (um copo de refrigerante, aponta De Luca (2014), chegou a custar cerca de 15 dólares em Coney), e a massa precisa consumir para ter acesso ao divertimento; e, mais precisamente, a um divertimento que não agrida à região mais rica de Manhattan, próxima de Coney Island.

Do contrário, a península continuará jogada às traças e o divertimento será negado às classes mais baixas, que também foram incluídas no projeto de revitalização com conjuntos residenciais de baixa renda no local. O estatuto das demandas mercadológicas determina, portanto, o entretenimento a ser consumido e o local a ser ocupado por essas classes: das moradias em local pré-definido, ainda periférico – o espaço a ser ocupado pelas classes mais

baixas, segundo o mercado –, ao entretenimento submetido a um processo de assepsia, também em zona periférica.

E esse “novo” divertimento nada tem de original porque se trata tanto do surgimento de Coney Island, da forma como se desenvolveu, quanto da revitalização da península, de políticas de “divertimentos irresponsáveis”, que fomentam um consumo também irresponsável. Falamos em divertimentos irresponsáveis, no plural, porque o entretenimento *kitsch* impulsionado na virada do século XIX para XX e o entretenimento *gourmetizado* – e também *kitsch* – do começo dos anos 2010, oriundo do processo de revitalização, são igualmente irresponsáveis, ao passo que atendem apenas a demandas mercadológicas de temporalidades distintas e sob temáticas distintas de entretenimento.

De um lado, há o *kitsch* do grotesco e das aberrações do surgimento da ilha, uma mistura de circo dos horrores, esquisitices e peculiaridades – bebês siameses, fetos de duas cabeças e assim por diante (WISNIK; LUPINACCI, 2010) – com explosão de oferta de parques de diversão. De outro lado, a instauração do “novo” pastiche, contida no esvaziamento do pastiche anterior (o da fundação do parque) e legitimada pelo estabelecimento da pasteurização e higienização da ilha (em nome do capital), da suposta recuperação da ilha e do desenvolvimento neoliberal pregado pelo capital – próprio da *gourmetização* para a nova classe média e das novas demandas de consumo –, que esconde o ainda *emburrecimento* da população, já *experenciado* pela Disneylândia. Esconde também a suplantação do entretenimento anterior, que dá base, apesar disso, às mesmas estruturas do atual, embora o mais “novo” seja tido e vendido disfarçadamente como “menos vulgar”, menos ofensivo ou “menos baixo”.

O que se compreende com isso é que: se Coney Island buscava sobreviver em meio a seu divertimento mais decadente e em ruínas do que irresponsável e digno de receber qualquer ameaça de crítica “pela moral e pelos bons costumes”, e sobreviver em meio à pressão exercida pela especulação imobiliária que tentava transformar o lugar em mais um reduto elitista com a descaracterização de sua diversão consagrada e a construção de prédios, agora precisa sobreviver na tentativa de resgate que o projeto de revitalização passou a fomentar nos últimos anos. Isto é, desde 2014, já revitalizada, Coney Island segue oferecendo oportunidades de diversão, de montanha-russa a outros tipos de brinquedo, entretanto, caberá ao parque à tentativa de manter viva sua memória e não se transformar numa Disneylândia.

Tal preocupação já estava inserida, no início da década, nas discussões travadas por Wisnik e Lupinacci (2010) e Serelle (2010). Contudo, mesmo após a revitalização e reabertura oficial do parque, ainda é impossível aferir algum tipo de resultado. E, embora não tenha cedido totalmente às pressões da especulação imobiliária e não tenha ido ao fim com sua baixa adesão ao longo dos últimos anos pré-reativação, o que se vê hoje na ilha é uma explosão de restaurantes, bares, uma gigantesca loja da marca Adidas – símbolo do consumo nos dias atuais – e a tentativa de pôr fim a sua decadência; e não porque a decadência representaria o fim do parque, mas porque, talvez, a decadência representasse os traços mais fortes da exagerada e muito consumida face *kitsch* de Coney Island e fosse, hoje, para a sociedade americana, um desperdício as ruínas da ilha guardar a face *kitsch* que, por um lado, tanto estimulou a economia, mas, por outro, foi motivo de vergonha para inúmeros cidadãos que enxergavam no divertimento pastiche do local um culto inútil, destinado apenas à frivolidade.

Entretanto, a contradição se firma novamente agora: se, por um lado, Coney Island sinaliza ver seu lado pastiche inicial derrubado, por outro, segue viva na memória dos frequentadores e nas raízes do lugar que um dia se verificou como a terra dos prazeres desmedidos em meio à sociedade americana, numa região inicialmente invisibilizada, que acedeu à adesão de multidões populares em busca de diversão fora do centro (mas próximo a ele), com a forte ampliação de obras de infraestrutura no século XIX, e, que firmou a ideia da classe média como desprovida de aprofundamento crítico e consumidora de um entretenimento de massas. Isso se evidencia em dois momentos: na “moralização” de Coney Island ocorrida nos anos 1990 (assim como na Times Square) e na *gourmetização* com a fabricação de um ambiente *cult* mais recentemente, nos anos 2010, sobretudo com a presença de *hipsters* e também *hippies* no Brooklyn, o que, neste último caso, é menos um processo automático de ocupação de locais urbanos muito frequentados e com imaginário que pode vir a remeter o subdesenvolvimento, e mais uma demanda de consumo da própria modernidade, à qual os *hippies* também estão submetidos. Mas Coney Island não foi sempre uma demanda neoliberal da ordem do consumo? A atração de turistas nos tempos de seu auge, em fins do século XIX e começo do XX, e a crescente procura efetuada por turistas nos últimos anos (DE LUCA, 01 jun. 2014), logo após o processo de revitalização, em 2014, podem ser aspectos que evidenciam e corroboram tal questão:

A ideia é transformar a região, como foi feito com a Times Square nos anos 1990, quando prostitutas e *peep shows* deram lugar a restaurantes e atrações turísticas [moralização]. A reforma foi acelerada pelo furacão Sandy, que

devastou a área em 2012. No ano passado [2013], o Luna Park – hoje um dos principais parques do local, que conta ainda com dezenas de brinquedos administrados de forma independente – comemorou o recorde de três milhões de visitantes. Coney Island passou a atrair turistas e, claro, os *hipsters* que se multiplicam pelo Brooklyn. No último sábado, eles podiam ser vistos aos montes, tomando cerveja no calçadão de madeira e *piña colada* em copos imitando palmeiras (US\$ 15, com refil grátis, em barraquinhas nas ruas) (DE LUCA, 01 jun. 2014; grifos nossos).

E, ainda que De Luca defendesse à época que Coney Island seguia com a identidade “intacta”, já estava contida nessa *gourmetização* e no esvaziamento do entretenimento antes tido como também esvaziado – ausência de um político a ser discutido –, revelado pela autora, a discursividade e estética nostálgicas de Lana Del Rey em suas canções, lançadas em 2011, pouco depois do início das discussões do projeto de revitalização de Coney Island. Se o divertimento, em Coney Island, é tido como irresponsável e se, no auge de seu sucesso, a ilha fomentava a despreocupação e a frivolidade, agora não há diferença, com exceção do apelo para a fomentação de um imaginário que remonte ao *cult* sobre o pastiche de sempre de Coney Island, ainda que a ilha continue por representar os desejos do mercado, seja à custa do frívolo e do *kitsch*, da pasteurização, seja à custa de uma política de revitalização que pregue a higienização da decadência, invista no mesmo entretenimento pastiche e venha travesti-lo de *cult*, apelando para o nostálgico, embora ele não o seja mais, visto que a assepsia da revitalização esvazia o imaginário da antiga Coney Island. Está aí outro embate: a nostalgia convocada pelas rédeas neoliberais no intuito de estimular o consumo de (e em) Coney Island e a nostalgia suscitada por Lana Del Rey, que remonta a uma temporalidade “suja”, do “paraíso dos desajustados” (WISNIK; LUPINACCI, 2010, p. 2), da terra sem lei:

[...] o que se teme, evidentemente, é a pasteurização do lugar como um parque temático domesticado, como um grande *mall* a céu aberto, o que finalmente esterilizaria Coney Island não pela depredação e o abandono, mas com uma injeção letal em seu próprio “ser”. Se cumpriria, assim, o movimento autofágico da modernidade descrito e analisado por Marshall Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, segundo o qual a necessidade de revolução permanente da modernidade a empurra a devorar suas próprias conquistas anteriores. Por esse caminho, Coney Island seria mãe e vítima de Manhattan (sua cria e algoz), tendo Robert Moses – o grande vilão do livro de Berman – como o primeiro capataz de uma linhagem matricida. (WISNIK; LUPINACCI, p. 3; grifos no original)

Os que os autores destacam com isso é a necessidade de entender, como Berman (1986) propõe, que a modernidade é responsável por gerar um atropelamento na vida humana e, com isso, definha-se em suas próprias ruínas. Desse modo, o desespero do engenheiro Robert Moses

por uma Nova York cada vez mais moderna implicava a própria destruição e reconstrução da modernidade. Implicava, portanto, a premissa da modernidade de ver seu próprio esfacelamento em prol de sua reinstauração, de uma “modernidade mais moderna”, mas atual, mais “nova”, assim como o entretenimento, que se vale de suas ruínas para ser “modernizado”. As ruínas, da modernidade e do entretenimento, são a base de fomentação de uma nova modernidade, de um novo entretenimento, ambos cada vez mais modernos, ainda que a modernidade precise ser suplantada. O entretenimento segue o mesmo padrão, precisa ser substituído, mas o antigo é visto agora como *cult*, nostálgico, não apenas uma ruína, como a modernidade sonhada de Moses.

Lana Del Rey, em suas duas canções de 2011 (*Carmen* e *Off To The Races*, ambas do álbum *Born To Die*), também se vale da mesma retórica ao se servir de uma Coney Island *cult* à custa do *kitsch* para construir a ideia de autenticidade e originalidade à luz da sujeira e da perdição, do prazer desmedido e nada moralista. Ao mesmo tempo em que retrata Coney Island, a artista promove uma mistura ao se colocar como garota de programa em *Carmen* e ao se colocar como uma reencarnação da *Lolita* de Vladimir Nabokov em *Off To The Races*. Reivindicar essa aura *cult* de Coney como instituição legitimadora da atual península parte do pressuposto – nas contradições do projeto de revitalização e nas contradições em Lana, reveladoras das adversidades do projeto da prefeitura nova-iorquina – de que:

[...] o projeto atual de revitalização [...] coloca em relevo justamente a possibilidade de recuperação, para destino turístico, de seu divertimento “irresponsável” [...] cujo exotismo e aberração originais [...] são nostálgicamente valorizados como aspecto democrático da norte-americanidade, soterrado pela esterilização do entretenimento à Disney. (SERELLE, 2010, p. 5)

Nesse sentido, a revitalização do entretenimento nos indica uma centralidade dessa formatação de entretenimento naquela cultura (SERELLE, 2010, p. 5). Por esse motivo e também em contrapartida, o que se propõe com essa suposta revitalização, como vimos, é uma via de mão dupla: usar tal retórica nostálgica do espaço *cult* como instância de legitimação de uma nova demanda neoliberal para o entretenimento e de uma nova empreitada de higienização, executada em atendimento aos anseios da classe alta nova-iorquina e ainda estruturada nas bases do capitalismo tardio sobre as classes mais baixas de Coney Island e sobre aquela região periférica e agora almejada, no intuito de estimular a volta da ocupação e do consumo na península – veremos a seguir –, ainda voltado à classe média e ofertando-lhe o entretenimento antigo quase morto. Entretenimento este que é substituído por um divertimento reciclado, mas *gourmetizado* e esterilizado, com o objetivo de educar, disciplinar e higienizar essas próprias classes, mas dando-

lhes, segundo esse capitalismo, aquilo de que são merecedoras e pelo qual despertam interesse ou são capazes de apreender: um entretenimento *kitsch*, configurando-se assim a “nova” política de um divertimento também irresponsável.

Temporalidade e nostalgia de um entretenimento quase morto

Até aqui, não buscamos dizer que a esterilização do antigo entretenimento tem a ver, exclusivamente, com a necessidade dos Estados Unidos de apagar aquele espaço e discurso de sua história, mas a assepsia surge como uma onda de “moralização” e defesa desta em todo o mundo – não exatamente por aqueles que de fato defendem a moral, mas que se julgam como paladinos de tal. Coney Island pode sobreviver, mas seu divertimento precisa ser aceitável e legítimo, e isso significa dar lucro, “levar o país para frente”, atender às demandas neoliberais de consumo, ainda que contrariamente ao entretenimento de antes e se pautando na imagem inicial de Coney Island (um paradoxo), vinda do divertimento de antes, porque hoje, como discurso de legitimação, o entretenimento anterior assume presunçosamente uma status de *cult* e não de “vergonhoso”.

Pouco resta daquela ilha, na verdade. O entretenimento segue sendo “de massa”, mas o que vemos é uma tentativa de resgatar a ideia de uma diversão *kitsch*, mas que se vale de outro pastiche e nega o anterior, embora busque se calcar nele. Tanto que o prazer pelo prazer não prevalece. Prevalece o prazer como necessidade de consumo, o prazer como obrigação porque estimula o capital, fomenta o próprio consumo, impulsiona o “desenvolvimento” da região, porque é preciso consumir, segundo a agenda neoliberal. O entretenimento antigo de Coney Island está quase morto e somente reina na memória daqueles que um dia se serviram dele.

Na cultura pop como um todo, obras seguem por trazer a memória de uma Coney Island antiga. Como exemplo recente, há o filme *Beach Rats* (2017), realizado por Eliza Hittman. O enredo tem como cenário a península de Coney Island, ambientada numa estética voltada ao entretenimento inicial da ilha. Coney representa o ponto de partida para a vida de liberdade do personagem Frankie, interpretado por Harris Dickinson, quando o rapaz, integrante de uma “protogangue” de parques – que pratica crimes como o roubo de dinheiro de frequentadores de Coney –, descobre a possibilidade de viver experiências sexuais com outros homens, mas acaba entrando em um círculo vicioso dessa chance de liberdade ao se perder em meio a drogas e pressão de uma namorada, do grupo de amigos e da família, que impõem a ele modelos de vida

para serem adotados. O filme traz o ideal libertário para o personagem, além de retratar sua vida de sujeito errante a vagar sem destino por sua própria existência incerta, um indivíduo à deriva de si, tudo isso embalado pelo *mood* nostálgico e *cult* de Coney Island, que remete ao entretenimento e ambiente originais da ilha.

Se voltarmos um pouco, encontraremos facilmente outras obras que investem em temática semelhante ou se valem do mesmo *mood* nostálgico e *underground*, como utilizado na estética do parque frequentado pelos personagens de Angelina Jolie e Brad Pitt em *Mr. and Mrs. Smith* (2005), filme de Doug Liman. São representantes também de uma Coney ousada, arriscada e cheia de malícia o álbum e canção *Coney Island Baby* (1976), de Lou Reed, e as músicas *Carmen* e *Off To The Races*, de Lana Del Rey, ambas do álbum *Born To Die* (2011). Se, na primeira canção, a personagem de Lana convoca para si o título de “rainha de Coney Island” ao dar vida a uma garota de programa de 17 anos, que anda com maldade pelo parque e pela areia da praia do local, a busca pelo título na segunda canção também não se faz diferente, embora a personagem o conquiste ao executar uma reencenação da *Lolita* de Vladimir Nabokov.

Arriscamos a dizer que, talvez, nos últimos anos, as canções de Del Rey sejam os exemplos mais consonantes e simbólicos dessa anatomia de Coney a resistir no imaginário de indivíduos saudosistas da ilha. Nos primeiros versos de *Carmen*, a personagem começa a apresentar um ambiente de frivolidades, que mais tarde é transferido para Coney Island. Nesse ambiente, não se medem as consequências se a importância maior for manter o padrão de consumo: “*Darling, darling / Doesn't have a problem / Lying to herself / 'Cause her liquor's top shelf / It's alarming, honestly / How charming she can be / Fooling everyone / Telling them she's having fun*”³. Isso também se confirma nos seguintes versos: “*She says / You don't wanna be like me / Don't wanna see all the things I've seen / I'm dying, I'm dying / She says / You don't wanna get this way / Famous and dumb at an early age / Lying, I'm lying*”⁴.

³ Tradução livre: “Querida, querida / Não tem problema / Mentindo para si mesma / Porque seu licor é de primeira / É alarmante, de verdade / Quanto encantadora ela consegue ser / Enganando a todos / Dizendo a eles que ela está se divertindo”.

⁴ Tradução livre: “Ela diz / Você não quer ser como eu / Não quer ver todas as coisas que eu vi / Eu estou morrendo / Estou morrendo / Ela diz / Você não quer ficar desse jeito / Famosa e burra tão cedo / Mentindo, eu estou mentindo”.

A transferência para Coney reforça tal descrição e acontece em: “*Carmen, Carmen*⁵ / *Staying up till morning* / *Only 17, but she walks the streets so mean* / *It’s alarming truly* / *How disarming you can be* / *Eatin’ soft ice cream* / *Coney Island queen* / *She says* / *You don’t want to be like me* / *Lookin’ for fun, gettin’ high for free*”⁶. Aqui, a personagem, de apenas 17 anos, explica sua vida como garota de programa em Coney e encara tal condição como a de um sujeito errante, que se deparou com as dificuldades da vida e precisou seguir um caminho. Esse caminho, adotado em Coney Island, revela a situação da antiga ilha de terra sem lei, de ambiente dos prazeres desmedidos.

Bem aceita nas ruas de Coney Island, a personagem revela traços de sua fisionomia, também associados a figuras muito simbólicas na cultura pop e no entretenimento *mainstream*, de uma forma geral, que vão de desenhos animados ao uso do *Auto-Tune*⁷. A garota da canção assume, assim, uma fisionomia *kitsch*, a mesclar com a própria ambientação de Coney, de modo que se camufla e consegue, ao mesmo tempo, ser notada no local, chamando atenção. Assim, a personagem também reivindica para si uma originalidade relativa à própria ilha, isto é, de uma figura peculiar e autêntica da ilha, pertencente àquele local e figura única nesta condição. “*The boys, the girls* / *They all like Carmen* / *She gives them butterflies* / *Bats her cartoon eyes* / *She laughs like God* / *Her mind’s like a Diamond* / *Audiotune lies*⁸ / *She’s still shinin’* / *Like lightning, white lightning*”⁹, esclarecem os versos.

⁵ O nome “Carmen”, aqui evocado diretamente nos versos da canção, não somente no título, pode direcionar-se a inúmeras referências estéticas, como a ópera homônima do francês Georges Bizet, cuja estreia data de 1875, e a cantora e atriz Carmen Miranda, nascida em 1909, com carreira bem-sucedida nos Estados Unidos poucos anos mais tarde. Ambas as referências se entrecruzam com o nascimento e sucesso de Coney Island. Desse modo, percebendo ainda a existência de outras referências, a produção de sentidos em torno dessa “Carmen” da canção não se encerra. Aqui, manteremos fidelidade à figura da garota de programa, a quem diz respeito a “Carmen” da música.

⁶ Tradução livre: “Carmen, Carmen / Ficando acordada até de manhã / Tem apenas 17 anos, mas anda nas ruas com tanta maldade / É verdadeiramente alarmante / Quão desarmadora ela pode ser / Tomando suavemente um sorvete / Rainha de Coney Island / Ela diz / Você não quer ser como eu / Procurando por diversão / Ficando chapada por liberdade, de graça”.

⁷ Aparelho criador e modificador de áudio, lançado em 1997, usado para corrigir ou melhorar uma atuação vocal e/ou instrumental. Segundo a revista *Billboard*, a cantora Cher foi a primeira a usar o recurso na música pop, em 1998.

⁸ Neste verso, o “*Audiotune*” seria qualquer aparelho com a mesma função do *Auto-Tune*. A artista faz referência direta a falsos cantores da indústria fonográfica, suspeitando de figuras apenas vendáveis e sem aparente profundidade musical/cultural, munidas de suas “melodias mentirosas”. Embora se utilize de pastiches ao redor deste elemento do refrão da canção, a cantora nega o “*Audiotune*”, nesse momento, e busca legitimar-se por um ideal de originalidade. Na canção, a crítica se intensifica por meio da associação à palavra *Auto-Tune*, similar à outra na oralidade e na escrita.

⁹ Tradução livre: “Os garotos, as garotas / Todos gostam da Carmen / Ela lhes dá calafrios / Pisca seus olhos de desenho animado / Ela ri como Deus / Sua mente é como um diamante / O *Audiotune* mente (melodias mentirosas) / Ela ainda está brilhando / Como relâmpago, um reluzente relâmpago”.

A aversão da personagem ao *Auto-Tune*, percebida no trecho acima, justifica-se na música pelo fato de a personagem desejar ser uma cantora. Na busca por sair da qualidade de aspirante, ela se envolve com sujeitos que, aparentemente, prometem tirá-la da condição de garota de programa. Assim, ela procura uma chance em seu caminho. “*Baby’s all dressed up with nowhere to go / That’s the little story of the girl you know / Relying on the kindness of strangers / Tying cherry knots / Smiling, doing party favours / Put your red dress on, put your lipstick on / Sing your song, song / Now the camera’s on / And you’re alive again*”¹⁰, revelam os versos.

Com isso, ao trazer elementos próprios de uma “primeira versão” da ilha e deslocar sua canção, lançada em 2011 (na difusão das ações de revitalização da península), para o *mood* anterior de Coney Island, Lana Del Rey promove um embate entre temporalidades referente ao que Kehl (2009) sustenta como a empreitada dos sujeitos afetados de circunscreverem um tempo e nessa circunscrição se inserirem. A imbricação entre os dois entretenimentos, o sufocamento do anterior com a revitalização, a construção de um “novo” divertimento também irresponsável e a busca incessante por uma volta que persiste no imaginário dos indivíduos determinam essa condição. Tudo isso diz de uma interpretação das temporalidades imbricadas, ou seja, dizem de nossas formas de sobrevivermos às tramas temporais, “[...] formas de organização e percepção subjetiva do tempo” (KEHL, 2009, p. 122). Mais ainda, essa busca se refere a uma estética fomentada pelo imaginário nostálgico em torno da relação com o entretenimento primeiro da antiga ilha. A nostalgia, nesse sentido, age como recorrência ou tentativa de retorno ao passado, assinalando o desejo de nele permanecer, como salienta Barbosa (2014).

Dessa forma, Lana nos convida, também, por meio de seus arranjos um tanto anacrônicos, a interpretar o passado não somente por categorias do passado, mas a interpretá-lo fazendo uso de imbricações entre este passado nostálgico e o presente – ainda que em rejeição a ele, com vistas a condenar a revitalização de Coney Island e sua reformulação. Servindo-nos dessas articulações temporais que se constroem diante de nós como jogos e tramas em complexas cadeias de pertencimento e entendimento, somos também guiados a tentar compreender o presente, que se lança a nós, imerso nessas complexidades com o passado. Isso porque, paradoxalmente, o tempo ainda flerta com nosso desejo de circunscrição (citado anteriormente)

¹⁰ Tradução livre: “Ela está vestida, sem lugar para ir / Essa é a historinha da garota que você conhece / Confiando na bondade dos estranhos / Dando nós em cabos de cereja / Sorrindo, fazendo favores em festas / Coloque seu vestido vermelho, passe seu batom / Cante sua música / Agora que a câmera está ligada / E você está viva novamente”.

por meio do didatismo, ou seja: há, em nós, um desejo de perceber o tempo e suas afetações inscritas em nosso corpo por intermédio de uma vã linearidade, didática como linhas do tempo e suas ilusórias cronologias e sequencialidades que montam a tríade, *passado – presente – futuro*, enquanto três figuras falsamente isoladas.

Assim, vemo-nos diante de um tensionamento de ordem similar ao proposto por Didi-Huberman (2015) sobre a história da arte e sua potencialidade anacrônica, qual seja: encarar a história da arte como uma disciplina anacrônica tanto negativa quanto positivamente (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 28), posto que a própria tessitura das obras artísticas, como imagens – elementos trazidos pelo autor em sua obra – ou músicas – objetos trazidos aqui por nós –, é de natureza híbrida, “impura”, dotada de “modelos de tempo” complexos, que se atravessam. E nos desafia ainda o pensador ao ponderar que: “Só há história anacrônica...” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 43).

Em *Off To The Races*, a construção também se alinhava por meio da nostalgia – apresentando, conseqüentemente, essas turvas imbricações temporais de que falamos aqui –, seguindo caminho semelhante ao traçado em *Carmen* e dando-se a ver mais claramente. Com sua *aura* de *Lolita*, Lana Del Rey evoca um espírito rebelde, indomado e por vezes irascível, que exala a nostalgia já nos primeiros versos, ao retomar seu passado promíscuo em outros lugares, carregando-o consigo e, paradoxalmente, *presentificando* alguns de seus elementos. Tal feito revela uma indomabilidade também da nostalgia, que foge de si e extrapola seu próprio entendimento, tomando conta do sujeito (a personagem de Lana na canção) e visando ser “corporificada” em seu espírito rebelde, mas ainda com vistas ao passado, a ser mantido intocável e puro somente no passado, *seu tempo*. Dizemos que essa indomabilidade é paradoxal porque, de volta a Barbosa (2014), a nostalgia não é um desejo de fazer com que determinado passado se torne presente, mas sim, o desejo de a esse passado voltar e nele permanecer. Ou, ainda:

Simplemente porque a nostalgia é, antes de tudo, uma *recusa* radical do presente, uma fuga desesperada e uma intuição de que a preciosidade do passado só poderá ser mantida se ele permanecer exatamente o que é: um *passado puro*, sem se corromper com a “mediocridade” do presente. O nostálgico não quer mudar o presente para que ele fique igual ao passado, mas se perder nesse passado como em um sonho – e, no limite, nunca mais voltar. (BARBOSA, 2014, p. 23-24; grifos no original).

A rejeição ao presente, este mesmo que nos sufoca com seu *presentismo* cada vez mais imediato na modernidade – e pós-modernidade, se voltarmos a Harvey (2010) – e da forma como

nela(s) é valorizado, rouba da nostalgia sua tranquilidade, tentando-a, dessa maneira, com um contraditório desejo de querer fazer-se presente; deixando-a indomável e fora de si, de seu próprio entendimento, e da circunscrição pelo sujeito que a *experiencia* e vive. Assim, em *Off To The Races*, esse passado resiste nostalgicamente no presente e se manifesta – portanto e de modo antitético – em elementos como uma vida *atual* regada a drogas e sem controle pelo sujeito. “*My old man is a bad man / But I can’t deny the way he holds my hand / And he grabs me, he has me by my heart / He doesn’t mind I have a Las Vegas past / He doesn’t mind I have a L.A. crass way about me / He loves me with every beat of his cocaine heart*”¹¹, são os primeiros versos.

E, assim como feito em *Carmen*, essa ambientação se transfere depois para Coney Island: “*God, I’m so crazy, baby / I’m sorry that I’m misbehaving / I’m your little harlot, Scarlet*¹² / *Queen of Coney Island / Raising hell all over town / Sorry ‘bout it*”¹³. Essa vida desregrada, ambientada em Coney Island, confirma-se também nos seguintes trechos: “*He doesn’t mind I have a flat broke down life / In fact he says he thinks it’s what he might like about me*”¹⁴ e “*And I’m off to the races / Cases of Bacardi chasers / Chasin’ me all over town / ‘Cause he knows I’m wasted / Facing time again on Rikers Island / And I won’t get out*”¹⁵.

Em continuidade a isso, há utilização de elementos de ordem *kitsch* ou plástica, como ocorre em “*Swimming pool glimmering, Darling / White bikini off with my red nail polish / Watch me in the swimming pool / Bright blue ripples, you / Sitting sipping on your black crystal, yeah*”¹⁶ e como a própria referência a *Lolita*, vista em “*Light of my life, fire of my loins / Be a good baby, do what I want / Light of my life, fire of my loins / Gimme them gold coins, gimme them coins*”¹⁷, reapropriações de versos de Nabokov. Tudo isso deixa de funcionar como uma retórica de ordem “retrô”, de reciclagem ou

¹¹ Tradução livre: “Meu *daddy* (homem velho e desejado) é um homem mau / Mas não posso negar o jeito como ele segura minha mão / E ele me pega, me tem pelo meu coração / Ele não se importa que eu tenha um passado em Las Vegas / Ele não se importa de eu ter o jeito grosseiro de Los Angeles / Ele me ama com cada batida do seu coração de cocaína”.

¹² Nome dado a dançarinas de clubes e boates voltados para homens, as quais podem ou não prestar serviços sexuais.

¹³ Tradução livre: “Meu Deus, eu sou louca, querido / Me desculpe por estar me comportando mal / Eu sou sua ‘putinha’, sua *Scarlet* / Rainha de Coney Island / Tocando o terror por toda a cidade / Me desculpe por isso”.

¹⁴ Tradução livre: “Ele não se importa de eu ter uma vida destruída e decadente / Na verdade, ele acha que é isso que pode fazê-lo se atrair por mim”.

¹⁵ Tradução livre: “Eu estou indo para as corridas (de cavalo) / Caixas de Bacardi para acompanhar / Estão me perseguindo por toda a cidade / Porque ele sabe que eu estou devastada, perdida / Cumprindo pena outra vez em Rikers Island / E eu não vou sair”.

¹⁶ Tradução livre: “Piscina brilhando, querido / Tiro meu biquíni branco com minhas unhas pintadas de esmalte vermelho / Me veja na piscina / Ondulações azuis brilhantes, e você / Sentado, saboreando seu cristal negro”.

¹⁷ Tradução livre: “Luz da minha vida, fogo dos meus quadris / Seja um bom garoto, faça o que eu quero / Luz da minha vida, fogo dos meus quadris / Me dê aquelas moedas de ouro, me dê aquelas moedas”.

saqueio e legitimação (em busca de uma autenticidade do pop) para se aliar à nostalgia de Coney ao exalar, também, uma vida de prazeres desmedidos, na qual o imperativo do prazer, do gozo, como salienta Žižek (2012), é pregado por uma sociedade que precisa ver utilidade em tudo, até mesmo no prazer.

Por “utilidade”, entendemos estar atrelado às demandas neoliberais de consumo e retorno lucrativo – como no caso dos entretenimentos de Coney. Haja vista que “o gozo é aquilo que não serve para nada, e o grande esforço da ‘permissiva’ sociedade utilitarista hedonista contemporânea é incorporar esse excesso incontável e inexplicável no campo do contável e explicável” (ŽIŽEK, 2012, p.53), então, para essa sociedade, quanto mais gozo, melhor. Desse modo, o gozo se traduz em Coney no consumo e no imperativo do prazer ao desfrutar o máximo de qualquer que seja o entretenimento estabelecido, reforçando, nos dois entretenimentos, e, no caso de Lana, principalmente no anterior, uma demanda mercadológica. Não é o prazer pelo prazer, é a obrigação de se entregar ao prazer por ordem de consumo, como citado anteriormente.

No caso específico da revitalização, o mesmo imperativo do gozo precisa legitimar o entretenimento do local e a própria utilização do espaço, sobretudo enquanto local utilizado para moradias populares. Isso significa que Coney Island, da forma como se apresenta agora, só se legitima e encontra aceitação entre moradores do local (SHALTIEL, 27 jul. 2016)¹⁸ porque está vinculada ao neoliberalismo econômico e estimula o giro de capital. Se isso não ocorrer, é preciso encontrar outra função para o local, mesmo que isso inclua passar por cima das moradias populares. Na contramão, ao invocar o imperativo do gozo associado ao entretenimento estabelecido inicialmente, está um vídeo¹⁹ de Lana Del Rey que data incertamente de alguns anos antes de sua estreia na cena *mainstream* da cultura pop, no qual a artista se apresenta em Coney Island munida de um tom pastiche, carregado por cores extravagantes, e se portando como uma aspirante a cantora (a exemplo do que ocorre em *Carmen*), além de caminhar pelo espaço da península como uma jovem nova e também errante (como retratado em *Beach Rats*), o que se

¹⁸ Para alguns moradores da península, prevalece agora o lado residencial, mais importante que o entretenimento de antes. Cf.: “Coney Island has long been known for its amusement park, beach and boardwalk, but visitors to the neighborhood might not notice that it has been going through major changes on the residential side. New developments and businesses are moving in, and longtime residents say the changes are for the better. ‘The good times are here,’ said Eddie Mark, the district manager of the local Community Board 13, who has lived in the neighborhood for 21 years. ‘Businesses, investors and franchises want to come to the neighborhood and I think things like that show that we’re on an upswing.’” (SHALTIEL, 27 jul. 2016)

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IJobsd46fS4>

direciona, novamente, para a garota de programa de *Carmen*, que é também um sujeito errante, no trânsito pela vida.

É curioso destacar que o vídeo de Lana pode se configurar pastiche para Jameson (1995) como objeto que se vale de uma lógica de “reaproveitamento” do passado e que acaba por ofertar uma “paródia vazia”. A mesma crítica é direcionada à artista quando ela se vale da cultura rock em suas composições. Mas, nos dois casos, são desconsideradas as vivências de Lana em Coney Island e em meio a nomes do rock, de modo que a experiência da artista é invalidada e tida como pastiche em prol da incapacidade argumentativa de uma crítica que não se permite perceber as articulações políticas da cultura pop e do entretenimento, assim como não se permite perceber os atravessamentos do pastiche na cultura rock ou, em outro segmento (na revitalização), também se impede de perceber o pastiche do “novo” entretenimento por conta da presunção de melhoria e suplantação do anterior, mesmo que, como salientamos, esse “novo” esteja calcado em seu predecessor.

Outro fato curioso a se destacar é a relação entre a música *Yayo*, tocada no vídeo que mencionamos acima e presente em *Born To Die: The Paradise Edition* (2011), uma versão aumentada de *Born To Die*, e as duas músicas de Lana Del Rey aqui analisadas. Embora o ambiente de *Yayo* não seja necessariamente Coney, as três canções contornam um espaço nostálgico e melancólico – como num todo de suas sonoridades e letras –, o que contribui para o entendimento das discussões que a artista realiza acerca dos locais retratados, como a ilha novaiorquina. Arranjos melódicos e sentimentais embalam os três trabalhos, embora, no caso de *Carmen* e *Off To The Races*, em comparação com outras canções do álbum a que pertencem e da versão expandida do álbum, as duas possuam refrãos mais acelerados. Ou seja, ambas se apresentam com certa velocidade (característica da modernidade), conquanto tenham críticas indiretas à revitalização de Coney (e, por conseguinte, ao processo “modernizante” referente a isso) e estejam, apesar disso, pela sonoridade e pela nostalgia das letras, atreladas à modernidade que afetava a ilha anteriormente e já tida por acelerada, mas não tão acelerada para o tempo atual e seu projeto.

A sonoridade dos dois trabalhos aqui problematizados e seus arranjos define-se, ao se sincronizarem com uma aceleração que ficou para trás – daí a coadunação desse tempo passado a arranjos melódicos e sentimentais em muitos momentos, com exceção dos estribilhos –, como perdidas no tempo, também anacrônicas. *Born To Die* é o primeiro álbum de Lana Del Rey

“oficialmente” dentro da cultura pop e se configura, talvez, como um dos mais pulsantes de Lana no quesito abordagem de questões acerca de um entendimento de “América”. Tal elemento perpassa toda a obra da artista, haja vista o afeto nostálgico de “América” que embala seus trabalhos; afeição esta aliada, sobretudo, a uma proposição de resgatar o que ficou para trás. E não no sentido de trazê-lo à tona, mas de voltar a ele (a potência estética e política da nostalgia).

Considerações finais: uma distração familiar moralista

Condenado ou não em versos e arranjos de “nostalgias musicalizadas”, o projeto de revitalização de Coney Island vem após tentativas em doses homeopáticas de desmonte dos parques da ilha, algumas fracassadas e outras bem-sucedidas, com fechamentos de atrações e vislumbres de transformar o local numa *Miami beach* nova-iorquina ou num *resort* nos moldes de Las Vegas (WISNIK; LUPINACCI, 2010, p. 3), de modo que, no processo de revitalização, com o envolvimento da prefeitura, já se esperava, no final dos anos 2000, na virada da década, uma nova ambientação para o local. Em Lana, existe uma abertura de espaço para pensarmos nostalgicamente a frivolidade e ausência de responsabilidade na narrativa do prazer *fast-food* (rápido, barato e monopolizador, no estilo estadunidense de consumo) sobre a forma de entretenimento concebida para a ilha nos séculos XIX e XX, mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, isso não impede que imbriquemos esta temporalidade narrada e visivelmente desejada à forma de entretenimento planejada para a península nos últimos anos.

As canções da artista datam do auge do processo de revitalização de Coney Island, no início dos anos 2010, e, retratando uma “primeira versão” da ilha e renegando a atual península, ambas as formas dizem de modalidades de um “divertimento irresponsável”, cada qual a seu modo. Assim, Lana nos permite pensar a própria mistura entre as formas de entretenimento e suas temporalidades e, embora a artista sinalize rejeitar a segunda ao desejar nostalgicamente a primeira, as duas são, na verdade, referentes a uma mesma forma de se fazer e vender entretenimento, um entretenimento pop ou *kitsch*: aqui sim, no sentido da reciclagem, do esvaziamento, supostamente o que um pensamento majoritário e binário que detém determinadas posses e determinado controle imagina ser o entretenimento desejado e pedido pela massa.

A problemática também se intensifica quando percebemos que Lana evoca, por meio de sua experiência estética da nostalgia da antiga ilha, uma ambientação *cult*, de “inferninho a céu aberto”, do passado da ilha, algo contido subliminarmente na campanha de revitalização de

Coney Island, embora sobressaia uma necessidade de apagamento do passado com a oferta de um “novo” entretenimento – seja por este ser mais atual e “contemporâneo” (e tudo o que é pop precisa ser antenado e cada vez mais presunçosamente “novo” para ser consumido e vendido), seja por vergonha do anterior –, ainda que haja um discurso de “resgatar” a ilha. E, vale lembrar, como prognóstico a ser feito, ilha esta que não mais se denomina como tal e que não mais promove uma diversão desmedida nos moldes da anterior – o controle é rigoroso, dos preços ao divertimento cada vez mais asséptico e adaptado ao formato moralista de distração familiar.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, André Antônio. A potência estética da nostalgia. **Serrote**, São Paulo, n. 16, p. 21-39, 2014.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

DE LUCA, Isabel. Coney Island retoma lugar icônico em NY. **O Globo**, Nova York, 01 jun. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/coney-island-retoma-lugar-icone-em-ny-12677239>. Acesso em: 30 jun. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DYER, Richard. **Pastiche**. Londres; Nova York: Routledge, 2007.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. E-book. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.

JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem**: teoria do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PRYSTHON, Angela. **Utopias da frivolidade**. Recife: Cesárea, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; LEAL, Bruno Souza; GOMES, Itânia. A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos (Orgs.). **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 37-58. Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/Comunicacao_Midias_e_Temporalidades.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SERELLE, Márcio. Uma outra república do entretenimento. **Rumores**, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51202>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SHALTIEL, Jason. Coney Island residents seeing big changes as real estate booms. **AM New York**, Nova York, 27 jul. 2016. Disponível em: <https://www.amny.com/real-estate/city-living/brooklyn/coney-island-residents-seeing-big-changes-as-real-estate-booms-1.12098520>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SOARES, Thiago. Percursos para estudos sobre música pop. In: PEREIRA DE SÁ, Simone.; CARREIRO, Rodrigo.; FERRARAZ, Rogério (orgs.). **Cultura pop**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2015, p. 19-33.

WISNIK, Guilherme; LUPINACCI, Heloisa. Coney Island e o divertimento irresponsável. **Serrote**, São Paulo, mar. 2010, p. 1-3. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2011/07/coney-island-e-o-divertimento-irresponsavel/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. E-book. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Dilemas da migração

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. São Paulo: Editora Zahar, 2017.

Rodrigo José Fernandes de Barros

Mestrando em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

rodjfb@gmail.com

Recebido em: 13/11/2018

Aprovado em: 12/12/2018

Zygmunt Bauman foi um filósofo e sociólogo polonês radicado no Reino Unido, tendo falecido em janeiro de 2017. Tornou-se um intelectual de ampla presença dentro e fora do meio acadêmico – fama esta que só veio surgir com o avançar da idade, devido a suas intervenções públicas e publicações de vários títulos de divulgação do seu pensamento, muitas delas com uma linguagem distante do hermetismo tão característico de alguns ciclos das humanidades, e distante até da escrita dos seus primeiros livros.

Os temas por ele abordados e os conceitos desenvolvidos tornaram-se referência para professores, estudantes, pesquisadores e analistas. O estudo da modernidade e suas características contemporâneas, marcadas pelo conceito de liquidez, pela finitude das certezas e por um mundo em movimento tão veloz que anulava qualquer alicerce de estabilidade são alguns dos exemplos mais reconhecidos e aplicados (BAUMAN, 2001; 2007).

Na obra aqui abordada temos um encontro desses constructos teóricos, feitos com esses livros predecessores, com a análise de um fenômeno atual que, apesar de não ser novo, se mostra no palco dos dramas contemporâneos: as ondas migratórias; com enfoque no cenário mais familiar ao autor, que é o do continente Europeu.

Pelo próprio enfoque no continente Europeu (onde Bauman nasceu e faleceu), o livro também é uma continuidade por também abordar temas que foram antes abordados em outros trabalhos de Bauman, como “A sociedade individualizada” (2008) e “Em busca da política” (2000).

No primeiro e no segundo capítulos do livro, “O pânico migratório e seus (ab)usos” e “Flutuando pela insegurança em busca de uma âncora”, Bauman dedica-se a apresentar o papel da mídia e das potências ocidentais com relação a essa complexa questão. Lembrando que a migração não é um fenômeno recente, mas sim milenar, o autor procura demonstrar como os veículos de comunicação tentam conectar os imigrantes a uma narrativa particular, que seriam reflexo de Estados fracassados por motivos internos e que, portanto, ameaçam a estabilidade das sociedades desenvolvidas.

Essa narrativa, que segundo o autor seria cínica, exclui o papel crucial das intervenções ocidentais em regiões como Oriente Médio e norte da África, responsáveis por agravar as tensões políticas ao passo que prometem contemplar a paz por meio da presença armada. Outra questão é a paradoxal condenação da presença de imigrantes por um lado, ao passo que por outro esses são bem vindos por se tratarem de mão de obra barata; principalmente para ocuparem empregos e cargos recusados pelos nativos por ofertarem baixos salários e condições precárias.

Nos capítulos seguintes da obra, Bauman trabalha os efeitos que são possíveis de serem explorados nesses cenários de crise migratória; seja nos países que recebem os imigrantes, seja nos países de onde os imigrantes saem. Uma das consequências mais visíveis é a proliferação de políticos ufanistas e chauvinistas, que apelam para os discursos nacionalistas, xenófobos e antidemocráticos. Em suma, um terreno fértil para que o florescimento de tiranos.

Esse mundo em crise seria o combustível perfeito para que as soluções fáceis apareçam na boca de políticos extremistas, e que despertam bastante atração na população ávida por solucionar os temores de que tanto sofrem: se vão perder os empregos; se os imigrantes irão destruir sua cultura, seus costumes, suas crenças; se acabará o Estado de bem-estar social para atender uma demanda incomensurável de novos cidadãos.

Políticos como Donald Trump (presidente eleito nos Estados Unidos da América) e Marine Le Pen (candidata não eleita para a presidência na França) são a materialização dessa política extremista que se utiliza do nacionalismo, da mobilização do ódio e do moralismo para conquistar as mentes desesperadas que buscam, a todo custo, alicerces onde depositar sua confiança. Não é por menos que, para o autor, temos uma ascensão mundial de uma onda conservadora focada na defesa das tradições das comunidades. Os sujeitos procuram figuras com autoridade para poderem crer que ainda é possível conceber o mundo como eles estão habituados.

Próximo do fim, Bauman arrisca dizer que não há nenhuma proposta real para se lidar com o problema dos refugiados, visto que a classe política só procura se reeleger e as elites econômicas se beneficiam de um exército de reserva – exército esse que acaba aceitando qualquer tipo de serviço em troca de um salário irrisório para garantir a própria sobrevivência, não entrando na alçada do Estado bem-estar social europeu.

Contudo, mesmo fazendo um diagnóstico crítico e bem estruturado, Bauman finaliza demonstrando que também não possui alternativas concretas para tamanha crise social. Suas fórmulas são concepções genéricas sobre o dever humano de acolher os demais, indiferente de onde venham, mas que não encontram nenhuma operacionalidade além de frases bem articuladas. Uma obra pertinente para se conhecer as contradições provenientes dos dilemas das migrações, chamando a atenção para as origens de tal fenômeno e, conseqüentemente, para os problemas graves que elas acarretam, mas não para postular possíveis caminhos para superá-los de forma eficiente e prática.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Um projeto socialista de reconstrução nacional: o discurso do presidente Agostinho Neto na proclamação de independência de Angola (11 de novembro de 1975)¹

A socialist project of national reconstruction: the speech of president Agostinho Neto in the proclamation of Angola's independence (november 11, 1975)

Daniel Precioso

Doutor em História

Universidade Estadual de Goiás

daniel.precioso@gmail.com

Recebido em: 10/12/2018

Aprovado em: 07/01/2019

Resumo: O documento comentado consiste no discurso do presidente Agostinho Neto, durante a proclamação de independência e constituição da República Popular de Angola, proferido no dia 11 de novembro de 1975. Além de trazer informações valiosas para os estudos sobre a descolonização no continente africano, o documento transcrito delinea o projeto socialista de reconstrução de Angola.

Palavras-Chave: República Popular de Angola, Presidente Agostinho Neto, discurso de posse.

Abstract: The document transcript consists of President Agostinho Neto's speech during the proclamation of independence and constitution of the Popular Republic of Angola, delivered on November 11, 1975. In addition to providing valuable information for studies on decolonization in Africa, the document transcript outlines the socialist reconstruction project in Angola.

Keywords: Popular Republic of Angola, President Agostinho Neto, inaugural address.

¹ Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola (11/11/1975). https://www.youtube.com/watch?v=6NAYCTCkfw&list=PLwOLXcpBeb0_uFGLKMXMWTqmbAu469ppl (Acessado em: 26/06/2016).

A independência de Angola, em 1975, marcou o fim de um longo processo de colonização portuguesa na África, iniciado no alvorecer da época moderna. Angola praticamente acompanhou o império português desde a sua constituição até a sua desagregação (MAXWELL, 2006), ocorrida com a Revolução dos Cravos e com as próprias independências das colônias portuguesas na África.² O fim do regime colonialista em Angola foi, contudo, permeado por uma prolongada guerra civil, que permaneceu mesmo após a independência.

Em Angola, ao contrário do que ocorreu nas demais colônias portuguesas na África, surgiram movimentos concorrentes de libertação nacional. A União das Populações Angolanas (UPA), posteriormente, convertida, em 1961, na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), controlada autocraticamente por Holden Roberto (1923-2007), possuía uma matriz étnica bakongo (habitantes do norte de Angola e Congo),³ proferia um forte discurso anticomunista e recebia a ajuda dos EUA. Já o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado pelos idos de 1960, por nacionalistas angolanos como Agostinho Neto (1922-1979), com a ajuda de Amílcar Cabral (1924-1973), líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era constituído por mulatos intelectuais e possuía orientação marxista-leninista e pan-africanista. Pautava-se, portanto, em uma matriz de classe, e não étnica. Os laços com o Partido Comunista Francês e o apoio da URSS completavam a série de contrastes com os rivais da FNLA. Em 1966, uma dissidência no interior da FNLA deu origem à UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola), que integrava os povos ovibundos, possuía bases rurais – ao contrário, da FNLA e do MPLA – e se aproximou da China Popular. A rivalidade MPLA *versus* FNLA/UNITA deu origem a um quadro distinto das demais colônias portuguesas: além de lutarem contra os colonialistas portugueses, enfrentavam-se entre si (SILVIA, 2007, p. 141-160).

² Uma relação de causa e efeito entre os dois eventos é realizada. Geralmente, a independência das colônias portuguesas é atribuída à Revolução dos Cravos, mas uma historiografia em perspectiva africana (consubstanciada na coleção História Geral da África) tem afirmado justamente o contrário. Ou seja, que a luta pela libertação das colônias portuguesas na África foi responsável pela democratização de Portugal.

³ A etnia não é aqui tratada como um tribalismo que permaneceu vivo mesmo após a colonização e que impede a democracia e a construção de um Estado nacional em África. Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo (2017) assinalaram o caráter colonial da noção de “etnia”.

Em 25 de abril de 1974, com a queda do regime salazarista, inicia-se, de fato, o processo de descolonização das regiões ocupadas por Portugal.⁴ Internamente, a aproximação do UNITA com o governo da África do Sul, assim como a intervenção militar da África do Sul em Angola, subsidiada pelo FNLA, acabaram por deslegitimar os movimentos nacionais angolanos rivais do MPLA. Além disso, mobilizando o discurso da classe (que atingia um espectro maior que o de base étnica), o MPLA formou uma base nacional mais representativa entre as camadas urbanas. Em 15 de janeiro de 1975, o Acordo de Alvor foi assinado pelos três movimentos de libertação nacional e pelo governo português, estipulando uma data para a independência. Porém, no mês seguinte (até julho do mesmo ano) se instauraria a chamada Batalha de Luanda, que terminou com a vitória do MPLA, que banuiu os seus rivais da capital. Finalmente, em meio à grande tumulto, a independência foi proclamada na data estipulada (11 de novembro de 1975), ficando constituída a República Popular de Angola. Entretanto, amplas áreas do interior ainda encontravam-se sob o domínio de movimentos rivais (M'BOKOLO, 2010, p. 260-261).

No discurso de posse de Agostinho Neto, primeiro presidente da República Popular de Angola, e líder do MPLA, encontramos as diretrizes para a reconstrução do Estado de Angola. Entre as suas preocupações, encontrava-se a unificação do país, sob a forma de uma democracia popular, a promoção do desenvolvimento econômico e social e a garantia da autonomia da nova república em face das tentativas de neocolonização. A garantia dos direitos das mulheres e dos trabalhadores, a ampliação da base industrial do país e o estabelecimento de escolas e hospitais foram algumas das promessas feitas pelo governo angolano empossado.

Agostinho Neto, mantendo a função de presidente do MPLA, instaurou um regime monopartidário, o que levou os historiadores Joseph Ki-Zerbo, Ali A. Mazrui, Christophe Wondji e A. Boahen a incluírem Angola entre os regimes socialistas – de orientação marxista-leninista – nos quais não vigoravam os valores do pluralismo político. A ideia de unidade do povo, afirmam eles, levou ao unipartidarismo. A associação entre imperialismo e capitalismo teria conduzido as antigas colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (além dos

⁴ Comumente, costuma-se dizer que, com a “Revolução dos Cravos”, chegava ao fim o colonialismo português. Contudo, a partir de uma perspectiva africana, é possível afirmar, inversamente, que foram os nacionalistas africanos das colônias portuguesas que contribuíram para o surgimento de uma democracia em Portugal e, por essa via, pela reumanização da cultura política portuguesa (MAZRUI, 2010, p. 29).

Estados-Nação da Etiópia e de Madagascar) à esfera de influência do socialismo, que se afigurava como uma alternativa atraente imediatamente após a independência.⁵

No discurso que proferiu em 11 de novembro de 1975, quando da independência e da proclamação da República, Agostinho Neto atribuiu ao subdesenvolvimento e à dependência as contradições então vividas pela economia angolana. Agostinho Neto observava que, em Angola, havia setores de ponta e polos de desenvolvimentos cercados por regiões sem qualquer infraestrutura. Essas contradições eram por ele atribuídas ao colonialismo, que estruturou apenas os locais de exploração e escoamento de mercadorias. A República Popular pretendia transformar profundamente as bases da economia angolana. A nova política econômica, segundo Agostinho Neto, visava “combater o parasitismo”, acabar com as distorções entre os setores econômicos e as regiões do país e “edificar um estado de justiça social”. A economia deveria, assim, ser “autocentrada”, ou seja, servir aos próprios cidadãos angolanos (e não os interesses imperialistas). Por isso, dizia Neto, era preciso rechaçar veementemente os riscos de um neocolonialismo. Podemos observar que a leitura que o presidente fazia da realidade econômica angolana estava profundamente ancorada na abordagem econômica marxista da época, que se valia da teoria da dependência para explicar o subdesenvolvimento das ex-colônias.

Agostinho Neto, em seu discurso de posse, também prometeu instalar “indústrias pesadas”, a fim de que as matérias-primas de Angola fossem industrializadas no próprio país. A industrialização, por um lado, e o desenvolvimento agrícola, por outro, formariam as bases de uma nova economia orientada para a promoção do progresso nacional. Cooperativas e empresas estatais seriam criadas, visando os interesses dos camponeses. As “atividades privadas” seriam mantidas e encorajadas, desde que fossem “úteis à economia da nação e aos interesses do povo”. O projeto de estatização dos meios de produção, portanto, não era completo, ainda que a

⁵ Porém, os valores socialistas (partido único, coletivismo e unitarismo), que tiveram algum sucesso nos meados da década de 1970 entre os países africanos recém-independentes ou saídos de guerras civis, exauriram-se já na década seguinte. Uma das causas foi a ocidentalização das elites e o comércio com o ocidente capitalista. Segundo Ki-Zerbo, Mazrui, Wondji e Boahen, a emergência nas antigas colônias portuguesas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique de movimentos que preconizavam o retorno aos valores democráticos liberais (individualismo e pluralismo) se deu em virtude do não cumprimento das promessas feitas pelo MPLA, PAIGC e FRELIMO de construção do Estado e desenvolvimento econômico-social (KI-ZERBO; MAZRUI; WONDJI; BOAHEN, 2010, p. 565-602). Certamente, o peso das estruturas econômicas e sociais herdadas do período colonial, a Guerra Civil Angolana e a derrocada da URSS, assim como as pressões econômicas neocolonialistas, serviram como fortes entraves à consecução das principais metas de governo do MPLA – que, em 1990, abandona a sua orientação marxista-leninista e convoca eleições aos moldes das democracias liberais.

iniciativa privada fosse controlada. O presidente defendeu uma “abertura” das “relações econômica” de Angola, mas as chamadas “ajudas externas” não deveriam impor condições ao país. As relações internacionais deveriam se assentar no princípio de “reciprocidade de vantagens”. Defendia-se, assim, nas palavras do presidente, o “sagrado princípio da independência nacional”. Esse artifício retórico de Agostinho Neto, evidentemente, adquiria grande significação em meio à proclamação da república de um país que lutava para sair do jugo das forças do imperialismo.

A carência de quadros administrativos após a expulsão dos colonialistas também foi abordada por Agostinho Neto: ela seria suprida pela formação de quadros nacionais. As escolas, de todos os níveis, deveriam passar por uma completa remodelação, ao mesmo tempo em que se procuraria a cooperação internacional. Para Agostinho Neto, Angola se encontrava em uma revolução ainda em processo. Nesse sentido, o presidente conclamava as forças populares a travarem uma luta sem tréguas até cessar a “exploração do homem pelo homem”. A independência de Angola não era, para ele, apenas uma emancipação política, mas uma completa revolução. A econômica e a estrutura de classes deveriam ser radicalmente alteradas. O sistema produtivo deveria estar a serviço do povo angolano. A função do Estado seria a promoção de um bem-estar social, erradicando o analfabetismo, promovendo a justiça por meio da inclusão social. Garantir assistência médica e saneamento básico aos camponeses também eram prioridades da nova república.

O projeto do MPLA para a reconstrução de Angola era o de uma “Democracia Popular”. Essa orientação estava impressa no próprio nome da nova república, dita “popular”. A mesma estrutura unipartidária e unicameral de Guiné-Bissau e Cabo Verde do PAIGC foi assumida na Angola do MPLA. Esse modelo de “democracia pura” se definia como o governo do povo, assumindo uma forma estatizante. Angola tinha um só povo, cujo poder político era representado pelo partido único: o MPLA. Agostinho Neto prometeu suprimir todas as discriminações (sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa) e garantir a mesma remuneração salarial para diferentes tipos de trabalho. O novo regime se intitulava “laico” e defendia a liberdade de culto para todas as confissões religiosas. Para além do viés marxista, o tom pan-africanista do discurso de Agostinho Neto é bem pronunciado quando ele se refere aos povos de Zimbábue, Namíbia e

África do Sul, ainda em luta contra a opressão de “regimes racistas”. A segregação imposta pelos colonialistas e pelo regime de *apartheid* da África do Sul recebeu a alcunha de “fascista”.

De todo o exposto, constatamos que o discurso de Agostinho Neto, transcrito a seguir, permite leituras em diferentes domínios historiográficos – como, por exemplo, a História das Ideias Políticas e a História Econômica. É possível analisar a “linhagem de pensamento” do primeiro presidente de Angola, por exemplo, por meio do método contextualista de Quentin Skinner. Ancorado na tradição marxista-leninista, Agostinho Neto e o MPLA estavam embebidos pelas teorias econômicas marxistas da época, nomeadamente a teoria da dependência. Na linha do pan-africanismo de Kwame Appiah, o MPLA defendia a “unidade africana”. O discurso de Agostinho Neto permite também uma análise das heranças coloniais, ou seja, do “passado ainda presente” nas ex-colônias através do neocolonialismo. Se incluído em um *corpus* documental mais amplo (que abranja dados sobre as políticas implementadas pelo governo angolano nos dez anos seguintes à independência do país), o discurso transcrito permite um ponto de partida para o historiador, na medida em que delinea o projeto de reconstrução nacional de Angola defendido pelo MPLA no momento da independência do país.

Por último, o discurso transcrito – em consonância com a lei 10.639/03 – pode ser utilizado como recurso pedagógico em aulas de história da África, tanto no ensino superior quanto no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental. Cada vez mais, os professores de história têm se valido de documentos históricos (em lugar de manuais didáticos) para concretizar uma aprendizagem significativa. Transformar a sala de aula em laboratório de pesquisa histórica, tendo em seu centro as fontes documentais (escritas, imagéticas, sonoras, fílmicas, etc.), permite a superação do modelo educacional positivista e da chamada “educação bancária”. Ao “desconstruir” documentos como o transcrito a seguir, os alunos se conscientizam do caráter referenciado dos enunciados históricos, superando a concepção equivocada da “verdade histórica”.

Transcrição

Em nome do povo angolano, o comitê central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama, solenemente, perante a África e o mundo, a independência de Angola. Correspondendo aos anseios mais sensíveis do povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o Acordo da Alvor e esta proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados. A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo – que, nesta ocasião, não nomeio para não denegrir este momento singular da nossa história – integra no objetivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra. Constitui, deste modo, preocupação fundamental do novo Estado, libertar totalmente o nosso país e todo o nosso povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular da Angola, sob a orientação do MPLA caminhará progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas serão unidas, contra o imperialismo e os seus agentes, na luta pela edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados. O nosso movimento enfrenta no terreno várias forças reacionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o povo angolano.

Mais uma vez, deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm em comuns laços históricos, linguísticos e o mesmo objetivo, a liberdade. Em dezembro de 1956, no manifesto de sua fundação, o MPLA fincava já a sua determinação inquebrantável, lutar por todos os meios para a independência completa de Angola, afirmando: “O colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o povo angolano só poderá se libertar pela guerra revolucionária, e esta apenas será vitoriosa com a realização de uma frente de unidade de todas as forças antiimperialistas de Angola, que não seja ligada à cor, à situação social, aos credos religiosos e tendências individuais. Será vitoriosa graças à formação de um vasto movimento popular de libertação de Angola”.

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de fevereiro de 1961 a insurreição geral, armada, do povo angolano contra a dominação colonial portuguesa. O longo caminho percorrido representa a história heróica de um povo, que sob orientação unitária e correta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente. Apesar da brutalidade, da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para cercear a nossa luta, o povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade

africana e revolucionária, tendo como princípios a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objetivos. Diferindo corretamente os aliados, amigos e inimigos, o povo angolano, sob a direção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português. Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência, que se materializa nesse momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA e, assim, nasce a jovem República Popular de Angola por ação da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objetivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa e de um homem novo. A força da vontade popular, a longa luta armada e a defesa intransigente dos interesses das camadas mais exploradas consagraram o MPLA como o único representante do povo angolano e força dirigente da República Popular de Angola. Os órgãos do Estado na República Popular de Angola guiar-se-ão pelas diretrizes superiores do MPLA, mantendo asseguradas as primazias das estruturas do Movimento sobre as do Estado. E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ter-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até o grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

As Forças Armadas Popular de Libertação de Angola (FAPLA) estão institucionalizadas em Exército Nacional. As FAPLA, braço armado do povo, sob a firme direção do MPLA, constituem um exército popular, que tem por objetivo os interesses das camadas mais exploradas do nosso povo. Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas da teoria revolucionária continuam a ser um instrumento fundamental da luta antiimperialista. Às FAPLA, como força libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do país e, na qualidade de exército popular, participar, ao lado do povo, na produção para a grandiosa tarefa da reconstrução nacional.

Angola é um país subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências desse fato. Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola e nos dão a imagem da profunda miséria do povo angolano. Mas dizer que o nosso país é subdesenvolvido não basta. É necessário acrescentar, imediatamente, que Angola é um país explorado pelo imperialismo, que gravita na

órbita do imperialismo. Estas duas componentes, conjugadas, o subdesenvolvimento e a dependência, explicam por que razão a economia de Angola é tão profundamente distorcida, com um setor dito tradicional ao lado dos setores de ponta e regiões retardatárias cercando os chamados pólos de desenvolvimento. Mas elas explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais. Pondo um ponto final ao colonialismo e barrando decididamente o caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene, o seu propósito firme de mudar radicalmente as atuais estruturas, definindo já que o objetivo da reconstrução econômica será a satisfação das necessidades do povo. Queremos pôr a funcionar em pleno a máquina econômica e administrativa, combater o parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os setores da economia, entre as regiões do país, edificar um estado de justiça social. A economia será planificada para servir o homem angolano, e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia autocentrada, isto é, realmente angolana. A luta pela independência econômica será constantemente uma constante na nossa estratégia.

Assim, coerente com as linhas traçadas, a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projetos de industrialização de nossas próprias matérias-primas e, mesmo, em projetos da indústria pesada. No entanto, tendo em conta o fato de Angola ser um país em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base, e a indústria como fator decisivo no nosso progresso. O Estado angolano terá, assim, a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras, e promoverá a criação de cooperativas e de empresas estatais no interesse das massas camponesas. As atividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da nação e aos interesses do povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o programa maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola será aberta a todo o mundo para as suas relações econômicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada ajuda externa não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra a evidência que, como força dirigente da República Popular de Angola, jamais trairá o sagrado princípio da independência nacional. As nossas relações internacionais serão sempre definidas no princípio da reciprocidade de vantagens. A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal. E por que desejam que elas sejam duradouras,

estabelecê-las-á em bases novas, despida de qualquer vestígio colonial. O atual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não se envenenem as nossas relações futuras. É evidente que, numa primeira fase, a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a essa carência, será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais. Ao mesmo tempo, se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis, devem sofrer uma remodelação radical, para que possam, de fato, servir ao povo e à reconstrução econômica.

A determinação revolucionária do nosso povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagônica que nos separa dos inimigos, impõe-nos uma nova guerra libertadora, que assume a forma de resistência popular generalizada e que será prosseguida até a vitória final. Neste contexto, reveste de preponderante importância a revolução como frente do combate e condição basilar e vital para o avanço de nossa resistência. E para dar unidade à ação a todo esforço, o motivo do nosso povo, para tirar o máximo de rendimento do trabalho das massas, para que seja incessantemente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso país.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola, opondo a toda e qualquer tentativa de desmembramento do país considera como um dever patriótico, inalienável e de honra à assistência privilegiada e a proteção social aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra, pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional. E envidará, assim, todos os esforços no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional. Reafirmará o propósito inabalável de conduzir o combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o país, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do povo angolano. O Estado realizará todos os esforços para instituir, a escala nacional, uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas, até agora privadas desse direito no colonialismo. Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio “a trabalho igual, salário igual”. Estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de participação e na produção para a resistência

generalizada do nosso povo. Firma um Estado laico, com separação da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, local de objetos do culto e instituições legalmente reconhecidas. Reitera a sua solidariedade com todos os povos oprimidos do mundo, em especial, com os povos de Zimbábue e da Namíbia, contra a dominação racista. Exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência seguidos desde sempre pelo MPLA, será de não alinhamento. Unidos de Cabinda ao Cunene, conseguiremos com vigor a resistência popular generalizada, e o construiremos o nosso Estado democrático e popular.

Honra ao povo angolano! Glória eterna aos nossos heróis! A luta continua! A vitória é certa! A vitória é certa!

Referências Bibliográficas

- AMSELLE, Jean-Loup, M'BOKOLO, Elikia (orgs.). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- DAVIDSON, A. Basil ; ISAACMAN, Allen F. ; PÉLISSIER, René. *Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 787-832.
- HARDY, George. **Vue générale de l'histoire d'Afrique**. Paris: A. Colin, 1930.
- KAKÉ, I.B. ; M'BOKOLO, E. **Résistance et messianismes: l'Afrique centrale au XIXème et au Xxème siècle**. Paris: Afrique Biblio Club, 1979.
- KI-ZERBO, Joseph; MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe; BOAHEN, A. *Construção da nação e evolução dos valores políticos*. In: **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 565-602.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MAZRUI, Ali A. *Introdução*. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-30.
- M'BOKOLO, Elikia. *A África Equatorial do oeste*. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 229-260.

RODNEY, Walter. *A economia colonial*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 377-400.

SILVIA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

UZOIGWE, Godfrey N. *Partilha europeia e conquista da África*: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História Geral da África, VII**: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 21-50.

Entrevista com Tânia Bessone

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira é doutora em História Social, na Universidade de São Paulo (1994), mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1983) e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973). É professora Associada e procientista da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Foi pesquisadora principal no Projeto Pronex coordenado pelo professor José Murilo de Carvalho (UFRJ), e vinculado ao Centro de Estudos do Oitocentos (até 2011). É bolsista da Fundação Carlos Chagas de Pesquisa (FAPERJ) desde 2010, como Cientista de Nosso Estado, e também foi pesquisadora principal do projeto Pronex/Faperj/CNPq, coordenado pela professora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ) denominado "O Estado brasileiro no século XIX: interseções e margens", também é pesquisadora principal no recente projeto Pronex aprovado pela Faperj (2016) sob a coordenação de Lúcia Bastos Pereira das Neves (UERJ). É sócia Honorária do IHGB, desde dezembro de 2012. Sua produção se concentra no período do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes recortes temáticos: história cultural, história política, relações culturais e história do livro e da leitura.

Entrevista concedida via Skype a **Thayná Cavalcanti Peixoto** e **Flávia Gomes Chagas**, doutoranda e mestranda, respectivamente, da linha de História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

[Revista Temporalidades]: Desde a chamada renovação historiográfica, ocorrida nos anos de 1970, em que variadas fontes começaram a ganhar um novo olhar dos historiadores, como você identifica o impacto dessas novas perspectivas nos estudos da cultura impressa? Diante do atual cenário brasileiro, em que somos bombardeados pelas chamadas *fake news* e recorrentes falsificações históricas, como você enxerga a importância do entrecruzamento de fontes para a construção de um estudo histórico empiricamente mais sólido?

[Tânia Bessone]: Na verdade, todas essas conexões são importantes para o historiador no geral. O que acontece é que a cultura impressa tem uma tradição, de checagem, digamos assim, que permite ao historiador, por exemplo, fazer várias questões e ao mesmo tempo se debruçar sobre a qualidade, validade e origem daquela fonte impressa. Então, desde os momentos em que, na história, foram incorporadas as questões das análises internas e externas do documento para que ele fosse considerado válido, de qualidade e legítimo, que o historiador se debate exatamente

sobre essas dificuldades. Ao mesmo tempo, era muito mais fácil se ter um arquivo vivo, material, palpável; e, a partir daquilo, fazer toda a trajetória de como aquela documentação chegou ali, por que chegou, quem catalogou, quem não catalogou e tudo isso ajudou muito ao historiador checar, fazer análises paleográficas ou de qualquer tipo. Com a internet e todos esses meios digitais novos essa questão ficou padronizada excessivamente, no sentido que a checagem é algo muito mais complexo e vulnerável, a hackers, a interpretações, interpolações e isso tudo vai gerar aquilo que estamos chamando genericamente de “fake news”. Então, a checagem disso é muito sofisticada, porque você tem que dominar não só a qualidade do texto, a parte de utilização da linguagem – quem é que está falando ali, quem é que está imitando a voz do outro –, de modo que se chega a pensar que, por exemplo, outro dia eu estava escutando no rádio aquele ator imitando o Bolsonaro e eu achei que era o Bolsonaro falando, e depois que acabou que percebi que não era! Porque o Bolsonaro é tão rasteiro, no sentido da linguagem dele e os tiques dele foram capturados de maneira tão brilhante pelo humorista que isso pode ser um fator de enganação, um fator de surpresa que aquela pessoa esteja dando aquela entrevista ou falando aquelas bobagens todas. Mas, ao mesmo tempo, você tem certa credibilidade porque você conhece a personalidade da pessoa, sabe o que ela já falou e tudo mais, e, aquilo vai atrapalhar. Então, isso vai atrapalhar a questão da checagem, a história oral, a própria questão da interpretação das notícias, e o historiador tem que se debruçar sobre isso. Por isso que é tão importante, hoje em dia, e isso é mais complicado para nós mais velhos, que o historiador tenha também, pelo menos um domínio básico dos meios digitais, da internet, para que ele faça isso. Ele pode, por exemplo, fazer uso de fontes credíveis, como a hemeroteca da BN, hemeroteca de França, hemeroteca da biblioteca de Portugal, enfim, ele tem fontes credíveis que ele pode checar, são confiáveis, pode pedir inclusive para imprimir, ou receber em casa suas pesquisas. Mas há fontes que teoricamente seriam credíveis, mas você depois se depara que eram de um site falso, construído por robô era a voz de robôs, e tudo o mais e muitas vezes você não tem condição de saber daquilo de um ponto de vista técnico. Por exemplo, a *deep web*, a internet profunda, a internet de pessoas que, muitas vezes, fazem checagens e distribuem notícias e dão grandes golpes, inclusive, através desse tipo de recurso. E eu jamais teria capacidade técnica de fazer essa checagem. Então o historiador hoje em dia tem que se envolver com uma série de outros personagens, uma série de outros estudiosos com uma série de outras pessoas técnicas, inclusive, que possam dar a ele essas ferramentas de checagem. A fonte impressa, como fonte

impressa, ela tem já uma história bastante longa - desde Mabillon – de formas de checar, formas literárias de atribuição e tudo mais. Isso é o grande desafio atualmente, criar formas de fazer com que essas novidades todas possam ser qualificadas, estudadas, analisadas pelos historiadores, cientistas sociais, pelas ciências humanas em geral.

[RT]: Pensando no tema do nosso Dossiê, no qual atrelamos cultura material à impressa para se pensar o fazer histórico, como você enxerga a análise e o acréscimo da perspectiva da materialidade para se compreender os impressos, mas sem perder de vista as especificidades da fonte impressa em si?

[TB]: Isso é um desdobramento do que eu falava anteriormente. Os meios de arquivar, por exemplo. Eu trabalho com o pessoal do COARQ, CONEARQ, já fiz vários estudos com o pessoal do Arquivo Nacional a respeito de fontes documentais que a gente selecionou e sistematizou. Essa forma de trabalhar faz com que várias pessoas, vários interlocutores se reúnam e definam os critérios de arquivar, de acessar, selecionar e que isso seja bastante trabalhado nesse sentido, porque já há uma estrutura formal científica e técnica de fazê-lo. Isso vai se deparar novamente com essa questão da informatização, quer dizer, é material porque é físico de alguma forma e ao mesmo tempo é aparentemente imaterial, à medida que você não pega, a não ser que você imprima e cada vez mais as pessoas falam não imprima, economize papel, poupe a natureza, etc., etc. Então a cultura material e a cultura imaterial no impresso elas tem o tempo todo, seja anteriormente a existência da *web*, ou agora, ela de todo modo tem que estar dialogando ela não existe separadamente no sentido que uma prescinde da outra; as duas tem que estar andando em paralelo e cabe às pessoas que estão envolvidas nesse tipo de estudo, nesse tipo de reflexão, ficar atentas e sempre cientes dessa dificuldade, dessa limitação que há, mas já se permite ter formas de distinguir essas análises. Não sei se respondi.

[RT]: Respondeu! Uma está casada com a outra. Mas é que pensamos nessa questão porque muitos historiadores pegam o impresso e vão muito pelo discurso, pelo o que está no jornal ou no livro e se esquecem de pensar no formato, no tipo de papel, na materialidade propriamente falando. Mas, achamos que você respondeu muito bem, e que antes de qualquer coisa o material

já está atrelado ao impresso desde os seus primórdios e quem estuda cultura impressa tem que está.

[TB]: Atento a todas as culturas. Talvez isso seja o interessante do *boom* que houve depois dos estudos do Daniel Roche, do Chartier, enfim, dos estudos que vem sendo desenvolvidos por essa linha de historiadores que inovou completamente os estudos da cultura impressa. Nesse sentido que as questões se desdobram muito, você tem que pensar em formato, em estilo, em mancha de página, no design, pensar em todas essas questões para poder identificar com qualidade a materialidade daquela fonte. Por exemplo, eu digo muito isso nas minhas aulas, mas quando a gente abre o computador, aquelas opções de letras todas, aquelas letras todas tem uma história, cada uma delas tem uma história, da *times new roman*, como ela foi atualizada, porque ela foi atualizada, porque o jornal *Times* no começo do século XX fez uma reforma e utilizou aquele recurso. O Aldo Manuzio, já no começo do século XVI/ XVII, já tinha começado a utilizar letras diferentes, formas diferentes nas suas publicações, então ele batizou o *New Roman*, que é o cursivo, o itálico, como esse nome, *New Roman*, ou *Roman* como alfabeto romano. E aí, a *Times* usou aquele modelo para ser o formato do jornal. Então o nome adquirido pela letra ultrapassou o limite do seu criador, que foi o Aldo Manuzio, e depois todo mundo fala “quando for publicar, publicar em *Colibri*, em *Times New Roman*” A própria denominação da letra dá um estudo enorme para *designer*, para historiador, para qualquer tipo de pessoa, porque ela tem uma riqueza própria.

[RT]: A imprensa, ao longo da história, passou por transformações em termos de suporte físico, quando saiu da forma manuscrita para impressa, e do formato de papel para o mundo digital. Como lidar com essas transformações? Ainda é possível pensarmos nisso como cultura impressa?

[TB]: Eu acho que pela concepção que está sendo criada pelo ponto de vista teórico metodológico, pelo ponto de vista da abordagem dessa documentação possível ela pode ser pensada como uma cultura impressa. Não pelo sentido da impressão de Gutenberg, mas no sentido que é uma *impressão* registrada em papel, em couro, em pergaminho, em pedra ou em qualquer tipo de material. Então se você pensar aquilo como uma invenção, e a imprensa também é uma invenção humana você pensa que todo esse processo em que ela evoluiu tecnicamente, então, a mudança dela é de material, mudança física, nesse sentido você pode

colocar tudo o que foi registrado, digamos assim, como o estudo do impresso. Não só o impresso de impressão da prensa, mas o impresso que é uma atitude da cultura humana de registrar de escrever, de botar no papel ou qualquer suporte. Então, eu acho que sim, por isso a denominação está mudando e agora falamos mais em “história dos impressos” que aí você coloca correspondências, gazetas, notícias, registros em grandes códices, histórias, diários, você coloca tudo junto e factível de ser estudado. Eu acho que a denominação melhor que estamos se encaminhando para de maior consistência e que abrange melhor a pluralidade da cultura impressa e da cultura material, é a “história do impresso”, ou dos impressos, por que aí a gente extrapola a condição de ser a partir de [determinado momento], depois dos encadernados. É a minha visão hoje, porque já passei por textos meus que eu falo com outros tipos de denominação, mas, a partir do momento que você vai se aprofundando e vai tendo interlocutores que falem para você, mostrem para você como ela é rica e transborda qualquer questão específica de época, você pode denominar assim. Essa é minha impressão.

Entrevista com Tukufu Zuberi

Tukufu Zuberi é bacharel em sociologia, San Jose State University, EUA (1981), mestrado em sociologia, California State University, Sacramento, EUA (1985) e Doutorado em Sociologia pela University of Chicago, EUA (1989). É professor de sociologia e estudos africanos da University of Pennsylvania, EUA. É também diretor-fundador do Centro de Estudos Africanos desta Universidade. Foi professor visitante em universidades da África e do Brasil. Já produziu mais de 50 artigos acadêmicos e escreveu e editou oito livros, incluindo *White Logic, White Methods: Racism and Methodology* (com Eduardo Bonilla-Silva), obra que recebeu o prêmio *Oliver Cromwell Cox Book Award* pela *American Sociological Association*. Zuberi é também curador de exposições, *Tides of Freedom: African Presence no Independence Seaport Museum* do estado americano de Delaware e da exposição *Black Bodies in Propaganda: The Art of the War Poster* realizada no Museum of Archaeology and Anthropology da Universidade da Pensilvânia. Atualmente lidera os planos de reinstalação da African Collection deste mesmo museu. Zuberi é também diretor e roteirista de filmes, como o premiado documentário *African Independence*, um longa-metragem que apresenta o nascimento, o desenvolvimento e os problemas enfrentados pelo movimento que conquistou a independência na África.

Entrevista concedida via conversa por Skype a **Flávia Gomes Chagas** e **Thayná Cavalcanti Peixoto**, mestranda e doutoranda, respectivamente, na linha História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros do Conselho Editorial da Revista Temporalidades, gestão 2018/2019. A conversa foi traduzida livremente e editada para melhor compreensão do texto. Agradecemos profundamente ao Professor Tukufu Zuberi, que gentilmente cedeu seu tempo para esta entrevista. Foi uma enorme honra entrevistá-lo.

[Revista Temporalidades]: A cultura material é uma fonte para a História como disciplina acadêmica, mas é um campo de debate fundamentalmente interdisciplinar. Você poderia elaborar sobre como a contribuição de múltiplas áreas; como a arqueologia, a antropologia, a sociologia e mesmo a história, promove um discurso mais rico a respeito da cultura material?

[Tukufu Zuberi]: Veja bem, as discussões sobre cultura material foram pervertidas por várias formas de marginalização e exclusão. [Elas] se resumiram em uma fetichização sobre a cultura material por um lado, e as pessoas que produzem, distribuem e dão sentido e valor à cultura material [por outro]. Parte disso é devido à natureza do sistema econômico que nós decidimos

utilizar como seres humanos, isso é: o sistema capitalista. Como Marx, Freud, e tantos outros intelectuais disseram, nós vivemos em um mundo onde temos muito fetiches e os dotamos com significados e ignoramos o valor gerado nesses fetiches por pessoas e seu trabalho.

Em 1935, W. E. B. Du Bois escreveu um livro chamado “A Reconstrução Negra na América” e seu livro previa uma data inicial e uma data final, data inicial em 1865, logo após o final da Guerra Civil [Americana] e final em 1875, ele basicamente via o projeto de reconstrução como um projeto falho. E porque? Primeiramente, é preciso entender que o modo como pensamos no problema está errado. Nós olhamos para o capitalismo e pensamos que ele é construído por capitalistas, quando sabemos que capitalistas não constroem. Eles não produzem objetos, eles não produzem produtos agrícolas, eles não fazem nada disso.

Os verdadeiros produtores de valor que existem - nesse épico do capitalismo em que nós estamos vivendo - são os trabalhadores. Estejam esses trabalhadores nos campos de algodão nos Estados Unidos escravocrata, ou nas minas do Brasil escravista, ou nas fábricas chinesas modernas, que fazem, ou montam, nossos celulares brilhantes e tecnológicos. E em cada um desses casos, pessoas têm que estar engajadas em trabalho para produzir essas coisas. Mesmo se introduzirmos robôs, que também vêm da nossa labuta, e talvez nós vamos entrar em uma era onde esses objetos não são criados por pessoas, mas por robôs. E [se] esses robôs fizerem novos robôs; todos esses são objetos e eles terão valor para nós seres humanos pelo trabalho que foi investido ali. E se esse trabalho for cíclico, de forma que os objetos estão criando as coisas, e não se baseando na consciência ou inventividade humana, então isso não será algo da esfera da sociedade humana. Mas enquanto [o objeto] pertencer ao espaço social humano, onde lidamos uns com os outros, é importante que vejamos e entendamos as conexões sociais.

E quais são as conexões entre as pessoas que usam o produto, a cultura material e aqueles que criam a cultura material? Na maior parte da história moderna, as pessoas que fizeram a maior parte da produção não foram as pessoas que colherem os benefícios da produção. Então, existe um motivo para isso e é a forma que nós nos organizamos. E ao nos organizarmos dessa forma nós esquecemos das relações entre as pessoas. Existe uma relação entre quem faz, quem usa e quem lucra com a produção e o uso. Se quem faz não lucra com a produção das coisas, esse é um tipo de mundo, e é preciso justificar esse mundo. E para justificar este mundo é possível dizer: “bem, essas pessoas são só mulheres, negros, pobres, essas pessoas vieram dessa região

específica”. É possível achar razões para diferenciar as pessoas que produzem e as que lucram, mas isso não muda a relação que existe entre as pessoas. Então, “desfetichizar” um objeto seria reconhecer isso.

Mas para que a fetichização do objeto continue a ser socialmente relevante, é importante que as pessoas estejam fragmentadas. Nós temos que olhar uns aos outros, e temos que ver diferença, nós temos que ver inferioridade e superioridade. A fragmentação que existe agora é fabricada em todos os lugares, dentro de um sistema de supremacia branca. E parte disso também é devido à história econômica e ao legado de como o capitalismo se desenvolveu e se cristalizou no que ele é hoje. Mas grande parte [do problema] é que essas identidades, essas fragmentações dos seres humanos, facilitou a justificativa desse tratamento desigual de um para com o outro. Encontrou-se uma maneira de não empatizar com o problema do trabalhador, do produtor, do desempregado, do sem teto, do marginalizado, por conta da posição deles na sociedade. Quer que a mulher seja uma dona de casa, que fica em casa para criar os filhos, cuidar da casa, o status marginalizado dela vem de fazer um trabalho importante, querido, fundamental, na sociedade humana, certo? Mas ela é marginalizada, ela é fragmentada de fazer um papel e receber valorização, ambos social e material, pelo que ela contribui para sociedade. Ela é separada disso.

Essas disciplinas, arqueologia, antropologia, história, filosofia, sociologia, economia, ciências políticas, todas foram criadas para facilitar as justificativas para essa marginalização. Todas essas disciplinas, dependendo da sociedade em que se veem, estão explicando as circunstâncias sociais em que se encontram e justificando os sistemas de privilégio, beneficiando os sistemas de alocação de recursos dentro dessa sociedade. Porque - você sabe - é verdade. Se você vai ser um pesquisador, um intelectual, você não pode ficar preocupado de onde virá sua próxima refeição, você não pode estar preocupado com seu aluguel, você tem que quase que entender essas questões como garantidas para fazer seu trabalho intelectual. Você tem que poder parar, pensar e refletir, e é preciso que existam sistemas sociais de suporte que dizem: “esta é uma boa contribuição para a sociedade”. Bem, essa é uma boa contribuição para a sociedade segundo as definições da [própria] sociedade. Se a sociedade apoia a marginalização de pessoas dentro dela, ela vai recompensar pessoas que proporcionam explicações para tal.

Portanto, essas disciplinas estão elas mesmas presas em um loop de serem parte do problema, mesmo quando elas gostariam de ser parte da solução. E quanto mais elas se tornem parte da

solução mais elas vão entrar em conflito com instituições para as quais elas trabalham. Seja um presidente atual, como Trump nos Estados Unidos da América ou Bolsonaro no Brasil, eles vão, os intelectuais, vão ter que fazer uma escolha, eles sempre vão ter que fazer uma decisão acerca de apoiar os sistemas de hierarquias, marginalização de pessoas, ou não apoiar isso. E essa decisão vai influenciar no tipo de pesquisa que eles fazem.

Então, a pesquisa no século XXI não vai ser limitada a disciplinas, vai ser cada vez mais interdisciplinar, transdisciplinar. O movimento do intelectual do futuro vai ser, e eu não estou me gabando, vai ser uma pessoa que consegue ensinar, e escrever livros, e fazer filmes, curar uma exposição, fazer leituras de sua poesia, e pinturas que capturam o momento. Toda nossa energia criativa vai ser necessária para capturar a atenção de um mundo que muda muito rápido.

[RT] O mundo ficou de luto com o fogo que destruiu o Museu Nacional brasileiro, um dos mais ricos acervos da América latina, para diversos interesses científicos. Essa era, claramente, uma tragédia evitável, mas fundos para ciência e educação vem sendo cortados em medidas de austeridade. Depois da eleição em outubro o futuro pode parecer sombrio para alunos e professores no Brasil. Isso parece entrar em contradição com esforços de muitos intelectuais, como você, para alargar o conceito de civilização e expandir a noção de quais culturas e povos contribuíram para o avanço da humanidade. O que nós, como uma comunidade global, porque o fogo no Museu Nacional não foi uma perda só para brasileiros, temos a ganhar com a conservação da cultura material? E também com o investimento nas disciplinas de humanas, em cultura, ciência e educação?

[TZ]: Museus são valiosos. Como as bibliotecas, museus são espaços onde nosso entendimento de ambas as culturas material e não-material exige que nós entendamos que está tudo bem se nós somos ignorantes sobre algo, que isso não é um problema. O que é problemático é se nós somos ignorantes e por alguma razão, intencional ou não intencionalmente, nós não podemos mitigar nossa ignorância. Agora, não tentar diminuir nossa ignorância intencionalmente é o pior tipo de arrogância, porque nós sabemos que ignoramos algo e não temos a intenção de remover nossa ignorância. Por outro lado, ignorância não intencional é um estado em que vivemos o tempo todo e para os jovens e aqueles intelectualmente motivados, nós estamos em uma missão para

remover o máximo de ignorância que podemos. Infelizmente, quanto mais velhas as pessoas ficam mais arrogantes elas se tornam a respeito de suas ignorâncias e se você conhece uma pessoa mais velha e que busca informação, entender nosso mundo, elas vão admitir que elas são muito ignorantes.

Bibliotecas e Museus são lugares para a eliminação de nossa ignorância intencional e não intencional porque nós podemos entrar em um museu e ele é um lugar de conhecimento. E frequentemente esse conhecimento é articulado de uma maneira política, porque é impossível eliminar a política na construção de um museu. Porque nós podemos nos fazer uma pergunta simples para cada peça de cultura material que encontramos nos museus: “porque essa peça de cultura material, nesse momento no tempo, nesse lugar específico?” E o lugar pode ser onde o material foi encontrado ou o museu em si mesmo. Ao responder esse conjunto de perguntas, nós chegamos em um entendimento sobre a mudança ou o status da cultura material e objetos específicos de cultura material. Minha opinião é que quando uma biblioteca queima, toda a humanidade sofre. Tudo que é destruído se torna parte de nossa cultura material que é removida de nossa presença e não mais nos dá a oportunidade de entender nosso passado, entender quem somos e isso se torna uma tragédia para toda a humanidade. Não só [as pessoas] que existem agora, mas aquelas que vão existir no futuro, no que elas tentarão nos entender, porque a melhor maneira de fazê-lo é construir uma consciência histórica de quem somos. A melhor maneira de construir essa consciência histórica é remover a ignorância do que somos. E as melhores instituições que temos para armazenar informação são nossas bibliotecas e museus.

Agora, é fantástico se conseguimos digitalizar esses processos, se conseguimos gravar em filme e armazená-los em bancos de dados digitais, se não gravamos digitalmente. Em 2015, por exemplo, eu fiz um tour pelo Brasil e filmei todos os principais museus, todos os principais museus em Belo Horizonte, eu filmei dentro deles, no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e daí em diante... E porque eu fiz isso? Eu fiz isso porque eu estava interessado em capturar o que significa ser brasileiro. E como o Brasil se compara com outras partes do mundo onde se criaram instituições semelhantes, e como essas instituições facilitam as pessoas nesses países a entender quem elas são. Porque frequentemente, você sabe, as pessoas acham que porque elas nasceram no Brasil e falam português, que por que a mãe delas, as avós, seus avôs, e etc, estavam no Brasil, que isso faz delas brasileiras. E para mim isso é uma ideia interessante, que seres humanos criaram essas

Nações-Estado e essa é nossa mais recente iteração em como nós nos nomeamos e criamos nacionalidade, patriotismo, que entendermos nossa nação, são elementos chave para entendermos nossa identidade nacional. E frequentemente esse entendimento é examinado sob a ótica das políticas sociais.

O Brasil, como os EUA, toda a Europa, África e Ásia, e a identidade de todos os seres humanos, tem sido poluída e confundida por ideias de raça e diferença, por ideias de patriarcado, machismo, e várias formas de sexismo que distorcem a qualidade de vida de seres humanos no planeta Terra. E ainda assim nós usamos essas narrativas para construir argumentos a respeito de quem somos. Mesmo antes da atual administração brasileira, já existia um diálogo a respeito de como esses museus lidavam com as questões de identidade, de diferenciação. O Museu Nacional, [assim como] todo museu histórico que eu visitei no Brasil, estava lutando com essa problemática, por conta de sua origem há mais de 100 anos. Todos esses museus foram construídos em nome da supremacia branca, com a exceção de museus como o “Museu Afro-Brasil”, a maioria dos museus no Brasil foram criados em nome da supremacia branca e afirmação de como a brancura foi a base do Estado brasileiro. É a mesma coisa aqui nos Estados Unidos.

Há pouco mais de 100 anos, aqui nos Estados Unidos, um grupo de mulheres que ligavam seus antepassados aos soldados confederados que perderam a guerra civil [americana] começou uma campanha de propaganda, para restituir, reconstruir, resgatar a memória dos soldados confederados caídos. O que elas fizeram foi construir estátuas por todo os EUA, em honra de Rober E. Lee, líder do exército confederado e vários outros donos de escravos, senhores de escravos e escravocratas, comemorando-os. Então, não é um acidente que as pessoas hoje estejam brigando nas ruas a respeito dessa questão da valorização daqueles que escravizaram, de construir estátuas e prestar tributo a aqueles que escravizaram e se cria um diálogo nacional porque isso diz respeito à identidade das pessoas aqui.

Museus, e nesse caso esses monumentos, não são assuntos levianos. Quem nós pensamos que somos afeta como tratamos outras pessoas, afeta nossa empatia para com as outras pessoas. E você consegue imaginar uma criança que vai a um museu e encontra a representação dos cidadãos classificados como negros, ela vai começar a pensar que esses cidadãos classificados como negros não contribuíram igualmente para a sociedade, que eles eram apenas escravos. Elas

podem pensar que essas pessoas eram preguiçosas e que a razão da preguiça delas era a escravidão e a cultura que se seguiu à escravidão. Essa ideia é passada para essas crianças e elas tem essa ideia a vida inteira. Museus nos oferecem a esperança de corrigir essa distorção. E eu não estou dizendo que museus no Brasil fizeram isso, ou museus nos Estados Unidos fizeram isso, mas eu estou dizendo que museus tem esse potencial, eles têm o potencial de ser um espaço onde crianças brasileiras podem aprender melhor sobre o que significa ser humano e seus direitos e responsabilidades para com a humanidade, e a responsabilidade da humanidade para com elas, e com os direitos delas, e para justificar que elas são merecedoras de direitos humanos, que são superiores a direitos nacionais.

E mesmo que um presidente articule o que muitos consideram um ponto de vista racista, um ponto de vista enviesado, um ponto de vista homofóbico, qualquer presidente pode ser eleito, é preciso que se tenha uma narrativa pronta para contradizer essas informações. Assim temos a habilidade de educar um público amplo. Agora, se o público amplo está elegendo pessoas como Donald Trump e Jair Bolsonaro, você tem que lembrar que Trump veio depois do Obama, e Bolsonaro, bem, Bolsonaro e Temer, seguiram Dilma e Lula. Então, esses políticos progressistas perderam para a popularidade desses políticos retrógrados e isso pode acontecer se o público é ignorante e carente de instituições transformadas para educá-los sobre ser um ser humano responsável.

O problema com o Museu Nacional e o fogo não é tanto um problema do Bolsonaro ou do Temer, tem sido um problema por muito tempo. Não é um problema novo. Esse museu é extremamente importante, impressionante e valioso no Brasil, um dos mais importantes na América do Sul, em termos de coleções internacionais, coleções domésticas, os arquivos indígenas, objetos do Egito Antigo, da África. É muito importante ter esses objetos em arquivo, mas é mais importante ter programas educacionais implementados para mostrá-los ao público. Programas que convidem as pessoas a vir e participar de uma experiência educacional. Enquanto o fogo é triste pelo potencial que o museu tinha de se tornar algo que ele não era, é uma catástrofe por mover essa possibilidade para fora de nosso horizonte. Nós vamos esperar que a política melhore no Brasil, nos EUA, na Argentina, nós vamos esperar que a política melhore e que alguém tenha a preocupação com educar as crianças. Porque agora, pelo menos no Brasil e nos EUA, não existe preocupação suficiente em contribuir com recursos para a educação de

crianças e jovens adultos, e mesmo de adultos. Essa é a beleza de um museu, de uma biblioteca, não existe limite de idade, eles te convidam a aprender. É uma catástrofe para a humanidade quando um museu ou uma biblioteca se incendiam e toda a humanidade deveria ficar de luto. Todos nós, pois, deveríamos ver isso como uma catástrofe maior que o Brasil.